

**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

TESE DE DOUTORADO

A MEGALÓPOLE E A PRAÇA

**O ESPAÇO ENTRE
A RAZÃO DE DOMINAÇÃO E
A AÇÃO COMUNICATIVA**

EUGENIO FERNANDES QUEIROGA

Profa. Dra. MARIA ADÉLIA DE SOUZA
orientadora

novembro / 2001



DEDALUS - Acervo - FAU



20200018159

A megalópole e a praça:

**o espaço entre
a razão de dominação
e a ação comunicativa**

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
doutor em Arquitetura e Urbanismo

Eugenio Fernandes Queiroga

Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza
Orientadora

São Paulo
2 0 0 1



Q3m

Queiroga, Eugenio Fernandes

A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa / Eugenio Fernandes Queiroga. -- São Paulo : s.n., 2001.

351 p. : il.

Tese (Doutorado) - FAUUSP.

1. Urbanização -Teoria - Teses 2. Megalópoles - Teses
3. Paisagismo – Teses 4. Espaços públicos – Teses I. Título

CDU 301(1-21)

4-39692

. Dedicatória

A Andréa, Jonas e Tomás,
sentidos de existência.

Agradecimentos

A Maria Adélia de Souza, sem sua orientação precisa e estimulante e sua imensa solidariedade, esta tese não existiria.

Ao mestre Milton Santos, rigor e sorriso, "razão e emoção".

A Miranda Magnoli, da paisagem ao espaço, apoio fundamental.

A Ricardo de Azevedo e Vladimir Bartalini, pelos valiosos comentários no Exame de Qualificação.

Aos colegas professores e coordenadores de curso. No período de elaboração desta tese, foram particularmente importantes: Cássia Mariano, Denio Benfati, Maria Conceição Pires, Adilson Macedo, Ana Elena Salvi; Ana Maria Monteiro, Angela Rocha, Ari Fernandes, Débora dos Santos, Eulália Portela, Euler Sandeville Jr., Emmanuel Antonio dos Santos, Igor Guatelli, Leandro Medrano, M. Lúcia Martins, Miriam Escobar, Raquel Rolnik, Ricardo Moretti, Sandra Duarte, Sun Alex, Vladimir Bartalini e Wilson Ribeiro Jr.

Aos alunos, sempre nos ensinando. De forma específica, sou grato àqueles de quem emprestei o "olhar fotográfico" e a Marcelo Fricke, sua solidariedade e competência no trato das imagens foram mais do que bem vindas.

À PUC-Campinas, pelo auxílio concedido neste último e decisivo ano.

A Silvestre e Nilza, Ana Lúcia e Hélio, Jorge e Kátia (em memória), Pedro e Mercedes, proximidade familiar, solidariedades múltiplas.

A meus filhos, Jonas e Tomás, compreensão e tolerância maior do que se poderia pedir.

A Andréa Vieira da Silva, privilégio viver a seu lado.

Resumo

Esta tese tem por objeto o espaço urbano contemporâneo e suas racionalidades em embate dialético.

Procura-se caracterizar o atual fenômeno da formação da Megalópole do Sudeste Brasileiro. Uma nova entidade urbana que se estabelece na área de conexões geográficas mais intensas da Região Concentrada do Brasil, configurando o eixo Campinas - São Paulo - Rio de Janeiro e várias ramificações.

A razão econômica estrutura o território megalopolitano. Em paralelo, percebe-se a relevância de outras racionalidades, contraditórias à dominação. Neste sentido, estuda-se a praça na megalópole, não simplesmente enquanto forma, mas como sub-espaço, signo do lugar, voltado à esfera de vida pública.

Na megalópole e na praça, as dimensões do cotidiano e da vida pública propiciam diversas práticas espaciais conscientizadoras. O espaço é compreendido como um híbrido de diferentes racionalidades: da razão de dominação à ação comunicativa.

Palavras - chave

megalópole, praça, espaço, lugar, globalização, razão, ação comunicativa, esfera pública, cotidiano

Abstract

The study object of this dissertation thesis is the contemporaneous urban space and its rationality in a dialectic process.

The dissertation thesis attempts to characterize the actual phenomenon of the megalopolis formation in the Brazilian Southeast, a new urban entity established in the more intensive geographic connection area of the Concentrated Region in Brazil, configured by the axis Campinas - São Paulo - Rio de Janeiro and many ramifications.

The economic reason structures the megalopolitan territory. In parallel, there are other relevant rationales perceived, contradictories to the domination. In this sense, the dissertation thesis studies the square in the megalopolis, not only in its form, but also as a sub-space, symbol of the place, oriented to the public sphere.

In the megalopolis and in the square, the quotidian dimension and the public sphere propitiate more consciousness in many spatial practices. The space is comprehended as a hybrid of different rationalities: from the domination reason to the communicative action.

Sumário

Introdução	1
Primeira Parte: Razão, território e lugar	13
Capítulo I	
Teoria em movimento:	
a construção simultânea do método e do objeto	15
Razão e totalidade	18
Espaço e totalidade	36
Conceituando (no final) os objetos: a megalópole e a praça	50
Capítulo II	
A urbanização brasileira:	
quadro prévio à formação da Megalópole	64
"Ilhas" e vilas	69
Velhas capitais, o capital do café e novas cidades	77
A industrialização e a hegemonia do Sudeste	88
Capítulo III	
A formação da Megalópole do Sudeste	102
O presente urbano	104
Variações no quadro político-econômico	109
A formação da megalópole	113
Capítulo IV	
Razão e poder: do território ao lugar	136
Razão e poder na organização do território megalopolitano	141
Poder e lugar: uma dimensão simbólica do espaço	147
O poder e a praça	151

Segunda Parte: Ação, lugar e território	173
Capítulo V	
O lugar na megalópole	175
O lugar em questão	177
A praça como índice do lugar	185
“Bons” desenhos em “maus” lugares	203
Capítulo VI	
A praça na periferia: um lugar da razão cotidiana	211
O cotidiano entre a alienação e a produção de razões não hegemônicas	212
Quem faz a praça?	218
Pracialidades possíveis	238
Capítulo VII	
Praças (?) para ricos	247
Bairros de alta renda e alta densidade habitacional	249
Praças (?) em bairros de baixa densidade	257
Capítulo VIII	
Ação comunicativa: do lugar ao território	271
A razão comunicativa: do cotidiano à manifestação pública	272
A megalópole como praça: lugar (também) da razão comunicativa	275
Praças centrais: esfera pública e ação comunicativa	279
Considerações finais: O espaço em ato e potência	329
Referências bibliográficas	336

Lista de figuras

. Fig. 1. A Megalópole do Sudeste do Brasil: eixos e vetores de expansão	126
. Fig. 2 e 3. Localização da Matriz e formação da Praça da Concórdia	154
. Fig. 4 e 5. A Praça da Concórdia no decorrer do século XIX	155
. Fig. 6. A Praça Barão de Campo Belo e o entorno tombado pelo IPHAN	156
. Fig. 7 e 8. A Praça Visconde de Mauá em eventos de 1943	158
. Fig. 9 e 10. Perspectiva do projeto da Praça Mauá e foto após a reforma	160
. Fig. 11. Localização das "praças" da RMSP apresentadas na tese	162
. Fig. 12. Vista geral do Centro Cívico de Santo André	163
. Fig. 13 e 14. Aspectos dos jardins no início dos anos 80	164
. Fig. 15. Vista parcial da praça no final dos anos 90	165
. Fig. 16 e 17. Vistas gerais da Praça "do" Itaú	167
. Fig. 18 e 19. A praça "do" Itaú	168
. Fig. 20. A Praça Conselheiro Rodrigues Alves no início do século XX	187
. Fig. 21. Inserção urbana da Praça Conselheiro Rodrigues Alves	188
. Fig. 22. A Praça em festa cívica	189
. Fig. 23. Imagem da Praça Conselheiro Rodrigues Alves nos anos 60	190
. Fig. 24, 25 e 26. O cotidiano da Praça Conselheiro Rodrigues Alves	192
. Fig. 27. Planta da cidade de Campinas em 1878	194
. Fig. 28. Localização das "praças" de Campinas apresentadas na tese	195
. Fig. 29, 30 e 31. O Largo do Rosário em três tempos: década de 20, 1930 e 1950	197
. Fig. 32. Planta da "praça cívica"	200
. Fig. 33 e 34. A Pça. Visconde de Indaiatuba e a Pça. Guilherme de Almeida em 1988	200
. Fig. 35 e 36. A Pça. Visconde de Indaiatuba após a reforma de 1995	201
. Fig. 37 e 38. Planta e foto da Praça Rodrigues de Abreu (Metrô Paraíso)	204
. Fig. 39. Localização das praças cariocas apresentadas na tese	206
. Fig. 40. Inserção urbana da Praça das Mães	207
. Fig. 41 e 42. Imagens da Praça (?) das Mães	209
. Fig. 43. A Praça Pres. Costa e Silva e suas imediações	222
. Fig. 44, 45 e 46. O cotidiano da Praça Pres. Costa e Silva	224
. Fig. 47. Inserção urbana da Praça Raul Garcia	226
. Fig. 48. A Praça Raul Garcia e suas imediações	227
. Fig. 49 e 50. A Praça Raul Garcia e a "Praça da Basílica"	228
. Fig. 51. O projeto da praça da Rua Itauçu	232
. Fig. 52, 53 e 54. A praça da Rua Itauçu em construção	233
. Fig. 55. Inserção urbana da praça no Conjunto Habitacional Padre Donizete II	235
. Fig. 56. A praça do Conj. Habitacional Padre Donizete II: implantação	236
. Fig. 57. Elaboração participativa de mosaico sobre o grande banco	237
. Fig. 58. Cotidiano da praça do Conj. Habitacional Padre Donizete II	237
. Fig. 59, 60, 61 e 62. Imagens da Rua Dr. Rubens de Carvalho, no Portal d'Oeste	240
. Fig. 63 e 64. Aspectos do campinho do Jd. Uruguai e entorno	242
. Fig. 65 e 66. Aspectos do campo do Pque. da Floresta e entorno	243

Fig. 67. O campinho na praça, Pque. da Floresta	244
Fig. 68 e 69. O campinho no fim da avenida, Jd. Lisa II	244
Fig. 70, 71 e 72. Ôcio de domingo: futebol, cerveja, bilhar, conversas... o campo é praça	246
Fig. 73. Inserção urbana da Praça Antero de Quental	250
Fig. 74, 75 e 76. Aspectos da Praça Antero de Quental	252
Fig. 77 e 78. Aspectos do cotidiano da Praça Antero de Quental	253
Fig. 79. O Largo Santa Cruz no início do século XX	254
Fig. 80 e 81. Aspectos do cotidiano do Largo Santa Cruz	255
Fig. 82. Vista geral do Largo Santa Cruz	256
Fig. 83. Projeto da Praça Vinícius de Moraes	256
Fig. 84 e 85. Vista parcial e vista geral da Praça Vinícius de Moraes	264
Fig. 86 e 87. Aspectos da Praça Vinícius de Moraes	267
Fig. 88, 89 e 90. Imagens do sistema de espaços livres públicos do Pque. dos Príncipes	270
Fig. 91. Inserção urbana das praças do entorno da Igreja Matriz, Santana de Pamaíba	285
Fig. 92, 93 e 94. Imagens do Largo da Matriz de Santana de Pamaíba	288
Fig. 95, 96 e 97. A Praça 14 de Novembro	289
Fig. 98. Vista parcial da Praça da Bandeira a partir da Pça. 14 de Novembro	290
Fig. 99. Vista da Praça da Bandeira	290
Fig. 100. A "Praça dos Macacos" e suas imediações	292
Fig. 101. O balneário e a praça no início do século XX	293
Fig. 102 e 103. Os dois lados da "Praça dos Macacos"	294
Fig. 104 e 105. O palco e o fontanário da "Praça dos Macacos"	294
Fig. 106. Inserção urbana do Largo da Carioca na área central do Rio de Janeiro	299
Fig. 107, 108 e 109. Largo da Carioca : aspectos do cotidiano	302
Fig. 110, 111, 112 e 113. Estudos preliminares de Burle Marx para o Largo da Carioca	303
Fig. 114. Vista geral do Largo da Carioca	304
Fig. 115. Inserção urbana da Praça Presidente Getúlio Vargas	307
Fig. 116, 117 e 118. A Câmara e a Praça Getúlio Vargas	309
Fig. 119. O Passeio Público e o Charlet Quiosque, por volta de 1890	313
Fig. 120. Vista geral do Centro de Convivência no final dos anos 70	315
Fig. 121. Centro de Convivência: cortes	315
Fig. 122 e 123. Área livre da Praça Imprensa Fluminense junto à barraca de sucos	318
Fig. 124 e 125. O Centro de Convivência em dia-de-semana e num domingo	319
Fig. 126. Evento cultural no Centro de Convivência	320
Fig. 127. O vão do MASP: croqui de Lina Bo Bardi	323
Fig. 128. O vão do MASP: solução estrutural	324
Fig. 129 e 130. O vão do MASP: brinquedos e arte	326
Fig. 131 e 132. Circo Piolim: estudos e apropriação do vão do MASP	326
Fig. 133 e 134. O vão do MASP: eventos musicais e políticos	327

Lista de tabelas

Tabela 1.	Dinâmica do mercado externo brasileiro e crescimento populacional do país na primeira dualidade brasileira	71
Tabela 2.	Vilas e cidades criadas no Brasil até 1720	73
Tabela 3.	Evolução da população de alguns importantes municípios brasileiros no período colonial e na primeira dualidade brasileira	76
Tabela 4.	Dinâmica do mercado externo brasileiro e crescimento populacional do país na transição para a segunda dualidade brasileira	78
Tabela 5.	Dinâmica do mercado externo brasileiro e crescimento populacional do país na segunda dualidade brasileira	80
Tabela 6.	População das principais capitais "litorâneas", de seus estados e do país e suas participações na população do país	81
Tabela 7.	A participação de alguns estados na indústria brasileira em 1920	82
Tabela 8.	A indústria na década de 20 em diversas regiões do Estado de São Paulo	85
Tabela 9.	Percentual do número de operários em relação ao total do Estado	85
Tabela 9.	Dinâmica do mercado externo brasileiro e crescimento populacional do país na transição para a terceira dualidade brasileira	90
Tabela 10.	A evolução da indústria brasileira (número de trabalhadores na indústria no Brasil e em diversos estados, entre 1920 e 1960)	92
Tabela 11.	Produtos e Investimentos no Brasil entre 1955 e 1967 (Taxas médias geométricas anuais de crescimento)	93
Tabela 12.	Taxas de urbanização, do país e por região, entre 1940 e 1960	94
Tabela 13.	Evolução populacional e industrial de diversas capitais brasileiras: 1940-1960	95
Tabela 14.	Aplicação dos investimentos estrangeiros estimulados pela Instrução 113 da Sumoc entre 1955 e 1960	95
Tabela 15.	Evolução demográfica e industrial de algumas cidades metropolitanas do país	97
Tabela 16.	Dinâmica populacional e industrial do Estado de Goiás e de suas capitais: A "velha Goiás" e a "nova Goiânia"	100
Tabela 17.	Produtos e Investimentos no Brasil entre 1962 e 1980 (Taxas médias geométricas anuais de crescimento)	110
Tabela 18.	Evolução populacional das regiões metropolitanas instituídas em 1973	115
Tabela 19.	Evolução populacional e industrial de alguns municípios sedes de regiões administrativas do Estado de São Paulo	121
Tabela 20.	Empregos ocupados por setor no Estado de São Paulo e em municípios sedes de regiões administrativas integrantes do território megalopolitano	123
Tabela 21.	Domicílios particulares ocupados e de uso ocasional em alguns municípios da Megalópole do Sudeste em 2000	125
Tabela 22.	Evolução populacional do Estado de São Paulo e de suas regiões administrativas	127
Tabela 23.	Evolução populacional das regiões de governo do Estado de São Paulo, que apresentaram as 5 maiores e as 5 menores taxas de crescimento anual entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 2000	128
Tabela 24.	Evolução populacional e industrial de algumas cidades de participação recente na Megalópole do Sudeste do Brasil	131

. Introdução

"A praça é o povo"

Fábio Penteadado, 1998: p. 78.

Após vinte anos de estudos sobre o espaço da costa nordeste dos Estados Unidos, o geógrafo Jean Gottmann, publicou, em 1961, seu volumoso e célebre *Megalopolis*.¹

Quando em 1962, em poucos dias, o arquiteto Fábio Penteadado, participou do Concurso Internacional Monumento de Playa Girón, Cuba, apresentou como memorial apenas três frases: "*De longe é paisagem, de perto é monumento. a praça é o povo*".²

Trabalhos tão diversos, na natureza, no método, no propósito. Ambos, no entanto, reveladores da seriedade e criatividade de seus autores, um no campo da ciência, outro, no domínio das artes. Ambos, à sua maneira, tendo como objeto o espaço humano.

Esta tese se debruça sobre o espaço, da megalópole e da praça; se empenha em demonstrar, dialeticamente, o embate entre diferentes racionalidades, globais e locais, sistêmicas e cotidianas, que caracterizam o espaço, da megalópole, da praça.

Para a arquitetura interessa o espaço do homem, de sua vida. Embora o espaço seja o objeto fundamental da arquitetura, não é próprio a ela, dada sua natureza como arte, deter-se na construção teórica relativa à conceituação do espaço. As interpretações formuladas sobre a natureza do espaço entre os arquitetos são, episodicamente, bastante ricas,³ entretanto não visam e não se constituem num corpo teórico estruturado que dê princípios de método para o entendimento do espaço humano. Tratam-se de interpretações da arquitetura, da cidade, ou mesmo da sociedade e do mundo, mas não do espaço humano, enquanto objeto da arquitetura. Para a arquitetura, o espaço é intuído, mais que conceituado. Sua teoria é a do projeto, da arquitetura e do urbanismo, não a do espaço.

¹ GOTTMANN, Jean. *Megalopolis - The urbanized Northeastern Seaboard of the United States*. Nova York: Twentieth Century Fundation, 1961.

² PENTEADO, Fábio et al. *Fábio Penteadado: ensaios de arquitetura*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998. p. 78.

³ Vide, por exemplo, as declarações de grandes arquitetos modernos do século XX, entre outros: Alvar Aalto, Le Corbusier, Louis Khan, Oscar Niemeyer, Mies Van der Rohe, Walter Gropius; ou de arquitetos críticos à modernidade: Aldo Rossi, Bernard Tschumi, Christian de Portzamparc, Peter Eisenman, entre outros.

Numa pesquisa acadêmica, mais que em sua práxis cotidiana, o arquiteto sente-se órfão de sua própria (in)disciplina no que tange aos pressupostos teóricos mais gerais.⁴ Quanto à categoria espaço, devemos à geografia a humanização do conceito, aliás o espaço é objeto fundante da geografia. O espaço humano, concreto, vivido, banal é o mesmo para qualquer disciplina que dele trate. O espaço do homem, conceituado pela geografia, não é “propriedade particular” dos geógrafos, ainda que o denominem, por vezes, espaço geográfico. Não existe um espaço da economia, outro da sociologia, outro da história e etc., o espaço do homem é um só. O conceito de espaço produzido pela geografia pode ser compreendido como uma contribuição desta ciência às demais ciências sociais. Evidentemente, compreendido o conceito, ele se tornará operativo em formas distintas, respeitadas as diferentes epistemologias de cada disciplina.

Dos trabalhos de Gottmann e Penteadó, dos anos 60, ao presente, o mundo mudou bastante. Presenciamos a uma aceleração vertiginosa dos avanços técnicos e científicos, patrocinados e conduzidos, em grande medida, pelos capitais hegemônicos. Vive-se hoje sobre o domínio da unicidade da técnica, conseqüentemente da unicidade do tempo, o “motor único” de que nos falava Milton Santos.⁵ A globalização, muito longe de reduzir o mundo a “aldeia global”, produz um fosso ainda maior entre ricos e pobres, entre possuidores e despossuídos, não apenas no âmbito das nações, mas mesmo no nível intra-urbano, notadamente nas grandes metrópoles, mesmo nos países cêntricos da economia capitalista. A globalização que se verifica produz duas grandes violências: a do dinheiro, em estado puro, e a da informação,⁶ destas derivam grande parte das demais práticas de violência nos espaços relacionados à globalização.

A atual globalização só é possível diante da criação de um sistema indissociável entre “tecnosfera e psicosfera”,⁷ em que a instância econômica e a instância cultural-ideológica por vezes se fundem de maneira a que cultura e economia se confundam. O sistema capitalista global é, aparentemente, inquebrantável, ideologias pós-modernas querem nos fazer crer na inexistência de estruturas, exatamente quando mais se fortalecem as estruturas do capital hegemônico;⁸ parecemos estar condenados a viver num eterno e imutável presente, quando, na verdade, aceleram-se as trocas e com

⁴ Esta orfandade não é privilégio apenas da arquitetura, a reflexão mais geral e abstrata no campo das ciências humanas quase sempre busca se valer da filosofia.

⁵ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 156.

⁶ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 38-44.

⁷ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 203. Abordaremos estes conceitos nos capítulos III e IV deste trabalho.

⁸ Não se trata de defender uma postura estruturalista ortodoxa, althusseriana, de primazia da estrutura sobre os processos, mas sim de reconhecer, diante do processo, a transformação das estruturas sociais. Voltaremos a esta discussão nos capítulos III e IV respectivamente os primeiros de cada parte desta tese.

elas, contraditoriamente, potencializam-se ações não previstas pela razão sistêmico-econômica, estabelecem-se razões divergentes às ordens globais.

Globalização e neo-liberalismo se impõem com maior violência às nações mais dependentes do capital internacional, cooptando o Estado para que garanta a produção de normas e demais condições à reprodução do capital global. As normas se impõem ao território e este, como recurso, à realização dos processos econômicos. Gera-se um meio em que atreladas técnica, ciência e informação vão estabelecer um maior ou menor poder de atração ao "bem vindo" capital global, na medida em que são mais ou menos densas suas redes técnicas numa porção territorial. A capacidade de modernização dos diversos pontos do território estabelecerá relações diferenciais. Estamos diante do período técnico-científico, de que falava Habermas⁹ ainda nos anos 60, ou, mais precisamente, diante do "meio técnico-científico-informacional",¹⁰ em que a fluidez e velocidade não suprimem o espaço como apregoa Virilio,¹¹ mas só pode se estabelecer nos espaços densamente tecnificados para isso. Portanto a aceleração contemporânea, o *just-in-time*, as ações globais em "tempo real", sejam produtivas ou especulativas, não prescindem do espaço, e de um espaço altamente informado e normado.

Na formação social brasileira, o território se re-estrutura de forma heterogênea, diante do componente inercial do espaço. As regiões Sul e Sudeste vão concentrar os maiores investimentos nos esforços de modernização do meio (capacitação diante das necessidades do capital corporativo), formando uma "Região Concentrada".¹² Mas várias outras áreas, difusas no território (porém não de maneira arbitrária ou ao acaso) vão se constituir também como modernas, sobretudo voltadas à economia agrícola de exportação. A economia de soja, é um bom exemplo, reestruturando áreas específicas de diversos estados pouco vinculados à economia industrial do Sudeste, tais como Tocantins, Piauí e Maranhão, para não falar de sua ocupação no Centro-Oeste.

No âmbito da dinâmica urbana, são dignos de nota como espaços globalizados as formações metropolitanas, principalmente as da Região Concentrada: São Paulo e sua expansão macrometropolitana, criando novas áreas de conurbação (Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba, Sorocaba), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Também merecem menção as formações metropolitanas em torno de antigos e importantes núcleos urbanos da economia nordestina (Salvador, Recife,

⁹ HABERMAS, Jürgen. (1968). Técnica e ciência enquanto "ideologia". In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução: Zeljko Loparic. São Paulo: Abril, 1975. p. 303-333. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLVIII)

¹⁰ SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. p.37-40.

¹¹ VIRILIO, Paul (1984). *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

¹² SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 268-271.

Fortaleza, sobretudo, e, em menor escala, São Luís) e amazônica (Belém); além das situações mais recentes de Brasília e Manaus, esta última, verdadeiro enclave da indústria eletrônica transnacional em meio à hielia.

A despeito da hegemonia da racionalidade global, as práticas efetivas, mesmo nos lugares de maior interesse do capital global, são estabelecidas através de conflitos, mais ou menos conscientes, entre a razão global (sistêmica) e a razão local, da ação comunicativa, inter-subjetiva, do cotidiano.¹³ A globalização (das sociedades) e a mundialização (da cultura) atravessam o espaço,¹⁴ mas não aniquilam outras formas de racionalidade. Tratam-se de processos dialéticos, onde as contradições engendram o movimento da totalidade.

O espaço, como instância social, como conjunto indissociável entre o sistema de objetos e o sistema de ações,¹⁵ participa, com valor ativo, dialeticamente, do embate entre as racionalidades divergentes: locais, nacionais e globais; de dominação ou comunicativas. Nesta perspectiva, o objeto central da tese é o espaço, não como abstração teórica, nem como empiria epifenomênica, mas, a partir de uma abordagem dialética entre teoria e empiria, busca-se compreender o espaço concreto: a megalópole como sub-espaço da totalidade concreta e a praça como signo do lugar. ←

Diante do interesse em compreender o espaço, notadamente à luz de forte impacto dos processos de globalização e mundialização, a escolha do objeto empírico recaiu na área mais densamente urbanizada da Região Concentrada brasileira, no seu epicentro econômico, qual seja o eixo Campinas - São Paulo - Rio de Janeiro e suas ramificações principais. Trata-se de um sub-espaço claramente estruturado a partir dos interesses da razão econômica, atendendo aos agentes do capitalismo global, e, em paralelo, propiciando forte difusão de padrões cosmopolitas (mundialização). Tal eixo, como demonstraremos nos capítulos II e III, possui uma urbanização de tal maneira intensa e qualificada que resulta numa metamorfose urbana. Mais do que um espaço de expansão metropolitana, constitui-se, no presente, numa megalópole, num espaço poli-cêntrico, de difusão não apenas das plantas

¹³ A ação comunicativa, como proposição habermasiana de superação da crise da razão, será objeto de discussão em vários momentos da tese, sobretudo nos capítulos I, VI e VIII. Cf. HABERMAS, Jürgen (1981). *The theory of communicative action*, Vol. 2: *Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*. Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Ou, de maneira mais sintética: Idem (1985). *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990. cap. XI. p. 275-307.

¹⁴ ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 2000. p. 57.

¹⁵ Cf. SANTOS, Milton (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. A discussão sobre o conceito do espaço é um dos temas centrais do capítulo primeiro desta tese.

industriais, mas *locus* do terciário superior,¹⁶ difusor e concentrador de ordens, informações e idéias.

As diferentes escalas de análise do espaço permitem melhor compreendê-lo, dos aspectos estruturais aos “microscópicos” níveis de apropriação social. Assim, busca-se compreender relações dialéticas transversais entre: razão de dominação, ação comunicativa, território e lugar. Pode-se, desta forma, investigar desde questões mais gerais da inter-relação entre as instâncias sociais (economia, cultura e espaço) em situações concretas do território, até avaliar criticamente desenhos e usos sociais do espaço público na escala do lugar. Território e lugar, em análise dialética, permitem níveis de compreensão maiores do que se tomássemos a cada um como totalidades isoladas. Como diz Milton Santos: “...*Tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplia com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. É daí que advém uma possibilidade de ação...*”¹⁷

Para compreender situações de transversalidade de diferentes razões sobre o território megalopolitano, escolheu-se investigar a praça na megalópole. A praça não apenas como forma espacial, um objeto, mas como forma-conteúdo, como um sub-espaço, um sub-sistema indissociável de objetos e ações. Discute-se, neste contexto, a natureza da praça na contemporaneidade, do espaço público, da cotidianidade nestes lugares.

Diante da celeridade do mundo contemporâneo, da crescente valorização da esfera de vida privada, das virtualidades e das práticas informacionais em tempo real à escala global, faz sentido dirigir nossa atenção à praça, esta velha invenção humana destinada à vida pública?

Procurar-se-á demonstrar que sim. O mundo não pode ser reduzido aos velozes e dominantes processos da globalização capitalista, as ações humanas não são apenas movidas pela razão instrumental. Como bem afirmou Milton Santos,¹⁸ a resistência oferecida por cada lugar, aos processos globais, permite sua diferenciação. O tempo lento, dos pobres, permite uma percepção do meio urbano mais profunda, permite uma atitude criativa, uma produção cultural rica. A possibilidade do contato interpessoal público, oferecida pela praça, ainda permite o estabelecimento de ações culturais fundamentais, desde interações sociais do cotidiano até as manifestações

¹⁶ São estas as características fundamentais que levaram a Jean Gottmann (1961) a denominar de *Megalopolis* o espaço da costa Nordeste dos Estados Unidos. Seu amplo estudo envolveu dezenas de variáveis, mas são os fluxos de mercadorias, pessoas e idéias realizados num espaço urbano de forte continuidade, a uma densidade muito mais elevada que em demais situações, que caracterizam, segundo Gottmann a *Megalopolis*. Vide Capítulo I e III desta tese.

¹⁷ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 116-117.

¹⁸ Milton Santos, *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 250-273.

cívicas. A praça, enquanto espaço do ócio e mesmo do comércio, potencializa a razão comunicativa e uma noção de identidade urbana que dificilmente o lazer na esfera de vida privada poderia propiciar.

Em algumas grandes cidades há uma crescente privatização na apropriação de diversas praças. Tais situações não podem ser generalizadas. Hoje nas cidades médias e pequenas, nas periferias e áreas centrais das grandes cidades da megalópole brasileira vê-se, ainda, a pertinência da praça como lugar da esfera de vida pública.

Diante da aceleração promovida pela globalização capitalista, alguns crêem mesmo no fim da esfera de vida pública, com o enfraquecimento do Estado-nação, com a hibridização entre o setor privado e público na esfera das normas e regulações da atividade econômica. Na verdade, o que se observa são mudanças nas esferas de vida pública e privada, continuando o processo de transformação iniciado com a industrialização e o advento da sociedade burguesa. Neste sentido a visão de Habermas,¹⁹ ou de Hannah Arendt,²⁰ sobre a questão das mudanças na esfera pública parecem mais úteis para compreendermos o presente que as posições reducionistas de Richard Sennet.²¹

Demonstrar-se-á a relevância ainda maior, nos dias atuais, dos espaços voltados à vida pública, como espaços potenciais ao estabelecimento da razão comunicativa, da consciência e da ação na *vita activa*.²² Diante de processos alienantes não apenas na esfera do trabalho mas também no ócio, transformado em lazer (ócio programado), a esfera de vida pública se apresenta efetivamente com vital importância enquanto espaço de resistência e de busca de alternativas à globalização socialmente injusta que

¹⁹ HABERMAS, Jürgen (1962). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

²⁰ ARENDT, Hannah (1958). *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

²¹ SENNET, Richard (1974). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²² O conceito de *vita activa*, elaborado por Hannah Arendt, envolve os três níveis da atividade humana, o labor (no domínio das necessidades biológicas), o trabalho (no domínio das necessidades econômicas) e a ação (no domínio da política). Cf. ARENDT, Hannah. op. cit. p. 15.

presenciamos. Os “espaços livres públicos”,²³ notadamente as praças, como se verificará neste trabalho, são sub-espaços importantes à cidade, à cidadania; mesmo, e sobretudo, diante da globalização, da qual a Megalópole do Sudeste é exemplo significativo; mesmo que as elites deles tenham se afastado. A praça nas grandes cidades da Megalópole brasileira não é um sub-espaço necessariamente decadente; os pobres dela vem participando mais, tornando no presente, ainda mais pertinente a afirmação de Fábio Penteadó ([1962] 1998: p. 78): “A praça é o povo”.

Não apenas a praça contribui com a cidadania neste novo século. A própria megalópole, espaço por excelência da razão global, estruturado para atender os interesses dos grandes capitais, é, também por isso, um sub-espaço de forte atração dos pobres da nação. As camadas de menor renda da população “refazem” a megalópole em seu cotidiano, possibilitando, dialeticamente à sua lógica estrutural, o estabelecimento de uma consciência a partir da experiência concreta da escassez. Milton Santos²⁴ desenvolve inicialmente raciocínio análogo para as grandes cidades, para as metrópoles. Diante da pesquisa elaborada para esta tese, se explicitará como também para a megalópole são válidas estas afirmações.

Como território de alta densidade técnica e informacional, a megalópole também se constitui como espaço de alta densidade comunicacional. Permite-se que mesmo moradores de pequenas cidades de seu território estabeleçam uma maior troca de experiências, ampliando-se as potencialidades da *vita activa*.²⁵

Este trabalho apresenta algumas contribuições de natureza teórica, no campo da conceituação e do método, buscando colaborar na perspectiva da teoria do lugar. O estudo confirma o lugar como importante dimensão do espaço, onde operam, por excelência, racionalidades não hegemônicas. A relevância do lugar, fundamenta a leitura das diversas praças pesquisadas, das quais selecionamos cerca de trinta para a redação da tese.

²³ A expressão “espaço livre público” é corrente em arquitetura paisagística, no entanto diante do conceito de “espaço” de Milton Santos, empregado nesta tese, utilizamos a referida expressão sempre entre aspas, significando: um sub-espaço (na asserção geográfica do termo); urbano (não somente da cidade); livre (sem cobertura), “livre de edificação”, como diz Miranda Magnoli (1986: p. 112); de propriedade e acessibilidade públicas. Para a discussão da expressão “espaço livre público” no âmbito urbanístico e paisagístico vide: MAGNOLI, Miranda M. E. M. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Idem. O parque no desenho urbano. In: TURKIENIKZ, Benamy, MALTA, Maurício (Edit.). *Desenho Urbano: Anais do II SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986. p. 111-120. BARTALINI, Vladimir. Espaços livres públicos na cidade. *Óculum*. Campinas, n. 4, p. 64-67, nov. 1993.

²⁴ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 81-86. Idem. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 258-262.

²⁵ No Capítulo VIII caberá maior discussão sobre o conceito de *vita activa* e sua relação com a esfera de vida pública.

Os princípios teóricos e de método empregados, descritos de forma geral no Capítulo I, e no início de cada capítulo diante da ênfase temática respectiva, se mostraram valiosos à abordagem da pesquisa. Podem referenciar outros estudos urbanos, notadamente aqueles que buscam se valer da perspectiva dialética relacionando território e lugar. A interação teórica que se estabeleceu neste trabalho, notadamente entre a teoria da ação comunicativa de Habermas²⁶ e a geografia nova, ou crítica, de Milton Santos,²⁷ pode contribuir para a compreensão e atuação do arquiteto e urbanista sobre o espaço.

Ao estudar, ainda de forma preliminar, a Megalópole do Sudeste, lançam-se algumas provocações para que os estudos urbanos no Brasil não se estabeleçam apenas nas escalas mais tradicionais. A metrópole corporativa e fragmentada de que falava Milton Santos, exemplificando com o caso de São Paulo,²⁸ se estabelece, agora, para além do estrito limite oficial das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, ou mesmo de Campinas e da Baixada Santista, constituindo o território megalopolitano. Anseia-se que se possam averiguar os impactos de uma estruturação megalopolitana nos mais diversos níveis de ação, da cotidiana a global, no próprio território da Megalópole. Abre-se uma linha de pesquisa.

Ao estudar dezenas de “espaços livres”, de apropriação pública, pôde-se conceituar a praça na contemporaneidade (vide, sobretudo o primeiro capítulo, mas também do Capítulo IV até as Considerações Finais). Mais do que escrever uma definição, insere-se o conceito num quadro teórico mais amplo, da geografia nova. Partindo do conceito de espaço de Milton Santos (1989, 1994, 1996) tem-se a indissociabilidade entre forma e conteúdo, entre sistema de objetos e de ações. “... A ação não se dá sem que haja um objeto; e quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto...”.²⁹ Portanto a praça, como sub-espaço, será não apenas fruto de seu sistema de objetos (entorno edificado, área livre em si e seus diversos elementos - pisos, mobiliário, vegetação, água, etc.), mas da interação

²⁶ Cf. HABERMAS, Jürgen (1981). *The theory of communicative action*. Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Idem (1983). *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Idem. (1985). *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução: Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

²⁷ Nesta tese, empregamos a expressão “geografia nova” ou “geografia crítica” tendo como referência a geografia crítica norteada sobretudo pela obra de Milton Santos, guardando certa distância à “geografia crítica” marxista ortodoxa. Estas expressões estão inclusive no próprio título de um de seus principais livros da década de 70, obra em que o geógrafo define as bases de sua geografia crítica, ou “nova”, em clara distinção, entre outras, à “nova geografia” (*New Geography*), de matriz quantitativa. Cf. SANTOS, Milton (1978). *Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

²⁸ SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

²⁹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77.

indissociável deste com o sistema de ações. Só há praça se ela se presta ao encontro no âmbito da esfera de vida pública. Desta forma vários logradouros oficialmente denominados como praça não o são, outros se “pracializam”, em determinados momentos de apropriação pública, outros são híbridos entre praça e jardim, entre praça e edifício, conforme explicitaremos ao longo de diversos capítulos.

No campo da prática profissional da arquitetura paisagística ou do urbanismo, notadamente no que se refere ao projeto ou plano de “espaços livres públicos”, esta tese pode alertar para que as preocupações de natureza estética ou ambiental, não devam ser as únicas a motivar o debate sobre a prática criativa. Novamente a questão do lugar há que ser lembrada. “A praça é uma manifestação do espaço geográfico que se dá como lugar, pois é um espaço do acontecer solidário”.³⁰ O conceito de praça já pode se constituir em elemento norteador de planos e projetos. Lugares inadequados, pela impropriedade do sistema de objetos e de ações que se realizam no entorno, tendem a inviabilizar qualquer desenho de praça, ainda que, aparentemente, sejam de competente elaboração. Muitas são as praças apenas no projeto e no discurso do arquiteto. Por outro lado, devemos ser capazes de reconhecer também o inverso: muitas são as praças sem projeto do arquiteto. Aprendamos com o lugar, com quem dele se apropria. ←

A estrutura de redação da tese procura refletir a dimensão dialética que percorreu a pesquisa. Os pressupostos teóricos não se colocaram *a priori* mas foram sendo paulatinamente relacionados ao longo da pesquisa, na medida, também, em que foi se construindo o método e o objeto desta tese. Deste modo, na redação, visou-se, articular a teoria com a empiria, o geral com o particular, a explicação com a crítica, a praça com a megalópole. O método é processo.

Dada a necessária linearidade da linguagem escrita acadêmica, optou-se por estruturar cada capítulo a partir de ênfases temáticas. Não são assuntos isolados, mas questões que vão se entrelaçando, objetivando levar o leitor a uma compreensão inter-relacionada dos diversos capítulos. Trata-se de uma repartição estratégica da totalidade do trabalho, buscando o esclarecimento demonstrativo do corpo da tese, sem perder a unidade dialética da mesma.

A estrutura da redação é composta de duas partes, cada uma com quatro capítulos. A ênfase da Primeira Parte está nas relações entre a razão de dominação e a estruturação do espaço: do território ao lugar, da megalópole à praça.

O primeiro capítulo parte da discussão conceitual fundamental à tese de duas categorias: a razão e o espaço. Busca-se na filosofia e na

³⁰ Conforme Maria Adélia de Souza em reunião de orientação diante de uma versão preliminar desta tese; jul. 2001.

geografia crítica as bases mais gerais, de natureza teórica e de método, da tese. Em seguida apresenta-se, a partir do processo de estabelecimento do objeto da pesquisa, os conceitos de megalópole e da praça na contemporaneidade. O primeiro conceito, a megalópole, tem como base o citado estudo de Jean Gottmann (1961), mas diante do contexto da Região Concentrada brasileira, dos processos corporativos e fragmentados que caracterizam a metrópole paulistana (Milton Santos, 1990) e a própria Megalópole do Sudeste. O segundo conceito, a praça no presente, parte da conceituação de espaço e lugar de Milton Santos (1978, 1982, 1985, 1989, 1994, 1996). Ambos só tiveram sua elaboração concluída com o fim da pesquisa.

O segundo e terceiro capítulos vão ter como tema a formação da megalópole brasileira. No Capítulo II expõe-se um quadro da urbanização brasileira, inter-relacionado à formação sócio-espacial do país. Tal quadro intenciona demonstrar como a estruturação prévia do território se constitui como base para a localização da megalópole no momento seguinte. No Capítulo III tem-se a exposição da formação, propriamente dita, da megalópole, de sua dinâmica e estrutura como resultado dos processos econômicos do período técnico-científico-informacional de natureza global.

O quarto capítulo tem na questão das relações entre poder e espaço seu tema central. Fundamenta-se a abordagem sobretudo em Raffestin,³¹ que transpõe a discussão foucauldiana³² sobre o poder para a instância espacial, notadamente para o território. O território e, particularmente nesta tese, o território megalopolitano, como espaço que se organiza de acordo com o poder dos atores sintagmáticos.³³ Na escala da praça, discorre-se a respeito do espaço simbólico, manifestação do poder institucional, público, religioso ou, entre outros estudos de caso, do emprego da arquitetura e do “espaço livre público” como imagem de uma grande corporação capitalista. A praça permanece como sub-espaço de representação do poder, mas novos lugares, bem menos públicos vão se tornando imagem do poder, da modernidade, da própria cidade.

Se a Primeira Parte tem na razão de dominação, no poder, elementos fundamentais para que possamos compreender o espaço, este, como afirmamos não é apenas fruto de tais racionalidades. Desta forma, a

³¹ RAFFESTIN, Claude (1980). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

³² Adotamos, como propõe José Guilherme Merquior, a expressão “foucauldiana” ao invés de “foucaultiana”. MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault, ou o nihilismo de cátedra*. Tradução: Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 9. Vale lembrar que o referido livro de Merquior foi reconhecido por Sérgio Rouanet (1987: p. 193) como “... de longe a síntese mais completa, mais bem documentada e mais brilhantemente escrita ... até hoje sobre o pensador francês...”.

³³ Atores sintagmáticos, segundo Greimas e Raffestin, são todos aqueles que realizam um programa. Como exemplo tem-se as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e pelas empresas. Voltaremos a estes conceito no Capítulo IV. Cf. RAFFESTIN, Claude (1980). *Por uma geografia do poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 40.

Segunda Parte enfatiza a possibilidade concreta de reação, dialética, da ação comunicativa, na esfera pública, e da construção histórica no cotidiano. Espacialidades que demonstram a oportunidade da reflexão sobre o lugar e o território, sobre a praça e a megalópole.

O Capítulo V constitui-se numa defesa do lugar. Diante dos processos de globalização e mundialização, o lugar como dimensão do espaço concreto, banal, é, ao mesmo tempo, potente para refazer o mundo. Transformando, em maior ou menor medida, as ordens exógenas (globais, nacionais, estaduais) diante das rugosidades espaciais, da inércia dinâmica, de que nos falava Milton Santos (1978, 1996). Afirma-se a praça como expressão do lugar, espaço do acontecer solidário, orgânico e organizacional. Apresentam-se estudos de caso de praças em cidades bastante diferentes da Megalópole que demonstram a inércia do lugar, tanto agindo positivamente para a permanência de significados nos “espaços livres públicos” a despeito de alterações no sistema de objetos, quanto o inverso: “belos desenhos” incapazes de mudar os lugares.

Os capítulos VI e VII tem como interesse a praça nos tecidos intra-urbanos predominantemente habitacionais, de cidades da Megalópole do Sudeste. A dimensão do cotidiano, de suas racionalidades e potencialidades, se constitui na base para discussão destes sub-espaços. A partir de autores bastante diversos - Kosik,³⁴ Heller,³⁵ Certeau,³⁶ e Habermas³⁷ - mas que tem em comum a valorização do cotidiano como elemento de transformação social, pode-se ir a campo com uma perspectiva bastante aberta. Conseguiu-se, com tal olhar, “descobrir” ricas praças de pobres (Capítulo VI) e movimentadas praças de ricos (Capítulo VII), demonstrando que a esfera de vida pública apresenta-se com relativo vigor, mesmo em sistemas de objetos precários (espaços dos pobres) ou naqueles em que todos alardeiam o fim do espaço público (dos ricos). No entanto, nos “bairros-fortaleza” edificadas para os ricos e remediadas encontrou-se o previsto: jardins e simulacros da natureza selvagem ou mais comedida, à inglesa; nenhuma praça real.

Ao último capítulo, reservou-se à discussão do mais público dos espaços: a praça central. A discussão da esfera de vida pública, a partir de Arendt e Habermas tem aqui maior destaque. As movimentadas praças centrais possuem múltiplos significados, a despeito do porte das cidades. Apresenta-se desde situações em cidades megalopolizadas pequenas (Santana de Parnaíba) e médias (Poços de Caldas) até praças em cidades

³⁴ KOSIK, Karel (1963). *Dialética do concreto*. Tradução: Célia Neves, Alderico Toríbio. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³⁵ HELLER, Agnes (1970). *O cotidiano e a História*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

³⁶ CERTEAU, Michel de (1990). *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução: Ephraim Alves. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

³⁷ HABERMAS, Jürgen (1981). *The theory of communicative action* (1981). Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Vol. 2. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason.

milionárias de periferia metropolitana (Guarulhos) e nos principais núcleos metropolitanos da Megalópole (Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo). A questão do edifício como praça, ou vice-versa, é aqui apresentada e discutidos casos de sucesso e de fracasso.

Nas considerações finais afirma-se o espaço, da megalópole e da praça, em ato e potência, no embate dialético entre as racionalidades de dominação e de ação comunicativa.

Assim, a pesquisa oferece uma abordagem contemporânea sobre o espaço. Não se pretende uma sintonia com a “última moda” intelectual importada da Europa ou dos Estados Unidos; mas contribui-se para o entendimento de novas realidades urbanas, como a formação, corporativa e fragmentada, da megalópole brasileira. A fragmentação do espaço diante da paralela configuração de território megalopolitano permite ainda reconhecer, além das acelerações técnico-científico-informacionais, a importância da praça, “...*verdadeira representação do espaço banal, espaço de todos os homens*”.³⁸

³⁸Maria Adélia de Souza, em reunião de orientação, jul. 2001.

**. Primeira Parte:
Razão, território e lugar**

Esta Primeira Parte apresenta, de forma relacionada, os principais elementos teóricos que permitiram a construção paralela do método e do objeto de pesquisa. A razão (de dominação) e o espaço são o tema central desta parte. Tem-se aqui maior ênfase para a compreensão da megalópole em seus aspectos estruturais, ligados à razão econômica. Além disso, as práticas de elaboração da forma espacial no intuito de representar o poder constituem-se, também, racionalidades de dominação. O poder se processa nas mais diversas relações, das pautadas pela razão sistêmica, mais global, à criação de símbolos no espaço, na dimensão do lugar.

**I. Teoria em movimento:
a construção simultânea
do método e do objeto**

Neste capítulo apresentam-se questões de método e do objeto de pesquisa, fundamentadas num amplo arco de posições teóricas. A constituição de um quadro referencial teórico, não se dá *a priori*, faz-se no processo de trabalho. Elabora-se, desta maneira, um quadro referencial heterodoxo, híbrido mas não antagônico, evitando-se a "metodice",¹ sem descuidar, evidentemente, do rigor, o que invalidaria a discussão acadêmica. Assim a teoria, o método e a empiria foram mutuamente revelando o objeto da pesquisa, que paulatinamente foi sendo redefinido e compreendido.

Não se apresentam aqui todos os referenciais teóricos relevantes da tese, apenas os mais gerais, pertinentes a todo o trabalho. Diante do assunto específico de cada capítulo, haverá então a apresentação dos elementos teóricos que mais se relacionaram a cada um deles.

A interação entre os principais conceitos do quadro teórico geral, a "teoria maior", e a investigação do objeto permitem, ao fim do processo de pesquisa, que também se contribua conceitualmente para a formulação da teoria específica à situação investigada, a "teoria menor". Desta forma, apresenta-se neste capítulo um quadro mais geral conceitual referente à "teoria maior", sobretudo de natureza filosófica e de teoria geográfica, o processo de redefinições do objeto de pesquisa e uma conceituação própria a ele que pode ser generalizada dentro do quadro da "teoria menor". Busca-se estabelecer o enunciado da tese, esclarecer seu título: A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa.

Acreditamos na possibilidade de um avanço do conhecimento por interfaces de abordagens não excludentes mas complementares. Evidentemente isto exige que se tome os devidos cuidados para não confundir uma posição heterodoxa com uma síntese apressada de posições contraditórias.

Compreender o espaço, uma situação, pressupõe um esforço prévio e paralelo de método caso contrário estar-se-ia no campo superficial da descrição epifenomênica ou da impressão subjetiva sobre o espaço. Partimos de uma frase bastante provocativa de Milton Santos: "*Tudo que existe é*

¹ FERRARA, Lucrécia. *A estratégia dos signos*. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. XIII.

lógico”,² no sentido em que toda a realidade tem sua razão de existência. Compete-nos, enquanto pesquisadores, procurar explicar as lógicas, as razões de existência dos fenômenos que pesquisamos. O espaço tem sua razão, ou melhor suas razões. Busca-se apresentar nossa posição diante destas duas categorias básicas: a razão e o espaço. A questão da totalidade perpassa nossa discussão das duas categorias, e nos permite tecer relações entre ambas.

Razão e espaço, categorias básicas da filosofia e da geografia, respectivamente, são extremamente amplas e passíveis de diferentes concepções, fundadoras de diferentes epistemologias. Foge, evidentemente, do escopo deste trabalho uma discussão “completa” de qualquer uma delas. Interessa-nos apresentar aqui estas duas categorias enquanto premissas fundadoras do método construído para nossa compreensão do objeto. Ao apresentar nossas referências teóricas fundamentais sobre ambas as categorias pretende-se, também, deixar clara a nossa posição diante do embate contemporâneo sobre a razão e, quanto a categoria espaço, propiciar um intercâmbio entre a geografia, notadamente a geografia crítica, e a arquitetura e urbanismo, principalmente para as correntes contemporâneas críticas.

Com este último propósito apresentamos além da discussão sobre o conceito de espaço, uma apresentação de categorias fundamentais ao conhecimento geográfico, todas incluídas na categoria mais geral, o espaço. Após esta apresentação torna-se útil discorrer, ainda que brevemente, sobre as categorias de análise da geografia de Milton Santos que empregamos para compreender o objeto desta tese, evidentemente, estas categorias de análise só fazem sentido dentro das premissas mais gerais de teoria e de método construídos na geografia crítica de Milton Santos. Tais pressupostos são, sem dúvida, nossa maior referência na discussão ontológica e epistemológica do espaço.

Por fim, tratar-se-á da conceituação dos objetos da pesquisa: a megalópole e a praça. Tais conceitos foram construídos ao longo do processo de pesquisa e elaboração da tese, frutos que foram do embate entre teoria e empiria.

² Frase proferida em aula pelo Professor Milton Santos, enquanto discorria sobre os conceitos de natureza, natureza primeira e natureza segunda. Disciplina: A Reorganização do Espaço Geográfico na Fase Histórica Atual, Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, set. 1996.

Razão e totalidade

A questão da totalidade é central para a caracterização de diferentes visões de mundo, tanto no âmbito mais geral, na distinção das civilizações, quanto no âmbito do debate iniciado no século XX sobre a razão. Esta questão originariamente filosófica, vai se refletir, nas ciências e nas artes, de forma nem sempre muito coerente, inclusive na arquitetura e urbanismo.

Das luzes à dominação

"Não existe racionalidade em si, nem racionalidade absoluta. O racional de hoje pode ser o irracional de amanhã, o racional de uma sociedade pode ser o irracional de outra."

M. Godelier (1967: p. 312), apud M. Santos (1987: p. 54)

A afirmação de Godelier nos anima a discutir, ainda que brevemente, alguns aspectos da razão iluminista: dos postulados da Ilustração às suas metamorfoses que tanto serviram para o estabelecimento da dominação capitalista. Não se trata, em nenhuma hipótese, de afirmar o iluminismo do século XVIII como a origem de todas as mazelas do mundo capitalista do século que acaba de se findar. A partir da Revolução Francesa, com a ascensão da burguesia ao poder, a razão iluminista vai fomentar uma dialética entre uma razão libertária e uma razão de dominação, ambas, com claras raízes na razão da Ilustração.³

A Ilustração afirmava ter como objetivo central libertar os homens. Livrá-los do medo, dos dogmas e dos mitos através da razão, do saber. A razão não restrita ao mundo dos sábios e filósofos, mas estendida à

³ A distinção que fazemos neste trabalho entre "iluminismo" e "Ilustração" é a preconizada por Rouanet ao esclarecer que os princípios de uma razão voltadas à libertação tão caracterizadora do pensamento europeu do séc. XVIII definem o período da "Ilustração". Entretanto o esforço da razão neste sentido libertador não é privilégio único dos filósofos do século XVIII, para esta característica geral de forma da razão, Rouanet reserva o termo "iluminismo". Assim, há autores iluministas anteriores e posteriores ao século XVIII, o século da "Ilustração". Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 28-29.

prática da ciência e dos cidadãos em seu cotidiano. A Ilustração buscava uma verdadeira revolução na forma de pensar das pessoas, em seu mundo cotidiano. Perguntado sobre o que é o iluminismo, pelo periódico *Berlinish Monatsschrift*, em 1874, Kant respondeu:

“ Consiste na superação da minoridade, pela qual o próprio homem é culpado. A minoridade é a incapacidade de servir-se de seu próprio entendimento, sem direção alheia. O homem é culpado por essa minoridade, quando sua causa não reside numa deficiência intelectual, mas na falta de decisão e coragem de usar a razão sem a tutela de outrem. Sapere aude! Ousa servir-te de tua razão! Eis a divisa da Ilustração”.⁴

A Ilustração se propunha a criticar as tutelas, sobretudo institucionais, a igreja e a aristocracia rural, que impediam o uso da razão. O pensamento iluminista do século XVIII revelou possuir uma forte ambigüidade. Por um lado a esperança emancipatória do homem a partir da razão, daí o alto valor atribuído às ciências, atividades “intrinsecamente racionais”, que resulta no desenvolvimento técnico, deste no desenvolvimento econômico e daí no progresso da humanidade. Tudo isto levava a uma postura crítica, a uma racionalidade crítica, colaborando para destruir a velha ordem feudal. Neste sentido humanístico crítico, os autores da ilustração são também unânimes em criticar o escravismo, entendido como uma forma desumanizadora da sociedade.

Além disso, muitos dos ideais genéricos da Ilustração até hoje vem sendo buscados, ainda que não pelos atores hegemônicos da atualidade.⁵ *“... A Ilustração foi, apesar de tudo, a proposta mais generosa de emancipação jamais oferecida ao gênero humano. Ela acenou ao homem com a possibilidade de construir racionalmente o seu destino, livre da tirania e da superstição. Propôs ideais de paz que até hoje não se realizaram. Mostrou o caminho para nos libertarmos do reino da necessidade, através do desenvolvimento das forças produtivas. Seu ideal de ciência era o de um saber posto a serviço do homem [...] Sua moral era livre e visava uma liberdade concreta, valorizando como nenhum outro período a vida das paixões e pregando uma ordem em que o cidadão não fosse oprimido pelo Estado [...] e a mulher não fosse oprimida pelo homem. Sua doutrina dos direitos humanos era abstrata, mas por isso mesmo universal, [...] suscetível de apropriações sempre novas e gerando continuamente novos objetivos políticos”*.⁶

⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 30-31.

⁵ Tais atores, as gigantescas corporações capitalistas, são sediadas, em aparente paradoxo, exatamente nos países que melhor assimilaram os aspectos mais pragmáticos da razão iluminista, transformada rapidamente em razão prática, econômica, instrumental, de dominação.

⁶ ROUANET, op. cit. p. 27.

Por outro lado se a razão iluminista era crítica à velha ordem estabelecida, ela não era suficientemente auto-crítica.⁷ A “fé” na razão, na ciência e no progresso, colocava a maioria dos pensadores da ilustração favoráveis à sociedade capitalista. Rousseau é a mais notável exceção. Os avanços da industrialização eram percebidos como avanços de libertação e de um futuro, quando não um presente, de prosperidade crescente dos cidadãos. A cidade industrial liberta o homem simultaneamente do senhor e do padre. Se isto era visível aos olhos iluminados parece que não o foi a exploração, a degradação física e moral do proletariado urbano. Interessante observar, também, a ausência de textos críticos sobre a servidão em países como a Rússia, para os quais foi intensa a colaboração intelectual dos autores iluministas.

As teorias iluministas que auxiliaram para a queda da ordem feudal e ascensão do capitalismo industrial, vão se metamorfosear, a partir do século XIX, com a instauração da burguesia como classe dominante, em ideologia da classe dominante, servindo para a manutenção e para a ampliação da dominação capitalista. Qualquer conhecimento que não possua base racional, científica, é desprezado.

Segundo Max Weber: “... *decisivamente, o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do Direito Racional. A tudo isto se deve ainda adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia*”.⁸ Para Weber a razão econômica (orientada exclusivamente para a satisfação das necessidades, num sentido mercantil e de rentabilidade) nascida do ascetismo protestante pôde, a partir do crepúsculo da Ilustração, perder o sentido religioso e disseminar por diversos setores da vida social os padrões de decisão racional.⁹ Esta racionalização da sociedade está ligada à

⁷ Kant, talvez o maior autor a interpretar filosoficamente a época da Ilustração ainda no século XVIII, já iniciara este processo de concepção auto-crítica da razão: “*A crítica não se opõe ao procedimento dogmático da razão no seu conhecimento puro como ciência (pois esta deve sempre ser dogmática, isto é, deve poder ser provada rigorosamente a partir de princípios seguros a priori), mas sim ao dogmatismo, isto é, à pretensão de progredir apenas com um conhecimento puro baseado em conceitos (o filosófico), segundo princípios há tempo usados pela razão, sem indagar contudo de que modo e com que direito ela chegou a eles. Dogmatismo é, portanto, o procedimento dogmático da razão sem uma crítica precedente do seu próprio poder...*”. KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: Valério Ronden. In: KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura e outros textos filosóficos*. São Paulo: Abril, 1974. p. 7-98. (Coleção: Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, v. XXV). p. 19.

⁸WEBER, Max. História Geral da Economia (cap. 4). In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. Tradução: Calógeras Pajuaba. São Paulo: Abril, 1974. p. 123-180. (Coleção “Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental”, vol. XXXVII). p. 171.

⁹ Ibid. p. 126-127. Cf. também WEBER, Max (1904/1905). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. trad. M. Irene. de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1967.

institucionalização do progresso científico e técnico que desmonta, pela secularização, as antigas legitimações.¹⁰

O ideal de ciência da Ilustração, voltada ao homem, vai se esvanecendo no século XIX. A ciência, após a Ilustração, livre de velhas premissas morais, em sua busca de compreensão e domínio da natureza, muitas vezes contribuiu, conscientemente ou não, para a guerra entre nações imperialistas e para o domínio do mundo por estas nações. O neocolonialismo europeu aniquilou, por exemplo, a organização territorial e econômica da África negra, impôs sua razão econômica, reestruturando o território para sua exploração capitalista selvagem, destruindo culturas “não-rationais”, segundo o padrão europeu de razão.

No século XX, o processo de alienação da ciência e da técnica a serviço dos atores hegemônicos, sejam eles Estados ou, sobretudo, grandes corporações, se intensificou de forma assustadora, pondo em real risco a humanidade e o planeta. Na prática, a maior parte do desenvolvimento científico deixou de ser livre e, refém dos recursos estrategicamente alocados nos setores que interessam ao grande capital, vem fortalecendo os atores hegemônicos. Tal processo se realiza a despeito de uma crescente e profunda crítica elaborada quer no âmbito filosófico,¹¹ quer no âmbito da política, mas que ainda pouco é capaz de sensibilizar a manipulada opinião pública.

A adulteração, ao longo de mais de duzentos anos, do projeto iluminista, refém do capital, reduzindo a razão, na prática, à razão econômica (capitalista), vem permitindo uma aceleração vertiginosa da ciência atrelada à técnica e não o inverso. Esta aceleração, longe de libertar o homem, produz um fosso cada vez maior entre possuidores e despossuídos, num processo de exclusão social que obedece “... a um processo racional, uma racionalidade sem razão, mas que comanda as ações hegemônicas e arrasta as demais ações...”.¹² Trata-se, efetivamente, de uma metamorfose, da razão iluminista para uma razão de dominação, onde a primeira vira apenas a ideologia da segunda.

¹⁰ Cf. HABERMAS, Jürgen (1968). Técnica e ciência enquanto “ideologia”. Trad. Z. Loparic. In: BENJAMIN, W. et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1975. p. 303-333. (Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, v. XLVIII). p. 303.

¹¹ Cf. e.g. HABERMAS, Jürgen. op. cit.

¹² SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 74.

Razão marxista e marxista existencialista

“ . A falha capital de todo materialismo até agora (incluso o de Feuerbach) é captar o objeto, a efetividade, a sensibilidade apenas sob a forma de objeto ou de intuição, e não como atividade humana sensível, praxias; só de um ponto de vista subjetivo...

. Feuerbach, descontente com o pensamento abstrato, recorre à intuição, mas não capta a sensibilidade como atividade prática, humana e sensível.

. O ponto de vista do materialismo antigo é a sociedade civil, o do materialismo moderno, a sociedade humana ou a humanidade social.”

Karl Marx, *Teses contra Feuerbach* (nº1, nº5 e nº 10), [1845] 1974: p. 57-59.

No século XX, o pensamento ocidental dos anos cinqüenta foi dominado pelo existencialismo, nos anos sessenta e setenta pelo estruturalismo, nos oitenta¹³ e noventa pelo pós-estruturalismo. A despeito dos modismos e da corrente majoritária presente ser avessa à noção de totalidade, nossa perspectiva de análise se apoia fortemente na dialética materialista que insiste, como disse Benjamin, em “*escovar a história a contrapelo*”. Não se trata, evidentemente, de uma questão de gosto mas de uma questão de método, tendo em vista a natureza do objeto de pesquisa, o espaço (humano), um fenômeno em movimento dialético. Desta forma nosso olhar é iluminado pela noção dialética da totalidade e totalização.

Uma apressada leitura da obra de Marx deslocando-a para um determinismo econômico nos parece bastante incorreta, redutora da dialética do materialismo histórico. O princípio da dialética marxista ao se opor à dialética hegeliana, “colocando-a sobre seus próprios pés”, tendo como noção central de trabalho não mais o trabalho intelectual, como em Hegel, mas o trabalho concreto da maioria dos trabalhadores de sua época, permite uma aproximação maior à realidade concreta de produção das relações do homem com a natureza e das relações sociais. Esta aproximação à concretude das referidas relações permite nomear e opor a dialética idealista, hegeliana, à dialética materialista, marxista.

¹³ ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 316.

Esta oposição, ou superação dialética, de Marx sobre Hegel, não deve ser entendida como se a economia determinasse a história. Se esta interpretação fosse aceita estar-se-ia fugindo do próprio princípio dialético, que parte exatamente da noção de movimento, movimento gerado pela contradição. Na dialética marxista, esta contradição é concretamente realizada pela sociedade, em processo histórico. O que Marx observou, a seu tempo, foi o funcionamento do modo de produção capitalista e, de fato, pela compreensão de suas contradições internas, previu seu fim. Ora, o capitalismo não acabou joguemos fora o marxismo! Bradam os conservadores novos ou velhos. Ora, o movimento dialético não acabou, o método materialista dialético é ainda mais relevante para a compreensão do mundo, nestes novos tempos de aceleração “cega”, mas sistêmica e corporativamente engendradas.

A dialética materialista, declara Karel Kosik: “... é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”.¹⁴ Refutando as críticas popperianas quanto à impossibilidade de uma compreensão do todo, o que invalidaria a compreensão dialética da totalidade, Kosik afirma: “...Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido...”.¹⁵ O método dialético será, portanto, “... um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade [...] A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração acima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes”.¹⁶

Sartre em sua “conversão” para o marxismo, realiza, de forma crítica, uma síntese entre o marxismo e o existencialismo. O eixo que permite tal síntese é a questão da totalização. Na dialética entre totalidade (estrutura) e totalização (processo) a primazia só pode estar na segunda, ou não seria a totalidade dialética. O todo está sempre se refazendo, totalizações sucessivas, o tempo ao incidir sobre o real “como um feixe de flechas” estabelece um

¹⁴ KOSIK, Karel (1963). *A dialética do Concreto*. Tradução: C. Neves e A. Toríbio. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 32.

¹⁵ Ibid. p. 35.

¹⁶ Karel Kosik partindo das obras do Marx da maturidade (*Grundrisse* e *O Capital*) retoma as questões centrais de teoria e do método dialético materialista, eliminando deformações que se tornaram corrente sobre o marxismo. Assim reconstruindo a teoria, reforça a dimensão concreta da dialética, evitando uma postura “estruturalista determinista”, retomando o sujeito histórico, sem abrir mão da totalidade: a estrutura significativa da realidade com que o sujeito se defronta numa dada situação. KOSIK, Karel. op. cit. p. 41-42.

conjunto de eventos, sistemicamente relacionados e estruturado, mas não determinados *a priori*, trata-se de um contínuo movimento de totalizações. Evidente que o movimento da estrutura não é tão veloz quanto o de alguns eventos que a compõem, que não chegam a abalar a totalidade, mas a quantidade de alterações, eventos novos, leva, num dado momento do movimento de totalização, a uma mudança de qualidade na estrutura, na totalidade.

Sartre considera: "... o marxismo como a insuperável filosofia do nosso tempo e porque julgo a ideologia da existência e seu método 'compreensivo' como um território encravado no marxismo, que a engendra e a recusa ao mesmo tempo.

*Do marxismo que a ressuscitou, a ideologia da existência herda duas exigências que ele próprio tomava ao hegelianismo: se algo como uma Verdade deve poder existir na antropologia, ela deve ser devinda, deve fazer-se totalização. [...] uma tal totalização está perpetuamente em curso como História e como Verdade histórica..."*¹⁷

Para Sartre o marxismo é a "única antropologia possível", devendo ser ao mesmo tempo histórica e estrutural, pois o marxismo é o único que toma o homem na sua totalidade, a partir da materialidade de sua condição.¹⁸ Trata-se de retomar Engels quando afirmava ser o homem o sujeito da história mas num meio que o condiciona. O homem, para Sartre, "... em período de exploração, é ao mesmo tempo o produto de seu próprio produto e um agente histórico que não pode, em caso algum, passar por um produto..."¹⁹

A crítica apontada por Sartre aos marxistas de seu tempo constitui-se na tendência dos "homens de esquerda" desprezarem o homem concreto, como sujeito da história. "... O marxismo degenerará numa antropologia inumana se não reintegrar em si o homem mesmo como seu fundamento [...] A partir do dia em que a pesquisa marxista tomar a dimensão humana (isto é, o projeto existencial) como fundamento do Saber antropológico, o existencialismo não mais terá razão de ser: absorvido, superado e conservado pelo movimento totalizante da filosofia, ele deixará de ser uma investigação particular, para tornar-se o fundamento de toda investigação..."²⁰

A teoria sartreana do ser-para-si conduz à sua teoria da liberdade. Esta na base da existência humana a livre escolha que o homem faz de si mesmo, de sua maneira de ser, "nascemos condenados a ser livres".

¹⁷ SARTRE, Jean-Paul(1960). Questão de método. Tradução Bento Prado Júnior. In: SARTRE, Jean-Paul, HEIDEGGER, Martin. *O existencialismo é um humanismo. A imaginação. Questão de método. Conferências e escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril, 1973. p. 115-197. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLV). p. 117-118.

¹⁸ Cf. SARTRE, op. cit. p. 194.

¹⁹ Ibid. p. 156.

²⁰ Ibid. p. 196-197.

Trata-se, sem dúvida, de uma liberdade parametrizada por um quadro de condições dado pela situação do ser no mundo (o próprio corpo, o lugar, a memória, etc.), quadro estabelecido e transformado historicamente. A existência precedendo a essência, permite ao homem se construir; não há, desta forma, natureza humana. O homem é produto de suas escolhas, ao agir ele é responsável por si e pelo mundo. A liberdade existencialista se opõe claramente à noção de dominação estrutural althusseriana.²¹

A estrutura está em constante transformação, cabendo ao homem um papel ativo, ainda que nem sempre consciente, no movimento histórico. A perspectiva de Sartre valoriza a ação. Desta forma valoriza-se o presente e o futuro. O presente é o tempo efetivo da ação e do evento. Só o presente existe. O passado não existe, ainda que o legado (prático-inerte) esteja presente na ação, enquanto condição, mas passível de ser superada.²² A ação é a existência, o presente, o concreto, mas a intenção é futura. O futuro é o que impulsiona a ação; o homem, nas palavras de Sartre, é "projeto".²³ O homem definiu-se pelo seu projeto; superando, pela ação, a condição que lhe é dada.

Da razão crítica à razão comunicativa

A razão, em si, possuía já em Kant uma perspectiva crítica. Com os românticos procedeu-se uma forte crítica à razão, voltada, sobretudo, às racionalidades da produção da sociedade capitalista, questionando o projeto da Ilustração. No século XIX a razão dialética supera, ao menos enquanto construção filosófica, a razão positivista. Também nos oitocentos outras perspectivas, sensíveis a uma síntese entre razão e emoção, influenciaram fortemente a crítica da razão no século seguinte. Nietzsche é possivelmente o maior exemplo no século XIX.²⁴

²¹ Cf. SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Tradução: Virgílio Ferreira. In: SARTRE, Jean-Paul, HEIDEGGER, Martin. *O existencialismo é um humanismo. A imaginação. Questão de método. Conferências e escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril, 1973. p. 7-38. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLV)

²² SARTRE, Jean-Paul (1960). Questão de método. Tradução Bento Prado Júnior. In: SARTRE, Jean-Paul, HEIDEGGER, Martin. *O existencialismo é um humanismo. A imaginação. Questão de método. Conferências e escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril, 1973. p. 115-197. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLV)

²³ Ibid. p. 183 et. seq.

²⁴ Cf. e.g. NIETZSCHE, Friedrich (1886). *Além do bem e do mal, ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. Tradução: Márcio Pugliesi. São Paulo: Hemus, 1982. Idem. (1888-1908). *Ecce Homo: como alguém se torna o que é*. Tradução: P. C. Souza. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1986.

Para os frankfurtianos trata-se de buscar uma razão que supere a razão iluminista por reconstrução, enquanto os pós-estruturalistas objetivam a destruição da razão iluminista que, a seu ver, é apenas razão de dominação. Numa superação dialética à razão crítica de Horkheimer e à razão negativa de Adorno, situamos a razão comunicativa de Habermas, que, além de crítica, é propositiva; permitindo uma outra saída da filosofia do sujeito, indo além da crítica dos pós-estruturalistas.

· Uma crítica à razão iluminista: os frankfurtianos

Os frankfurtianos partem de uma rigorosa crítica da razão iluminista para formulações alternativas de uma nova razão, uma razão crítica (objetiva, para Horkheimer, inter-subjetiva para Habermas). Não se trata de uma discussão fechada, da razão em si, mas historicamente relacionada, buscando, desta maneira, nas origens da razão de dominação, compreender e criticar a sociedade moderna. A partir de então seria possível a busca de alternativas mais humanísticas do desenvolvimento sócio-econômico (o conceito de indivíduo-consciente de Horkheimer, o homem multidimensional de Marcuse, o papel da arte para Benjamin e Adorno, a ação comunicativa de Habermas).

Muito antes da publicação de "Técnica e ciência como 'ideologia'" (Habermas, 1968), Horkheimer, quando da elaboração da sua primeira teoria crítica, nos anos 30, já formulava clara crítica a autodeterminação da ciência. Dizia não haver nenhuma instância específica da teoria crítica, salvo o interesse de suprimir a dominação de classe. "... *Uma ciência que em sua autonomia imaginária se satisfaz em considerar a práxis - a qual serve e não está inserida - como o seu Além, e se contenta com a separação entre pensamento e ação, já renunciou à humanidade [...]. A autodeterminação da ciência se torna cada vez mais abstrata. O conformismo do pensamento, a insistência em que isto constitua uma atividade fixa, um reino à parte dentro da totalidade social, faz com que o pensamento abandone a sua própria essência*".²⁵

Segundo Horkheimer, em tempos de sua última teoria crítica (entre os anos 60 e 70): "... *a teoria crítica preserva a herança não só do idealismo alemão, mas da própria filosofia. Ela não é uma hipótese de trabalho qualquer que se mostra útil para o funcionamento do sistema dominante, mas sim um momento inseparável do esforço histórico de criar um mundo que satisfaça às necessidades e forças humanas. Por maior que seja a ação recíproca entre teoria crítica e ciências especializadas, em cujo progresso aquela teoria tem que se orientar constantemente e sobre o qual ela exerce uma influência libertadora e impulsionadora há décadas, a teoria crítica não*

²⁵ HORKHEIMER, Max (1937). *Eclipse da razão*. Tradução: S. U. Leite. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. p. 162.

*almeja de forma alguma apenas uma mera ampliação do saber, ela intenciona emancipar o homem de uma situação escravizadora..."*²⁶

*"Marcuse já dizia em 1970 (p. 62) em suas Cinco Conferências: 'hoje temos a capacidade de transformar o mundo em um inferno e estamos em caminho de fazê-lo. Mas também temos a capacidade de fazer exatamente o contrário'"*²⁷

Donde viria tal capacidade?

Para os frankfurtianos a dialética da razão da ilustração - por um lado libertadora da opressão do Antigo Regime, por outro estabelecadora de uma razão prática, instrumental (instrumento de dominação) - foi se extinguindo historicamente. Com a burguesia no poder a face libertária da razão iluminista transforma-se em ideologia (falsa-consciência), apregoando uma liberdade e uma felicidade que se verificaram inatingíveis às classes trabalhadoras.

Para a Escola de Frankfurt a razão iluminista, no domínio das ciências (a busca da verdade, da compreensão da natureza, como busca de domínio do homem sobre a natureza) se exacerba em um positivismo cego a serviço do capital, a razão a serviço da dominação do homem pelo homem. A face não libertária da razão vai ampliar os domínios de seu exercício para além do campo das ciências naturais, no campo das ciências sociais, reduzindo a economia política em ciências econômicas, o direito em ciências jurídicas, ampliando cientificamente o controle social e político (instituições penais, hospitais psiquiátricos, etc.). Para a sociedade industrial, o saber científico a ela atrelado, torna-se o único saber legítimo.

Esta razão subjetiva (do sujeito sobre o objeto, do homem sobre a natureza, do homem sobre o homem) reduziu o projeto moderno à conquista material, reduzindo a razão a uma razão técnica, instrumental, economicista. Nas palavras de Horkheimer e Adorno: *"...Esse saber serve aos empreendimentos de qualquer um, sem distinção de origem, assim como, na fábrica e no campo de batalha, está a serviço de todos os fins da economia burguesa... A técnica é a essência desse saber. Seu objetivo não são os conceitos ou imagens nem a felicidade da contemplação, mas o método, a exploração, a exploração do trabalho dos outros, o capital [...] O que os homens querem aprender da natureza é como aplicá-la para dominar completamente sobre ela e sobre os homens. Fora disso nada conta. Sem*

²⁶ HORKHEIMER, Max (1968). *Filosofia e teoria crítica*. Trad. E. A. Malagodi e R. P. Cunha; in: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1975. p. 163-169. (Coleção: Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental. v. XLVIII). p. 164.

²⁷ SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 39.

escrúpulos para consigo mesmo, o iluminismo incinerou os últimos restos da sua própria consciência de si [...] Poder e conhecimento são sinônimos..."²⁸

Os avanços materiais foram inegavelmente imensos, nem de longe seguidos por avanços sociais. Se a princípio o capitalismo significou, para o marxismo e, em particular, para os frankfurtianos, um avanço social diante do Antigo Regime. No século XX, o que se observou foram práticas redutoras da liberdade, da solidariedade e da ética. Produziu-se alienações que foram além daquelas inicialmente apontadas pelo marxismo; sejam através das práticas político-ideológicas realizadas pelos regimes totalitaristas, de direita ou de esquerda, sejam através das práticas econômico-ideológicas realizadas pelas grandes corporações. O "... *iluminismo a serviço do presente transforma-se no total engano das massas*".²⁹

Em seu ensaio "Técnica e ciência enquanto 'ideologia' ", dedicado aos 70 anos de Marcuse, Habermas recoloca a crítica de Marcuse à Weber. Para Marcuse o conceito formal de racionalidade ao invés de disseminar a razão difunde uma dissimulada forma de dominação política. Tal conceito, extraído do agir racional-com-respeito-a-fins do empresário capitalista, do operário, da pessoa jurídica abstrata e do funcionário administrativo é ligado (por Weber) à ciência e à técnica. Trata-se de uma falsa racionalidade pois retira o contexto de interesses globais da sociedade em seu processo de reflexão, reduzido ao processo de escolha de estratégias, ao emprego adequado da tecnologia disponível e à organização de sistemas com objetivos estabelecidos em situações dadas. Em virtude de sua própria estrutura, o agir-racional-com-respeito-a-fins implica numa "racionalização" de relações de vida que é, na verdade, a institucionalização de uma dominação política, embora irreconhecível como tal.³⁰

A extensão da "racionalidade weberiana" atinge os domínios da sociedade submetidos aos critérios de decisão racional (Habermas, 1968). Para Milton Santos,³¹ tal racionalidade, após haver atingido a economia, a cultura e a política, esta agora se instalando no próprio meio de vida, no meio geográfico.

As ações racionais, segundo Milton Santos (1996: p. 178): "*são movidas por uma racionalidade obediente à razão do instrumento, ação deliberada por outros, ação insuflada. Para a maior parte da humanidade, elas não são informadas de modo endógeno, mas informadas de fora. São ações*

²⁸ HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor (1969). Conceito de Iluminismo. Trad. Z. Loparic; in: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1975. p. 97-124. (Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, v. XLVIII). p. 98.

²⁹ Ibid. p. 124.

³⁰ Cf. HABERMAS, Jürgen (1968). Técnica e ciência enquanto "ideologia". Trad. Z. Loparic; in: BENJAMIN, W. et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1975. p. 303-333. (Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, v. XLVIII). p. 304.

³¹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 230-233.

pragmáticas, onde a inteligência pragmática, diria Horkheimer (1947, p. 103), substitui a meditação, espantando toda forma de espontaneidade.

A inteligência pragmática limita o horizonte ao momento imediato (Horkheimer, 1947, p. 103). Uma atividade parcelizada, que é tanto meio quanto fim, é o seu corolário. Daí essa incapacidade dos homens do nosso tempo de se avaliarem corretamente e, mesmo, de saber, plenamente, o que realmente são. A atual divisão do trabalho, entre indivíduos, empresas, instituições, tem como base essa aceitação da alienação.

A razão prática resulta, portanto, num processo de dominação e de alienação.

“ O poder social é, hoje, mais que nunca, mediado pelas coisas. Quanto mais intensa a implicação do homem com as coisas, e mais as coisas o dominam e mais lhe faltam aqueles traços individuais genuínos e mais sua mente será transformada em um autômato da razão formalizada.” (M. Horkheimer, 1974: p. 129-130, apud Milton Santos, 1987: p. 17)

“Num mundo assim feito, não há propriamente interlocutores, porque só existe comunicação unilateral. Não há diálogo, porque as palavras nos são ditadas e as respostas previamente catalogadas. Trata-se de uma fala funcional e o caráter hipnótico da comunicação é a contrapartida do ‘estiolamento da linguagem pela perda progressiva da criatividade’ (E. Carneiro Leão, 1987, p. 20).

No dizer de Marcuse (1964, p. 95), essa linguagem ‘constantemente impõe imagens e contribui, de forma militante, contra o desenvolvimento e a expressão de conceitos’. Já que ‘o conceito é absorvido pela palavra’, ‘espera-se da palavra que apenas responda à reação publicizada e estandardizada. A palavra torna-se um clichê e, como clichê, governa o discurso ou o texto; a comunicação, desse modo, afasta o desenvolvimento genuíno da significação’ (p. 85).” (Milton Santos, 1994a: p. 21-22)

Diante destas considerações críticas, apontam os frankfurtianos algumas perspectivas para a razão. Para Horkheimer, trata-se de um caminho para se evoluir de uma razão subjetiva, de dominação, passando pela formulação de uma nova razão objetiva, auto-crítica, não romântica.

“... A teoria crítica não tem, apesar de toda a sua profunda compreensão dos passos isolados e da conformidade de seus elementos com as teorias tradicionais mais avançadas, nenhuma instância específica para si, a não ser os interesses ligados à própria teoria crítica de suprimir a dominação de classe. Essa formulação negativa, expressa abstratamente, é o conteúdo materialista do conceito idealista de razão. Num período histórico como este a teoria verdadeira não é tão afirmativa como crítica, como também a sua atuação não pode ser ‘produtiva’ ...”³²

³²HORKHEIMER, Max (1937). Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução: Edgard Malagodi, Ronaldo Cunha. São Paulo: Abril, 1975. p.

Para Horkheimer, a partir dos resultados fatais da razão subjetiva, a razão crítica deve colocar sua ênfase na razão objetiva. O “... conceito de verdade - a adequação entre nome e coisa - inerente a toda verdadeira filosofia, torna o pensamento capaz de opor-se, quando não de superar, aos efeitos desmoralizadores e mutiladores da razão formalizada. Os sistemas clássicos da razão objetiva, tais como o platonismo, parecem ser insustentáveis porque são glorificações de uma ordem inexorável do universo, e por conseguinte mitológica. Mas é a esses sistemas e não ao positivismo que devemos nossa gratidão pela preservação da idéia de que a verdade é a correspondência da linguagem na realidade ...”³³

Conforme Olgária Matos,³⁴ na arte reside, para os frankfurtianos Horkheimer, Adorno, Marcuse e Benjamin, o antídoto contra a barbárie. “Na dimensão estética delineiam-se as potencialidades liberadoras da imaginação produtora e criadora, os poderes de Eros contra a civilização repressiva, porque a arte transcende as determinações espaço-temporais, vence a morte. A arte é testemunho de um outro princípio de realidade que não o da submissão à produtividade; ao desempenho no mundo competitivo do trabalho e da renúncia ao prazer. Trata-se de um princípio que reconcilia o homem com a natureza exterior, interior e com a história...”

Tais afirmações não tem, evidentemente, o intuito de serem interpretadas como uma superação da arte diante da filosofia, cada uma por sua natureza, constitui-se num campo próprio do conhecimento humano, com seus distintos modos de procedimento.

Segundo Rouanet, Adorno, em sua *Teoria Estética*, busca ir além do conceito através do conceito. “... Em sua relação com a arte a função do pensamento - a teoria estética - é despertar nela a mimesis adormecida, como eco da liberdade original. Através da razão, e somente dela, a humanidade percebe na arte o que a razão havia esquecido. A arte se opõe tanto ao conceito quanto à dominação, mas precisa do conceito para articular esta oposição ...” Rouanet (1987: p. 336)

A crítica pós-estruturalista

Os pós-estruturalistas rejeitam as noções de estrutura e de totalidade. Vêem na totalidade uma construção arbitrária da razão, um supra-elemento (idealisticamente formulado) que determinaria os fenômenos sociais. Neste sentido, fazem uma crítica maior ao estruturalismo althusseriano,

125-162. (Coleção “Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental”, v. XLVIII). p. 162.

³³ HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão* (1946); trad. S. U. Leite. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. p. 191.

³⁴ MATOS, Olgária (1993). *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1995. p. 71.

vertente mais radical do estruturalismo marxista. Mas Sartre já se opunha àqueles autores marxistas que alegavam a primazia da estrutura diante do processo, a visão “determinista” da estrutura, aniquiladora do homem enquanto sujeito histórico.

Os pós-estruturalistas, no entanto, negam o movimento dialético da totalização, alardeiam a fragmentação,³⁵ e neste ponto não podemos com eles compartilhar ou estaríamos em antagonismo com as posições que afirmamos anteriormente. O fato de uma fragmentação cultural estar se verificando com o fim do bloco soviético e o aparecimento de segmentações de mercado se acelerarem com o desenvolvimento das tecnologias de teleinformação estão, no nosso entender, longe de criar um quadro fragmentado que esfacelaria a totalidade concreta. Tais fenômenos, pelo contrário, fazem parte da dialética do concreto. A fragmentação de mercados é muito mais uma estratégia útil aos atores hegemônicos que a afirmação de lógicas locais autônomas.

A pretensa ruptura entre modernidade e pós-modernidade, como desejariam que efetivamente estivesse ocorrendo, em todos os campos da ação humana, das artes à política e a economia, é bastante questionável. Argumentos de vários autores³⁶ vão no sentido de demonstrar que se trata de um novo estágio de modernidade mais que uma real ruptura com a estrutura em processo desde o período da dupla revolução (industrial e republicana, inglesa e francesa). Evidentemente a aceleração das transformações é surpreendente mas não permitem, rigorosamente, acreditar numa superação, no presente, das estruturas de dominação iniciadas com o fim do Antigo Regime. A título de exemplo: a quantidade menor de pessoas envolvidas diretamente no processo de produção industrial longe de demarcar o fim da modernidade industrial está, como já Marx o demonstrara, dentro da lógica intrínseca da produção capitalista, onde a competição dos capitalistas estimula o investimento no avanço tecnológico e dele decorre um aumento de produtividade e, no momento seguinte, com a crise de superprodução, a conseqüente diminuição da mão-de-obra empregada no referido setor industrial.

Demarcadas estas profundas diferenças teóricas e, portanto, de visão de mundo, isto não nos impede, por definição, de considerar importante

³⁵ Lyotard, por exemplo, rebatendo Habermas, afirma em defesa da arte pós-moderna: “... A resposta é: guerra ao todo, testemunhemos em favor do ‘impresentificável’, ativemos os diferendos, salvemos a honra do nome”. LYOTARD, Jean-François (1985). *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

³⁶ Cf. entre outros: ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 2000. ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996. HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Ou, ao menos na dimensão econômica de suas análises, cf. HARVEY, David (1989). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Sobral, Maria Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

a crítica à razão iluminista formulada pelos autores pós-estruturalista, sobretudo por Foucault.³⁷ Entretanto como observamos anteriormente, os frankfurtianos desde a década de vinte, mais precisamente desde 1923, já realizaram uma forte crítica à razão subjetiva. O sentido da crítica pós-estruturalistas possui outro objetivo, vai no sentido de desmascarar e destruir o projeto iluminista. Não acreditam na possibilidade de uma nova razão ampliada, objetiva auto-crítica, ou qualquer outra formulação frankfurtiana capaz de salvar a razão do julgo da perspectiva de dominação.

Dos pensadores franceses recentes, a originalidade e revolução do pensamento foucauldiano merece profunda atenção. O poder, para Foucault, está em toda a parte e não é algo apenas que emana de cima mas perpassa a todas as relações humanas, do cotidiano familiar às instituições supranacionais. Foucault demonstra, com seus estudos genealógicos,³⁸ como as estruturas de poder se engendram a partir das práticas sociais ditas "microscópicas", como a história não se produz de forma evolutiva e contínua.

Neste aspecto, nesta tese, na medida em que as estruturas de poder são manifestadas e legitimadas na micro escala social, reforça-se a pertinência da abordagem dos fenômenos do cotidiano³⁹ como elementos fundamentais à compreensão da totalidade (sempre processual). Não se trata, portanto, de assimilar todo o pensamento foucauldiano, dada a dimensão estrutural dos fenômenos sócio-espaciais; mas reconhecer uma relação dialética do poder, vindo também "de baixo", fortalecendo e legitimando o poder institucional.

Michel de Certeau⁴⁰ é nossa principal referência entre os pensadores pós-estruturalistas. Certeau, assim como Foucault, vai evidenciar a importância da análise "micro". Porém enquanto Foucault não vê saídas de

³⁷ Cf. e. g. FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Org. e trad. R. Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

³⁸ Interessante notar como apesar de criticar a razão, Foucault só consegue fazê-lo dentro do estrito campo da razão, suas genealogias tem seus argumentos demonstrados de forma racional. O autor que deseja desmascarar a razão, só consegue fazê-lo de forma aporética, tal qual Adorno em sua dialética negativa. "...Foucault bem criticava o envolvimento das ciências humanas com a filosofia do sujeito: estas ciências afastam-se da aporética de autotematização contraditória do sujeito que procurou conhecer-se e, ao fazê-lo envolveu-se ainda mais no cientificismo auto-reificante. Mas Foucault não pensou as aporias de sua própria abordagem tão bem que tivesse podido ver como a sua teoria do poder é surpreendida por um destino semelhante: a sua teoria pretende elevar-se a uma objectividade mais rigorosa colocando-se acima das pseudociências, mas cai ainda mais desesperadamente nas armadilhas de uma historiografia presentista que se vê impelida por uma autodenegação relativista e que não pode dar informações sobre as bases normativistas de sua retórica...". HABERMAS, Jürgen (1985). *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. A. M. Bernardo et al. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1990. p. 275.

³⁹ Nesta tese são referencias teóricas fundamentais para a abordagem das questões do cotidiano quatro autores que serão discutidos no Capítulo VI: Certeau (1980), Habermas (1981, 1985), Heller (1970) e Kosik (1963).

⁴⁰ CERTEAU, Michel de (1980). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. E. F. Alves. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

curto prazo diante do entranhamento “microfísico” do poder, de Certeau procura ver a existência de práticas “astuciosas” do cotidiano, da cultura popular, que subvertem silenciosamente o poder. Se o poder está em toda parte (Foucault) o contra-poder também (Certeau).

. A razão comunicativa:
uma outra saída

Apresentamos aqui apenas alguns aspectos gerais da razão comunicativa, está será objeto de discussão em outros capítulos onde fizemos um uso mais enfático da razão habermasiana. O intuito maior aqui é situar a razão comunicativa diante da crítica da razão.⁴¹

Habermas, diferentemente dos pós-estruturalistas, tem como objetivo conceber uma teoria da razão que seja capaz de ultrapassar a perspectiva crítica negativa adorniana, e também a perspectiva irracionalista. Para Habermas trata-se de completar o projeto da modernidade, no sentido de ainda conceber uma ação racional emancipadora, uma saída para a razão.

Segundo Rouanet (1987: p. 347), a dialética negativa não permitiu, para Adorno um caminho de superação da razão iluminista: *“Adorno foi até o fim um pensador iluminista, mas esse iluminismo só se manifesta negativamente, pela afirmação de sua própria impossibilidade”*.

Habermas, embora envolvido com os grandes temas da Escola de Frankfurt, com sua teoria da ação comunicativa marca sua ruptura com Adorno; supera dialeticamente o pensamento paradoxal de Adorno. Opõe ao conceito adorniano de razão negativa uma razão mais ampla, não mais fundamentada na relação sujeito-objeto, nem tão pouco trata-se de uma razão objetiva crítica como formulava Horkheimer. A razão comunicativa habermasiana é inter-subjetiva, se fundamenta na relação entre sujeitos, a partir do potencial racional do agir orientado para a compreensão mútua, entre os sujeitos.

“O paradigma da filosofia da consciência encontra-se esgotado. Sendo assim os sintomas de esgotamento devem dissolver-se na transição para o paradigma da compreensão [...] Se pudermos pressupor por um momento o modelo de ação orientada para a compreensão [...], já não é privilegiada a atitude objectiva na qual o sujeito conhecedor se dirige a si próprio como a entidade no mundo (exterior). No paradigma da intercompreensão é, antes, a atitude performativa dos participantes da

⁴¹ A teoria da ação comunicativa, por sua relação com o “mundo da vida”, o cotidiano, e como agir voltado à compreensão mútua, tem no espaço urbano e, de forma mais específica, no espaço público um local potencialmente favorável para sua realização efetiva, quer na dimensão cotidiana, quer em ações mais representativas da esfera de vida pública. Discutiremos com maior vagar estas questões nos capítulos VI e VIII.

interacção que coordenam os seus planos de acção através de um acordo entre si sobre qualquer coisa no mundo..."⁴²

Com o paradigma da compreensão mútua, intercompreensão, intersubjetividade linguisticamente gerada, superam-se as posições antagónicas do eu-transcendental (extra-mundano) e do eu empírico (inter-mundano). Não se trata de buscar misturar o imiscível, a perspectiva idealista e a empirista, mas de realmente estabelecer um novo paradigma racional, fundado agora no discurso comunicativo. Vale lembrar o sentido etimológico da palavra comunicação - por em comum - e as recentes evidências da etologia que afirmam ser a utilização comunicacional de uma linguagem articulada em proposições o que dá a especificidade a nossa forma de vida sócio-cultural.

Enquanto Kant, e quase toda a filosofia moderna que se instaura a partir dele, cinde, ainda que sistematicamente, a razão em três domínios (natureza, costumes e arte)⁴³, nos processos da razão comunicativa reúnem-se as três esferas. O modelo da relação sujeito-objeto permite apenas pensar o aspecto cognitivo e instrumental. O ato comunicativo inclui dois outros aspectos: o normativo e o estético-expressivo. Em cada acção comunicativa os interlocutores referem-se simultaneamente ao mundo objetivo das coisas (verdade factual), mundo social das normas (justiça normativa) e mundo subjetivo das vivências e emoções (veracidade subjetiva).

A racionalidade comunicativa está relacionada à disposição do sujeito (falante e atuante) em adquirir e utilizar, pelo diálogo, um saber falível. Trata-se, obviamente, de uma perspectiva processual da razão, do entendimento mútuo, seu campo de validade é o "mundo da vida". Os argumentos e proposições são ou não aceites na tríplice dimensão da verdade (factual, normativa e subjetiva) em função da decisão dos interlocutores e participantes do processo comunicativo. Tal racionalidade só torna-se possível com a modernidade devido ao processo de emancipação do homem da tradição e da autoridade. Pressupõe, portanto um estado de liberdade dos participantes, para que se efetive como racionalidade. A razão comunicativa, evidentemente, não se estabelece de forma pura, absoluta, mas relativa ao estado de liberdade e de disposição ao entendimento mútuo dos participantes, um saber consciente de sua falibilidade ou verdade relativa e temporária.

⁴² HABERMAS, Jürgen (1985). *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução: A. M. Bernardo et al. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1990. p. 277.

⁴³ Em sua "Introdução à Crítica do Juízo", Kant elabora um sistema em que divide as faculdades da mente em: faculdade-de-conhecimento, sentimento de prazer e desprazer e faculdade-de-desejar. À estas, Kant relaciona, respectivamente as seguintes faculdades-de-conhecimento superiores e os respectivos produtos: Entendimento e Natureza; Juízo e Arte; Razão e Costumes. KANT, Immanuel. Primeira introdução à Crítica do Juízo. Trad. R. R. Torres Filho. In: KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura e outros textos filosóficos*. São Paulo: Abril, 1974. p. 257-297 (Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental. v. XXV). p. 293.

A ação comunicativa ao ser concebida como uma forma de razão própria da condição de liberdade alcançada a partir da modernidade permite-nos refletir sobre campos potenciais desta razão. Habermas afirma ser a razão comunicativa própria ao mundo da vida (o mundo vivido: objetivo, social e subjetivo) e não o da esfera "sistêmica", do Estado e da economia, regido este pela razão instrumental. A condição de liberdade dos participantes da ação comunicativa nos permite uma aproximação à noção de liberdade de Hannah Arendt.⁴⁴ Para ela a liberdade nada tem a ver com a liberdade privada do direito ao consumo, mas a liberdade da *vita activa*, da ação política, exercida, portanto na esfera de vida pública. Pode-se, então, afirmar que a razão comunicativa tem como campo primordial a esfera de vida pública.

⁴⁴ Hannah Arendt (1958). *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

Espaço e totalidade

Discorre-se, a seguir, a respeito da categoria espaço. Nos valem, sobretudo da geografia nova de Milton Santos, capaz de não apenas avançar conceitualmente sobre a ontologia do espaço mas de elaborar de forma articulada teoria e método. O que é de fundamental interesse à pesquisa.

A teoria da geografia crítica santosiana pode ser muito útil à compreensão do espaço e a ação projetual sobre o mesmo. Pode-se, a partir dela, contribuir no questionamento de práticas formalistas e funcionalistas de intervenção no espaço, seja no âmbito do projeto ou do plano, do edifício ou da cidade.

Não se trata de abdicar dos métodos de ação do arquiteto. A arte possui formas próprias de operar nos domínios da razão e da emoção, muito distintas da ciência. A distância entre arte e ciência não significa, contudo, a impossibilidade de se estabelecerem cooperações mútuas. Busca-se menos estabelecer métodos similares de ação, o que destruiria a natureza de uma, outra ou de ambas (arte e ciência), mas sim uma colaboração visando o entendimento de objetos comuns. No caso da arquitetura e da geografia, o espaço do homem.

Do vazio ao espaço do homem

A noção de espaço como vazio, mais próxima do senso comum, nos remete aos séculos XVII e XVIII, às posições mais conhecidas de Newton e Kant. Newton considera o espaço um absoluto, imutável, o espaço como *void*, vazio. Para o principal mestre da física clássica o espaço relativo seria apenas uma medida do espaço absoluto. O tempo, segundo Newton, era um

continuum, um tempo tão absoluto quanto o espaço.⁴⁵ Tempo e espaço separados, esta noção é responsável pelo dualismo história-geografia e até hoje se impõe, não apenas ao senso comum, mas a muitos cientistas sociais e arquitetos, entre outros.

A noção kantiana de espaço mais conhecida, ao menos entre geógrafos e arquitetos, é a que afirma serem o espaço e o tempo representações *a priori*, fundamentos necessários dos fenômenos externos. O espaço como um receptáculo, um “*container*”, o espaço continente, uma espécie de moldura tridimensional para coisas e eventos.⁴⁶

Para Milton Santos⁴⁷ o conceito kantiano de espaço, como condição dos fenômenos e não como determinação deles resultantes é a base filosófica tanto da corrente possibilista quanto da determinista em geografia.

O espaço como um receptáculo tridimensional, um vazio a ser preenchido, é a noção mais comum encontrada na arquitetura: “... *o urbanista, o engenheiro e - entre outros - o arquiteto apelam para uma filosofia da extensão, onde o espaço é um dado que é necessário preencher de densidades, de usos, [...] dividido de modo mais ou menos racional...*” diz

⁴⁵ Para Newton, a respeito do tempo e do espaço, era preciso distinguir a noção vulgar, da plebe, a partir das coisas sensíveis (relativas, aparentes), da verdadeira (absoluta, matemática):

“ I. *O tempo absoluto, verdadeiro e matemático flui sempre igual por si mesmo e por sua natureza, sem relação com qualquer coisa externa, chamando-se com outro nome “duração”...*

II. *O espaço absoluto, por sua natureza, sem nenhuma relação com algo externo, permanece sempre semelhante e imóvel; ...*. NEWTON, Isaac. *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* (Trechos Selecionados); trad. C. L. de Mattos e P. R. Mariconda; in: NEWTON, Isaac e LEIBNIZ, Gottfried. *Princípios Matemáticos; O peso dos fluidos; A monadologia; Discurso de Metafísica e outras obras*. São Paulo: Abril, 1974. p. 7-28 (Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental). p.14.

⁴⁶ Para Kant:

“ 1) *O espaço não é nenhum conceito empírico tirado de experiências externas...*

2) *O espaço é uma representação necessária, a priori, que serve de fundamento a todas as intuições externas. Não é jamais possível fazer-se uma representação de que não haja nenhum espaço, embora se possa muito bem pensar que não se encontre nele nenhum objeto...*

3) *O espaço não é nenhum conceito discursivo, ou, como se diz, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura...*

4) *O espaço é representado como uma grandeza infinita dada...*”

(Prosseguindo Kant conclui):

“ a) *O espaço não representa de modo algum uma propriedade de coisas em si, nem tampouco estas em suas relações recíprocas...*

b) *O espaço não é senão a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade, sob a qual unicamente a intuição externa nos é possível...*”. KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. In: KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura e outros textos filosóficos*. São Paulo: Abril, 1974. p. 7-98. (Coleção: Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, v. XXV). p. 41-42.

⁴⁷ SANTOS, Milton (1978). *Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 31-32.

Bettanini.⁴⁸ Prossegue o autor (1982: p. 15): “O arquiteto é antes de tudo observador e em seguida técnico do espaço, concebido como matéria (Newton) a ser manipulada à vontade (embora com diversas limitações) e no interior do qual ele está encarregado da repartição dos seres num determinado número de compartimentos”. Trata-se, sem dúvida de uma visão redutora da práxis arquitetônica. No entanto, no cotidiano da maior parte dos arquitetos, sobretudo dos que se sujeitam ao mercado, a visão de Bettanini procede.

Os grandes autores da escola francesa de geografia do início do século XX elaboraram um conceito de espaço já bastante humanizado, coube a eles, de forma pioneira entre as ciências sociais, o esforço de aproximação entre a teoria espacial mais geral e o espaço concreto, vivido pelo homem. Para estes autores o homem, enquanto ser histórico, possui o papel de criador de configurações geográficas, não considerando mais o ambiente como dimensão física pura. O espaço, para os autores “clássicos” da geografia humana francesa, é o meio (*milieu*). Examinemos algumas de suas principais posições.

Jean Brunhes, em sua obra clássica distingue e define os domínios da geografia física e da geografia humana, mas deixa claro tratar-se de campos inter-relacionados. Além disso afirma dois importantes princípios:

- “Princípio da atividade: os fatos geográficos, físicos ou humanos, são fatos em perpétua transformação e devem ser estudados como tal. Tudo se transforma em nossa volta; tudo diminui ou se acresce.”

- “Princípio da conexão: os fatos da realidade geográfica são estreitamente ligados entre si e devem ser estudado através de suas múltiplas conexões.”⁴⁹ Trata da idéia do “todo terrestre” (“*tout terrestre*”).

Vidal de La Blache também argumenta sobre o “princípio da unidade terrestre”, “...a concepção da Terra como um todo, cujas partes estão coordenadas e no qual os fenômenos se encadeiam”.⁵⁰

Para Vidal a geografia é a ciência dos lugares, não dos homens. Entretanto o homem, “senhor das distâncias” na expressão vidalina, possui papel central na produção dos lugares. Não há uma natureza virgem atuando sobre o homem, trata-se de uma “natureza trabalhada pelo homem”. O homem é um fator geográfico, ele entra no jogo da natureza, fazendo parte do encadeamento que une as coisas e os seres. Nas suas relações com o meio ele é, ao mesmo tempo, ativo e passivo (Vidal, 1954: p. 40, 42, 155, 479 e 480). Esta condição humana (ao mesmo tempo ativo e passivo) reflete bem o espírito possibilista que marca a escola francesa da geografia regional.

⁴⁸ BETTANINI, Tonino (1976). *Espaço e ciências humanas*. Trad. L. L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 13.

⁴⁹ BRUNHES, Jean (1910). *La Géographie Humaine: Essay de classification positive, principes et exemples*. 2. ed. Paris: Félix Alcan, 1912. p. 6.

⁵⁰ VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1921). *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Edições Cosmos, 1954. p. 30.

Albert Démangeon nos *Problèmes de Géographie Humaine*, citado por Vidal (1954: p. 28-29) propõe uma definição de geografia humana como "... o estudo dos grupos humanos nas suas relações com o meio geográfico [...] a expressão meio geográfico é mais significativa do que a de meio físico; abarca não somente as influências naturais, mas ainda uma influência que contribui para o meio geográfico, o *environment integral*: a influência do próprio homem."

Na defesa da geografia Lucien Febvre, polemizou com Durkheim e sua morfologia social, não poupando críticas a Ratzel, no seu célebre livro *La terre et l'évolution humaine*.⁵¹ Segundo Febvre (1925: p. 60) o erro de Ratzel foi admitir que o solo constituía a base da geografia humana. Para Febvre (1925: p. XVI) a terra habitável era, sobretudo, produto do "... trabalho humano, cálculo humano, movimentos humanos, fluxos e refluxos incessantes da humanidade; em primeiro plano, sempre o homem e não o solo ou o clima".

Febvre se opunha também a uma visão mecanicista e funcionalista da ação humana (1925: p. XVII): "Sem dúvida, antes do pensamento consciente e por baixo dele próprio, em todos os graus da vida existe algo que não é mecanismo nem finalidade, é a lógica [...] necessidade de ser e de ser o mais possível."

Décadas mais tardes, vale observar como estavam presentes em autores importantes, os princípios humanísticos da geografia regional francesa do início do século.

Maximilien Sorre afirma que na formação do ecúmeno (*œkoumène*) - a área habitada da terra - o meio (*milieu*) é uma criação do homem. "... o espaço humano é descontínuo e não é homogêneo...".⁵² Com os avanços técnicos - o progresso da circulação, aceleração dos transportes - tem-se uma nova concepção do espaço, muda-se a atitude mental do homem ao olhar o espaço geográfico, os avanços dão nova idéia escalar das dimensões do globo, sendo necessário uma revisão crítica das categorias de espaço e tempo (Sorre, 1950: tomo II, vol. I, p.597- 598).

O trabalho de Milton Santos, talvez mais que nenhum outro, assumiu essa responsabilidade enunciada por Max. Sorre: revisar o conceito de espaço diante das transformações do mundo verificadas com os avanços técnicos. Tais avanços, presentes à época de Sorre, se aceleraram a partir da segunda metade do século passado e, de forma ainda mais intensa, a partir de seu último quartel.

A dialética concreta, o mundo em processo permanente e a permanente descoberta de novas verdades foram fundamentais contribuições

⁵¹ FEBVRE, Lucien (1922). *La Tierra y la evolución humana*. Tradução: L. P. Garcia. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925.

⁵² SORRE Maximilien. *Les Fondements de la Géographie Humaine*. Paris: Librairie Armand Colin. Tome Premier (1943): 1951, 3. ed. p. 85.

de Marx ao pensamento de Milton Santos.⁵³ A perspectiva existencialista marxista do Sartre de *Critique de la raison dialectique* (1960), com sua idéia de totalidade e totalização permanente, fortemente contribuiu para que Milton Santos, nos anos setenta, construísse alguns dos principais conceitos da geografia nova, balizando-a até o presente.

Milton Santos, fundamentado na síntese sartreana entre fenomenologia existencial e marxismo humanista, não se deixou levar pelo estruturalismo althusseriano que tanto embasou a intelectualidade ocidental de esquerda nos anos sessenta e setenta. Nos dias atuais a perspectiva pós-estruturalista em grande evidência vem alterando o rumo intelectual de alguns autores prestigiados. Milton Santos, em seu contínuo trabalho de compreensão do mundo contemporâneo, seguiu seguro, renovando-se dialeticamente, a partir do caminho que lhe deu notoriedade internacional desde os anos setenta.

Para os pós-modernistas, segundo Milton Santos (1994b: p. 187), não é possível apreender o mundo, o mundo se tornou inatingível por que tudo se fragmenta. Mas “...o mundo sempre se fragmentou. E a concepção de Sartre - que acho mais fecunda que a do próprio Lefebvre - é de que a passagem de um tempo para outro, de um momento para outro se dá pela fragmentação. A totalidade só se torna outra através da fragmentação. Fragmentação para construir outra coisa...”

O “...universo não é desordenado. Daí a necessidade de buscar reconhecer a ordem no universo, este pode ser visto como um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis internas, conforme ensinado por K. Kosik (1967), em sua *Dialética do Concreto*. A ordem buscada não é aquela com a qual organizo as coisas no meu espírito, mas a ordem que as coisas, elas próprias, têm. A isso se chama totalidade concreta.” (Milton Santos, 1996: p.94)

Vejamos algumas categorias formuladas por Milton Santos na construção teórica sobre o espaço do homem, que fundamentam sua geografia crítica.

As rugosidades “... são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem incorporado ao espaço...” (Milton Santos, 1978: p.138). “...As rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças sócioterritoriais ou sóciogeográficas...” (Milton Santos, 1996: p.36).

Do Sartre de *Crítica da razão dialética*, precedido pelas *Questões de Método*, Milton Santos trabalha, além da questão do processo de totalidade e totalização, com o conceito a ela relacionado do “prático-inerte”. O prático-

⁵³ Cf. Entrevista de Milton Santos concedida a Eduardo Yázigi, ago. 1996. YAZIGI, Eduardo. Milton e a criatividade. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 412.

inerte significa a cristalização de experiências passadas, do indivíduo e da sociedade corporificadas em formas (sociais, jurídicas e, também, configurações espaciais). A partir do conceito de prático-inerte, Milton Santos (1978: p. 137) desenvolve a noção de que o espaço, através das rugosidades, possui um componente inercial, porém em processo, portanto dinâmico.

Em seu livro, *A natureza do espaço*, Milton Santos reafirma e desenvolve estas noções: “*Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas [...] É nesse sentido que falamos da inércia dinâmica do espaço...*” (1996: p.113).

“*A relação do sujeito com o prático-inerte inclui a relação com o espaço [...] Indo além do ensinamento de Sartre, podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte.*” (Milton Santos, 1996: p.254)

Milton Santos, já em 1977,⁵⁴ demonstrara que, possuindo o espaço esta natureza dialética entre inércia e dinâmica, o espaço tem valor ativo no processo dialético da sociedade. Com a dialética espacial, o espaço, enfim, é concebido como instância social.

Segundo Milton Santos (1985: p.1) “*consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isto significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida [...] a essência do espaço é social...*” Desta forma são dialéticas as relações entre todas as instâncias sociais: a econômica, a cultural e a espacial.

Em *Por uma Geografia Nova* (1978), Milton Santos objetiva sedimentar as bases para a Geografia Crítica. Tem-se, também, uma discussão sobre a construção da idéia do espaço como inércia dinâmica, como instância social, a partir das noções sartreanas do movimento permanente de totalidade e totalização e do “prático-inerte”. Afirma-se o papel do espaço no movimento dialético da sociedade, critica-se a posição de Althusser e de Castells (1978: p. 146-148, sobretudo) que viam a instância econômica como determinante. Para Althusser a estrutura econômica era dominante (*structure à dominante*). Para Castells o espaço era “uma estrutura subordinada”. Mas Milton Santos, citando Marx (*Introdução de 1857*) e Lukács (*História e Consciência de Classe*) afirma a categoria totalidade como a primaz, sendo incompatível com a tese da dominância; portanto, nenhuma relação dialética

⁵⁴ SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. Tradução Maria Beltrão. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977. O referido artigo foi de fundamental importância para a geografia crítica. Editado no mesmo ano em diversos países, em quatro idiomas, neste breve texto o autor lança algumas das bases que estarão presente em vários de seus principais livros sobre teoria e método: o espaço como instância social, a primazia da totalidade e não da estrutura, a inércia das formas, dos objetos geográficos, e a formação sócio-espacial.

pode excluir da ação um de seus componentes. Deste modo recusa-se "...a imaginar que possa haver estruturas cujo movimento subordinado seria devido exclusivamente às determinações econômicas.

O espaço organizado não pode ser jamais considerado como uma estrutura social dependendo unicamente da economia [...] O dado político, por exemplo, possui um papel motor. Um exemplo: quando o Estado toma a decisão de reordenar o território para melhor assegurar sua soberania...

... Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis, através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece as demais instâncias sociais." (Milton Santos, 1978: p. 147-148)

Em livros posteriores (*Pensando o espaço do homem*, 1982, e *Espaço e método*, 1985) Milton Santos retoma a questão do espaço como instância e desenvolve (sempre considerando a proposição sartreana de totalidade e do prático-inerte) as noções de forma, função, processo e estrutura como categorias do espaço. Tais categorias são interatuantes, compõem a totalidade de forma estrutural mas também processual. O movimento dialético e concreto da totalidade supõe um movimento relacionado da forma, da função, e da estrutura, ainda que cada categoria possa apresentar diferentes velocidades de transformação ao longo do processo histórico. O geógrafo alerta (1982: p.38-40 e 1985: p. 56-58), para a análise do espaço, que se evite um estruturalismo a-histórico (primazia da estrutura), ou um funcionalismo prisioneiro do caráter conservador da instituição (primazia da função), ou um empirismo (primazia da forma).

"Também os estruturalistas dizem trabalhar com a categoria da totalidade, mas para eles, a estrutura tem um papel preestabelecido, definido, a priori, que torna a totalidade praticamente imóvel. Teríamos, assim, uma totalização sincrônica da qual o único movimento seria a reprodução das mesmas relações estruturais.

Entre os marxistas, uma concepção de estrutura como essa conduz a um economismo quase mecânico, a uma espécie de positivismo marxista onde a economia é declarada estrutura dominante, não importa qual seja o período ou o momento histórico. Isto, em realidade, equivale a uma negação da idéia de totalidade." (Milton Santos, 1982, p. 39)

Não se trata, portanto, apenas de uma dialética no espaço mas de uma dialética do espaço.

Quanto às relações entre espaço e paisagem, Milton Santos afirmou:

"As alterações por que passa a paisagem são apenas parciais. De um lado alguns dos seus elementos não mudam - ao menos em aparência

- enquanto a sociedade evolui. São as testemunhas do passado. Por outro lado, muitas mudanças sociais não provocam necessariamente ou automaticamente modificações na paisagem.

Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção." (1982: p. 37 e 38)

Milton Santos enfatiza que o espaço não é só forma (espaço-paisagem, na expressão utilizada em *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*, 1971-1978), mas forma-conteúdo: "...o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo" (1996: p. 35). "A forma e o conteúdo somente existem separadamente como 'verdades parciais', abstrações que somente reencontram seu valor quando vistos em conjunto" conforme R. Ledrut (1984: 38) citado por Milton Santos (1996: p. 80).

"...O espaço é aquilo que nele acontece...", afirmou M. G. Th. Guilvaud, citado por Bettanini (1976, 1982: p. 29).

Para Milton Santos⁵⁵ o espaço banal é todo o espaço, é o espaço geográfico. O território usado é o espaço. "*O espaço é a extensão, que se dá pela funcionalidade do mundo, num dado momento*"⁵⁶. O espaço concreto é um só, deve ser ele o objeto da geografia. Não faz sentido procurar um espaço específico a cada disciplina das ciências humanas, ainda que cada uma possa ter seu corpo teórico, seu olhar específico diante do espaço do homem.

"O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional, coisas e relações juntas [...] O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento..." (Milton Santos, 1988: p.26)

"A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialidade de um instante da sociedade [...] O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, a paisagem e o espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem [...] O trabalho morto seria a paisagem. O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas

⁵⁵ Milton Santos. "Território, Espaço Banal, Lugar comum?", conferência realizada no Encontro Internacional "O mundo do cidadão um cidadão do mundo", Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 14/10/1996.

⁵⁶ Milton Santos, em aula ministrada no dia 16/09/1996, na disciplina de pós-graduação "A Reorganização do Espaço Geográfico na Fase Histórica Atual". Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

geográficas) e do trabalho vivo (o contexto social)." (Milton Santos, 1988: p.72-73)

Tem-se, portanto, clara distinção entre paisagem e espaço. A partir desta distinção é possível diferenciar o epifenômeno (paisagem) do fenômeno (espaço) e, por conseguinte, compreender os processos espaciais, inclusive, os processos de produção da paisagem.

"O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialização é funcional e o espaço é estrutural. A paisagem é relativamente permanente, enquanto a espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. A paisagem, precede a história que será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação. A espacialização é sempre o presente, um presente fugindo, enquanto a paisagem é sempre passado, ainda que recente." (Milton Santos, 1988, p. 73)

Observa-se na citação acima como a noção sartreana de totalidade e totalização em movimento permanente estava presente na reflexão de Milton Santos - espacialidade e espacialização - a espacialidade é um momento, afirmava o grande geógrafo, a espacialização é mutável, é sempre presente. Anos depois Milton Santos⁵⁷ afirmou que o espaço é sempre presente, ainda que a paisagem, sempre passado, dele participe dialeticamente.

Milton Santos (1994b: p. 90) propôs *"...entender o espaço como um conjunto de sistema de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não funcionam e não tem realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados do sistema de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos."*

"Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzindo por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado ao meio. Somente aí há o evento, não antes, Segundo Simmel (1903, p. 43) o rendez-vous tanto denota o encontro, quanto o lugar do encontro. Se aquele feixe de vetores pudesse ser parado no caminho, antes de se instalar, não haveria evento. A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais." (Milton Santos, 1996: p.76-77)

57 SANTOS, Milton. Da paisagem ao espaço. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1995, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Unimarco, 1996. p. 33-42.

Segundo Milton Santos (1996: p. 118-123) o evento é sempre presente, se dá no local e no momento preciso, *hic et nunc*. Não existem eventos isolados. No domínio da ação, da natureza social, o evento é sempre intencional, portanto desejo de futuro, daí a afirmação que o futuro explica o presente.

Retomemos a questão inicial do espaço e da totalidade. Podemos compreender, respaldados na obra de Milton Santos, as imbricações do espaço e da sociedade, diante de um quadro teórico em que se afirma a totalidade em processo, tal perspectiva permite avanços consideráveis na teoria geográfica abrindo perspectivas de método para o trabalho investigativo sobre o espaço, enquanto totalidade concreta.⁵⁸

“A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. ⁵⁹ Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade, no campo ou em qualquer outro recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa a análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos espaço.

Se o ser é a existência em potência, segundo Sartre, e a existência é o ser em ato, a sociedade seria assim o Ser e o espaço a Existência. É o espaço que, afinal, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno.

Assim, o espaço é, antes do mais, especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. A produção em geral, a sociedade em geral, não são mais que um real abstrato, o real concreto sendo uma ação,

⁵⁸ Como exemplo de um dos importantes encaminhamentos de método propostos por Milton Santos, que utilizamos neste trabalho, refere-se ao que ele denominou “elementos do espaço”. Para Milton (1985: p. 5 - 12) os elementos do espaço seriam:

- Os homens, na qualidade de fornecedores de trabalho ou, se não participam diretamente da produção, pelo simples fato de estarem presentes no lugar, acarretam uma demanda de trabalho para outros.
- As firmas, na medida em que tem como função essencial a produção (bens, serviços ou idéias).
- As instituições, enquanto produtoras de normas e legitimações.
- O meio ecológico, o conjunto de complexos territoriais, “o meio ecológico já é meio modificado e cada vez mais é meio técnico”.
- As infra-estruturas, o trabalho humano geografizado.

Segundo o geógrafo, os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis. A “... cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo.” (Milton Santos, 1985: p.6 e 9).

⁵⁹ “Para nós, a verdade é algo que se torna, ela tem e terá de tornar-se. É uma totalização que esta sendo totalizada continuamente. Fatos isolados não significam nada; não são nem verdadeiros nem falsos enquanto não são relacionados, pelas mediações das diferentes totalidades parciais, à totalização em processo.” Sartre, *Search for a method*, 1968: p. 30-1, citado por Milton Santos (1996: p. 96n).

relação ou produção específicas, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta, somente pode-se dar no espaço... (Milton Santos, 1996: p. 96)

Armando Correa da Silva (1986a: p. 161) afirma:

"Em Marx o território possível é o da História..."

"Em Ratzel o território possível é o da Geografia..."

"Então o território, enquanto ser, duração e extensão, deve pôr-se em movimento."

Com certeza tais afirmações encontram eco na geografia de Milton Santos, que, provavelmente preferiria espaço no lugar de território. A despeito das nuances nas intenções entre os dois geógrafos, o que importa é observar a questão do movimento, da dimensão mais ampla do espaço, contendo o tempo, a história.

O espaço e suas razões

Milton Santos critica o pensamento ocidental, marcado pela tradição iluminista, que se fundamenta em visões dualísticas e marcadas pelo passado. No dualismo iluminista, que caracteriza a modernidade, os conceitos visam o "puro" no objeto conceituado, mas a realidade não é feita de purezas mas de misturas, de híbridos. A cultura européia, matriz da cultura ocidental, trabalho seu legado dando peso demasiado ao passado, mas o presente esta também ligado ao futuro. O presente, no dizer de Milton Santos (1996) é o evento, tempo e espaço empiricizados, o evento é "o aqui e o agora". O evento (humano) é a ação e toda ação é marcada por um propósito, um propósito para o futuro. Utilizando as noções sartreanas empregadas por Milton Santos, poderíamos dizer que o presente embora marcado pelo "prático-inerte" tem um compromisso com o futuro, *"...precisamente por que somos pro-jeto"* (Sartre, 1973: p. 185)

"O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido" (Milton Santos, 1996: p. 70). Já em *Por uma geografia nova* (1978), a noção de forma-conteúdo proposta contém a idéia do espaço como um híbrido.

"Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que por si só carece de constante revisão histórica." (Milton Santos, 1994d: p. 15)

"... Seguindo as epistemologias divergentes do espaço geográfico, estaríamos num beco sem saída, a partir de visões dualistas do

fenômeno; material-imaterial; físico-humano; social-natural [...] As separações seriam ainda um produto de uma epistemologia 'purificadora', como diria Latour, que proclamaria a unidade das partes, mas, no frigar dos ovos, as trata de modo separado. Apenas o espaço é um misto, um híbrido, formado, como já o dissemos, da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço. Este espaço - o espaço geográfico - é mais que o espaço social dos sociólogos, porque também inclui a materialidade." (Milton Santos, 1996: p. 233-234)

O espaço geográfico tem sua existência estruturada por diferentes racionalidades, das hegemônicas - de dominação - às inter-subjetivas - ações comunicativas, realizadas no "mundo vivido", no cotidiano. Em "O retorno do território" (1994d: p. 15-20) Milton Santos conceitua o acontecer solidário, homólogo ou complementar, como o do cotidiano compartilhado mediante regras formuladas localmente, acontecer que permite a generalização da informação. Já o acontecer solidário hierarquizado estabelece um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, restrita, uma forma de poder. Desta forma, ao se realizarem no lugar, estas diferentes formas de solidariedades estabelecem uma dialética do território. *"Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente."* (Milton Santos, 1996: p.273)

O espaço como um híbrido de racionalidades globais e locais necessita, para sua compreensão, de categorias de análise que dêem conta desta realidade. Milton Santos, buscando definir categorias para a análise espacial atenta a esta dupla realidade do espaço, estabelece uma série de pares heterônimos. Por ora vejamos dois deles:

- "Horizontalidade e verticalidade". A "horizontalidade" é o conjunto de lugares contíguos, o substrato dos processos da produção e da divisão territorial do trabalho. A "verticalidade" se relaciona aos processos da cooperação, cuja escala, não raro, ultrapassa a do processo direto da produção. O espaço, em qualquer escala, contém horizontalidades e verticalidades. *"Assim, o que ainda se pode denominar de região - espaço das horizontalidades - deve sua constituição não mais à solidariedade orgânica criada no local, mas a uma solidariedade organizacional literalmente teleguiada."* (1994b: p.55). O território, no presente, se constitui também como um suporte de redes que transportam as verticalidades, regras e normas egoístas e úteis aos atores hegemônicos.

- "Ordem global e ordem local". A ordem global é "desterritorializada", separa a decisão da ação e o local de sua realização. Seu espaço é formado de pontos, cuja existência funcional depende de fatores externos. A ordem global pressupõe a existência de redes informacionais, privilegia, então, os espaços densamente tecnificados, o meio-técnico-científico de que nos fala Milton

Santos.⁶⁰ A ordem local "reterritorializa", é a do espaço banal, espaço irreduzível; reúne numa mesma lógica todos os elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais, jurídicas e geográficas. (1996: p.272-273)

Armando Correa da Silva (1996: p. 256) aponta que, apesar da abrangência e perspicácia do olhar de Milton Santos, certos ângulos da percepção da realidade espacial poderiam ter-lhe escapado. Refere-se a questão da geografia ainda não ter dado conta da questão da subjetividade e argumenta também que a proposta de Milton de enfrentar o problema da Natureza com seu conceito de meio técnico-científico-informacional não dá conta da questão de que: "*a informação nada é, para a humanidade, sem a comunicação...*". Armando Correa da Silva afirma que "*... torna-se importante, mesmo para uma geografia como ciência social, a contribuição de Habermas em sua concepção de ação comunicativa ... por esse caminho põe-se a idéia de uma ideologia do cotidiano...*"

A publicação do texto acima coincidiu com a publicação da *Natureza do espaço* de Milton Santos (1996). Neste livro o autor se utiliza, entre outros, exatamente de Habermas para trabalhar as questões aludidas por Armando Correa da Silva. Da razão prática à emoção criativa, afirma-se o poder da primeira em manter o *status quo* e o da segunda, na inventividade e liberdade. São a paixão e afetividade capazes de criar solidariedade, laços culturais "*...levando a uma percepção global, 'holista', do mundo e dos homens*". (Milton Santos, 1996: p. 255)

Para Milton Santos (1996, p. 256) razão e emoção são também um híbrido constituidor das ações e portanto do espaço. "*A noção de 'emorazão' (S. Laflamme, 1995), encontra seu fundamento nessas trocas simbólicas que unem emoção e razão*". Valendo-se dos frankfurtianos, também critica a "razão unidimensional" (para usar a expressão marcusiana), excludente da emotividade, da sensibilidade e da criatividade. Uma razão crítica não precisa excluir a sensibilidade. De fato, no mundo vivido, razão e emoção formam um híbrido.

Para Habermas operam dialeticamente no mundo contemporâneo duas formas básicas de razão: a razão sistêmica (instrumental, praticada cada vez mais em nível global) e a razão comunicativa (do mundo vivido, do cotidiano). Nos é possível, portanto, estabelecer forte paralelo entre a concepção habermasiana de razão e a concepção "santosiana" do espaço. A razão global (Milton Santos) ou sistêmica (Habermas), interage com o espaço a partir de redes (sistêmicas) e normas

60 " *O meio de vida do homem, seu entorno, não é mais o que, há alguns decênios, ainda, geógrafos, sociólogos e historiadores chamaram de meio técnico. O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação...*" . SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 44.

de interesse dos atores globais (relações de verticalidade), impondo uma solidariedade organizacional. Tal razão (extraterritorial) embate-se com racionalidades e temporalidades de outra ordem no momento em que assume a concretude da realidade espacial, encontra nas rugosidades locais do território, no cotidiano dos lugares, a razão comunicativa, as solidariedades orgânicas.

A dimensão do cotidiano, em situação dialética aos processos globais, permite a Milton Santos o estabelecimento de uma série de pares heterônimos, categorias de análise que nos permitem compreender o espaço, este híbrido dialético. Trata-se de um embate dialético entre a razão global e razões locais, entre redes informacionais e ações comunicativas, entre verticalidades (redes) e horizontalidades (contigüidades), entre tempos rápidos e lentos, entre a fluidez e as rugosidades, entre zonas luminosas e opacas, entre o domínio da economia (reino das necessidades) e o domínio da cultura (reino da liberdade), entre a cega "inteligência pragmática" que se impõe como razão hegemônica e a emoção criativa, a emorazão.⁶¹

⁶¹ Milton Santos, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 214, p. 223-249, passim e p. 251-265, passim.

Conceituando (no final) os objetos: a megalópole e a praça

O início de uma pesquisa exige um objeto *a priori*, mas o processo de pesquisa muitas vezes reconstrói seu próprio objeto. Das primeiras hipóteses à tese, o caminho dialético entre a teoria e a empiria permite, no final da pesquisa, a conceituação do objeto que guarda, no caso deste trabalho, relação e distância do objeto apriorístico.

Desta forma passamos de um estudo de paisagens a um estudo do espaço, do conceito de macro-metrópole ao conceito de megalópole, dos espaços relacionados à urbanização difusa (a extensão do urbano para além dos limites da paisagem das cidades) para as espacialidades do lazer e, por fim, às praças, espaços públicos da razão comunicativa.

Tal transformação só foi possível a partir do aprofundamento teórico e prático da pesquisa. A compreensão do espaço como conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações. O espaço portanto, como presente vivo e a paisagem como passado (trabalho morto) integrante do espaço. Este entendimento nos propiciou um avanço fundamental, deslocando o eixo da pesquisa da paisagem para o espaço, sem perder a paisagem, mas incorporando o sistema de ações.

A compreensão da coexistência dialética entre a razão sistêmica e a razão comunicativa, entre a razão global e a razão local, permitiu avançar para além da questão do lazer e da alienação. Resgatou-se a dimensão pública e a dimensão do cotidiano como fundamentais na constituição do espaço, do lugar. A praça como um espaço da realização do mundo vivido e da esfera de vida pública tem, neste quadro dialético de racionalidades, um papel ainda importante conforme pudemos aferir e esta tese se empenha em demonstrar.

Entendemos o espaço como uma instância social não apenas participante da dialética social (a dialética entre as instâncias da sociedade, a dialética "com" o espaço) mas também contendo dialéticas internas (a dialética "do" espaço):

- A dialética da totalidade espacial, relacionada a interação escalar (global, nacional, regional,⁶² local e infra-local).
- A dialética entre o sistema de objetos e o sistema de ações que define o próprio espaço.

Diante desta perspectiva, procuramos compreender a megalópole e a praça a partir de uma realidade espacial concreta. O fenômeno de urbanização contemporâneo mais denso na Região Sudeste a que chamamos Megalópole do Sudeste do Brasil e, em paralelo, o estudo de quase uma centena de praças em diferentes municípios desta megalópole. Não se trata de um estudo de dois objetos separados, mas de um estudo transversal⁶³ do espaço, compreendendo os dois fenômenos espaciais como inter-atuantes, embora de naturezas diferentes. Esta posição permitiu muito maior riqueza na análise e compreensão dos dois objetos do que se os estudássemos separadamente.

Finda a pesquisa, cabe portanto, discorrer sobre os conceitos utilizados e formulados nesta tese para os objetos estudados: megalópole e praça. Vale frisar que a realidade sócio-espacial é feita de misturas. Não devemos fixar conceitos de realidades espaciais a objetos mas a natureza de seus sistemas de objetos e ações. Tais sistemas são historicamente mutáveis, o presente não pode ser compreendido como o de uma sociedade industrial ou pós-industrial pura. O conceito deve ser simultaneamente amplo e preciso, mas não tem a pretensão de ser um elemento de classificação tipológica para todas as situações do mundo, quiçá possa nos ser útil à compreensão da realidade presente no país, ainda que anseie poder olhar situações análogas em outros lugares do mundo.

⁶² O velho conceito de região desenvolvido pela geografia regional francesa torna-se improcedente para os dias atuais em que as relações de produção e de vida estão fortemente impactadas por racionalidades globais, destruindo típicas relações intra-regionais. Para Maria Adélia de Souza trata-se de um conceito ideológico, pouco condizente com a realidade, inadequado, portanto, para a análise geográfica contemporânea. Em absoluta concordância, empregamos nesta tese a expressão "região" conforme colocado por Milton Santos para designar o espaço das relações horizontais (de contiguidade espacial) tendo claro que diante das relações de ordens, crédito e informações, advindas de pontos distantes do território, "... a região deixa de ser produto de solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultado de solidariedade organizacional". SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994a. p. 115.

Empregamos, também, a expressão "região urbana" conforme o conceito desenvolvido por Milton Santos: "A região urbana tem sua unidade devida sobretudo a inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferentemente se relaciona..." Ibidem. p.67.

⁶³ Sobre a perspectiva de uma "abordagem transversal", notadamente para os fenômenos contemporâneos que "atravessam o espaço" cf. ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

A megalópole

Iniciamos o doutorado procurando investigar se está se formando no território mais densamente urbanizado do país, notadamente entre Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, uma nova entidade urbana, que inclui e transcende as referidas metrópoles. Diante da pesquisa realizada podemos responder afirmativamente. A difusão do fenômeno urbano para além dos limites institucionais metropolitanos vem efetivamente criar um novo território, de natureza urbana distinta de uma mera expansão metropolitana. Mais do que uma conurbação física entre metrópoles, tem-se uma metamorfose qualitativa que fortalece os núcleos urbanos mais importantes numa sinergia maior que a pura soma de mercados.

Primeiramente designamos o referido fenômeno urbano de “macro-metrópole”, tal qual Maria Adélia de Souza nos anos 70,⁶⁴ quando avaliava a expansão das atividades industriais da região Metropolitana de São Paulo para além de seus limites institucionais, atingindo, à época, um raio aproximado entre 100 e 150 km. Com o avanço da pesquisa, observou-se mais apropriado a alteração conceitual, de macrometrópole para megalópole, tendo em vista a relativa difusão das atividades do terciário superior para além do núcleo inicial da metrópole de São Paulo e não somente a difusão da produção industrial. Também a metrópole carioca, que nos anos 70 estava “distante” da macrometrópole paulista, vem participar com maior densidade de fluxos deste território fortemente urbanizado. A metrópole carioca não pode ser caracterizada de maneira singela, simplesmente como subalterna à paulistana, apenas por que esta última possui uma dinâmica econômica maior. A despeito do destaque econômico de São Paulo, o Rio de Janeiro possui significativa importância nacional em atividades do terciário superior, sobretudo ligadas a empresas e instituições financeiras (ainda) estatais, a indústria cultural e a indústria do turismo.

Desta forma torna-se mais apropriado nomear, na atualidade, a mais importante região urbana⁶⁵ do país como “megalópole”, de forma análoga à “*Megalopolis*” do estudo de Jean Gottmann.⁶⁶ Passados quarenta anos da edição da referida obra, podemos avançar teoricamente e afirmar que o fenômeno da megalópole não é mais típica situação das nações centrais do capitalismo mas sim peculiar ao avanço capitalista da globalização.

⁶⁴ SOUZA, Maria Adélia de. *Cidades médias e desenvolvimento industrial - uma proposta de descentralização metropolitana*. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1978.

⁶⁵ As regiões urbanas definem um Brasil urbano “...em que está presente o meio técnico-científico, área onde a vida de relações tende a ser mais intensa e onde, por isso mesmo, o processo de urbanização tende a ser mais vigoroso...” SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec: 1994a. p.119.

⁶⁶ GOTTMANN, Jean. *Megalopolis: The Urbanized Northeastern Seaboard of the United States*. Nova York: Twentieth Century Foundation, 1961.

Ao iniciar este século, estamos diante da terceira revolução industrial. Novas tecnologias e novas espacialidades se constroem. A dispersão da produção industrial e o fortalecimento de um terciário superior para além do território metropolitano, constitui, em diversos países, formações megalopolitanas.⁶⁷ A perspectiva da razão de dominação, exercida pelas empresas globais, estrutura as principais relações sócio-espaciais de produção do território megalopolitano, subjugando as ações do Estado, dizimando solidariedades locais.

A metrópole exige uma perspectiva global, a descentralização industrial que anteriormente se dava na região metropolitana, agora, para as grandes empresas, abrange o planeta, ou melhor, as porções do globo constituídas com alta densidade técnica e informacional.

Dentre as possibilidades atuais de novas “conexões geográficas”⁶⁸ e, conseqüentemente, de novas configurações territoriais, está a megalópole. Entidade urbana distinta da metrópole pela sua escala, não mais acessível à prática cotidiana do cidadão, mas espaço estratégico de valorização do capital. A megalópole é menos evidente ao olhar, seu espaço é mais caracterizado por seus fluxos que pela continuidade da paisagem da cidade. Comparada à metrópole, a megalópole é muito mais extensa e fragmentada. Comparada, no entanto à rede “vertical” de relações espaciais estruturadas a serviço dos grandes capitais, pode-se dizer que um pressuposto da megalópole é sua continuidade físico-territorial. Trata-se de meio densamente tecnificado, ainda que de forma heterogênea e de alta seletividade de apropriação do seu território enquanto recurso. Na megalópole suas relações horizontais, no seu complexo de lugares interconectados fisicamente, permite realizar as ordens do sistema vertical (descontínuo), seus fluxos pressupõem uma alta densidade de fixos⁶⁹ no território.

A megalópole se caracteriza simultaneamente por fenômenos de dispersão, fragmentação, difusão e concentração. A dispersão do seu sistema de ações é fortemente organizada a partir de sua dimensão corporativa. Trata-se de uma dispersão “concentrada” nas porções do território mais densamente tecnificadas e cientificadas. A fragmentação e a heterogeneidade são

⁶⁷ Várias situações megalopolitanas se estruturam no planeta, denotando a escala (capitalista) global do fenômeno. Além dos exemplos mais citados por Gottman (1961) e Roncayollo (1992), nos EUA (costa nordeste e na costa californiana) e no Japão (entre Kobe e Tóquio), surgem espaços de caráter megalopolitano em diversos países: no Norte da Itália (principalmente entre cidades da Bacia do Pó), na bacia do Reno (na Alemanha, entre Bonn e Dortmund), no Sudeste do Brasil; possivelmente também no Delta do Nilo (entre Cairo e Alexandria), na China (entre Pequim e Tianjin e entre Xangai e Nanquin), etc. Sobre a dimensão “pós-industrial” do fenômeno megalopolitano cf. também: CEPOLLARO, Giancarlo. Gottmann: a metrópole transnacional. In: DE MASI, Domenico (Org.). *A sociedade pós-industrial*. Tradução: Ana Maria Capovilla et al. São Paulo: SENAC, 1999. p. 233-245.

⁶⁸ SOUZA, Maria Adélia. Conexões geográficas: um ensaio metodológico (Uma versão ainda preliminar). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 71, p. 113-127, 1992.

⁶⁹ Sobre “fixos e fluxos” no espaço, cf. SANTOS, Milton (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77-78.

engendradas pela dialética entre razão global e razão local. A difusão de suas temporalidades, informações e ordens se processa para todo o território nacional, ainda que de maneira nada uniforme. A Megalópole do Sudeste, como local mas densamente urbanizado da "Região Concentrada do Brasil",⁷⁰ aglutina recursos de toda natureza em processos de desenvolvimento desigual e combinado. Concentra-se a riqueza e, ao mesmo tempo, atrai-se e possibilita-se a sobrevivência de milhões de pobres vindos de toda parte do país.

A megalópole constitui-se, portanto, no quadro ampliado do que Milton Santos denominou como "metrópole corporativa e fragmentada".⁷¹ Não se trata, repito, de uma mera extensão da configuração metropolitana; mas, sim, sob o aspecto da formação da megalópole que se estabelece diante de processos de estruturação análogos aos que Milton Santos denominou como "corporativo" e "fragmentado". O caso estudado pelo geógrafo - a Região Metropolitana de São Paulo - constitui-se na mais importante metrópole da Megalópole do Sudeste do Brasil.

O processo de compreensão de uma situação espacial tomada como objeto de pesquisa leva a estabelecer seus limites, até onde ocorre ou não a situação pesquisada. A intenção de pesquisar uma região urbana levou, portanto, à questão de especificar seu território. Não se mostrou pertinente definir com precisão o território megalopolitano dada a natureza da megalópole: heterogênea, difusa e expansiva (ao menos enquanto prosseguir a tendência à tecnificação, cientifização e informatização do espaço brasileiro, notadamente na Região Concentrada). Para fins analíticos, podemos conceber o processo megalopolitano como uma estrutura em movimento; onde áreas internas ao seu "território expansivo" participam de forma heterogênea, com maior ou menor intensidade, dos eventos constitutivos da megalópole.

Diante da dinâmica do fenômeno megalopolitano, para apreendê-lo, deve-se buscar, na perspectiva da análise dialética, compreender seu movimento estrutural, seu sistema de movimentos diante da formação sócio-espacial do país e da totalidade global, é ele que caracteriza a megalópole. Noções tradicionalmente empregadas numa perspectiva descritiva da geografia, tais como limite, rede hierarquizada e polarizada, se tornam inadequadas diante do processo megalopolitano.

A megalópole constitui-se como entidade urbana específica, própria do período e do meio técnico-científico-informacional. A megalópole é um espaço heterogêneo e fragmentado, *locus* de múltiplas racionalidades e daí múltiplas espacialidades e temporalidades. Espaço por excelência das

⁷⁰ A "Região Concentrada do Brasil" corresponde, em linhas gerais às regiões Sul e Sudeste do país, onde mais densamente se caracteriza o meio técnico-científico-informacional no Brasil. Cf. SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁷¹ Cf. SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

razões globais de dominação que, entretanto, não anulam, aliás potencializam, pela diversidade, densidade (proximidade) e especificidade, a razão comunicativa.

Se o estudo das relações mais estruturais nos permite compreender, de forma geral, o processo de megalopolização, incorporar a questão do cotidiano e suas práticas espaciais permite compreender melhor a realidade dialética interna do espaço megalopolitano: entre a razão sistêmica, de dominação, e a razão comunicativa, do mundo vivido.

A praça

A praça não é aqui simplesmente entendida como forma espacial, um objeto, suporte de ações sociais, “trabalho morto”, passado, mas como sub-espço, portanto, forma-conteúdo, híbrido entre sistema de objetos e sistema de ações. Como espaço a praça é presente, evidentemente não destituído de marcas do passado. Discute-se, diante desta perspectiva, a natureza da praça e, em particular, da praça na atualidade e da praça brasileira.

Consideramos a praça como um “espaço livre da cidade”,⁷² voltado essencialmente ao encontro público, um momento da esfera de vida pública. A dimensão pública dos encontros que caracterizam a praça não é única. As praças, como sínteses dos lugares, são específicas, como o são os lugares. Nesta tese, mais do que uma classificação exaustiva de tipos de praças, estudou-se casos significativos e representativos em diversas situações do território megalopolitano. Verificou-se certas analogias entre os distintos lugares, reforçando a tese de pertencerem a uma dimensão urbana maior, megalopolitana.

Sob o ponto de vista formal, a praça, normalmente, é um sub-espço “livre de edificações”. Embora seja uma área não edificada (no estrito senso de concepção de um edifício enquanto um abrigo) a praça, via de regra, guarda estreita relação com os edifícios que a envolvem. Tal relação abarca desde questões de percepção da paisagem até o sistema de usos e de

⁷² Conceitualmente, pode-se estabelecer algumas importantes distinções entre “cidade” e “urbano”; enquanto este é o abstrato, a representação do modo de produção, a cidade é o concreto, a materialidade “...considerada em unísono como corpo e ação...” (Milton Santos, 1990: p. 11). Neste sentido, é possível afirmar a existência de cidades, normalmente pequenas, que fazem parte de sub-espços rurais, ao passo que amplas áreas de produção agrícola capitalista, no meio técnico-científico-informacional, podem fazer parte de uma região urbana (vide nota 65). Cf. SANTOS, Milton. A cidade e o urbano como espaço-tempo. In: FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio. *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador, Anpur/UFBA, 1992. Idem. *Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec: EDUC, 1994c. p. 115-128.

significados. Murillo Marx⁷³ alerta para a apreensão da praça em relação às edificações do entorno que a delimitam, qualificando a paisagem e potencializando atividades.

Yoshinobu Ashihara⁷⁴ avalia a situação de maior ou menor qualidade "espacial" (formal) das praças em relação às alturas dos edifícios envoltórios. Para Ashihara situações em que a altura das edificações ultrapassa em muito as dimensões da praça resultam em espaços "claustrofóbicos", o inverso também causaria uma situação incômoda devido a baixa percepção da delimitação da praça, situação denominada como de "agorafobia".

Na verdade o urbanismo, enquanto arte de concepção do espaço da cidade, sempre se ocupou da forma urbana de maneira a buscar relações "harmoniosas" entre "espaços livres e edificados".⁷⁵ A título de exemplo, observe-se a notável concepção da Piazza del Campidóglio em Roma, onde Michelangelo concebe a praça projetando, além do célebre desenho de piso, as estátuas e, sobretudo, dando as diretrizes para a orientação das fachadas dos novos edifícios, reforçando o eixo de simetria diante do edifício principal. Também em Roma, Bernini ao projetar a nova Piazza S. Pietro não apenas se ocupa do piso da praça mas também de suas "paredes"; no caso as famosas colunatas que ordenam a paisagem irregular inicial do entorno. No século XIX, Camillo Sitte reage ao urbanismo progressista modernizador de Otto Wagner e propõe maior atenção à conformação das praças a partir do contínuo edificado, do controle de proporções e de uma série de recomendações para a forma urbana. O conjunto de valores da modernidade dos dezoito, entretanto, eclipsaram as idéias sitteanas, somente resgatas a partir da crise do urbanismo moderno do século XX.⁷⁶

Desde a ágora grega, a praça comportou e comporta ainda hoje uma gama quase incontável de usos: da troca de idéias à troca de mercadorias, da queima de bruxas em cidades norte-americanas aos largos da força ou do pelourinho pelo Brasil a fora, das festas religiosas às "pecaminosas", das manifestações do Estado às da sociedade civil, das festas de coroação ao movimento das guilhotinas; corridas de cavalo, exercícios militares, mercados, ambulantes, apresentações teatrais, cavalhadas, rodas de capoeira, *footing*... O sistema de usos realizados nas praças sempre foi diversificado, complexo, por vezes contraditório, mas majoritariamente ligado à esfera de vida pública. Mesmo o comércio, as feiras, os camelôs, ao se

⁷³ MARX, Murillo. *Breve percurso pela cidade no Brasil*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Idem. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.

⁷⁴ ASHIHARA, Yoshinobu. *Exterior design in architecture*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1970.

⁷⁵ A noção de harmonia varia, evidentemente, em função da história e da cultura de cada sociedade.

⁷⁶ SITTE, Camilo (1889). *A construção da cidade segundo seus princípios artísticos*. Tradução: Carlos Roberto de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.

instalarem nas praças, possuem um caráter público dado pela ampla acessibilidade ao lugar (relativa, evidentemente, aos diferentes graus de liberdade social de cada período, de cada formação social).

Sob o ponto de vista fundiário a praça e a rua constituem-se em típicos espaços públicos, embora, como veremos na Segunda Parte da tese, possam ocorrer exceções positivas (espaços privados que se pracializam) ou negativas (espaços públicos que se privatizam no âmbito de sua apropriação cotidiana). Morfologicamente a praça, via de regra, se distingue da rua por suas proporções mais alargadas. Quanto ao uso, a praça não visa tanto a circulação longitudinal quanto o sistema viário, permitindo, com frequência, apropriações mais amplas e diversificadas.

Sob o ponto de vista das normas de apropriação e uso do espaço trata-se do mais livre dos sub-espaços da cidade. Normalmente as regras morais implícitas da cultura urbana local controlam o cotidiano das praças. Quase tudo que se pode fazer em público, para uma dada sociedade, num momento histórico específico, pode-se fazer numa praça. A praça é também lugar próprio para manifestações que visam questionar os limites normativos e as contradições morais dos "bons costumes".

Nesta tese, afirmando-se a praça como sub-espaço, importará qualificá-la a partir da natureza dos usos nela verificados, tanto ou até mais do que pelo sistema de objetos normalmente identificado como praça. Quem define a praça é o que nela se realiza, assim um sistema de ações e objetos que apresente forte conotação pública, de livre acessibilidade é o que vai caracterizar o espaço como praça. Desta forma, situações de "pracialidade" poderão ocorrer, eventualmente, em ruas, avenidas, descampados e até em edifícios.

Tem o sentido de praça, ainda que oficialmente possam não ser, por exemplo: os campinhos de futebol nos bairros periféricos das grandes cidades, alguns trechos de parques nos fins-de-semana, a feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro, o calçadão de Copacabana, a Av. Paulista ou a Champs Elysées em Paris quando tomadas pelos pedestres em festas ou manifestações políticas.

Desta conceituação decorre que alguns logradouros oficialmente denominados como "praças" podem não ser de fato praças; ainda que sejam simbolicamente importantes, referências urbanas, etc. Exemplos desta situação são inúmeras "praças" rotatórias de intensa circulação de veículos, como: a Praça Panamericana em São Paulo e a Praça 23 de Outubro (Castelo) em Campinas.

O sentido que damos à praça no presente observa o legado da história, parte da ágora grega e do fórum romano, mas não se confunde com eles.⁷⁷ Diante das transformações sociais, alteram-se os sistemas de objetos e de ações que caracterizam a praça; altera-se, a cada período o significado da esfera de vida pública. Compreendidas como um sub-espacos do espaço geográfico, todas as praças existentes são praças do presente, a despeito de, algumas, terem sido construídas há séculos. O passado, como prático-inerte, participa do presente, mas é o sistema de ações que ao se realizar caracteriza a praça no tempo presente.

Com estas considerações evita-se confundir a “praça na contemporaneidade”, com a “praça contemporânea”. Esta última é caracterizada por alguma das diversas linhas de projeto contemporânea: moderna ou pós-moderna, contextualista ou desconstrutivista, etc. Portanto a “praça na contemporaneidade” inclui a “praça contemporânea” mas não vale o inverso.

A praça na contemporaneidade se constitui em lugar potencial para o estabelecimento da razão comunicativa. A praça, quando situada em áreas centrais do espaço intra-urbano, é ainda importante lugar de representação social e política, mesmo que não seja mais a ágora, espaço de decisão.

Com o advento do automóvel, a cidade se transformou radicalmente. O espaço público se tornou em boa medida local para circulação e estacionamento de veículos. As ruas foram, por sua própria natureza, os espaços mais invadidos pelos automóveis, mas as praças também sofreram com a presença dos novos veículos e o novo sistema técnico a ele associado.

Observa-se em muitas situações, sobretudo nas cidades grandes e médias do novo mundo, um enfraquecimento na relação entre o chão e as “paredes” (os edifícios do entorno imediato) da praça. Algumas praças efetivamente sumiram diante do espaço destinado aos veículos, outras ficaram reduzidas à condição de rotatórias. Muitas são hoje, na prática, mais limitadas pelas ruas que as circundam que pelos prédios de seu entorno. Também estes foram se afastando da praça, se afastando do alinhamento dos lotes e das divisas laterais, principalmente com o avanço das idéias da arquitetura e urbanismo moderno-racionalistas. Ocorreram, também, situações ainda mais drásticas, de rompimento da estrutura fundiária de parcelamento em lotes, como preconizava o modelo modernista-racionalista de origem européia.⁷⁸ O resultado foi a criação de uma forma urbana descontínua. Somente com a

⁷⁷ Sobre a organização da sociedade grega e romana, em particular de sua cidade e sua urbe, cf. FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis (1864). *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. Tradução: Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 1998. Livro Terceiro: A cidade.

⁷⁸ Para o caso da mudança de padrão na relação lote/edifício para a cidade brasileira cf. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

crise e a crítica à arquitetura moderna, em processo iniciado no final dos anos cinquenta, vai se por em cheque esta morfologia urbana, ainda assim não por todas as correntes do urbanismo contemporâneo.

Com o urbanismo contemporâneo, volta a ganhar força a idéia do pedestre como importante parâmetro do desenho do espaço da cidade. Nas áreas centrais de centenas de cidades, o pedestre retoma alguns dos espaços perdidos para o automóvel. Proliferam calçadas e em inúmeras situações, algumas praças voltam a ter, ao menos em um de seus lados, um espaço de circulação de pedestre contínuo até os edifícios, excluindo a circulação de veículos.

A despeito deste resgate do espaço para o pedestre, são ainda desenhados para o automóvel a maior parte das ruas, enfraquecendo a relação das praças com seu entorno imediato. Mesmo quando o seu fluxo é muito baixo (notadamente nas incontáveis ruas dos bairros periféricos das cidades latino-americanas) ou quando seria conveniente a implantação de sistemas de transporte coletivos de maior capacidade (situações das mais trágicas encontram-se, por exemplo, nas Metrôpoles de São Paulo, Nova Delhi e Hong Kong).

Algumas praças de desenho contemporâneo conseguem se efetivar mesmo diante de um entorno imediato pouco expressivo e bastante impactado pelo sistema viário. Alguns casos exemplares são a Praça dels Paisos Catalans, em Barcelona (projeto de Piñon, Viaplana e Miralles); a Schouwburgplein, em Roterdã (projeto de Adriaan Geuze e grupo - "West 8 Landscape Architects") e a San Jose Plaza Park em San Jose - Califórnia (projeto de reforma de George Hargreaves). São situações que dependem, evidentemente, do lugar, mas não tão fortemente do entorno imediato. Denotam a possibilidade de criação, no presente, de praças com certa autonomia diante do nem sempre primoroso entorno imediato. Ampliam a noção de praça para além da tradicional condição dada pela relação "chão" (área livre) & "parede" (edifícios envoltórios).

Com o enfraquecimento da esfera de vida pública na sociedade contemporânea, em profunda sintonia aos interesses do capital global, para o qual não interessa a formação do cidadão mas do consumidor, torna-se evidente um declínio no valor atribuído pelos atores hegemônicos às praças públicas. Muitas praças em áreas centrais deterioradas são abandonadas pelas classes dominantes e, decorrente disto, abandonadas, com freqüência, pelo Estado. Transformam-se em local de moradia de mendigos e meninos de rua, nas cidades grandes do Brasil. Mesmo estes logradouros só não serão considerados como praças apenas se tal situação excluir (não apenas conflitar) usos caracteristicamente públicos; se impedir, por exemplo, o pedestre de transitar pelo local em todas as horas do dia. Pois, de outra forma, não é o fato da praça abrigar o lúmpem mais que o "cidadão ateniense" que a impede de se configurar como importante "espaço livre público".

A praça se constitui num índice de civilidade, de cidadania, de qualidade de vida urbana. A praça é um signo do lugar, revelador de contradições e conflitos sociais. Na praça expõe-se a sociedade em seu movimento. A praça, mesmo na realidade megalopolitana, ainda é um importante sub-espço, a despeito das afirmações neo-liberais que insistem, propositadamente, em apontar para o fim da esfera pública.

A praça ajardinada: uma praça brasileira

Na formação sócio-cultural brasileira são inegáveis as fortes influências européias até o presente. No âmbito da arquitetura e do urbanismo isto não foi diferente. No entanto, produziu-se no país, uma típica praça brasileira a partir do ajardinamento de algumas praças, exatamente no momento do ecletismo, em que tanto se buscaram padrões europeus. Trata-se de um processo de sincretismo: diante da impossibilidade de recursos, sobretudo nas cidades médias e pequenas, para se fazer amplos jardins públicos, como na Europa, produziu-se aqui a “praça ajardinada”. É certo que se almejava o jardim e o passeio público europeu, mas o fato é que, diante do quadro local de urbanização incipiente e expatriação estrutural de recursos, se criaram alguns poucos jardins, sobretudo nas maiores cidades de então,⁷⁹ e muito mais “praças-jardim” e “praças ajardinadas”. Estas duas últimas foram realizadas em cidades de todos os tamanhos pelo país a fora, via de regra a partir do último quartel do século XIX, e, principalmente, com o advento da República.⁸⁰

Distingui-se, neste trabalho, “praça-jardim” de “praça ajardinada” no intuito de salientar diferenças fundamentais de natureza. A “praça ajardinada” é uma praça, já a “praça-jardim” possui natureza híbrida, entre praça e jardim. Nesta última o ajardinamento demasiado impossibilita-a de abrigar algumas funções típicas da praça, quais sejam aquelas relacionadas a grandes aglomerações de pessoas.⁸¹ A “praça-jardim” é uma área livre pública enfraquecida diante do conceito de praça e das potencialidades de ações da esfera de vida pública. A “praça ajardinada” por sua vez, pode, em muitos casos, funcionar tão bem ou melhor que a nossa “praça seca”, de típica origem européia, aqui nem sempre bem aclimatada.

Denominamos praça ajardinada àquelas que recebem um tratamento de vegetação mas que possuem área de piso capaz de permitir um

⁷⁹ Sobre os jardins públicos brasileiros, sobretudo do século XIX, cf. SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

⁸⁰ Interessante estudo de caso do processo de ajardinamento de largos e praças é o trabalho de LIMA, Siomara Barbosa de. *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

⁸¹ Pode-se considerar como praça-jardim, por exemplo: a Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, Rio de Janeiro, a Praça Buenos Aires, em Higienópolis, São Paulo, a Praça Luiz de Camões, em Campinas ou a Praça da República, em Jaú.

sistema de apropriações notadamente público que caracteriza uma praça (encontros diversificados, manifestações, convívio, festejos, etc.). Criou-se no Brasil, mais que na Europa ou em outro país da América, uma praça ajardinada, bastante arborizada, conveniente ao clima tropical. Mesmo profusamente arborizada, a praça ajardinada permite e, por vezes, estimula o encontro público.

As praças ajardinadas brasileiras estão por toda a parte, notáveis nas áreas centrais de grande parte de nossas cidades, mas também encontradas nos bairros residenciais. Estão entre as principais nas metrópoles como São Paulo (Praça da Sé), Rio de Janeiro (Praça XV de Novembro, não propriamente ajardinada mas arborizada), Porto Alegre (Praça Marechal Deodoro), Recife (Praça da República) ou Campinas (Praça Carlos Gomes). São principais em inúmeras cidades de pequeno porte, como as diante da Matriz em Nazaré Paulista, Itirapina, Vinhedo ou Vassouras; o mesmo valendo para centenas de cidades de médio ou grande porte como a Praça Getúlio Vargas em Guarulhos, da Independência em João Pessoa, Almirante Barroso em Aracaju, Visconde de Mauá em Santos, Comendador Müller em Americana, Toledo Barros em Limeira, entre outras. Seu intenso uso e complexo de significados nos permite afirmar não serem menos praças porque ajardinadas. A dicotomia entre praça e jardim não faz muito sentido nestes casos.⁸² Podemos afirmar, portanto, tratar-se duma criação brasileira de praça.

As praças ajardinadas distinguem-se dos parques pois nestes o sistema de ações e objetos privilegia, em essência, o lazer, o passeio, a fruição da paisagem, o descanso e a recreação e não o encontro e a manifestação pública. A fragmentação em sub-espacos é mais intensa no parque que na praça, esta é, por excelência, voltada à co-presença, enquanto no parque dá-se a dispersão mais que a reunião. Embora no geral os parques sejam maiores que as praças, isto não se constitui em elemento básico para distingui-los. Em São Paulo, por exemplo, a Praça da Sé é maior que o Parque Ten. Siqueira Campos (Trianon).

Há, evidentemente, possibilidades de situações híbridas, entre praças e parques ou jardins. São situações em que a classificação pura (praça ou parque) não condiz com o espaço real. A Praça da República, em São Paulo, possui dois sub-espacos bastante distintos: um do tipo praça, junto ao edifício Caetano de Campos, atual Secretaria de Estado da Educação, e o outro, tipo jardim, o bosque de linguagem bastante romântica. Seriam também híbridos entre praça e parque, por exemplo: a Praça Vinícius de Moraes, no Morumbi, e a "Praça do Relógio", na Cidade Universitária (USP), ambas em São Paulo ou a Praça Universitária em Goiânia.

Murillo Marx, um dos principais autores que se debruçaram sobre

⁸² A dicotomia entre praça e jardim no interessante estudo de Nelson Saldanha tem caráter alegórico dentro de sua discussão principal, sobre esferas de vida pública e privada. SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça: O Privado e o Público na Vida Social e Histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

a questão da praça no Brasil⁸³, afirma que o jardim enfraquece a praça diante da menor relação que ela passa a ter com seu entorno imediato e diante da impossibilidade de, ajardinada, permitir um maior número de pessoas num evento público. Isto é bem verdade, mas, por outro lado, a praça arborizada estimula, nos trópicos, a convivência cotidiana e a permanência das pessoas no “espaço livre público”. O desenho das ruas, ao privilegiar o espaço do automóvel, contribuiu para que a maioria de nossas praças passasse a ter menor relação com o entorno imediato. Nestas situações, a praça ajardinada revelou-se uma alternativa satisfatória para o convívio público. O impacto da circulação intensa de veículos junto às praças ajardinadas é, com frequência, menor que o ocorrido para as praças secas, cuja vida se relaciona mais aos edifícios envoltórios. A praça ajardinada é menos voltada ao entorno imediato que a praça seca, mas, assim como esta última, depende e expressa o entorno mais amplo, o lugar em que está inserida.

Com o advento pioneiro no Brasil do jardim moderno, onde destacou-se, desde os anos trinta, o trabalho de Roberto Burle Marx, a praça ajardinada moderna brasileira torna-se ainda mais própria ao país. Agora não mais se copiavam os padrões de composição formal dos jardins europeus. A praça ajardinada moderna brasileira constitui-se numa forte expressão da produção do paisagismo nacional.

É necessário não nos prendermos tanto aos conceitos produzidos no estrangeiro, muitas vezes são pouco capazes de explicar nossa diferente realidade. Do mesmo modo, nem sempre torna-se adequado repetir seus padrões de desenho (de cidades, de espaços livres e edificadas) diante de um quadro sócio-ambiental tão dispar. Não podemos ter como paradigma a praça européia ou as *plazas* corporativas norte-americanas. Nossa realidade

⁸³ MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980. A bibliografia específica sobre praças no Brasil é bastante escassa. Vale destacar o amplo trabalho sobre o papel dos espaços livres na metrópole paulistana de MAGNOLI, Miranda. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livredocência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Para uma visão panorâmica do paisagismo no país cf. MACEDO, Sílvio. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1999. Sobre praças produzidas pelo Metrô de São Paulo cf. BARTALINI, Vladimir. *Praças do metrô: Enredo, produção, cenários, atores*. 1988. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Interessantes pesquisas sobre praças centrais em São Paulo e em Campinas estão nos trabalhos de: LIMA, Siomara Barbosa de. *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. MARIANA, Wilson. *Áreas transformadas e espaço público na cidade de São Paulo*. 1989. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. SANTOS, Débora dos. *Espaços públicos do lazer em Campinas: o lugar do ficar*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. SANTOS JUNIOR, Wilson dos. *São Paulo: Praça da Sé, transformações e usos*. 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

possui diferenças (a praça ajardinada é um exemplo) que devem ser consideradas para uma conceituação pertinente, caso contrário, a compreensão de nossas praças ficará bastante prejudicada.

Em síntese, parte-se da praça como uma manifestação do espaço que se dá enquanto lugar. Lugar voltado à esfera de vida pública, campo potencial para o estabelecimento da razão comunicativa. Não se trata de adotar o espírito saudosista sitteano em defesa da praça, mas de compreender o presente retirando filtros ideológicos. O nosso presente, da megalópole, da praça, entendido à luz do embate dialético entre as diferentes racionalidades.

II. A urbanização brasileira: quadro prévio à formação da Megalópole

"As cidades não crescem apenas porque são 'lugares centrais', 'lugares do emprego e da indústria', ou do 'exército de reserva'. As cidades crescem porque existe uma multiplicidade e complexidade de interesses nelas envolvidos..."

Maria Adélia de Souza, 1994: p. 246

Este capítulo trata de alguns aspectos particulares da urbanização brasileira. O tema geral já foi objeto de investigação de vários autores.¹ Procura-se demonstrar como a urbanização brasileira, desde sua gênese, diante da inércia dinâmica do espaço, se constitui num quadro prévio para a formação de uma nova entidade urbana no território brasileiro: a megalópole. Assim, mais do que uma longa descrição sobre o fenômeno da urbanização brasileira, procura-se destacar elementos que permitam compreender o quadro prévio dos processos que engendraram, na Região Sudeste, a megalópole. A formação, em si, da megalópole brasileira será tratada no capítulo seguinte.

Inicialmente são necessários alguns comentários sobre teoria e método que fundamentam este e o próximo capítulo.

A perspectiva precursora de Cholley,² o espaço resultante de combinações, constitui-se num importante elemento de método, evitando uma abordagem estruturalista ortodoxa. Cholley deixou claro que não se pode realizar uma análise espacial a partir de apenas uma variável, por exemplo econômica.

As indicações teóricas e de método básicas, nestes capítulos, são as defendidas por Milton Santos³ para o estudo do espaço humano. A

¹ Como exemplo vale citar alguns autores que trataram o tema de forma geral e, ainda assim, com abordagens bastante diversas: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968. MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991. SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1994. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

² CHOLLEY, André. (1948). Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. Tradução: L.M.C. Bernardes. *Boletim Geográfico*, São Paulo, n. 179-180, 1964.

³ Da vasta bibliografia do geógrafo sobre o assunto, para os capítulos II e III, apoiamos-nos, principalmente, em: SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*. Trad. Maria E. V. Beltrão. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. de 1977. Id. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. Id. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994b. Id. *Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; EDUC, 1994c. Id. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

urbanização não é simplesmente resultado dos processos econômicos mais amplos, como se a economia de um país pudesse se realizar em abstrato, a despeito do território e de suas cidades, trata-se de um complexo de relações dialéticas, de interação mútua entre os processos urbanos e os econômicos. *"Para compreender a economia política de um país, é necessário, pois, dar uma enorme atenção aos estudos urbanos e buscar a metodologia mais adequada para captar a real significação da cidade, da rede de cidades, do território, da nação."* (Milton Santos, 1994c: p. 119)

Para Milton Santos (1996: p. 97): *"...A metamorfose do real-abstrato em real-concreto, da essência em existência, da potência em ato é, conseqüentemente, a metamorfose da unidade em multiplicidade."*

"...A partir da cada agente, da cada classe ou grupo social se estabelecem as temporalidades (interpretações, isto é, formas particulares de utilização daquele tempo geral, 'temporalizações práticas' no dizer de J.-P. Sartre) que são a matriz das especificidades vividas em cada lugar.

O tempo da divisão do trabalho vista genericamente seria o tempo do que vulgarmente chamamos de Modo de Produção. Aqueles elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo, à qual se referem, para serem contabilizados, os tempos relativos aos elementos mais "atrasados", herança de modos de produção anteriores. Visto em sua particularidade - isto é, objetivado - e, portanto, com sua cara geográfica, o tempo, ou melhor, as temporalidades, conduzem à noção de formação sócioespacial (Santos, 1977). Nesta, os diversos tempos concorrentes trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir deste funcionamento e dessa existência conjunta." (Milton Santos, 1996: p. 109 -110)

A idéia central é, segundo Milton Santos, a compreensão dos fenômenos espaciais a partir da categoria formação social; tendo claro tratar-se de formação sócio-espacial, uma vez que o espaço é uma das instâncias da sociedade. O espaço possui, portanto, valor ativo no movimento histórico, não se trata de simples reflexo da sociedade, mas de uma instância da sociedade.

Para o estudo do espaço, parte-se da ótica geral do materialismo histórico e dialético, da totalidade em processo, do mundo em movimento dialético concreto, conforme explicitou-se no Capítulo I. Como categoria básica de análise a "formação sócio-espacial" (Milton Santos, 1977); mais adequada, para o estudo do espaço, em sua dimensão territorial, que a categoria "modo de produção". A formação sócio-espacial nos permite a compreensão das especificidades da realidade concreta, do processo histórico efetivo, ao passo que a categoria modo de produção se presta para análises mais gerais, conferindo à análise um grau de abstração que não é compatível com o objeto deste capítulo.

Sob o ponto de vista analítico, Milton Santos propõe o estudo dos fenômenos espaciais tomando por base o que ele denominou por "elementos

do espaço": os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas (vide Capítulo I, nota 58). Os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis. A "... *cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo.*" (Milton Santos, 1985: p. 9)

Noção central de Milton Santos, para este capítulo e para a tese, é seu conceito de espaço enquanto conjunto indissociável de um sistema de objetos e de um sistema de ações,⁴ conforme comentamos no capítulo anterior. Várias outras categorias e conceitos propostos por Milton Santos estão presentes neste capítulo, espera-se que a leitura as revele.

Fundamentou, também, este capítulo a perspectiva dialética de compreensão da formação social brasileira realizada por Ignácio Rangel.⁵ Rangel demonstra como os ciclos econômicos mais gerais do sistema capitalista (Ciclos Longos ou Ciclos de Kondratieff)⁶ são assimilados pela formação social brasileira, gerando, em suas fases depressivas, um movimento interno de substituição de importações. Rangel demonstra, também, como nossa industrialização por substituição de importações foi propiciando ciclos econômicos próprios, de curta duração (Ciclos de Juglar)⁷. A estrutura de produção e do pacto dual de classes sociais que participam do poder, bem como os regimes de governo que se estabelecem, são transformados, através de "meias revoluções", segundo Rangel, e estão

⁴ Este talvez seja um dos conceitos propostos por Milton Santos (1989, 1994b, 1996) mais difíceis de serem incorporados, para nós arquitetos, "criadores de objetos". Esta imaterialidade presente de forma não disjuntiva na materialidade, esta perspectiva do espaço sempre como presente e a paisagem, sempre passado (trabalho morto). Este conceito potencializa uma ampliação de visão, tanto no âmbito da compreensão quanto da intervenção do arquiteto sobre o espaço.

⁵ RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez.1981. Id. (1985). *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

⁶ Kondratieff demonstrou como os "Ciclos Longos" da economia capitalista estão associados aos períodos de expansão da economia, "fase a", ao fim do qual, em vista da elasticidade finita da demanda, a base da demanda efetiva não pode mais acompanhar as taxas de crescimento da produção; inicia-se, portanto, a fase depressiva do Ciclo Longo, "fase b", ligada a uma crise onde a oferta supera a demanda efetiva. Os Ciclos Longos vem possuindo notável regularidade, desde o início do capitalismo industrial, cada "fase" possui duração aproximada de 25 anos, cada ciclo, cada período, portanto, possuindo cerca de 50 anos. Cf. KONDRATIEFF, Nikolai D. Las ondas largas de la coyuntura. *Revista de Occidente* - Biblioteca de la Ciencia Economica, Madri, IV, 1952.

⁷ Os ciclos juglarianos brasileiros correspondem a cada etapa concluída de industrialização de um setor, assim a "fase a" corresponde a expansão da industrialização de uma determinada classe ou tipo de bem (consumo não durável, consumo durável, bens de capital), a "fase b" corresponde a fase depressiva onde já não há condições de aumentar a oferta do bem produzido, a saída da "fase b" está no início de industrialização de outro tipo de bem (por exemplo, dos têxteis e alimentares aos materiais de construção, destes aos bens de consumo duráveis, como automóveis, etc.). Os Ciclos de Juglar, possuem no Brasil, duração aproximada de 10 a 12 anos.

relacionadas aos ciclos econômicos. Mas tais mudanças na esfera política não são simplesmente determinadas pelos ciclos econômicos, as crises econômicas são em maior frequência que as crises de hegemonia política na formação sócio-espacial brasileira.

Tendo em vista o interesse específico de compreensão dos processos de metropolização e, em particular, de megalopolização (Capítulo III), procuramos compreender em linhas gerais o processo de urbanização brasileira e nos detivemos mais nas informações sobre os processos de urbanização dos principais núcleos urbanos de cada período:

- As capitais "litorâneas" - praças comerciais ligadas ao comércio exterior - do período colonial até a segunda dualidade.
- A urbanização do café e as bases para a formação metropolitana de São Paulo, do período de transição para a segunda dualidade ao período da segunda dualidade Brasileira.
- Metrôpoles pré-industriais da segunda dualidade.
- Instalação de novas capitais - futuras metrôpoles (segunda e terceira dualidade).
- As metrôpoles industriais, informacionais e a megalopolização, na terceira dualidade (Capítulo III).

• “Ilhas” e vilas

Comenta-se abaixo os processos da formação sócio-espacial brasileira que marcaram a estruturação do território em grandes regiões de produção voltadas sobretudo ao mercado externo e que, ao se estruturarem nesta lógica, criaram as condições para o desenvolvimento de grandes cidades “litorâneas”; centros de referência entre estas grandes regiões e o “mundo”. Evidencia-se a importância destes núcleos urbanos, a despeito de estar no campo o “motor econômico” e a maior parte da população do país. Trata-se de um longo período, como datas referenciais, a fundação da primeira vila no território brasileiro, São Vicente, em 1534, e 1850, ano em que, não por coincidência, se promulgam duas leis imperiais que irão marcar forte processo de alteração na estrutura dos meios de produção e no espaço: a proibição do tráfico negreiro e a Lei de Terras, regulamentando a propriedade privada no país.⁸ “Liberta-se”, paulatinamente, a mão-de-obra, ao tempo em que, de imediato, “prende-se” a terra.

• Do período colonial à formação da primeira dualidade no império

A instalação do aparato de colonização portuguesa no Brasil se fez dentro do quadro econômico do mercantilismo, visando a exploração da colônia. Juridicamente, Portugal e Espanha aplicaram às suas colônias uma estrutura sócio-fundiária feudal. Todas as terras pertenciam ao rei, "*all land is king's land*". À coroa portuguesa a propriedade de toda a colônia; a titularidade do domínio útil, a posse da terra, cabia ao vassalo, um donatário, pertencente à classe dominante; estabeleceram-se relações de direitos e obrigações de caráter feudal, relações de suserania e vassalagem. Era esta a estrutura de propriedade e posse de toda terra utilizável ("*nulle terre sans seigneur*"); não havia, como no caso dos Estados Unidos, a possibilidade de colonos serem proprietários independentes de terra. Aqui montou-se uma estrutura fundiária, latifundiária, cuja base jurídica foi a do direito feudal: a propriedade real e o domínio do senhor de terra.

⁸ Sobre a relação entre ambas as leis cf. RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez.1981, p. 5-6. Sobre os efeitos da Lei de Terras na estrutura das cidades brasileiras cf. MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: Terra de quem?*. São Paulo: Studio Nobel: EDUSP, 1991, p. 103-121. Cf. também: MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 34-38.

Mas, como aponta Ignácio Rangel,⁹ tratava-se de uma situação "meio feudal", tendo em vista, sobretudo, que o fator de produção trabalho era escravo (uma estrutura interna de relação social de produção mais atrasada que a feudal). Tem-se assim uma situação híbrida: o senhor de terra (feudalismo) era também senhor de escravos (escravismo), da mesma forma a produção na fazenda tinha um duplo caráter: diversidade de produção visando a auto-suficiência (feudalismo) e, ao mesmo tempo, produção para o mercado externo, monopolizado pela Coroa (mercantilismo), ou, em menor escala, para o abastecimento das zonas de produção para exportação.

As mudanças no ciclo longo (Kondratieff), das "fases a" (expansão econômica) para as "fases b" (retração das atividades econômicas) corresponderam, no Brasil, a mudanças internas.¹⁰ De tal forma, a "fase a" do primeiro ciclo longo com duração aproximada entre 1790 e 1815, período de consolidação da Revolução Industrial na Inglaterra e da Revolução Francesa, obrigou o Brasil, enquanto formação sócio-espacial periférica mas diretamente vinculada ao centro do sistema, a se reorganizar institucionalmente. Enquanto na fase expansiva da economia capitalista industrial inglesa, ocorria a pressão por novos mercados, no Brasil, em 1808 procedeu-se a "abertura dos portos às nações amigas". Em 1815, data término da "fase a" do Primeiro Kondratieff, fim da expansão bonapartista (Batalha de Waterloo), foi também neste ano que se promulgou a Carta da Lei, elevando o Brasil a Reino Unido. Portugal, cada vez mais dependente da Inglaterra, já não era capaz de fazer valer o pacto colonial desde a abertura dos portos, tal abertura propiciou um intercâmbio direto entre Brasil e Inglaterra, fortalecendo uma classe comerciante, ligada à exportação e importação. A "independência", diante de Portugal, consumada em 1822, no início da "fase b" do primeiro ciclo longo (1815 - 1848), oficializou no poder os "sócios" da primeira dualidade:¹¹

- Senhores de escravos, classe mais experiente, já pertenciam ao poder, de forma subalterna, no período colonial. Foram os sócios hegemônicos da primeira dualidade;
- Comerciantes voltados aos negócios de exportação e importação, dissidência do capitalismo mercantil português, formavam uma classe mais dinâmica que a dos "barões-senhores de escravos", ligados ao capitalismo industrial estrangeiro. Eram, entretanto, novos no exercício do poder, cabendo-lhes um papel de sócio minoritário na primeira dualidade.

Com a "fase b" do Primeiro Kondratieff - retração das atividades econômicas no centro do sistema - reduziu-se o mercado para os produtos de exportação brasileiros. Os preços relativos dos produtos primários ficaram ainda mais baixos, reduzindo a capacidade de exportação do país. Nas fazendas, *locus* motriz de nossa economia e onde se concentrava expressiva

⁹ RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez.1981, p. 5-6.

¹⁰ Ibid. p. 17.

¹¹ Ibid. p. 19. Também, RANGEL, Ignácio. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 20.

maioria da população do país (até a virada ao século XX mais de 90% da população brasileira era rural)¹² deu-se o esforço de substituição de importações, a autarcia (relativa auto-suficiência) via diversificação da produção para auto-consumo.¹³

Na "fase b" do primeiro ciclo longo, entre 1823 e 1850, o Brasil mais que duplicou sua população, apresentou um vigoroso crescimento econômico interno, mas seu comércio exterior passou apenas de 81 milhões de libras para 115 milhões, excetuando-se o volume correspondente ao forte tráfico de escravos. Neste esforço de produção interna, o país foi passando de uma estrutura de produção escravista para uma estrutura de produção semi-feudal.¹⁴

Tabela 1. Dinâmica do mercado externo brasileiro e crescimento populacional do país na primeira dualidade brasileira

Decênios	Export. + import. Média anual	Pop. (1.000 hab) Ano médio	Libras/hab	Ciclo longo (Kondratieff)
1821-30	8.160,1	4.173	1,95	1º, "fase b"
1831-40	9.949,6	5.421	1,84	1º, "fase b"
1841-50	11.567,9	7.042	1,64	1º, "fase b"

Fonte: PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil* - Apêndice. Apud RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez.1981, p. 34.

Estrutura econômica e estrutura urbana

Entre o período colonial e o da primeira dualidade brasileira, não ocorreram mudanças significativas na estrutura econômica. Houve, sem dúvida, aumento das áreas voltadas à produção de produtos primários destinados à exportação, ocorreram ciclos de produtos mais rentáveis em

¹² A população urbana no país correspondia a somente 5,9% da população total do Brasil em 1872 e, em 1900, chegava a apenas 9,4% do total. OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 69, Tabela I. Apud SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994a, p. 20.

¹³ Cf. RANGEL, Ignácio. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 26.

¹⁴ Cf. RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez.1981, p. 20-21.

determinados períodos. Tais ciclos determinaram a supremacia de uma ou outra cidade no comércio exterior e, portanto, houve cidades que puderam participar e crescer mais intensamente num período ou noutro em função da importância, maior ou menor, de sua área de influência. Assim como aconteceu paulatino aumento da economia e da população brasileira, houve também aumento da estrutura urbana (vide Tabela 2). Tais dinâmicas, entretanto, não foram suficientes para a formação de uma estrutura urbana distinta entre a fase colonial e a da primeira dualidade, já na fase imperial.

Nos dois períodos a base econômica, voltada para a exportação, fazia das cidades litorâneas, por onde escoavam os produtos primários, os principais centros urbanos. A formação sócio-espacial brasileira se constituía num "arquipélago", onde cada região travava direta relação com o centro do sistema, quase não havendo relações inter-regionais, salvo das áreas produtoras para o abastecimento das regiões exportadoras. Estas áreas de produção para o mercado interno, conseguiam auferir menores valores de sua produção, não possuindo, portanto, os centros urbanos mais desenvolvidos. As conexões geográficas entre as cidades portuárias que centralizavam o comércio exterior eram praticamente irrelevantes na formação sócio-espacial brasileira. Estes núcleos urbanos centralizavam o comércio exterior de extensas áreas:

- Belém, para o Pará e mesmo para toda a Amazônia até o ciclo da borracha, quando Manaus despontou como centro urbano importante para as áreas voltadas àquele ciclo econômico;
- São Luís, para o Maranhão;
- Fortaleza, para o Ceará;
- Recife, para a zona açucareira do Nordeste no período da invasão holandesa, recuando depois para Pernambuco;
- Salvador, para a Bahia e, pelos sertões, atingindo o norte de Minas Gerais no período do ciclo do ouro;
- Rio de Janeiro, para o Rio de Janeiro, Zona da Mata e área de mineração em Minas Gerais;
- São Paulo/Santos, para a Província de São Paulo (que incluía o atual Estado do Paraná) e para o sul de Mato Grosso, de Goiás e de Minas Gerais, também para o Triângulo Mineiro;
- Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul;

As capitais citadas acima estiveram entre as dez mais populosas cidades do país desde o Censo de 1872 até o de 1970, excetuando-se São Luís e Manaus. Também, salvo estas duas cidades, as capitais citadas se constituíram oficialmente nas sedes das primeiras regiões metropolitanas do país, em 1973, juntamente com Belo Horizonte e Curitiba.¹⁵ Estas cidades, sedes das regiões metropolitanas, estão entre as dez mais populosas do país desde o censo de 1960, salvo Belém. Essa relevância demográfica até os dias atuais é um indicativo da inércia dinâmica do espaço como elemento participativo da formação social, no caso, brasileira.

¹⁵ Belo Horizonte foi fundada em 1897 e o Paraná, até o período da primeira dualidade brasileira pertencia à província de São Paulo.

Tabela 2. Vilas e cidades criadas no Brasil até 1720

	Séc. XVI	XVII	XVIII (até 1720)	TOTAL
Pará		4		4
Maranhão		2	1	3
Piauí			1	1
Ceará			1	1
Rio G. do N.	1			1
Paraíba	1			1
Pernambuco	2	1	1	4
Alagoas		3		3
Sergipe	1	2		3
Bahia	4	5	1	10
Esp. Sto.	2	1		3
Minas Gerais			8	8
Rio de Jan.	1	6		7
São Paulo	6	10	1	17
Paraná		2		2
Sta. Catarina		1	1	2
BRASIL	18	37	15	70

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart (1968: p. 84 a 88). Apud SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1994a, p. 18-19.

No período colonial, a maioria destas vilas e cidades possuía uma dinâmica urbana intermitente, decorrente do afluxo dos senhores de terra. Os núcleos urbanos da Província de São Paulo eram bastante pequenos e modestos se comparados aos principais centros comerciais do Nordeste (Salvador, Recife, Olinda, São Luís) ou ao Rio de Janeiro. Mas, a despeito disto, é forçoso notar o expressivo número de vilas e cidades paulistas em relação às demais províncias

Ainda que populacionalmente menor, a cidade de São Paulo, realizou uma evolução política e cultural precoce:

- 1554 - Fundou-se a vila;

- Entre 1640 e 1765 - A Vila de São Paulo foi elevada a cidade e a capital (Recife é elevada a cidade somente em 1823 e a capital em 1827).¹⁶ Criou-se o bispado;¹⁷

¹⁶ Cf. SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977, p. 281.

¹⁷ Cf. SOUZA, Maria Adélia A. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1994, p. 49.

- No primeiro quartel do século XIX, instalou-se o curso de Direito.

O número de vilas e cidades no período colonial era bastante diminuto (em 1720 haviam 62 vilas e 8 cidades),¹⁸ de tal sorte que, a despeito da pequena população urbana brasileira, os núcleos que centralizavam o comércio exterior eram relativamente expressivos. "*No fim do período colonial, as cidades, entre as quais avultaram São Luís do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam perto de 5,7% da população total do País, onde viviam, então, 2.850.000 habitantes (Caio Prado Jr., 1953, p. 21). Basta lembrar que na passagem do século XVII para o século XVIII, Salvador já reunia 100.000 moradores, enquanto nos Estados Unidos nenhuma aglomeração tinha mais de 30.000 (M. Santos, 1959).*"¹⁹

O ciclo de mineração propiciou uma relativa interiorização do fenômeno urbano, sem, no entanto, ultrapassar o quadro litorâneo de cidades. A atividade mineira fortaleceu, inclusive, algumas das antigas praças comerciais do "litoral", sobretudo o Rio de Janeiro, mas também São Paulo. Ao ativar uma economia interna de pecuária bovina e de muares, a mineração permitiu o crescimento de vilas que se situavam na rota de muares vinda do Sul, é o caso, em São Paulo, de Sorocaba, onde se realizava importante feira, e, em menor escala, de Campinas, local de pousos. No Triângulo Mineiro se estabeleceu uma forte produção pecuária, fortalecendo a vila de Uberaba, e no Mato Grosso, Cuiabá tornou-se centro comercial importante (em 1872, Cuiabá possuía 35.987 habitantes ao passo que a capital paulista apenas 31.385 habitantes).

. A primazia das capitais: primeiro Salvador, depois Rio de Janeiro

Evidentemente as praças comerciais de maior movimento atraíam uma maior população urbana, mas nem tudo se explica apenas pelas relações econômicas estabelecidas nestes centros urbanos. Salvador foi a maior cidade brasileira desde o século XVI até o século XVIII, e no século XIX só era menor que o Rio de Janeiro, capital do país. O fato, de caráter institucional, de ter sido capital da Colônia, fez de Salvador a maior cidade brasileira por mais de duzentos anos, a importância política e a "inércia dinâmica" do sub-espço da capital levava a manutenção de um maior número de habitantes, mesmo sendo Recife, desde o século XVIII, praça comercial de região agro-exportadora mais forte que a centralizada por Salvador (segundo Koster, em 1809, o Recife seria a primeira praça comercial do Brasil diante das relações com a Inglaterra).²⁰

¹⁸ Cf. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968. Apud SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994a, p. 18.

¹⁹ SANTOS, Milton. op. cit. p. 20.

²⁰ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977, p. 280.

Tabela 3. Evolução da população de alguns importantes municípios brasileiros no período colonial e na primeira dualidade brasileira

Ano	Rio de Janeiro (1)	Recife (2)	Porto Alegre (2)	São Paulo (3)
1637		7.000		
1697				2.000
1710	12.000	12.000		
1760	30.000			
1780			1.500	
1799	43.376			
1803			3.927	
1804				23.943
1809		25.000		
1821	112.695			
1824				25.000
1827			12.000	
1838	137.038			21.933*
1848			16.900	
1856	188.158			
1858			18.465	

* Perde Santo Amaro, com 5.131 habitantes.

Fontes:

(1) BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Brazil em 1890*. Distrito Federal. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1895.

(2) SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977, p. 154/ 272/280.

(3) LEITE, Aureliano. *Subsídios para a história da civilização paulista*. São Paulo, Saraiva, 1954. Apud SOUZA, Maria Adélia. *A identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: EDUSP; Hucitec, 1994, p. 63.

Mas o espaço, se possui o atributo inercial, também possui o dinâmico: chegado o momento em que a importância econômica e política do Rio de Janeiro ultrapassara em muito a de Salvador, esta perdeu para a primeira a condição de capital. Daí em diante, o Rio de Janeiro só viria a ter sua população superada por outra cidade brasileira no século XX, em meados da década de 50. A ascensão do Rio de Janeiro, no século XVIII, deveu-se, principalmente, ao ciclo da mineração. A Coroa, no intuito de evitar o contrabando do ouro produzido em Minas Gerais, estabeleceu o porto do Rio de Janeiro como único autorizado ao transporte dos lingotes. No Rio de Janeiro se recolhiam os impostos deste comércio, fazendo a cidade prosperar, transformando-a em capital, reforçando com isso seu crescimento.

Com o estabelecimento do Império, uma "meia revolução" (na expressão de Rangel), não houve motivo para alterar a sede da corte, não mais portuguesa, de D. João VI, mas "brasileira", de seu filho, D. Pedro I. No período da primeira e segunda dualidade brasileiras (não industriais) o Rio de Janeiro se consolidou na primazia do reduzido cenário urbano brasileiro. A capital possuiu não só forte dinâmica econômica, mas também, exatamente por ser a capital, se constituiu no principal centro político e cultural do império e de difusão da cultura dos países centrais. As benfeitorias urbanas também se concentram de forma pioneira no Rio de Janeiro, em 1850, a cidade já era a terceira capital no mundo a contar com rede de esgotos.²¹

²¹ Em 1850, entre as cidades norte-americanas, somente Nova York, com 696.000 habitantes, possuía uma população maior que a de nossa capital, que só alcançaria cifra próxima em 1900 (691.565). Mas os Estados Unidos já contavam, em 1850, com seis cidades com mais de 100.000 habitantes, ao passo que no Brasil, só em 1900 haveriam quatro cidades com mais de 100.000 habitantes (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife) e uma beirava esta marca (Belém com 96.560 habitantes). Os Estados Unidos possuíam 12% de sua população morando em cidades já em 1840, ao passo que esta cifra só será alcançada no Brasil após 1920 (Dados norte americanos cf. RIBEIRO, João Otacílio de Saboya. *Evolução Urbana*. Rio de Janeiro: Tavares e Tristão, 1993. Volume II. Dados brasileiros cf. SANTOS, Milton Santos. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994a, p. 20-21.

• Velhas capitais, o capital do café e novas cidades

Discorre-se abaixo sobre a transição para a segunda dualidade na formação sócio espacial brasileira e, com a República Velha, seu estabelecimento. Na longa transição para a segunda dualidade, surgiram novas relações sociais de produção, particularmente com a economia cafeeira paulista, que resultaram numa nova estruturação urbana diante do território do Estado de São Paulo. Alterou-se lentamente o quadro urbano brasileiro, mas manteve-se a estrutura em "arquipélago" do território brasileiro. O fim do período tem como marco 1930, quando rompeu-se a estrutura político-econômica baseada na produção agrícola e iniciou-se, propriamente, uma política de industrialização que alterou a antiga estrutura territorial e urbana marcada pelas "ilhas" regionais de produção voltadas para o mercado externo.

• A longa transição para a segunda dualidade

O período de transição da primeira para a segunda dualidade foi bastante longo, poderíamos dizer que corresponde, grosso modo, com a "fase a" do Segundo Kondratieff (entre 1849 e 1873), mas a homologação definitiva da segunda dualidade se deu na "fase b" do ciclo longo (1873 - 1896), com a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Tal como na primeira dualidade, as mudanças institucionais homologatórias se deram nas "fases b", de recessão, dos ciclos longos; quando se rompeu o pacto de poder, destituindo-se a velha classe hegemônica, ascendendo à hegemonia a classe anteriormente mais dinâmica e iniciando sua participação no poder a classe agora mais dinâmica, dissidente da velha classe destituída; constituindo-se, novamente, uma meia revolução. (Rangel, 1981, 1985)

A segunda dualidade se caracterizou por uma produção "feudal" (Rangel, 1981), ou semi-feudal, extinguindo-se a base de trabalho escravo. O marco institucional inicial do processo foi a lei proibindo o tráfico negreiro, de 1850. Preferimos a denominação semi-feudal tendo em vista a importante mudança jurídica na definição da propriedade da terra. Em 1850, promulgou-se, no país, a "Lei de Terras", instituindo-se a propriedade privada, abolindo-se o sistema anterior, baseado no direito feudal. Tal transformação legal não significou o fim da classe dos senhores, tornaram-se eles os principais

proprietários, não ocorrendo, aqui, nada com as proporções de transformação para a pequena produção mercantil, como ocorrera na Europa, pelo contrário. A figura do senhor de escravos foi perdendo força, mas a figura do senhor de terras, agora proprietário, não. Com a "Lei de Terras", ocorreu a absorção das terras devolutas de interesse agrícola pelos fazendeiros, "barões-comerciantes", garantindo a permanência do princípio feudal "*nulle terre sain seigneur*" (Rangel, 1981: p. 22).

Na "fase a" do segundo ciclo longo (1849 a 1873), a "... *fazenda voltava a concentrar-se mais na produção de artigos exportáveis, cresciam a receita monetária da fazenda e a receita cambial do país, e encetava-se um movimento de urbanização, basicamente pela transferência das casas-grandes para as cidades. Não somente das famílias dos senhores, mas também de parte da mão-de-obra escrava e semilivre, antes ocupada na casa-grande rural, em atividades substitutivas de importações*" (Rangel, 1985: p. 20).

Na "fase b" do Segundo Kondratieff, o movimento de substituição de importações foi basicamente realizado na cidade, assumindo a forma de proliferação de unidades artesanais, construção civil e algumas manufaturas pré-industriais. "... *O promotor deste movimento já não foram os senhores de escravos, mas o capital mercantil que se vinha desenvolvendo desde a Abertura dos Portos e que era sócio menor da 1ª Dualidade. Isto renunciava a 2ª Dualidade, onde o capitalismo mercantil assumiria a posição dirigente do Estado*" (Rangel, 1985: p. 34).

Tabela 4. Dinâmica do mercado externo brasileiro e crescimento populacional do país na transição para a segunda dualidade brasileira

Decênios	Export. + import. Média anual	Pop. (1.000 hab) Ano médio	Libras/hab	Ciclo longo (Kondratieff)
1841-50	11.567,9	7042	1,64	1º, "fase b"
1851-60	21.728,7	8444	2,57	2º, "fase a"
1861-70	28.129,9	9394	2,99	2º, "fase a"
1871-80	36.461,4	10718	3,40	2º, "fase b"
1881-90	41.308,6	13014	3,17	2º, "fase b"

Fonte: PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil* - Apêndice. Apud RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez.1981.

A segunda dualidade: a primeira república

Na "fase b" do segundo ciclo longo (1873 - 1896) mudou-se o regime, instaurou-se a República, consolidou-se a segunda dualidade:

- A burguesia comerciante ascendeu à posição de sócio maior como classe dirigente do Estado;
- Os fazendeiros, latifundiários semi-feudais, por um lado, e comerciantes, por outro, são o sócio menor na estrutura política do Estado; formam a dissidência progressista da classe dos senhores de escravos, estabelecem o novo modo de produção.²²

A fazenda, feudal-mercantil, não detinha condições para realizar o esforço de substituição de importações que a nova escala exigia, o crescimento populacional do país, acompanhado do crescimento urbano, fez das cidades o *locus* da produção para substituição de importações. Tal esforço não cessou com o fim da fase recessiva do ciclo longo; na "fase a" do Terceiro Kondratieff, a Primeira Guerra Mundial impedia a importação de produtos da Europa, estimulando a produção artesanal em oficinas urbanas e alguma produção fabril, sobretudo nas cidades maiores. Foram surtos industriais modestos, o país continuava fortemente agrário e rural, mas, para efeito de análise da urbanização brasileira, não podem ser desprezados. Com as primeiras fábricas potencializou-se determinadas cidades para o desenvolvimento industrial, propriamente dito, que se realizaria a seguir, na terceira dualidade brasileira.

Esta "industrialização embrionária" fez-se, sobretudo no Departamento II (bens de consumo). Iniciou-se pelo setor de bens de consumo não-duráveis, com maior expressão para os têxteis e usinas de açúcar e álcool, setores que se beneficiaram de importantes matérias primas produzidas no país desde o período colonial.

²² RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez. 1981, p. 24 - 25.

Tabela 5. Dinâmica do mercado externo brasileiro e crescimento populacional do país na segunda dualidade brasileira

Decênios	Export. + import. Média anual	Pop. (1.000 hab) Ano médio	Libras/hab	Ciclo longo (Kondratieff)
1881-90	41.308,6	13014	3,17	2º, "fase b"
1891-00	54.283,4	15754	3,44	2º, "fase b"
1901-10	79.506,5	19965	3,98	3º, "fase a"
1911-20	123.494,4	26514	4,66	3º, "fase a"
1921-30	148.032,7	33068	4,48	3º, "fase b"

Fonte: PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil* - Apêndice. Apud RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez. 1981, p. 34.

A força das capitais "litorâneas"

O crescimento da população urbana brasileira acompanhou o crescimento populacional do país, no período censitário entre 1872 e 1920.²³ A população urbana do país ficou próxima dos 10% da população brasileira, entre 1872 e 1920, passando de, aproximadamente, 0,9 milhões a 3,0 milhões, enquanto a população brasileira foi de 10,1 milhões a 30,6 milhões. Como no período colonial, manteve-se no país uma estrutura econômica e territorial tipo arquipélago. As principais capitais "litorâneas" continuaram a ser os principais núcleos urbanos do país. Mas a dimensão relativa de cada uma delas, diante da formação sócio-espacial brasileira, sofreu grande variação, fruto, sobretudo, da dinâmica econômica regional que nucleavam.

Exceção maior coube ao Rio de Janeiro, que assumiu, paulatinamente, desde o período da primeira dualidade, um papel nacional, como capital do Império. No período republicano, o Rio de Janeiro cresceu à proporções expressivas, tornando-se verdadeira metrópole nacional; atingiu,

²³ GEIGER, Pedro. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: CBPE/INEP, 1963, p. 20. Apud Milton Santos. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994a, p. 20.

em 1900, a expressiva marca de 4,68% da população total do Brasil.²⁴

Tabela 6. População das principais capitais "litorâneas", de seus estados e do país e suas participações na população do país

Cidades e Estados	População (1.000 hab.)			Participação percentual sobre a população. do Brasil		
	1872	1900	1920	1872	1900	1920
Rio de Janeiro	275	811	1.158	2,72	4,68	3,78
"Rio de Janeiro" *	1.095	1.737	2.717	10,83	10,03	8,87
São Paulo	31	240	579	0,31	1,39	1,89
São Paulo (estado)	837	2.282	4.592	8,28	13,18	14,99
Salvador	129	206	283	1,28	1,19	0,93
Bahia	1.380	2.120	3.334	13,65	12,24	10,88
Recife	117	113	239	1,16	0,65	0,78
Pernambuco	842	1.178	2.155	8,33	6,80	7,03
Belém	62	97	236	0,61	0,56	0,77
Pará	275	445	984	2,72	1,59	3,21
Porto Alegre	44	74	179	0,44	0,43	0,59
Rio Grande do Sul	447	1.149	2.182	4,42	6,63	7,12
Fortaleza	42	48	79	0,42	0,28	0,26
Ceará	722	849	1.319	7,14	4,90	4,31
São Luís	32	41	53	0,32	0,24	0,17
Maranhão	361	499	874	3,57	2,89	2,85
BRASIL	10.112	17.319	30.636	100,00	100,00	100,00

* Para efeito de nossas análises comparativas, indicamos como população do "estado do Rio de Janeiro" a soma do Estado do Rio de Janeiro com a da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte dos dados brutos: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *População do Brasil: Synopse do Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924. Idem. *Recenseamento do Brasil - 1920 - População*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1926. Vol. IV, 1ª parte.

²⁴ Na virada para o século XX a dimensão metropolitana de uma cidade estava menos relacionada a dimensão populacional e econômica e mais à sua importância enquanto centro de produção e difusão cultural. A qualidade metropolitana estava associada ao cosmopolitismo, ao espírito de modernidade, no sentido baudelairiano da expressão. Neste sentido, Viena, em fins do século XIX, era uma grande metrópole, a despeito de não possuir mais do que 100.000 habitantes. Cf. AZEVEDO, Ricardo Marques de. *Metrópole e abstração*. 1992. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. O Rio de Janeiro possuía tanto os atributos qualitativos do caráter metropolitano quanto os quantitativos, com uma população de 1.157.873 habitantes em 1920. Cf. BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *População do Brasil. Synopse do Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924.

Tabela 7. A participação de alguns estados na indústria brasileira em 1920

Estados	Número de operários	Operários (% sobre o total do país)	Nº de hab. sobre nº de operários	Valor de prod. sobre o total do país (%)
Amazonas	636	0,23	571,02	0,19
Pará	3.033	1,10	324,27	1,22
Maranhão	3.543	1,29	246,78	0,76
Ceará	4.702	1,71	280,57	0,87
Pernambuco	15.761	5,72	136,72	4,57
Bahia	14.784	5,37	225,54	2,39
Minas Gerais	18.522	6,72	317,90	5,76
"Rio de Janeiro" *	73.023	26,50	37,21	22,29
São Paulo	83.998	30,49	54,67	32,99
Paraná	7.295	2,65	93,99	3,42
Rio Grande do Sul	24.661	8,95	88,51	11,83
Goiás	244	0,09	2.098,03	0,09
BRASIL	275.512	100,00	111,19	100,00

* Indicamos como "estado do Rio de Janeiro" o território atual do Estado do Rio de Janeiro, que correspondia, à época, ao Estado do Rio de Janeiro somado ao Distrito Federal.

Fonte dos dados brutos: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil - 1920 - Indústria*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927. Vol. V., 1ª parte.

Dentre as capitais analisadas, Belém possuiu, devido ao surto da borracha, uma taxa de crescimento populacional entre 1872 e 1920 só superada pela de São Paulo e Porto Alegre. Observa-se que, a despeito da produção de látex ter se concentrado no Estado do Amazonas, não é Manaus que apresentou o maior desenvolvimento da região (cresceu 158,36% entre 1872 e 1920) mas sim Belém, com crescimento de 281,29% no mesmo período. Revela-se a importância do caráter inercial do espaço humano, ao longo do tempo.

Como principais centros urbanos do país, as capitais litorâneas esboçavam uma perspectiva metropolitana, ou pré-metropolitana. Em 1920, Rio de Janeiro e Recife possuíam, em seu entorno, alguns municípios de dimensões respeitáveis que hoje pertencem às suas regiões metropolitanas. Para Recife destacavam-se: Olinda (52.199 habitantes, englobando, além da cidade de Olinda, o atual município de Paulista) e Jaboatão (48.087), atual Jaboatão dos Guararapes.

O crescimento da capital do país foi maior que o crescimento do Estado do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro se constituía no principal

centro urbano do país, mais populosa, melhor urbanizada,²⁵ com considerável setor industrial, era o centro político e cultural mais forte. Sua dimensão metropolitana,²⁶ com mais de um milhão de habitantes, estabelecia fortes conexões geográficas com municípios que, em seu entorno, já apresentavam dimensões significativas, notadamente Niterói e Petrópolis, que em 1920 possuíam, respectivamente, 86.238 habitantes e 67.574. Niterói, portanto, maior que Fortaleza, e Petrópolis, maior que São Luís, em 1920. A dimensão nacional da metrópole carioca era incontestável, no entanto, São Paulo apresentava o ritmo de crescimento mais acelerado; faz-se necessário comentar.

A urbanização do café: esboça-se a metrópole de São Paulo

Em 1915 a produção do Estado de São Paulo representava 40% da produção nacional.²⁷ Na transição para a segunda dualidade a economia do café sobrepunha as demais culturas de exportação; daí decorreram profundas transformações em nossa formação sócio-espacial. Na segunda dualidade brasileira, estas transformações estão consolidadas:

- mudança no sistema de produção: de escravista para semi-feudal;
- a Região Sudeste torna-se a grande produtora de café: a partir do Rio de Janeiro a cultura se expande para a Zona da Mata, em Minas Gerais, ao Vale do Paraíba e, com maior sucesso, para a "região" de Campinas e Ribeirão Preto. De pobre província, São Paulo, possuindo a maior produção de café, transformou-se na área economicamente mais rica do país;
- mudança no sistema de transporte: da mula ao trem. Entre as ferrovias instaladas no país, no século XIX, as que atendem as áreas produtoras de São Paulo são as que se estabelecem mais rápida e eficientemente. Destacam-se

²⁵ O primeiro plano para a cidade do Rio de Janeiro foi elaborado por uma Comissão de Melhoramentos em 1875. Várias de suas propostas são executadas na gestão de Pereira Passos (1902-1906), com apoio do Governo Federal (Rodrigues Alves). Entre as inúmeras obras vale destacar a abertura da Av. Central, atual Av. Rio Branco, rasgando a antiga cidade de forma haussmanniana. Cf. RESENDE, Vera F. Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965. In: LEME, Maria Cristina da S. *Urbanismo no Brasil - 1895-1965* (Coord.). São Paulo: Studio Nobel: FAUUSP: FUPAM, 1999. p. 39-70.

²⁶ Comparando-se com a urbanização norte-americana, observa-se que, em 1920, a despeito dos Estados Unidos ser mais urbanizado - em 1880, 27% da sua população era urbana e em 1930, 56% (João Otacílio Ribeiro, 1993: p. 272) - e muito mais populoso - 105.710.620 habitantes em 1920 (conforme indicado em BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística.. *Recenseamento do Brasil - 1920 - Estatística predial e domiciliar do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1930. Vol. IV, 6ª parte) - que o Brasil; somente a cidade de Nova York, com 1.912.00 habitantes, já em 1890 (João Otacílio Ribeiro, 1993: p. 263), era maior que o Rio de Janeiro.

²⁷ SOUZA, Maria Adélia A. *A identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 50.

a São Paulo Railway Company, ligando Santos, São Paulo e Jundiaí; a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Mogiana, ambas sediadas em Campinas; a Estrada de Ferro Central do Brasil, entre o Rio de Janeiro e São Paulo e a Estrada de Ferro Sorocabana. As estações de trem nas áreas produtoras do café levaram à criação e expansão de cidades, formou-se um sistema de ferrovias e de cidades. Os trens atingiram, também, outras "regiões": a partir de São Paulo, em direção ao Mato Grosso (atingindo Três Lagoas - MS, em 1905); a partir de Campinas, pela Mogiana, atingindo Poços de Caldas - MG; a partir de Ribeirão Preto, para Uberaba, no Triângulo Mineiro. Estas áreas, externas à São Paulo, ligadas à pecuária, se relacionavam, pela ferrovia e pela economia, mais à capital paulista que a de seus próprios estados.

Os centros urbanos em que ocorreram os afunilamentos das ferrovias tornaram-se os mais dinâmicos. Desta forma, a outrora pequena cidade de São Paulo, detém a maior taxa de crescimento econômico, industrial e populacional do país. Entre 1872 e 1920, sua população salta de 31.385, décima entre as capitais brasileiras; para 579.003 habitantes, só menor que a Capital Federal. Parte do Município de Campinas possui latossolo roxo, intensamente utilizado pela agricultura desde o século XVIII, tornou-se importante produtor de café, se constituiu no nó ferroviário mais movimentado do interior; em 1920 sua população atinge 115.602 habitantes. Santos, possuindo o porto por onde escoava o maior volume de café, do país, atingiu, em 1920, uma população de 102.589 habitantes, notadamente urbana. Ribeirão Preto, com as terras mais férteis do Estado, se transformou no segundo município em população do interior paulista, com 68.838 habitantes, em 1920; superando os importantes núcleos urbanos do início da cafeicultura paulista, do Vale do Paraíba (Taubaté, o principal município, possuía, na mesma data, 45.445 habitantes) e o segundo mais importante município do interior de São Paulo do fim do período da primeira dualidade - Sorocaba (43.323 habitantes em 1920).²⁸

Com o movimento bancário dos lucros excedentes da economia cafeeira, tornou-se possível, nas fases de contração dos mercados externos, um investimento na produção de manufaturas e unidades pré-industriais. As primeiras manufaturas, possuíam dimensão para atender o mercado local, se instalaram ao longo das ferrovias, sobretudo na capital e arredores formando os primeiros subúrbios industriais de São Paulo: Santo André, São Caetano e Osasco. É também relevante a instalação industrial nas "regiões" de Sorocaba (Sorocaba, Itu), Campinas (Campinas e Jundiaí) e, em menor escala, no Vale do Paraíba (Taubaté, Guaratinguetá e São José dos Campos) e em Ribeirão Preto.

²⁸ Cf. BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil - 1920 - População*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1926. Vol. IV, 1ª parte.

Tabela 8. A indústria na década de 20 em diversas regiões do Estado de São Paulo
 Percentual do número de operários em relação ao total do Estado

Região	operários (%)
Metropolitana de São Paulo	70,8
Sorocaba	12,6
Campinas	8,5
Vale do Paraíba	2,8
Ribeirão Preto	2,7

Obs.: As regiões citadas correspondem às regiões administrativas do Estado de São Paulo instituídas na década de 70.

Fonte: LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial. Centralização do Capital e desconcentração da Metrópole de São Paulo. A indústria têxtil*. 1994. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 202.

São Paulo iniciava sua metropolização, apresentava não só subúrbios industriais como os citados, mas fortes conexões geográficas com municípios que lhes serviam como cinturão agrícola (Mogi das Cruzes, Cotia e Santo Amaro), outros possuíam destacada função militar (Quitaúna, em Osasco e Cumbica em Guarulhos). No Urbanismo, vale destaque o plano para a área central concebido por Bouvard, estabelecendo dois parques nas várzeas do Tamanduateí e da Anhangabaú. Até 1930, implantam-se redes de infra-estrutura e transporte (iluminação pública, água e esgoto, bondes, etc.), principalmente nos bairros ocupados ou voltados para a população de rendas mais altas. A capital se transformava rapidamente, buscando esquecer o período recente de seu provincianismo; a cidade de taipa viu instalar-se um viaduto de aço, importado da Bélgica, uma estação de trem comprada na Inglaterra até aos tijolos.

**Belo Horizonte:
 esforço governamental
 de organização territorial**

No período colonial, Salvador e Mariana, a capital não concretizada de Minas Gerais, foram fundadas como cidades, na intenção de

serem capitais. Planejadas de antemão, apresentam traçado regulador ortogonal.

Na primeira dualidade brasileira, Teresina, e Aracaju foram criadas para serem as novas sedes dos governos provinciais do Piauí e de Sergipe; seus planos urbanísticos não só determinavam um traçado viário reticular, mas também indicavam os locais dos principais prédios públicos e igrejas matrizes, ladeando praças.²⁹

Na segunda dualidade, nova capital é fundada: Belo Horizonte (1897). Criada a partir de um "moderno" plano urbanístico, que agrega ao traçado hipodâmico, largas avenidas diagonais, aparentando-se, nisto, ao plano de Cerdá para Barcelona e, sobretudo, ao contemporâneo plano de La Plata, na Argentina.³⁰ A aspiração de modernidade busca, como das outras vezes, olhar para a Europa: o traçado geometricamente rigoroso, pouco enxerga nosso chão, o relevo movimentado do sítio. Inaugurando a República, a cidade destaca os espaços públicos (praças, parques e edifícios públicos) desvinculados das "*edificações religiosas da crença da maioria. Casa-se, no entanto, uma utopia delineada no novo mundo industrial pela sociedade burguesa européia...*"³¹

A condição não litorânea de Minas Gerais, numa estrutura econômica nacional voltada para a exportação aos países cêtricos, fez com que, desde o período colonial, Minas não possuí-se uma formação sócio-espacial unificada, boa parte de seu território se voltava ao Rio de Janeiro, o Sul e o Triângulo eram áreas fortemente ligadas à São Paulo, e o Norte, mais contato possuía com a economia do sertão bahiano. Movimentos separatistas, influenciados em certa medida pelos paulistas, haviam desde o período imperial. Minas Gerais era o estado mais populoso do país, como atestam todos os censos oficiais,³² mas suas cidades eram relativamente modestas, comparadas às "capitais litorâneas". É bem verdade que os municípios de Teófilo Otoni, Caratinga e Juiz de Fora possuíam, em 1920, mais de 100.000 habitantes, mas a população rural prevalecia à urbana.³³

²⁹ Cf. MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: Terra de quem?*. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1991, p. 100-102.

³⁰ LEME, Maria Cristina da S. (Coord.). *Urbanismo no Brasil - 1895 - 1965*. São Paulo: Studio Nobel: FAUUSP: FUPAM, 1999, p. 222-225.

³¹ MARX, Murilo. Op. cit., p. 131.

³² - Em 1872, Minas Gerais possuía 2.102.689 habitantes e o segundo estado mais populoso, 1.379.616 (Bahia).

- Em 1900, Minas Gerais possuía 3.594.471 habitantes e o segundo estado mais populoso, 2.282.279 (São Paulo).

- Em 1920, Minas Gerais possuía 5.888.174 habitantes e o segundo estado mais populoso, 4.592.188 (São Paulo).

³³ Em 1920, o município de Teófilo Otoni possuía 163.017 habitantes, mas no distrito sede, habitavam 31.898 pessoas; para o município de Caratinga, o Censo computava 137.017 habitantes, e no distrito de Caratinga residiam 13.558 habitantes; o Município de Juiz de Fora, na Zona da Mata (próximo ao Rio de Janeiro) possuía 118.166 habitantes, contando respeitáveis 51.392 habitantes no Distrito de Juiz de Fora, possivelmente o mais urbanizado.

Por décadas os mineiros buscaram definir o local da nova capital, já que Ouro Preto, com o esgotamento das minas de ouro, não era capaz de exercer influência sócio-econômica-espacial no território mineiro. A escolha final, priorizava, de fato, o espírito integrador, localizou-se Belo Horizonte na porção centro-sul do Estado, ao norte de Ouro Preto, a relativa distância de Juiz de Fora e Uberaba (os principais centros urbanos das regiões economicamente mais importantes do Estado - Zona da Mata e Triângulo Mineiro). Em 1920, Belo Horizonte já contava com 55.563 habitantes, ligava-se por ferrovia à Capital Federal, passando por Juiz de Fora, reforçando os laços desta cidade ao Rio de Janeiro. Em 1940, com 211.377 habitantes, a capital mineira já era a sexta maior cidade brasileira.

. A industrialização e a hegemonia do Sudeste

A formação do mercado nacional, a partir do Estado Novo, trouxera forte alteração nas dinâmicas regionais e nas cidade que capitanearam a estrutura anterior. A autonomia regional se enfraqueceu, com ela as conexões geográficas que privilegiavam suas principais cidades. São Paulo surgiu como metrópole econômica nacional, paulatinamente destruiu as antigas solidariedades regionais, fortalecendo as atividades econômicas da metrópole paulista. Trata-se de um período de forte concentração sócio-espacial. O Rio de Janeiro também sofreu a concorrência da metrópole paulista, porém como capital do país, manteve-se como metrópole em escala nacional, sobretudo nas esferas política e cultural. O Rio de Janeiro possuía forte atividade do terciário, notadamente ligada ao setor público, e mantinha razoável dinâmica industrial. Como elemento referencial aproximado do fim deste período tem-se o início dos anos 70, com a crise do petróleo e a aceleração nas mudanças da base técnica; o território brasileiro a partir daí se diferencia entre áreas de alta densidade técnico-científico-informacional, fortemente relacionadas aos sistemas de racionalidade econômico-global e áreas fracamente interligadas a tais racionalidades, resultando no aparecimento de uma "Região Concentrada", base para a formação da megalópole, objeto de discussão do próximo capítulo.

. Getúlio Vargas e a formação da terceira dualidade brasileira

Com a "fase b" do Terceiro Ciclo Longo (1920 - 1948), a estrutura produtiva e o pacto de poder estabelecido na segunda dualidade entre a burguesia comercial e a classe dos latifundiários semi-feudais não foi capaz de suportar os efeitos da crise externa. Em 1929, no epicentro da crise internacional, as medidas de proteção aos cafeicultores paulistas tornaram-se insuportáveis às demais oligarquias estaduais. Em 1930, Getúlio Vargas subiu ao poder, estabelecia-se a terceira dualidade brasileira:

- latifundiários (semi-feudais), ascendem como sócio maior no controle político do Estado;
- capitalistas industriais, sócio menor, classe mais dinâmica, dissidente da burguesia comercial.

Com a "fase b" do Terceiro Kondratieff, ocorreu forte contração da demanda para nossas exportações, implicando numa crise agrária, decorrendo na expulsão de mão-de-obra rural. A mão-de-obra expulsa é empregada no Departamento I (D I - produção de bens de capital) pré-industrial, que necessitava, para se ampliar, de muita mão-de-obra. Criava-se um Departamento II (D II - produção de bens de consumo) industrial com o uso de um D I pré-industrial. Com isso compatibilizou-se a industrialização com uma estrutura agrária semi-feudal e em processo de desagregação, liberadora de mão-de-obra.³⁴

"Tinha começado a industrialização do Brasil.

Com o advento do capitalismo industrial, entrava em cena um novo complicador, visto como, no corpo da economia, surgia um centro dinâmico, capaz de engendrar os ciclos diferentes e independentes dos ciclos longos, que tinham sua origem no centro dinâmico da economia mundial.

Por sua natureza, esses ciclos filiam-se, obviamente, à família dos Ciclos de Juglar... cuja duração varia entre 7 e 11 anos... A industrialização, assumindo a forma de substituição de importações, leva-se a efeito escalonadamente, setor após setor. A cada setor corresponde um ciclo".³⁵ Ao fim de um certo tempo, fase expansiva de produção industrial de um setor, tem-se crise por excesso de oferta (fase recessiva), a recuperação econômica se faz sob o impulso de investimentos em novas atividades.

"A dinamização de cada setor deve ser precedida pela criação de condições jurídico-institucionais novas, as quais ao mesmo tempo que favorecem os investimentos em um grupo de atividades, bloqueiam os investimentos em outros setores..."³⁶

Getúlio Vargas promoveu uma série de esforços que propiciaram a industrialização, incluindo a ação estatal direta para o fortalecimento da indústria de base, através da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, na década de 40. Na década de 50, em seu último governo, o país atravessava a fase recessiva de um ciclo breve (Juglar), o Governo tomou uma série de medidas que estimularam a industrialização:³⁷

- 1952 : Criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE;
- 1953 : Estímulos regionais com a criação de Banco do Nordeste Brasileiro - BNB, e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA;
- 1953 : Instrução 70 da Sumoc, determinando taxas de câmbio diferenciadas para diversos bens. Com a Instrução 70, aumentava-se o preço de importação para bens de capital. Economistas de direita entendiam que era necessário

³⁴ Cf. RANGEL, Ignácio. (1985). *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1986, p. 22-23.

³⁵ Ibidem, p. 21.

³⁶ Ibidem, p. 23.

³⁷ SCHIFFER, Sueli Ramos. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955 - 1980*. 1986. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 76-79.

"uma pausa para respirar", alegavam que desestimulando a entrada de máquinas para as indústrias estar-se-ia desaquecendo a atividade industrial; mas o efeito da Instrução 70 foi, a médio prazo, muito mais positivo, a desvalorização cambial tornando caro as importações de bens de capital impulsionou a industrialização do nosso D I. ³⁸

- 1954 : Criação das grandes estatais monopolistas Petrobrás e Eletrobrás.

Tabela 9. Dinâmica do mercado externo brasileiro e crescimento populacional do país na transição para a terceira dualidade brasileira

Decênios	Export. + import. Média anual	Pop. (1.000 hab) Ano médio	Libras/hab	Ciclo longo (Kondratieff)
1921-30	148.032,7	33.068	4,48	3º, "fase b"
1931-40	67.737,3	38.512	1,76	3º, "fase b"

Fonte: PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil* - Apêndice. Apud RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez.1981, p. 34.

Como se observa pela Tabela acima, a década de 30 representou uma drástica queda em nosso comércio exterior, mas o país, ao iniciar efetivamente sua industrialização pôde prosseguir em seu desenvolvimento. Especialmente interessa observar que o projeto modernizante/industrializante foi paulatinamente retirando o país da situação de "arquipélago econômico", criando um mercado nacional. A expansão da malha rodoviária foi uma opção econômica para viabilizar o transporte de cargas (dado serem, inicialmente, relativamente baixos os fluxos de mercadorias inter-estaduais). No Governo Dutra se estabeleceu o Plano Nacional de Estradas de Rodagem (1945) que seria implementado até a década de 70. Com a terceira dualidade, a perspectiva nacional se colocou à frente dos interesses estaduais, derrubou-se as tarifas alfandegárias inter-estaduais, destruiu-se os privilégios da outrora hegemônica classe mercantil voltada ao comércio exterior.

De Juscelino a João Goulart: um ciclo juglariano brasileiro

Entre 1955 e 1965 o Brasil realizou novo ciclo juglariano, desta vez em função da vigorosa industrialização no setor de bens duráveis de

³⁸ RANGEL, Ignácio. (1985). *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1986, p. 34-35.

consumo; empreendida durante o Governo de Juscelino Kubitschek ("fase a") e, não tendo expandindo a base do mercado, seguiu-se um período de depressão ("fase b": 1962 - 1965) que resultou na queda de João Goulart, iniciava-se a ditadura militar.

Juscelino Kubitschek assumiu o Governo Federal em plena "fase a" do Ciclo Longo (Quarto Kondratieff: 1948 - 1973), as medidas adotadas na gestão anterior (Vargas) puderam, então, mostrar seus efeitos. O programa desenvolvimentista de Juscelino, definido no Plano de Metas, embora promovesse ampla abertura do país à instalação de indústrias estrangeiras, não anulou os esforços de criação de estatais promovidos por Getúlio; ao contrário, as multinacionais instaladas no país ampliaram a demanda da produção estatal: energia elétrica, aço, derivados de petróleo. Assim o desenvolvimentismo de Kubitschek foi assimilado pela sociedade brasileira como nova etapa de modernização, após o nacionalismo de Vargas, não estabelecendo ruptura na produção e na estrutura de poder da terceira dualidade, vindo de encontro aos interesses do capital estrangeiro, em fase expansiva. Os investimentos públicos em estradas de rodagem, previstos no Governo Dutra, se acentuaram no Governo "JK", favorecendo a integração do mercado nacional e estimulando a demanda para a indústria automobilística estrangeira que se implantava no país.

A Instrução 113 da Sumoc, permitindo a isenção de taxas de importação às empresas estrangeiras que investissem em setores sem similar nacional, possibilitou que, entre 1955 e 1961, entrassem no país 721 milhões de dólares (nos seis anos anteriores este valor foi de apenas 97 milhões).³⁹ A produção de bens duráveis de consumo alavancou o desenvolvimento industrial que, entre 1957 e 1962, cresce ao ritmo de 11,2% ao ano.⁴⁰

Dos investimentos estrangeiros realizados entre 1955 e 1960, o setor de máquinas e automóveis foi, de longe, o mais estimulado (57,8% das aplicações). Importantes investimentos foram feitos, também, na indústria química-farmacêutica (9,4% do total dos investimentos estrangeiros) e siderurgia/metalurgia (9,2%). Numa posição secundária aparecem os investimentos em: madeira e borracha (5,6%), têxtil (4,2%), papel (3,8%), mineração (3,1%), alimentos (3,0%), material de construção (2,0%) e plásticos (1,0%);⁴¹ neste terceiro grupo de indústrias, encontravam-se setores tradicionais, estabelecidos desde os primeiros surtos industriais (têxtil e alimentos), setores já consolidados no período Vargas (material de construção

³⁹ Cf. SCHIFFER, Sueli Ramos. A globalização da economia e o território nacional. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.), *Território, globalização e fragmentação* (1994). 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 116-124, p. 123-124.

⁴⁰ RANGEL, Ignácio. (1985). *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1986, p. 35.

⁴¹ Cf. SCHIFFER, Sueli Ramos. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955 - 1980*. 1986. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 38.

e mineração) e alguns eram, realmente, pouco desenvolvidos (papel e plásticos).

Tabela 10. A evolução da indústria brasileira (número de trabalhadores na indústria no Brasil e em diversos estados, entre 1920 e 1960)

Estados	Número de trabalhadores na indústria			
	1920*	1940	1950	1960
Amazonas	636	4.036	3.436	4.395
Pará	3.033	12.739	10.105	10.421
Maranhão	3.543	6.425	8.507	13.084
Ceará	4.702	7.859	26.782	16.878
Pernambuco	15.761	57.327	72.906	60.891
Bahia	14.784	23.361	32.804	38.877
Minas Gerais	18.522	89.606	105.524	123.929
"Rio de Janeiro"***	73.023	206.843	203.514	235.103
São Paulo	83.998	272.865	458.535	690.182
Paraná	7.295	20.451	28.614	58.238
Rio Grande do Sul	24.661	82.731	100.113	118.691
Goiás	244	2.180	2.866	6.436
BRASIL	275.512	960.663	1.177.644	1.512.239

* Número de operários.

** Por estado do "Rio de Janeiro" entenda-se o atual Estado do Rio de Janeiro.

Fontes: Censos Industriais dos respectivos anos.

Após esta fase de forte investimento e expansão, com um mercado interno de demanda efetiva reduzida, não tardou o período depressivo (1962 - 1965), a desaceleração do crescimento chegou a ponto da produção industrial declinar em termos absolutos em 1965. Repetia-se a crise de um decênio anterior,⁴² desta vez mudando-se o regime, mas, sem alterar a estrutura de produção e do pacto de poder entre as classes dos latifundiários semi-feudais e a burguesia industrial, mantinha-se a terceira dualidade.

⁴² Cf. RANGEL, Ignácio. (1985). *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1986, p. 35.

Tabela 11. Produtos e Investimentos no Brasil entre 1955 e 1967
(Taxas médias geométricas anuais de crescimento, em %)

Período	PIB	Produto		Investimentos	
		Industrial	Agrícola	Governo	Ind. de transf.
1955/62	7,1	9,8	4,5	9,7	17,4
1962/67	3,2	2,6	1,7	4,7	(3,5)

Fonte: SERRA, 1984, p. 58. Apud SCHIFFER, Sueli (1986: p. 88).

Os investimentos governamentais decresceram, mas ainda assim foram suficientes para prosseguir na construção da rede rodoviária para articulação do mercado nacional. A malha ferroviária existente era condizente com a estrutura econômica tipo "arquipélago", as linhas convergiam às principais capitais "litorâneas", praças do comércio de importação e exportação dos períodos anteriores (primeira e segunda dualidade). Esta estrutura ferroviária não se prestava para os novos fluxos internos, o trem foi paulatinamente suplantado pelo caminhão; iniciava-se, com o apoio da indústria automobilística, o processo de sucateamento das "velhas" malhas ferroviárias.

A dinâmica urbana do período

A primazia do Sudeste

Com a industrialização promovida a partir da terceira dualidade, cresce a taxa de urbanização brasileira, deixando para trás os níveis próximos de 10% que marcaram a segunda dualidade brasileira. Este crescimento foi mais acentuado na Região Sudeste, que já no período anterior era a mais urbanizada. A diferença nas taxas de urbanização entre a Região Sudeste e as demais foi se acentuando.

Tabela 12. Taxas de urbanização, do país e por região, entre 1940 e 1960

Região	1940	1950	1960
Norte	27,8	31,5	37,8
Nordeste	23,4	26,4	34,2
Sudeste	39,4	47,5	57,3
Sul	27,7	29,5	37,6
Centro-Oeste	21,5	24,4	35,0
BRASIL	31,2	36,2	45,1

Fonte: IANNI, 1970, p. 58. Apud SCHIFFER, Sueli. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955 - 1980*. 1986. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 35.

A abertura dos mercados estaduais, propiciada pelo Governo Federal, foi, gradativamente, fortalecendo o Sudeste, atrofiando a indústria menos competitiva dos centros urbanos menos dinâmicos, ainda que bastante populosos, como Recife, Salvador e Belém. Das importantes capitais indicadas na tabela abaixo, somente São Paulo, no período entre 1940 e 1960, possuiu taxa de crescimento do número de empregados na indústria superior a taxa de crescimento populacional. São Paulo, foi se afirmando como metrópole industrial nacional. No mesmo período as cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Belém viram, inclusive, declinar o número absoluto de empregados no setor secundário.

Sob o ponto de vista territorial, os investimentos estrangeiros, atraídos pela Instrução 113, escolheram os centros industriais já mais amplamente instalados no país. A forte concentração foi na metrópole paulista, em detrimento do Rio de Janeiro. A capital federal, à época a maior cidade do país, possuía um parque industrial em que, excetuada a indústria química, eram mais expressivos os setores tradicionais (alimentos, têxteis, construção civil, etc.). São Paulo e adjacências, já possuíam uma indústria mecânica e metalúrgica relativamente desenvolvida. Em 1940, o valor de produção da indústria mecânica paulista correspondia a 80,47% da indústria mecânica brasileira, e a metalúrgica do Estado de São Paulo atingia 41,44 % da nacional.⁴³

⁴³ Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil - 1940 - Censo Industrial: Dados Gerais*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

Tabela 13. Evolução populacional e industrial de diversas capitais brasileiras: 1940-1960

Cidades	População (em mil hab.)		Nº de empregados na indústria	
	1940	1960	1940	1960
Manaus	106	174	3.293	3.613
Belém	206	399	10.175	5.855
Fortaleza	180	507	3.671	7.132
Recife	348	788	21.874	23.574
Salvador	290	649	10.832	10.206
Belo Horizonte	211	683	12.816	16.249
Rio de Janeiro	1.764	3.282	151.799	140.210
São Paulo	1.326	3.781	174.367	690.182
Curitiba	141	357	9.286	17.383
Porto Alegre	272	635	20.698	29.310

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*. Censos demográficos e industriais de 1940 e 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-52, 1954, 1964 e 1966.

Tabela 14. Aplicação dos investimentos estrangeiros atraídos pela Instrução 113 da Sumoc entre 1955 e 1960

Estados	Percentual
São Paulo	75,98
"Rio de Janeiro"*	12,47
Minas Gerais	5,64
Pernambuco	1,80
Bahia	1,41
Rio Grande do Sul	1,04
Outros	1,34

* Inclui o Estado da Guanabara, a fim de corresponder ao Estado do Rio de Janeiro atual.

Fonte: Lima, 1967, p. 3. Apud SCHIFFER, Sueli. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955 - 1980*. 1986. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 100.

O Estado brasileiro estimulou o crescimento industrial concentrado, sobretudo no eixo Rio - São Paulo, não apenas com medidas legais, mas investiu diretamente mais na região Sudeste que em qualquer outra. Desde a Companhia Siderúrgica Nacional que se instalou em Volta

Redonda; à construção das principais estradas de rodagem do país, interligando o triângulo Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte; até a construção de usinas hidroelétricas, ainda que a maior delas, no período, fosse Paulo Afonso, na Bahia.

O processo de industrialização e as formações metropolitanas

As primeiras formações metropolitanas brasileiras tem seus núcleos urbanos principais correspondentes às antigas praças comerciais mais importantes desde o período da primeira dualidade brasileira. Na segunda dualidade, o país já contava com uma metrópole nacional, sua capital, o Rio de Janeiro, e prenunciava-se como metrópole São Paulo. Na terceira dualidade, entre a presidência de Getúlio Vargas e a deposição de João Goulart, consolidou-se São Paulo como metrópole industrial nacional;⁴⁴ Recife, Salvador e Porto Alegre despontavam como "metrópoles regionais", e, em menor escala, prenunciavam-se as metrópoles de Belo Horizonte, Fortaleza, Belém e Curitiba. A despeito da população de Belo Horizonte, em 1960, já ter ultrapassado as de Porto Alegre e Salvador, sua influência "regional" era menor e, no seu entorno imediato, não contava com municípios com população superior a 30.000 habitantes.

O crescimento de algumas das cidades periféricas das metrópoles nacionais e "regionais" foi notável; muitas delas possuíam um parque industrial bastante expressivo, algumas à escala nacional, sobretudo após a "fase a" do ciclo juglariano iniciado na gestão Kubitschek. Os casos mais expressivos foram das cidades ligadas às principais metrópoles brasileiras: no entorno do Rio de Janeiro estavam os núcleos urbanos mais populosos; no de São Paulo, as cidades mais industrializadas.

A "região" do ABC paulista (nas quais se destacaram os municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano) se tornou, já na década de 40, o terceiro núcleo industrial brasileiro em valor de produção, atrás apenas das metrópoles de São Paulo, da qual faz parte, e do Rio de Janeiro. Em 1960, a indústria da "região" do ABC, impulsionada pela instalação das empresas multinacionais do setor automobilístico, superou todas as metrópoles brasileiras (salvo São Paulo e Rio), inclusive quanto ao número de empregados na indústria.

⁴⁴ São Paulo já era, em 1945 o principal centro industrial da América do Sul, cf. SOUZA, Maria Adélia de. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1994, p. 50.

Tabela 15. Evolução demográfica e industrial de algumas cidades metropolitanas do país

Cidades	População (mil hab.)			Nº de emp. ind.		Valor de prod. ind. (% sobre o país)	
	1920	1940	1960	1940	1960	1940	1960
Nova Iguaçu -RJ	*	141	357	3.134	5.810	0,33	0,44
Niterói -RJ	86	142	243	9.001	10.516	0,60	0,47
D. de Caxias -RJ	*	*	241	*	5.628	*	0,44
Petrópolis -RJ	68	85	149	8.276	10.317	0,67	0,45
Sto. André -SP	**	90	243	22.183	32.098	4,17	3,77
S. Bernardo -SP	25	**	81	**	21.688	*	2,91
S. André+ S. Bern.	25	90	324	22.183	53.786	4,17	6,68
Guarulhos -SP	6	13	101	535	6.972	0,04	0,52
Sto. Amaro -BA	85	106	122	-	1.954	-	0,05
Olinda -PE	52	36	108	622	1.408	0,07	0,12
Jaboatão -PE	48	36	104	1.612	1.734	0,12	0,09
Paulista -PE	16	30	51	7.835	4.528	0,28	0,11
Canoas -RS	48	18	104	1.101	1.795	0,16	0,21
N.Hamburgo -RS	*	19	53	3.576	8.905	0,33	0,31

* - Não constam nos Censos indicados.

** - Em 1920 Santo André pertencia ao Município de São Bernardo, em 1940, o inverso.

Obs.: Devido ao número de desmembramentos ocorridos no período, vários municípios apresentam queda populacional entre um e outro Censo.

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos e industriais das respectivas datas.

A metrópole do Recife consolidou sua supremacia industrial diante de Salvador, firmando-se como principal centro industrial do Nordeste. Entretanto, no quadro nacional, a indústria da metrópole pernambucana perdeu posição para a metrópole de Porto Alegre, entre as décadas de 40 e 50. Como a economia nordestina continuava, basicamente, com sua estrutura arcaica, dependente da exportação de produtos primários, a região foi palco de forte êxodo, milhões de nordestinos migraram para os grandes centros urbanos, sobretudo do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). Já a Região Sul, com sua tradicional economia voltada para o mercado nacional, se beneficiou da queda das tarifas alfandegárias inter-estaduais, e foi paulatinamente desenvolvendo uma indústria voltada para o mercado "regional" em expansão. Vale lembrar que a indústria gaúcha, baseada na pequena produção mercantil, já era a terceira mais importante do país em 1920, somente atrás de São Paulo e Rio de Janeiro (com 8,95% dos empregados na indústria brasileira e 11,83% do valor de produção industrial nacional, enquanto a indústria pernambucana, a quinta do país, detinha, respectivamente, 5,72% e 4,57%). Foi a expansão da economia gaúcha que fundamentou a expansão populacional e industrial, da metrópole de Porto Alegre; de forma análoga, mas

em menor escala, assistia-se o mesmo no Paraná com o crescimento da sua capital.

. A indústria interiorana do Sudeste: sementes da megalópole

As cidades das regiões economicamente mais importantes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentaram um crescimento industrial seguro, de menor expressão apenas que o crescimento das capitais de seus respectivos estados e o dos municípios industriais da metrópole de São Paulo. Somente no Região Sul, sobretudo em Santa Catarina (onde a capital, Florianópolis não detinha a hegemonia econômica do estado) e, em menor escala, na região vinícola gaúcha, existiu situação comparável.

No Estado de São Paulo, as cidades interioranas que já na segunda dualidade apresentaram uma produção manufatureira significativa, prosseguiram como principais centros industriais do interior. Estes centros situavam-se a menos de 120 km (em linha reta) da capital, salvo Ribeirão Preto.⁴⁵ Até 1960, Sorocaba continuava com o maior número de empregados na indústria do interior paulista (17.549 empregados, mais que Belo Horizonte - 16.249 - e Salvador - 10.206) mas Campinas já detinha o maior valor de produção industrial do interior paulista (14.794 milhões de cruzeiros, superior aos valores de Belo Horizonte e Salvador e muito próximo de Recife, com 15.010 milhões de cruzeiros). No Vale do Paraíba, São José dos Campos e Taubaté possuíam mais de 5.000 empregados industriais, em 1960, e, juntamente com Cruzeiro, possuíam, cada uma, mais de 2.800 milhões de cruzeiros em valor de produção industrial (a soma do valor de produção das três cidades era superior ao valor produzido pela indústria de Salvador - 8.183 milhões - e Curitiba - 8.426 milhões de cruzeiros).

No Estado do Rio de Janeiro, o destaque maior foi Volta Redonda, graças a CSN, possuindo, em 1960, 11.633 empregados no setor secundário (mais que Salvador) e valor de produção industrial de 19.949 milhões de cruzeiros (maior que o valor da indústria do Recife e muito próximo de Porto Alegre - 20.525 milhões de cruzeiros). Dada a proximidade de Volta Redonda, Barra Mansa, com uma indústria em que se destacava o setor metalúrgico, obteve um valor de produção industrial de 7.602 milhões de cruzeiros (próximo a Salvador). Ainda no Vale do Paraíba, Campos, tradicional

⁴⁵ Em 1956 (cf. CIESP/FIESP, 1957: p. 49, apud SCHIFFER, Sueli, 1986: p.103), havia 14 municípios, além da capital, com mais de 5.000 operários:

- Cinco municípios da metrópole paulistana;

- Santos, no litoral, a 43km, em linha reta, de São Paulo;

- Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Americana, Limeira, Sorocaba e Taubaté a menos de 120 km da capital;

- Ribeirão Preto, a 235 km de São Paulo.

centro açucareiro, possuía 6.570 empregados na indústria (próximo de Fortaleza, com 7.132 empregados, e mais que Belém, com 5.855).

Em Minas Gerais, Juiz de Fora, na Zona da Mata, próxima ao Rio de Janeiro, tornou-se, em 1960, o segundo município mais populoso do estado (181.389 habitantes) e também detinha o segundo número de trabalhadores na indústria (8.841, superior à Fortaleza, cidade que já possuía mais de 500 mil habitantes). Uberaba e Uberlândia eram importantes cidades do Triângulo Mineiro, com mais de 80 mil habitantes, mas sua indústria empregava cerca de 1.500 empregados cada, enquanto Contagem, município planejado para ser Distrito Industrial da metrópole mineira já possuía, em 1960, quase 6 mil empregados industriais (mais que Belém) para uma população de apenas 27.914 habitantes.⁴⁶

Esforços de urbanização no Centro-Oeste: as novas capitais

Entre Getúlio e Juscelino, duas novas capitais foram construídas no país, ambas no Centro-Oeste: Goiânia, para Goiás, e Brasília, nova capital federal, instalada a cerca de 200 km de Goiânia. Embora esforços de escalas e épocas distintas, ambas fortaleceram a dinâmica econômica dos cerrados do Brasil central, sobretudo, evidentemente, de Goiás; porém a longo prazo, já no último período analisado (1964-2000), afetando sertões mais distantes: Tocantins, Minas, Bahia, Mato Grosso, Pará e Maranhão. Construiu-se novas estradas, sobretudo rodovias, mas também algumas ferrovias, interligando as novas capitais ao mercado interno mais fortemente estabelecido, do Sudeste, mas também chegando até Salvador, Belém e São Luís; estimulando a ocupação dos cerrados.

A ocupação sul do estado de Goiás era mais forte, ligada a uma expansão da economia do triângulo mineiro. A nova capital situou-se ao sul da cidade de Goiás, a antiga sede do governo goiano, fortalecendo a tendência à maior ocupação da parte já mais dinâmica do estado. O crescimento populacional e industrial do estado, de sua nova capital e de Anápolis (segunda maior cidade do estado, localizada entre Goiânia e Brasília) podem ser observados na tabela abaixo, assim como o declínio da cidade de Goiás, denominada, a partir de então, pertinentemente, de "Goiás Velha".

⁴⁶ Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil (1960) – Censo Demográfico*. Série Nacional e Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. Idem. *Recenseamento Geral do Brasil (1960) – Censo Industrial*. Dados Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

Tabela 16. Dinâmica populacional e industrial do Estado de Goiás e de suas capitais: A "velha Goiás" e a "nova Goiânia"

	População (em mil habitantes)			Nº de empregados na ind.		
	1920	1940	1960	1920*	1940	1960
Estado de Goiás	511,9	826,4	1.917,5	244	2.180	6.436
Cidade de Goiás	21,2	44,2	33,6	**	89	-
Goiânia	-	48,2	151,0	-	298	868
Anápolis	16,0	39,1	68,0	**	210	765

* Número de operários

** Dados não obtidos

Fonte: Censos demográficos e industriais de 1920, 1940, e 1960.

O plano de Goiânia, elaborado em 1933 por Atilio Correia Lima e Armando de Godoy, possui um cuidadoso traçado viário. Uma trama menos rígida e mais complexa onde se sobrepõem eixos de perspectiva e vias de contorno mais sinuosas, fugindo da ortogonalidade que identificara o traçado de todas as nossas cidades planejadas anteriores. Além disso, o plano se preocupou em estabelecer zonas funcionais, estando, neste aspecto, em sintonia com a vanguarda urbanística européia da época, Vale lembrar que a Carta de Atenas, do III CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - é, também, de 1933.

Com Juscelino, realizou-se a transferência da Capital Federal. Entre os objetivos da mudança, a perspectiva de ocupação e desenvolvimento econômico do Brasil central; tal ocupação ocorreria mesmo sem a nova capital, mas é inconteste que Brasília acelerou este processo. A primeira mudança de capital, de Salvador para o Rio de Janeiro, seguiu a mudança do foco mais dinâmico da economia brasileira, do açúcar ao ouro. Com Brasília, a ação política-territorial antecedeu o fato econômico, o que evidencia a dimensão espacial da formação social. Brasília é, também, prova irrefutável de que as cidades não são fruto exclusivo da dinâmica "regional" em que estão inseridas. A nova capital já nasceu grande, inaugurada em 1960, naquele ano o Censo já computava 139.796 habitantes. Brasília, assim como qualquer cidade, se relaciona com o território de forma complexa, são múltiplas e dialeticamente mutáveis as "determinações".

Sob a perspectiva ideológica, Brasília, culminando as realizações de Kubitschek, deveria representar a modernidade, o desenvolvimento almejado ao país. Um marco, uma cidade monumental, para ser admirada por brasileiros e estrangeiros. O plano de Lúcio Costa e as edificações públicas mais importantes, concebidas por Niemeyer, de fato deslumbraram o mundo, o primeiro mundo. Não faltam críticas à Brasília, sobretudo a partir da crise do

urbanismo moderno. Entretanto, não se pode negar sua sublime monumentalidade. Em Brasília o diálogo da cidade com a paisagem esta longe de criar condições micro-climáticas satisfatórias, mas se estabelece noutra nível, no âmbito da poética espacial.

A modernidade fascinante do automóvel aproximou sonhos de estadistas do terceiro mundo e de arquitetos e urbanistas. Lúcio Costa concebeu em Brasília um sistema de circulação baseado no automóvel, evitou os cruzamentos em nível, separou o pedestre do fluxo veicular, hierarquizou as vias; as distâncias se minimizariam diante da velocidade. Mas entre a cidade ideal concebida e a realidade brasileira, os pobres, sempre em maior número em nossa formação sócio-espacial, são quem mais se prejudicam; moram longe, nas cidades satélites, pagam muito caro as distâncias tão belamente concebidas pelos arquitetos para o gozo da paisagem.

III. A formação da Megalópole do Sudeste

Este capítulo trata da formação da "Megalópole do Sudeste Brasileiro". Constitui-se numa nova entidade urbana no país; não percebida pela população ou institucionalizada pelo Estado, mas praticada cotidianamente. O espaço da megalópole vem se estruturando a partir de interesses da razão econômica, dos capitais hegemônicos, a quem se atrelam, de uma forma ou de outra, os vários agentes sociais: o Estado, os diversos capitais e a população em seus diferentes grupos e classes sociais. A megalópole tem sua formação relacionada à expansão das atividades fabris da metrópole paulistana para além dos limites oficiais da Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 70 do século passado. Tal expansão é fruto das novas técnicas, sobretudo informacionais, que permitem a dispersão das unidades de produção e a centralização das decisões. Seu território é, no entanto, o resultado dinâmico de séculos da formação sócio-espacial do país, em particular dos estados em que ela atualmente se verifica: São Paulo, Rio de Janeiro e, mais recentemente, Minas Gerais. A formação das relações urbanas anteriores, verificadas no Capítulo II, constituem-se no componente inercial que potencializa e especifica a existência da Megalópole do Sudeste Brasileiro.

O presente urbano

Para que se possa compreender a megalópole é necessário compreender o presente; o que, evidentemente, se faz à luz do processo histórico. Só desta maneira é possível reconhecer as especificidades do tempo presente, do período técnico-científico-informacional que caracteriza o meio, ou boa parte dele, na atualidade. As formulações teóricas e de método de Milton Santos já descritas nos capítulos anteriores são fundamentais para nossa análise. A base técnica atual nos dá os principais elementos para compreendermos as reestruturações espaciais que presenciamos, em particular as que estabelecem a estrutura do espaço megalopolitano. Mas não se trata de uma apologia dos avanços da ciência e da técnica. Habermas já afirmara, nos anos 60,¹ que o período técnico-científico não se constitui a partir de uma ciência livre e eticamente humanista, mas sim fortemente atrelada a razão sistêmica, econômica, onde mais que a ciência guiando a técnica, vê-se a produção, a mais-valia, guiando, com a força de seus recursos financeiros e ideológicos, a ciência.

A globalização aí está, como um processo hegemônico que se coloca a partir do domínio e centralização das informações, impondo aos lugares suas ordens, através da violência do dinheiro e da informação. Mas o mundo é muito mais que a globalização, reconstrói-se, a cada ação, o todo, gerando contradições que movimentam os atores para novos projetos. Somos bombardeados por ideologias da inexorabilidade do presente, com clara intenção de manutenção do *status quo*. Mas, como afirmou Milton Santos (2000: p. 20-21/163-165), as mesmas técnicas informacionais que permitem o atual estágio perverso (estruturalmente excludente) da globalização, podem, a partir do embate na esfera política, se prestar a outras formas de relações entre o mundo e o lugar. Os novos meios de telecomunicações, como afirma Habermas, são potenciais para o estabelecimento da razão comunicativa, não apenas informativa; trata-se, conforme Milton Santos (2000: p. 173-174) de uma distinção significativa do atual período, que permite, com menos recursos, significativas ações de atores não hegemônicos, dada a “docilidade” da base técnica.²

¹ HABERMAS, Jürgen (1968). Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução: Zeljko Loparic. São Paulo: Abril, 1975. p. 303-333. (Coleção “Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental”, v. XLVIII)

² Apenas como exemplos recentes, na virada do século, a facilidade com que se mobilizam caminhoneiros para defender seus direitos, seja na Europa ou no Brasil; e as manifestações do Fórum de Porto Alegre em oposição à direção do G-7 sobre os rumos da economia globalizada. Por outro lado, a facilidade de estabelecimento de redes de comunicação são, também, arma poderosa para o crime organizado.

A globalização impõe a parte significativa do mundo a unicidade técnica, a unicidade do tempo, trata-se, nas palavras de Milton Santos (1996: p. 168-169), de um “motor único” no domínio da produção voltada ao mercado internacional. Para que ele se estabeleça não se destrói o Estado-Nação, ao contrário ele é estratégico para a globalização, na medida em que produz e faz valer, nos seus respectivos territórios, as normas fundamentais para que se estabeleçam as formas de produção que interessam aos atores hegemônicos transnacionais. Desta forma se estabelece nos espaços nacionais o espaço da economia internacional, verdadeiro meio técnico-científico-informacional. Este meio se caracteriza por alta densidade (técnica, científica e informacional), capaz de permitir alta fluidez de capitais, mercadorias, pessoas e informações. Esta fluidez que caracteriza o meio técnico-científico-informacional só se estabelece porque ao território se instalam densas redes de infra-estruturas, redes técnicas, voltadas ao interesse dos grandes capitais. Somente mediante tais redes (fixos) tem-se o imperativo da fluidez que caracteriza o espaço da globalização.³

Para Milton Santos as redes e os sistemas globalizados são parte do espaço; o espaço geográfico é o espaço banal, é todo o espaço, com as redes e apesar delas. *“Mas assim como antes tudo não era, digamos assim, território 'estatizado', hoje não é estritamente 'transnacionalizado'. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche”* (Milton Santos, 1994 (d): p. 15). Fica clara a noção do território como instância social, como inércia dinâmica no dizer do geógrafo, além e a partir da noção sartriana do prático-inérte.

Em recente entrevista⁴ Milton Santos declarou:

“... os Estados nacionais continuam existindo e são fundamentais para todo o resto, porque a globalização não se faz sem eles...”

“...As empresas globais valem-se das duas grandes violências deste final de século - a do dinheiro e a da informação - para desafiar os Estados, conquistá-los e atrelá-los às suas próprias lógicas...”

“...Os países são situações estruturais, nas quais o que afeta a um lugar acaba por afetar a todos e vice-versa...”

No Brasil, tem-se, a partir dos avanços técnicos realizados nos anos 70, forte reestruturação territorial e da divisão social do trabalho: a indústria se dispersa, a agricultura se mecaniza e se cientificiza, o terciário centraliza decisões e cria atividades altamente especializadas, verdadeiro terciário superior, ou quaternário, ao passo que, também no terciário, vão encontrar sobrevivência nos setores informais grande parte dos excluídos do mercado de trabalho formal. Neste contexto, estabelece-se a formação de uma região concentrada, altamente densificada quanto à instalação de redes

³ Cf. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 151, 156, 182, 190, 194, 199 e 218.

⁴ SANTOS, Milton. Os limites da globalização. Entrevista a Éride de Moura e Mário Pini. *AU (Arquitetura e Urbanismo)*, São Paulo, n. 71, p. 57-59, abr./mai. 1997.

voltadas a fluidez espacial (transportes, informações, energia). Esta região concentrada, de que fala Milton Santos e Maria Laura Silveira,⁵ encontra-se em processo de ampliação de seu território, por hora, grosso modo, corresponde às regiões Sul e Sudeste do Brasil. *Locus* de maior desenvolvimento econômico e social, espaço preferencial, portanto, para a reprodução do capital global e nacional.

É diante deste quadro mais geral do território brasileiro, no espaço mais industrializado e denso da região concentrada, que se estabelecem as condições concretas para a formação da primeira megalópole brasileira, interconectando as maiores metrópoles do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

A geografia de redes de que fala Milton Santos (1996: p. 208-222) não pode ser tomada por velhas noções da geografia urbana a respeito das redes urbanas e o estabelecimento de regiões (malgrado tais noções ainda sirvam de base para vários estudos urbanos no país). Para Milton Santos trata-se de uma noção própria ao mundo atual, das interações entre as escalas global e local, entre horizontalidades e verticalidades (vide Capítulo I), entre fixos e fluxos.

Mas a globalização não se imporia apenas através das racionalidades técnicas, estabelece-se de forma indissociável uma tecnosfera e uma psicofera que permite a imposição das ordens globais nos mais diversos lugares (Milton Santos, 1996: p.203-204). A instância cultural-ideológica funde-se à econômica em diversos aspectos, por vezes não é mais possível afirmar a que domínio fundamental pertence uma ação, se ao cultural ou ao econômico. A ideologia se fixa à matéria, à mercadoria, a cultura se mercantiliza em escala global, mascarando, ideologicamente, os processos da razão de dominação à escala dos capitais globais.

Otávio Ianni,⁶ ao relacionar os termos globalização (domínio econômico) e globalismo (domínio da cultura-ideologia), também deixa claro que a dimensão fundamentalmente ideológica permite que se estabeleça o fenômeno econômico global com a profusão e celeridade a que assistimos no presente.

Para Renato Ortiz,⁷ os processos de globalização (domínio da economia), ou da mundialização (domínio da cultura), atravessam as sociedades nacionais, gerando nesta transversalidade de relações sócio-espaciais, diferenciais de modernidade no território. Tais diferenciais, se

⁵ Cf. SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. O termo "região concentrada" aparece, no entanto já em SANTOS, Milton e RIBEIRO, Ana Clara Torres. *O conceito de região concentrada*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: IPPUR; Departamento de Geografia, mimeo, 1979.

⁶ IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

⁷ ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'água, 2000.

aproximam do conceito de rugosidade e inércia espacial desenvolvidos por Milton Santos, conforme apresentamos no primeiro capítulo.

No estudo do espaço, a dialética entre todo e parte se constitui num princípio de método cada vez mais evidente, na medida em que os processos globais se ampliam. Tais processos impactam fortemente os lugares, que assumem outras identidades, respondendo, dialeticamente, às lógicas dominantes (externas) e às intrínsecas ao local.

Para a análise do estabelecimento do espaço megalopolitano, o conceito de "conexão geográfica" proposto por Maria Adélia de Souza⁸ supera as noções enrijecidas de rede urbana tão empregadas pela geografia regional, inadequadas à compreensão do espaço, sobretudo contemporâneo. As relações horizontais, no domínio da continuidade do território são mediadas e transformadas pelas relações verticais, globais. As velhas noções de centralidade, polaridades e hierarquias regionais são completamente inadequadas para a compreensão do espaço contemporâneo, cuja dinâmica é estabelecida em interações muito além das concebidas nos modelos de hierarquia regional. As conexões geográficas não partem de um *a priori*, como o conceito de região (ideológico), torna-se possível uma abordagem e interpretação da concretude das relações espaciais, diante da atual divisão social e territorial do trabalho, mais complexa e dinâmica.

As ações humanas não se resumem, evidentemente, à produção e ao trabalho, tais categorias continuam, no entanto, fundamentais para a compreensão do espaço, ainda que nem tudo se pautem pela dimensão materialista. O ócio, sobretudo dos estratos sociais de renda média e alta, é também um "negócio", que movimenta crescentes parcelas da economia; suas espacialidades se constituem em importante elemento para a constituição de alguns fenômenos urbanos contemporâneos significativos.

A questão do núcleo e da periferia já não é tão rígida quanto no período da metrópole industrial, mas também não se trata de uma diluição indiferenciada. Em qualquer nível (global, nacional e "regional") os locais não se diluem de forma a gerar um espaço homogêneo; afirmar que funções do terciário superior ou que plantas industriais vão para qualquer lugar é um grande equívoco; elas vão para "qualquer lugar" que possua alta densidade informacional e técnica, redes que otimizem os custos de transportes, etc. Também a análise do espaço intra-urbano no âmbito municipal ou metropolitano revela a possibilidade de policentralidades (Los Angeles é, talvez, o caso mais exemplar), mas não de fim das centralidades; aos novos núcleos correspondem, também, do nível intra-urbano ao megalopolitano, novas periferias. Nas áreas metropolitanas, situações nucleares e periféricas continuam ocorrendo, até com maior disparidade diante das novas tecnologias. As áreas mais modernas da megalópole, como a Região Metropolitana de

⁸ SOUZA, Maria Adélia de. Conexões geográficas: um ensaio metodológico (Uma versão ainda preliminar). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 71, p. 113-127, 1992.

Campinas, apresentam não apenas alta produtividade, revelada em seus altos níveis de renda per capita, maiores que os da rica Região Metropolitana de São Paulo,⁹ mas também são espaço de pobreza, miséria e violência.¹⁰ Tratam-se, ambas, de metrópoles corporativas e fragmentadas, segundo a conceituação de Milton Santos (1990: p. 89-90/94-95). Os gastos públicos se voltam, sobremaneira, à reprodução dos capitais hegemônicos (corporativos); a baixa renda e o alto custo dos transportes impedem que a maioria pobre de suas populações transitem e se apropriem dos espaços metropolitanos de forma mais ampla, transformando a fragmentação territorial intra-metropolitana em desintegração social.

Ainda é pertinente nomear as áreas de maior incidência do terciário superior como nucleares e as que se põem em dependência destes núcleos como periféricas, estejam elas nos próprios municípios nucleares ou nos demais que compõem as áreas metropolitanas. Mas ainda que hajam núcleos e periferias, há uma fluidez maior, permitindo polinucleações e conexões mais complexas entre os espaços e não uma hierarquia rígida de núcleos principais, secundários, etc.

Vejamos a seguir como se compõe o quadro simultâneo de reestruturações na base técnica, na economia e no território mais densamente urbanizado que resultou na formação da Megalópole do Sudeste Brasileiro.

⁹ Em 1997 o PIB *per capita* da Região Metropolitana de Campinas era de US\$ 12.000,00; da Grande São Paulo era de US\$8.758,00, do Estado de São Paulo, US\$ 8.232,00, enquanto o do país era pouco superior a US\$ 5.000,00. A título de comparação a renda *per capita* da Argentina era de US\$8.380,00, já a dos EUA e da Alemanha estavam acima de 28 mil dólares, Dinamarca 32 mil e Japão 40 mil dólares. O PIB das três regiões metropolitanas oficiais do Estado de São Paulo (São Paulo, Campinas e Baixada Santista) equivaliam a quase um quarto do PIB do Brasil, sendo maior que o PIB de países como Noruega e Dinamarca. Cf. EMPLASA. *Metrópoles em dados*. Disponível em:

<<http://www.emplasa.sp.gov.br/metrodados>>. Acesso em: 29 ago. 2001.

Vale notar que, com a maxidesvalorização cambial de 1999 e o "livre mercado" do câmbio instaurado no país, os valores em dólar dos PIBs do Brasil, do Estado de São Paulo e das referidas regiões metropolitanas sofreram fortíssimas quedas, mas as proporções entre as regiões metropolitanas citadas pouco devem ter se alterado.

¹⁰ Nos anos 90, a violência urbana cresceu de forma alarmante nas metrópoles brasileiras. Na referida década, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo apresentaram taxas de homicídio superiores a 40 homicídios por 100 mil habitantes (Teresa Caldeira, 2000: p. 124). Campinas, vem apresentando uma das mais aceleradas curvas de crescimento neste índice: saltando de 31 homicídios por 100 mil habitantes em 1991 para 58,7 em 2000 (Campinas. Prefeitura Municipal. *Sumário de Dados*. Campinas. Delegacia Seccional de Polícia. Apud: *Correio Popular*. Cidades. Campinas, p. 8, 16 set. 2001). A título de comparação, em 1993, Detroit e Nova Orleans detinham taxas superiores a 75 homicídios por 100 mil habitantes; Washington e Atlanta estavam acima de 50; enquanto Miami, Los Angeles e Nova York possuíam, respectivamente, 34, 31 e 26. Em 1989, o Brasil com 20,2 homicídios por 100 mil habitantes estava apenas atrás da Colômbia (74,4) entre os países da América (Teresa Caldeira, 2000: p.124).

Variações no quadro político-econômico

Auge e declínio do período militar

O país, nos anos 70, continuou seu processo de industrialização por substituição de importações, mesmo na fase expansiva do Quarto Ciclo Longo (1948 - 1973), mas engendrando ciclos breves, internos (juglarianos).¹¹ Na ditadura militar, a instituição da correção monetária e do Sistema Financeiro da Habitação veio permitir superar a fase recessiva iniciada no Governo João Goulart, ampliando, para as classes de renda média, a demanda efetiva para bens duráveis de consumo, inclusive de habitação.¹²

Tem-se, assim, um crescimento notável da economia, sobretudo entre 1966 e 1973, mas também bastante forte até 1980, devido aos fortes investimentos realizados até 1976. A partir daí, os efeitos da crise de 1973 (início da "fase b" do Quarto Ciclo Longo) são já evidentes, as taxas de crescimento dos investimentos são negativas (vide tabela abaixo). Esta inversão se refletirá a médio prazo, na década de 80, levando ao fim do regime militar; mas, novamente, não haverá um rompimento com a estrutura de poder da terceira dualidade brasileira (latifundiários semifeudais - hegemônicos - e burguesia industrial).

O investimento do Estado em infra-estruturas e indústrias de base foi dos mais expressivos à escala mundial:

- no setor energético, construiu-se imensas usinas hidroelétricas: Itaipu, Tucuruí, Sobradinho, etc; no maior projeto, em uma nação, em tão breve período;

- nas cidades, na década de 70, onde já morava a maior parte da população brasileira, os investimentos em saneamento básico, através do PLANASA, chegaram a 14 bilhões de dólares; até hoje não houve cifra comparável, em nosso país;

- no setor de transportes, construiu-se extensas rodovias: Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Transamazônica, conclusão das BRs 101 e 111, integrando por completo o território nacional por meio rodoviário; no setor ferroviário, a CVRD instalou um sistema eficiente e moderno (pioneiro no nível de

¹¹ A indústria brasileira cresceu 27 vezes entre 1937 e 1980, tanto quanto a indústria soviética. Cf. RANGEL, Ignácio. (1985). *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 70.

¹² Já em 1964, cria-se o Banco Central e o Banco Nacional da Habitação, responsável, como banco de segunda linha, pela política de investimentos habitacionais e em infra-estrutura urbana, gerenciando os recursos provenientes das cadernetas de poupança e do FGTS.

automação do controle) de transporte de minério de ferro; ampliou-se e modernizou-se os principais portos de escoamento de exportações;

- no setor de telecomunicações criou-se a Telebrás e a Embratel;
- no setor petroquímico, instalou-se as refinarias e pólos petroquímicos em Paulínea - SP, São José dos Campos -SP, Araucária - PR, Canoas - RS e Camaçari - BA, além de se ampliar os pólos de Cubatão - SP e Duque de Caxias - RJ.

Tabela 17. Produtos e Investimentos no Brasil entre 1962 e 1980
(Taxas médias geométricas anuais de crescimento, em %)

Período	PIB	Produto		Investimentos	
		Industrial	Agrícola	Governo	Ind. de transf.
1962/67	3,2	2,6	1,7	4,7	(3,5)
1967/73	11,2	12,7	4,7	7,7	26,5
1973/76	8,3	9,1	5,4	13,1	9,9
1976/80	6,2	6,4	5,0	(8,5)	(6,7)

Fonte: SERRA, 1984: p. 58. Apud SCHIFFER, Sueli. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955 - 1980*. 1986. Tese (Doutorado) - FAU-USP, São Paulo. p. 88.

Surge um novo Departamento I, industrial, completando a última etapa de nosso processo de industrialização por substituição de importações. A partir daí, a expansão da indústria só pode ser feita por crescimento do mercado, seja conquistando mercados externos ou ampliando a base do mercado interno. A primeira alternativa foi a adotada, e a maioria da população brasileira continuou com padrões bastante reduzidos de consumo.

Na década de 70, mecaniza-se a agricultura nas regiões Sul e Sudeste,¹³ aumenta-se a produtividade e expulsa-se aproximadamente quatro

¹³ Entre 1969 e 1979, no Brasil, a produção de tratores agrícolas cresceu 349% ao passo que a de automóveis de passageiros subiu em 140% (IBGE, *Anuários Estatísticos*. Apud: RANGEL, Ignácio. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 57). Entre 1970 e 1980, a população brasileira cresceu 27,78% (conforme os Censos Demográficos de 1970 e 1980). É expressiva a modernização da agricultura e pecuária associada ao mercado externo. Para o caso paulista, na década de 70 verifica-se a quadruplicação do uso de tratores no campo, as áreas de cultivo de laranja, café e cana-de-açúcar passam de 3, 14 e 13% da área do Estado, em 1969/71, para 9, 16 e 22% em 1979/1981. A cana-de-açúcar passa a corresponder a lavoura de maior extensão em São Paulo, decorrência da implantação a partir de 1975 do Pró-alcool, visando atenuar os impactos da crise do petróleo. Cf. NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora; CANO, Wilson. O processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: SEADE. *A interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo*. São Paulo, SEADE, 1988. v. 1. n.1, p. 1-106.

milhões de trabalhadores do campo, que se dirigem para as novas fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte, e para o Estado de São Paulo. Sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, vai surgindo um novo quadro de relações de produção agrícola: nasce uma classe de latifundiários semi-capitalistas agrícolas, dissidência progressista do latifundiário semi-feudal e uma classe semi-assalariada. Entretanto, sob a perspectiva de poder político, continuam a prevalecer os interesses da velha classe de latifundiários semi-feudais, ainda majoritários.

A mecanização do campo e o D I industrializado¹⁴ fazem com que o êxodo rural não encontre, na cidade, direito à cidadania. Esta imensa população, recém urbanizada (50 milhões de novos cidadãos entre 1960 e 1980)¹⁵, vai fortalecer o circuito inferior da economia - sub-empregos, atividades informais, etc - com baixa remuneração; seu destino é a sub-habitação (favelas, cortiços, etc), a "sub-educação", a "sub-cidadania".

A ditadura militar acelerou o desenvolvimento da economia, *"...levando às ultimas conseqüências uma industrialização que, nas condições de uma estrutura agrária arcaica, começava a encontrar seus próprios limites. Levou-nos a um ponto em que o crescimento do "bolo" ficou na dependência de sua prévia redivisão."*¹⁶

O período civil

Os investimentos previstos no II PND, do Governo Geisel, não tiveram continuidade no Governo Figueiredo, o financiamento dos investimentos públicos por empréstimos estrangeiros já não eram possíveis dada a alta dos juros internacionais e o crescimento da dívida pública. Em 1985, após 20 anos de ditadura, voltam os civis ao poder, mas, como foi dito, não se modifica suficientemente a estrutura produtiva e o pacto do poder da terceira dualidade não se altera: latifundiários semi-feudais e burguesia industrial.

Da mesma forma que os períodos anteriores da terceira dualidade foram marcados por fases expansivas e depressivas, típicos ciclos de Juglair, no período civil atual isto também vem ocorrendo. Assim, após a forte crise entre 1981 e 83, no último governo militar, iniciou-se uma fase de

¹⁴ Até a construção civil se modernizou, empregando pré-moldados e, sobretudo, inúmeros equipamentos mecanizados: guias, formas metálicas deslizantes, equipamentos de protensão, etc. A industrialização incompleta da construção civil permite que este seja o setor industrial de menor composição orgânica do capital, ainda grande absorvedor da mão-de-obra desqualificada urbana, mal remunerada portanto.

¹⁵ Cf. RANGEL, Ignácio Rangel (1985). *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 59.

¹⁶ Ibidem. p. 60.

recuperação (1984 - 1988), seguida de novo período depressivo (1989 - 1992) e a partir daí, uma lenta reestruturação que, no entanto, ainda não nos permite falar em movimento expansivo.

A recuperação econômica, a partir de 1984, chegou a anotar crescimento anual do PIB de 8%, mesmo assim, o nível de produção a que se chegou ao fim do período (1988) é próximo ao que já se possuía em 1980. Os choques heterodoxos na economia (1986, 1988 e 1991) não foram mais que medidas paliativas de curto prazo ao combate da inflação que, passado o período do congelamento de preços ou do confisco, voltava a crescer. No Governo Sarney, ocorre revisão da política do BNDES, nova estratégia é montada para o desenvolvimento industrial, a fase de industrialização via substituição de importações está concluída, busca-se concorrer no mercado externo. Dada a diminuição da capacidade do Estado em investimentos infra-estruturais e às pressões dos organismos financeiros internacionais, cria-se, já em 1989 o Conselho Nacional de Desestatização.

Com Fernando Collor e com Fernando Henrique Cardoso, sob o discurso da necessidade de modernizar o país e o Estado, foi se promovendo uma privatização que menos efeito possuiu no saneamento das contas públicas e mais favoreceu os interesses dos grandes grupos privados, sobretudo, estrangeiros. Sob o discurso da competitividade industrial, abriu-se o mercado interno à concorrência internacional de forma desmedida. Importa-se até palito de fósforo da África do Sul! Sob o discurso do "custo Brasil" busca-se aniquilar as conquistas sociais garantidas na Constituição promulgada em 1988. Nos anos 90, praticamente não houve investimento público, desta feita não apenas minguaram os recursos para a área social como deixou-se o país à beira do colapso energético. O sucateamento da "res" pública que antecede as privatizações é tão intenso e estratégico que, ao repassar os ativos potencialmente lucrativos para o setor privado da economia, é praticamente impossível não notar a "melhor" administração, o ganho de produtividade, etc, na maioria dos setores privatizados. É bem verdade que controlou-se a inflação, mas o nível de fragilidade a que se chegam as finanças públicas,¹⁷ do desemprego, de pobreza e miserabilidade, de criminalidade, agravam de tal forma o quadro econômico e social que dificilmente permite afirmar que as escolhas do Governo Fernando Henrique Cardoso se constituíram numa alternativa razoável para o país.

¹⁷ A dívida pública corresponde, em 2001, a mais da metade do PIB brasileiro. Somente os Estados Unidos possuem dívida pública maior, seu déficit na balança comercial é secundário em sua estrutura macro-econômica diante dos resultados de sua balança de pagamentos, sua moeda parametriza o mundo. O controle inflacionário e a rolagem da dívida interna brasileira mantém altas as taxas reais de juros (sempre entre as maiores do mundo nos anos 90), inviabilizando investimentos das empresas nacionais, debilitando-as. Na década de 90, milhares de pequenas e medias empresas brasileiras foram fechadas com grave impacto no nível de emprego, sobretudo no setor secundário. O capital internacional não apenas veio participar do processo de desestatização mas também adquire participações crescentes nos mais diversos setores da economia (indústrias tradicionais ou de alta tecnologia, comércio varejista, bancos, saúde privada, etc).

A formação da megalópole

As transformações tecnológicas desenvolvidas na atualidade, "fase b" do 4º Kondratieff, prenunciam a Terceira Revolução Industrial. O espaço vem se reorganizando segundo as novas técnicas e nova divisão do trabalho (social e territorial). Entre as possibilidades de estabelecimento de novas conexões geográficas capazes de otimizar os investimentos do capital hegemônico está a megalópole, entidade urbana distinta da anterior metrópole industrial tanto pela sua maior extensão quanto pela maior complexidade que assumem as relações entre os diversos núcleos urbanos que compõem seu fragmentado e heterogêneo território.

Mas se no país a megalópole é fenômeno recente, isto não significa apenas que seja resultado dos atuais processos de reestruturação espacial decorrentes da nova base técnica e do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo internacional. A inércia dinâmica do espaço, mais particularmente do território brasileiro e seu específico processo de urbanização se constitui em elemento fundamental para a concretização e caracterização da megalópole no Sudeste do Brasil.

As metrópoles de fato e de direito

O censo de 1970 apontou, pela primeira vez no país, uma população urbana maior que a rural (taxa de urbanização de 56,80%). Em todo o período da terceira dualidade brasileira, as taxas de urbanização do país vem se mostrando crescentes, alterando, em meio século, o panorama rural que perdurara por mais de quatro séculos. Podemos afirmar ser este o período da revolução urbano-industrial brasileira. Em 1940, a população urbana não chegava a 11 milhões de habitantes (26,35% da população do país), em 2000, viviam em cidades mais de 137 milhões de pessoas (81,23% de todos os brasileiros).¹⁸

Entre 1973 e 1974, institucionalizam-se, no país, as Regiões Metropolitanas. O discurso governamental apresentava como objetivo permitir

¹⁸ Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série Nacional, v. II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Idem. *Censo 2000 - Sinopse preliminar*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatística/população/censo2000/sinopse>>. Acesso em: 20 maio 2001.

que questões comuns entre cidades que compõem uma metrópole pudessem ser melhor administradas, melhor planejadas (melhor controladas). A bem da verdade, esta ideologia da eficiência do planejamento metropolitano pouco se desdobrou em gestão metropolitana. A autonomia municipal e, mais ainda, a dinâmica do capital, não consideraram, via de regra, a perspectiva do planejamento integrado metropolitano. Apenas alguns planos setoriais, em questões de saneamento, ou sistemas de transportes inter-municipal, (elementos fundamentais para a própria reprodução capitalista) tiveram rebatimento na gestão de âmbito metropolitano.¹⁹

Oficializaram-se no país as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, e Porto Alegre. Salvo Belo Horizonte e Curitiba, as demais metrópoles correspondem às velhas praças comerciais ligadas ao mercado externo, do período colonial brasileiro, demonstrando o forte papel inercial do espaço. Mesmo Curitiba, ao tempo da segunda dualidade brasileira, já era uma das praças comerciais importantes na estrutura tipo "arquipélago" da formação sócio-espacial do país.

Muito tem sido dito a respeito de uma suposta desmetropolização, tendo em vista fenômenos como a dispersão industrial para fora das áreas metropolitanas. Esforços são realizados para demonstrar que, numa situação pós-moderna, estaríamos vivenciando uma perspectiva pós-industrial. Tratam-se de novos modelos explicativos, importados, novamente, dos países do centro do sistema capitalista, nem sempre muito adequados à nossa realidade. Contribuem para estas perspectivas, o fato de se verificar o fenômeno numa ou noutra metrópole, normalmente nas maiores, numa ou noutra variável quantitativa, pouco auxiliando a uma busca real de compreensão do fenômeno urbano contemporâneo brasileiro. Iniciemos, nossa breve exposição pela variável mais utilizada: a população.

¹⁹ Sobre a ideologia do planejamento no Brasil cf. VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-243. Mais especificamente à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) elaborada nos anos 70 cf. SOUZA, Maria Adélia. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). op. cit. p. 111-143.

Tabela 18. Evolução populacional das Regiões Metropolitanas instituídas em 1973

	População (mil hab)			% da população do país		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Belém	655,9	999,2	1.334,5	0,7	0,8	0,9
Fortaleza	1.036,8	1.580,1	2.292,5	1,1	1,3	1,6
Recife	1.791,3	2.347,0	2.559,5	1,9	2,0	2,0
Salvador	1.147,8	1.766,6	2.472,1	1,2	1,5	1,7
Belo Horizonte	1.605,3	2.540,1	3.461,9	1,7	2,1	2,4
R. de Janeiro(1)	7.063,8	9.014,3	9.600,5	7,6	7,6	6,6
São Paulo (2)	8.139,7	12.588,7	15.202,5	8,7	10,6	10,4
Curitiba	821,2	1.440,6	1.975,6	0,9	1,2	1,4
Porto Alegre	1.531,3	2.231,4	3.016,0	1,6	1,9	2,1
Total R. M. (3)	22.793,1	34.508,0	42.215,1	24,5	29,0	28,8
(3) - [(1) + (2)].	7.589,5	12.905,0	17.412,1	8,1	10,8	11,9
BRASIL	93.139,0	119.002,7	146.825,5	100,0	100,0	100,0

Fonte: . Dados brutos: EMPLASA, 1992, p. 36. Apud SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994a, p. 86.

. Dados sobre população relativa (salvo totalizações): SANTOS, Milton. op. cit. p. 86.

A tabela acima ilustra as distintas dinâmicas das regiões metropolitanas. É bem verdade que as duas maiores, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentam menor índice de crescimento populacional, e a situação da metrópole pernambucana apresentou, no último período intercensitário analisado (1980-1991), um crescimento populacional equiparado ao brasileiro. As demais regiões metropolitanas apresentaram crescimento populacional maior que o verificado no país, entre 1970 e 1980, e entre 1980 e 1991; não podendo, portanto, serem declaradas em processo de declínio, pelo contrário.

Alega-se que as cidades de porte "médio" possuem agora o maior crescimento, mas dentre elas muitas já conformam situações de caráter metropolitano, ainda que não sejam oficialmente reconhecidas. Tem-se, pois, um quadro metropolitano brasileiro crescente também no número de metrópoles.²⁰ É este, sem dúvida, o caso de Brasília, que passa de seus quase 140 mil habitantes no ano de sua inauguração, para mais de 2 milhões de habitantes em 2000. A população de Brasília superava, já em 1980 a população dos municípios de Porto Alegre e Curitiba, sendo também maior

²⁰ Para as situações de menor expressão, mas já de caráter metropolitano, poderíamos utilizar a expressão "metrópole incompleta" (Milton Santos, 1971), dado seu desenvolvimento "incompleto", sobretudo, quanto à sua dependência relativa a outros centros metropolitanos mais importantes. Cf. SANTOS, Milton (1971). *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

que a Região Metropolitana de Belém; nos anos noventa, superou, inclusive a população de Recife. Atualmente, Brasília se constitui na sexta mais populosa cidade brasileira, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza. Brasília é de fato uma metrópole, como Capital Federal é um dos principais centros nacionais de comando, sobretudo da gestão estatal. O entorno imediato, que configuraria o território metropolitano de Brasília, ultrapassa as cidades satélites do Distrito Federal, atingindo, por exemplo, Luziânia, no Estado de Goiás; fazendo deste, o quarto mais populoso município de Goiás (141 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico 2000).

Várias capitais estaduais já despontam em situação metropolitana, não só pela dimensão de sua população, como por sua dinâmica econômica capaz de influenciar a organização espacial de vastas porções territoriais. Manaus e Goiânia são as maiores capitais nesta situação, possuindo em 2000, respectivamente, 1.404 mil habitantes e 1.091 mil habitantes. Manaus já ultrapassou a população de municípios metropolitanos como Porto Alegre e Belém, praticamente se igualando demograficamente a Recife (1.422 mil habitantes). Em 1980, segundo o Censo Industrial, a capital amazonense possuía, graças a institucionalização da Zona Franca, 44.598 pessoas ocupadas na indústria (mais que Recife - 39.704, Salvador - 25.497 e que a Região Metropolitana de Belém - 27.223) e um valor de produção industrial que superava os de Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Fortaleza; ficando, entre as capitais, apenas atrás de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1996,²¹ Manaus possuía mais de 48 mil pessoas ocupadas em unidades locais da indústria de transformação, sendo a sexta capital neste critério. Manaus detinha quase o triplo do pessoal ocupado no mesmo setor em Belém, cerca de 10 e 20 mil a mais do que apresentavam, respectivamente, Recife e Salvador.

Goiânia possuía, em 1980, uma indústria mais modesta; apresentava, no entanto, índices de crescimento da atividade industrial bastante elevados, superando Belém. Em 1996, Goiânia possuía 35.291 pessoas ocupadas no setor da indústria de transformação, pouco atrás do Recife e à frente de Salvador. No setor terciário (privado) vale destacar que Goiânia apresenta-se à frente de Belém e de Manaus tanto no pessoal ocupado em comércio como em serviços.

No Censo de 1991, o Brasil possui mais cinco capitais, além das citadas, com mais de 500 mil habitantes (São Luís, Maceió, Natal, Teresina e Campo Grande). No Censo de 2000, também João Pessoa apresenta mais de 500 mil habitantes e se aproxima desta cifra Cuiabá, com 483.044. São Luís, uma "velha" praça comercial do período colonial, volta a se dinamizar, encontrando-se, em 2000, com quase 870 mil habitantes, situação que os municípios de Curitiba e Belém não possuíam quando foram criadas as suas respectivas regiões metropolitanas. Maceió e Natal, com o crescimento da

²¹ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 29 set. 2001.

atividade turística, poderiam ser classificadas como situações pré-metropolitanas, o que não tardará a acontecer com Campo Grande com a crescente expansão da economia do Mato Grosso do Sul, cada vez mais ligada à dinâmica do Sudeste. João Pessoa já se apresenta em situação de conurbação com Bayeux e Cabedelo.

No Espírito Santo, Vitória se aproximava, em 2000, aos 300 mil habitantes; mas a "Grande Vitória", verdadeira metrópole capixaba, já apresentava três municípios com mais de 300 mil habitantes (Vila Velha, Cariacica e Serra), e uma população total superior 1,4 milhões de habitantes (maior que a população da Região Metropolitana de Curitiba na data de sua oficialização federal).

Os processos de metropolização no território brasileiro estão, portanto, em expansão. Verifica-se não apenas em torno de capitais mas, também, em diversas outras áreas densamente urbanizadas. Este é o caso de cidades do norte do Paraná, que estabelecem intensas conexões geográficas entre si. Londrina e Maringá, para nos restringirmos somente aos dois principais municípios daquela área, vêm crescendo a taxas superiores à nacional e a estadual, chegando a 735 mil habitantes em 2000. Embora em "região" de grande destaque na agricultura, apresentam taxas de urbanização superiores a 96%. A indústria destas duas cidades possuía, em 1980, quase 19 mil empregados e uma produção cujo valor superava ao do Município de Salvador e se aproximava de Fortaleza. Em 1997, somente Londrina ocupava 19.488 trabalhadores no setor da indústria de transformação, mais que Belém (15.591).²²

No Estado de São Paulo, as regiões administrativas da Baixada Santista, de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos, apresentam diversas áreas conurbadas. Este fato mereceu para a Baixada Santista a oficialização de sua condição metropolitana (1996), constituindo-se na primeira Região Metropolitana do país não envolvendo uma capital de estado. Institucionalizou-se em 2000 a Região Metropolitana de Campinas. Embora, para fins administrativos e discussão de problemas setoriais, estas regiões mereçam o título de Regiões Metropolitanas, seu desenvolvimento e crescimento está intimamente vinculado à expansão da metrópole de São Paulo. Trata-se, portanto, inicialmente, de um processo de "macrometropolização" (Maria Adélia de Souza, 1978) envolvendo a Região Metropolitana de São Paulo e as "regiões" adjacentes de Campinas, Vale do Paraíba, Baixada Santista e Sorocaba; áreas que, desde os primeiros surtos industriais da virada ao século XX, constituíram-se, após a capital, nas mais urbanizadas e industrializadas "regiões" do Estado.

A Região Metropolitana de São Paulo vem apresentando redução nos seus índices de crescimento populacional e industrial desde a década de 1980. Tais indicadores seriam mais significativos se aceitássemos que à

²² Informações quantitativas sempre tendo por fonte o IBGE.

metrópole de São Paulo correspondem os rígidos limites territoriais que compõem a sua oficial região metropolitana. Isto não equivale ao processo real de expansão metropolitana que vem envolvendo cada vez mais municípios, de forma por vezes fragmentada e descontínua, mas evidente. Os limites da metrópole real não são fixos.

Reduzindo a análise apenas à Região Metropolitana de São Paulo, Milton Santos (1994c: p. 14) observara que "...*contrariamente ao que está na teoria, ... o emprego industrial em São Paulo, entre 1960 e 1980, cresceu mais que a população ativa, e mesmo que o emprego no terciário.*" Mas, mais recentemente, o caráter industrial da metrópole paulistana vem perdendo força relativa. A cidade de São Paulo está apresentando taxas bastante reduzidas de crescimento populacional e viu reduzir o emprego industrial de mais de um milhão de postos de trabalho em 1991 para 656,9 mil em 1999.²³

O papel central da capital paulista deixa de estar tão fortemente ligado à localização da produção fabril, mas se relaciona ao controle empresarial. São Paulo se constitui no grande centro financeiro do país, os avanços nas telecomunicações viabilizaram ainda mais sua posição de comando diante da possibilidade de concentração e difusão seletiva de informações. Em 1996, trabalhavam na capital paulista, na área de intermediação financeira, mais de 160 mil pessoas; mais que o dobro de trabalhadores do mesmo setor no Rio de Janeiro, ou cerca de dez vezes o número de trabalhadores de Salvador na mesma área. No mesmo ano, as aplicações financeiras somavam em São Paulo a mais de quatro vezes o total carioca, ou aproximadamente trinta vezes o total de Fortaleza ou de Campinas. Vale lembrar que São Paulo possuía população menor que o dobro da capital fluminense, ou próxima de cinco vezes a da capital cearense ou dez vezes à Campinas.²⁴ Sem deixar de ser a mais importante metrópole industrial

²³ FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 29-30 set. 2001.

²⁴ Na capital paulista, em 1996, as aplicações financeiras totalizavam 97,85 bilhões de reais, os depósitos em bancos somavam 135,43 bilhões de reais, equivalentes a 95 bilhões de dólares e a 131,5 bilhões de dólares, respectivamente. Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 28 set. 2001.

do país,²⁵ a Grande São Paulo se estabelece também como a principal metrópole informacional brasileira.

O novo papel que assume a Grande São Paulo não significa que se realize com o mesmo nível de absorção de mão-de-obra do período da metrópole industrial. O setor industrial vem, na década de 90, ganhando produtividade mais que produção. O crescimento econômico do setor de serviços vem se realizando, sobretudo, com absorção de tecnologias mais avançadas, e não com aumento de empregos capaz de equilibrar as baixas do setor secundário.²⁶ Na virada ao século XXI, havia nada menos que 1,4 milhões de desempregados na Região Metropolitana de São Paulo; não fosse o circuito inferior da economia, a alta criminalidade de São Paulo já teria atingido estágios ainda mais alarmantes.

A perda relativa da importância da metrópole carioca se dá em dois grandes aspectos: no poder político e econômico. No que tange às coisas públicas, Brasília assume paulatinamente ações outrora realizadas na capital carioca. Ainda assim o Rio de Janeiro concentra expressiva quantidade de funcionários públicos.²⁷ No Rio está a sede do BNDES e da Petrobrás, e importantes operações administrativas de grandes empresas e órgãos públicos. No que tange ao setor financeiro, é São Paulo que assumiu a liderança no país, várias sedes de instituições financeiras se transferiram do Rio para São Paulo na década de 90. O Rio, porém, ainda contava, em 1985, com um maior percentual do patrimônio líquido dos bancos de

²⁵ A Grande São Paulo possuía, em 1980, mais empregados na indústria que todas as demais regiões metropolitanas juntas (1.456 mil empregados contra 1.006 empregados). Na Grande São Paulo, em 1980, somente São Bernardo do Campo, com 125 mil empregados na indústria, já era a terceira cidade brasileira em emprego industrial, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *X Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Industrial: Dados Gerais*. V. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

Em escala mundial somente São Paulo, Tóquio e Los Angeles possuem, a partir do pós-guerra, um ritmo e uma dimensão industrial comparáveis (Soja, 1990, apud Milton Santos, 1994c: p. 25).

Em 1996, a indústria de transformação paulistana ocupava 726,8 mil trabalhadores, mais de três vezes o que possuía o Rio de Janeiro no mesmo setor. São Bernardo do Campo (100,95 mil trabalhadores) e Guarulhos (88,17 mil trabalhadores), na Grande São Paulo possuíam juntos mais trabalhadores ocupados na indústria de transformação que a soma, no mesmo setor, dos trabalhadores de Belo Horizonte (83,01 mil), Recife (38,34 mil), Salvador (29,77 mil), Brasília (19,51 mil) e Belém (15,60 mil). Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 28 set. 2001.

²⁶ Entre 1991 e 1999 a indústria paulistana reduziu quase 400 mil postos de trabalho e o setor de serviços ampliou em 200 mil vagas de trabalho. Cf. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2001.

²⁷ Em 1996, eram mais de 400 mil pessoas ocupadas nos setores de administração pública, defesa e seguridade social no Rio de Janeiro, Brasília possuía quase 300 mil e em São Paulo eram quase 800 mil funcionários nestes setores. Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. op. cit. Acesso em: 29 set. 2001

desenvolvimento, das corretoras e distribuidoras de títulos e valores imobiliários e das corretoras de câmbio.²⁸ Na área da indústria cultural a ex-capital federal possui a maior rede de televisão do país, dois dos quatro maiores jornais do país e, aproximadamente, 70% das empresas ligadas a produção, distribuição, exibição, importação e exportação cinematográfica.²⁹

A gênese da megalópole: a formação da macrometrópole paulista

No final da década de 70, em plena fase de forte crescimento interno da Região Metropolitana, inicia-se forte expansão da atividade industrial para além da Grande São Paulo. Na década de 80, grandes empresas se multilocalizam, reduzindo custos através de redes de subcontratação (toyotismo) e enfraquecimento sindical. Esta desconcentração industrial inicial se dá, principalmente, num raio de aproximadamente 150 Km da Capital, atingindo as principais "regiões" já tradicionalmente mais industrializadas do Estado de São Paulo: Sorocaba, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba. A despeito da proximidade entre a Região Metropolitana de São Paulo e a "Região" do Vale do Ribeira (Região Administrativa de Registro), esta área, das menos desenvolvidas do estado, não participa deste processo de expansão industrial. A inércia dinâmica do espaço paulista se expressa com clareza diante do movimento de expansão industrial: áreas mais distantes e mais ricas, como Ribeirão Preto, vão atrair os investimentos públicos necessários ao desenvolvimento industrial, aumentando os desníveis regionais diante das áreas mais pobres (Ribeira e Sudoeste).

Entre os anos 60 e 70, a ação estatal não se limitou ao importante papel de construção das infra-estruturas necessárias ao espraiamento do capital industrial como também investiu em indústria de base (refinarias em São José dos Campos e em Paulínia) e de ponta (aeronáutica, em São José dos Campos). O estado investiu também em pesquisa: Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, Universidade Estadual de Campinas (1966), Instituto de Tecnologia de Alimentos (Campinas, 1969), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Campinas, 1976), Faculdade de Tecnologia (UNESP- Sorocaba). A indústria de base de Cubatão (petroquímica e siderurgia), fez deste município o terceiro do estado (atrás da capital e de São Bernardo do Campo), em valor de produção industrial (1980).

²⁸ CORDEIRO, H.K., 1987. Apud SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994c. p. 25-26.

²⁹ IBGE. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, 1989. Apud SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec: EDUC, 1994. p. 30.

A Região Administrativa de São José dos Campos (Vale do Paraíba) foi a que recebeu maiores investimentos indústrias estatais, sobretudo na década de 70. Situada no eixo Rio-São Paulo, a tecnificação de seu território permitiu que ali se implantasse inúmeras empresas transnacionais, tendo apresentado os maiores índices de crescimento industrial entre os anos 70 e 80. Ali se formou o segundo polo mais importante da indústria automotiva do país, atrás apenas da Grande São Paulo.

Dada a situação urbana previamente mais desenvolvida de Campinas, foi sua Região a que apresentou maior crescimento absoluto, transformando-se, em 1980, no segundo polo industrial do país em valor de produção, após a Região Metropolitana de São Paulo.³⁰

Tabela 19. Evolução populacional e industrial de alguns municípios sedes de regiões administrativas do Estado de São Paulo

Município	População (mil hab.)			Nº de empregados na indústria		
	1960	1980	2000	1960	1980	1999*
Campinas	217,2	664,6	968,2	12.604	51.347	58.364
S. J. dos Campos	77,0	287,5	538,9	5.239	40.557	41.939
Sorocaba	70,3	269,8	494,6	17.549	33.045	33.629
Ribeirão Preto	79,8	318,5	505,1	5.067	13.746	19.865
Registro	15,0	39,1	53,5	48	1.140	1.104

Fontes:

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.. *Recenseamento Geral do Brasil (1960) - Censo Demográfico. Série Regional.* Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil (1960) - Censo Industrial: Dados Gerais.* Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

_____. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Demográfico: Dados Distritais. v. 1.* Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

_____. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Industrial: Dados Gerais. v. 3.* Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. *Censo 2000 - Sinopse preliminar.* Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatística/população/censo2000/sinopse>>. Acesso em: 20 jul. 2001.

* FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *Informações dos municípios paulistas.* Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2001.

³⁰ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Industrial: Dados Gerais. v. 3.* Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

A notável difusão industrial pelo interior do estado conjugada a um avanço tecnológico na agricultura (Negri, Gonçalves, Cano, 1988) permitiu índices médios de qualidade de vida urbana bastante elevados. A macrometrópole ocupava, na década de 80 a parcela mais contínua e concentrada deste processo de dispersão da indústria metropolitana, grosso modo envolvendo as regiões administrativas de Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Baixada Santista, além, evidentemente da Grande São Paulo, seu foco inicial. Na Região Metropolitana de São Paulo, ainda que se reforçasse uma posição de comando - principal praça financeira e *locus* das sedes de grandes empresas - os níveis médios de qualidade de vida se deterioraram. Na macrometrópole, ao contrário da situação anterior da metrópole industrial, a "periferia" - área de produção - detinha melhores níveis de vida que o "centro inicial" - área de comando.

A metamorfose megalopolitana

A partir das transformações tecnológicas que permitiram desconcentrar a produção industrial, torna-se possível, no meio técnico-científico-informacional mais denso, uma dispersão das atividades industriais e estrutura-se uma nova lógica de produção e de apropriação do espaço.

O processo de megalopolização tem como combinação motriz a "dispersão concentrada" da indústria da Região Metropolitana, permitida graças aos fortes investimentos estatais (redes de infra-estrutura, indústria de base e centros de pesquisa) que se estabelecem nas regiões anteriormente já mais industrializadas do interior e litoral do estado, acentuando processo iniciado nos anos 70. A expansão de áreas industrializadas impulsiona o crescimento urbano, migrantes de outros estados, que inicialmente se fixavam na capital, posteriormente nos municípios industriais e periféricos da Grande São Paulo, agora são atraídos, também, para grandes núcleos urbanos megalopolitanos, sobretudo Campinas, mas também São José dos Campos, Sorocaba, Baixada Santista e Ribeirão Preto. Muitos acabam morando em municípios periféricos destes núcleos, configurando fortes processos de conurbação e mesmo de metropolizações. No entorno de Campinas, Sumaré chegou a verificar, na década de 80, taxas anuais de crescimento populacional em torno de 10%.

Com o crescimento industrial, cada vez mais necessitando de atividades terceirizadas - tanto ligadas à produção, quanto à administração e à pesquisa - e com o crescimento populacional, ampliam as atividades do terciário superior, desencadeando ciclo de intensificação desta reestruturação urbano-industrial no território paulista, iniciando, inclusive, expansão seletiva para além das fronteiras do estado. Dá-se, a partir daí, uma significativa metamorfose: de macro-metrópole centrada na cidade de São Paulo passa-se a uma megalópole onde outros centros urbanos emergem também como

espaços importantes do terciário superior - Rio de Janeiro, Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto, principalmente.

A Região Metropolitana de Campinas tornou-se o principal centro do país nos setores industriais de informática e telecomunicações. Para isso contribuíram: sua ótima rede de estradas de rodagem; aeroporto internacional com alta movimentação de cargas, devendo com sua futura ampliação tornar-se o mais importante do país em volume transportado; capacitação técnica e científica vinculada a vários centros de pesquisa aplicada estabelecidos em Campinas.³¹

Tabela 20. Empregos ocupados por setor no Estado de São Paulo e em municípios sedes de regiões administrativas integrantes do território megalopolitano

	empregos (em mil)				taxa de cresc. empregos 1999/91 (em %)	
	indústria 1991	indústria 1999	serviços 1991	serviços 1999	indústria	serviços
E. S. PAULO	2.747,0	2.145,0	3.193,2	3.976,5	(21,91)	24,53
Municípios						
Campinas	77,7	58,4	84,9	125,6	(24,84)	47,94
Ribeirão Preto	24,0	19,9	40,0	58,7	(17,08)	46,75
Santos	16,1	15,1	86,5	87,4	(6,21)	1,04
S. J. dos Campos	50,1	41,9	34,0	45,0	(16,37)	32,35
São Paulo	1.044,7	656,9	1.784,5	1.989,8	(37,12)	11,50
Sorocaba	38,5	33,6	25,4	33,0	(27,27)	29,92

Fonte (dados brutos): FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 30 set./15 out. 2001.

³¹ A região de Campinas consolida-se como a segunda no país em valor da produção industrial. Os investimentos anunciados para os anos 1995-2000 são equivalentes a um terço dos da região metropolitana de São Paulo, que, agora, correspondem a apenas um terço do estado (até os anos 70 eram superiores a metade do estado). Continua em Campinas o processo de instalação de novos centros de pesquisa: unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Informática Agropecuária e Embrapa Monitoramento por Satélites), Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (1982) e Laboratório Nacional de Luz Síncrona (1984). Suas mais importantes universidades, PUC-Campinas (1955) e Unicamp (1966), possuem mais de 40 mil alunos; somente a Unicamp concentra 15% da pesquisa universitária brasileira.

A tabela acima não deixa dúvida quanto ao comportamento, nos anos 90, do emprego nos setores industrial e de serviços: forte declínio nos postos de trabalho industriais e ascensão do setor de serviços. Vale observar que as maiores quedas se deram, respectivamente, nos três municípios sedes das regiões com maior número de empregos industriais no início do século (São Paulo, Sorocaba e Campinas), no Estado de São Paulo. As duas maiores taxas de elevação no nível de emprego no setor de serviços se deram em municípios com renda *per capita* relativamente elevada (Campinas e Ribeirão Preto), que se constituem, há mais de século, em importantes núcleos de comércio e serviços, em regiões administrativas de atividade agrícola fortemente capitalizada. São Paulo, a principal cidade empregadora do país, vem gradativamente perdendo “espaço” para outros centros urbanos; sua participação no número de empregos, relativa ao Estado de São Paulo, vem decrescendo. Mas, diante de processo análogo vir se verificando também com o município do Rio de Janeiro, a capital paulista está ainda longe de ter sua importância econômica rivalizada por qualquer outro município brasileiro.

A expansão da megalópole, função inicial da dispersão da produção industrial, envolve, de forma complementar, extensas áreas voltadas ao lazer de significativas parcelas de sua população, notadamente nas camadas de renda média e alta. Tratam-se, sobretudo, das “regiões” serranas e litorâneas lindas aos principais eixos de expansão industrial megalopolitano. Nestas áreas as apropriações espaciais são cada vez mais ligadas ao lazer e turismo de parcelas da população da Megalópole. Urbanizam-se extensas faixas do litoral e dezenas de pontos serranos: o campo e a praia são, na megalópole, espaço urbano, refletem os modos de vida das cidades e observa-se a crescente divisão social do trabalho, aos moldes urbanos, amplia-se o emprego na área de prestação de serviços, reduzem-se os postos de trabalho nas atividades do setor primário.

No geral são sub-espacos bastante excludentes, *locus* de fortes interesses do capital imobiliário; participando, também, da configuração territorial da Megalópole. A ação do Estado é quase sempre significativa para garantir a qualidade do ócio dos privilegiados usuários destes locais: duplicam-se estradas, protegem-se paisagens “naturais”, promovem-se ações culturais para entreter as elites em suas férias no campo (Festival de Inverno) ou na praia (Festival de Verão). Além dos lugares mais apropriados pelas elites, urbanizam-se extensas faixas do litoral paulista e parcelam-se inúmeras glebas em pequenas chácaras dispersas por dezenas de municípios, principalmente próximos aos grandes centros urbanos, voltadas aos extratos da população de renda média. A segregação sócio-espacial se verifica de maneira evidente no litoral paulista: enquanto a elite usufrui de belas praias do litoral norte, algumas ilegalmente fechadas, a população de renda média é majoritária no litoral sul, ali se encontra o maior número de domicílios de ocupação ocasional no território megalopolitano (vide tabela abaixo). Aos pobres, em precários ônibus de excursão, são destinadas as praias mais populares (dos veranistas de renda média).

Tabela 21. Domicílios particulares ocupados e de uso ocasional em alguns municípios da Megalópole do Sudeste em 2000

Municípios	Domicílios particulares		taxa: UO/Oc (%)
	Ocupados (Oc)	Uso Ocasional (UO)	
São Paulo	2.992.656	43.616	1,46
Santos	131.351	20.816	15,85
Praia Grande	54.923	93.275	169,83
Mongaguá	9.864	21.183	214,75
Guarujá	72.447	44.981	62,09
São Sebastião	16.285	13.713	84,21
Ubatuba	18.352	23.997	130,76
Campos do Jordão	11.534	5.759	49,93
Mairiporã	24.135	4.459	18,48
Araçoiaba da Serra	5.562	3.101	55,75
Rio de Janeiro	1.807.940	53.839	2,98
Cabo Frio	36.715	24.512	66,76
Armação de Búzios	5.330	4.891	91,76
Angra dos Reis	32.756	10.530	32,15
Petrópolis	84.683	8.560	10,11
Teresópolis	41.416	11.869	28,66
Poços de Caldas	39.796	2.296	5,77

Fonte: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2000 - Sinopse preliminar*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/população/censo2000/sinopse>>. Acesso em: 05 out. 2001.

Neste quadro ampliado, portanto, dos espaços de produção e de consumo, trabalho e lazer, vai-se verificando a continuidade do processo de expansão territorial da megalópole, ao longo dos principais eixos rodoviários que irradiam, principalmente, da capital paulista, mas não só dela, estruturando uma configuração territorial mais complexa. Tal como na fase inicial (macrometropolitana), o processo não se dá igualmente em todas as direções, privilegiando os vetores que passam pelos principais núcleos urbanos das áreas em que já se vinha estabelecendo a macrometropolização paulista; agora, no entanto, articulando também importantes municípios do Sul de Minas Gerais e, muito fortemente, o Rio de Janeiro. (Vide Figura 1).



Fig. 1. A Megalópole do Sudeste do Brasil: eixos de estruturação e vetores de expansão. Desenho final: M. Fricke, 2001.

O crescimento populacional verificado no Estado de São Paulo entre 1980 e 2000, correspondente ao período até agora mais efetivo da megalopolização. Este crescimento não se deu, evidentemente, de forma homogênea. Observa-se que as áreas de maiores taxas de crescimento populacional são parte integrante do território megalopolitano (regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Baixada Santista, Ribeirão Preto e Central) ou se articulam a vetores de expansão da Megalópole do Sudeste, no Estado de São Paulo (regiões administrativas de Bauru, Barretos e Franca). As regiões administrativas de menor crescimento populacional no período são ou mais afastadas da Região Metropolitana de São Paulo (regiões de Presidente Prudente, Araçatuba, Marília e São José do Rio Preto) ou ainda pouco vinculada à megalopolização por tratar-se da "região" historicamente mais pobre do Estado (Registro). A Grande São Paulo apresentou crescimento populacional intermediário, mesmo tendo observado

um decréscimo de sua participação industrial diante do Estado de São Paulo (vide tabelas 22 e 23).

Tabela 22. Evolução populacional do Estado de São Paulo e de suas regiões administrativas

	População (1.000 hab.)			tx. de cresc. anual(%)	
	1980	1991	2000	1980/91	1991/2000
ESTADO - S. PAULO	24.953	31.436	36.909	2,12	1,80
Reg. Administrativas					
R.M. São Paulo	12.549	15.369	17.808	1,86	1,65
Campinas	3.197	4.382	5.375	2,91	2,29
Sorocaba	1.503	2.006	2.429	2,65	2,31
S. José dos Campos	1.216	1.642	1.986	2,77	2,13
R.M. Baixada Santista	958	1.215	1.472	2,19	2,15
Ribeirão Preto	655	893	1.059	2,86	1,91
Registro	185	227	264	1,86	1,72
Central	541	726	853	2,70	1,82
Bauru	660	822	954	2,01	1,68
S. José do Rio Preto	947	1.126	1.296	1,59	1,57
Barretos	268	357	395	2,64	1,13
Franca	410	539	639	2,52	1,91
Marília	679	787	886	1,35	1,33
Araçatuba	524	613	672	1,44	1,03
Presidente Prudente	661	733	787	0,94	0,80

Fonte: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2001.

Tabela 23. Evolução populacional das regiões de governo do Estado de São Paulo, com mais de 100 mil habitantes em 1980, que apresentaram as 5 maiores e as 5 menores taxas de crescimento anual entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 2000

Reg. de Governo	População (1.000 hab.)			tx. de cresc. anual(%)	
	1980	1991	2000	1980/91	1991/2000
Campinas	1.400	2.019	2.525	3,39	2,51
S. José dos Campos	484	706	851	3,48	2,09
Sorocaba	680	971	1.249	3,30	2,83
Limeira	338	465	557	2,93	2,02
Ribeirão Preto	655	893	1.059	2,86	1,91
Jundiaí	399	534	669	2,68	2,54
Rio Claro	149	188	236	2,11	2,54
Bragança Paulista	288	380	469	2,54	2,37
Marília	236	274	313	1,35	1,50
Ourinhos	149	176	203	1,49	1,60
Presidente Prudente	417	495	549	1,57	1,17
Guaratinguetá	232	275	308	1,58	1,24
Araçatuba	367	441	493	1,70	1,21
Barretos	268	357	395	2,64	1,13
S. João da Boa Vista	327	401	448	1,86	1,25

Fonte: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2001.

As regiões de governo que apresentaram maiores taxas de crescimento anual médio entre 1980/91 e entre 1991/2000 são todas pertencentes à Megalópole do Sudeste: cinco pertencem à Região Administrativa de Campinas e as outras são as regiões de governo cujas sedes correspondem aos demais principais núcleos urbanos da Megalópole no Estado de São Paulo (São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto) excetuados São Paulo e Santos. As regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista também apresentaram alto crescimento populacional porém não situados entre as cinco primeiras de cada década citada. As regiões de governo de menor crescimento, entre aquelas que possuíam mais de 100 mil habitantes em 1980, são relativamente distantes da capital paulista, algumas fazem parte de importantes Regiões Administrativas que integram o território da Megalópole do Sudeste (São José da Boa Vista na Região Administrativa de Campinas e Guaratinguetá na Região Administrativa de São José dos Campos), denotando o caráter heterogêneo e fragmentado do fenômeno megalopolitano. Na Região Administrativa de São José dos Campos é notável a menor dinâmica das regiões de governo na medida em que se afasta-se da Grande São Paulo, as taxas de crescimento populacional são sucessivamente

menores: 3,48 na Região de Governo de São José dos Campos, 2,24 na Região de Taubaté, 1,58 em Guaratinguetá e 1,23 em Cruzeiro, no período de 1980/1991. Na Região Administrativa de Campinas, a Região de Governo de São João da Boa Vista é a mais distante tanto da metrópole paulistana quanto da campineira.

O centro de atividades econômicas mais forte da Megalópole do Sudeste continua sendo a Região Metropolitana de São Paulo, embora suas taxas de crescimentos (demográfico, de empregos no setor secundário ou terciário, do valor de produção, etc) sejam menores que dos importantes centros urbanos da Megalópole situados em seu entorno.

Pelo vetor Campineiro, as expansões do processo de megalopolização se fazem seguindo os principais eixos rodoviários:

- pela Rodovia Anhangüera, atingindo Araras de forma intensa e rumando, ainda de forma descontínua, até Ribeirão Preto, importante núcleo de comércio e serviços do interior paulista, cuja área de influência, para alguns serviços chega ao triângulo mineiro. Em 1999, Ribeirão Preto era o quarto município sede de região de governo do Estado de São Paulo em empregos no setor de serviços, a frente de São José dos Campos e Sorocaba; entre 1991 e 1999 apresentou, entre os municípios sede de região de governo, a segunda taxa de crescimento em empregos no setor de serviços, ficando apenas atrás de Campinas;³²
- pela Rodovia Santos Dumont, as interações urbanas até Sorocaba são muito fortes, formando uma conurbação funcional tipicamente megalopolitana;
- pela Rodovia Washington Luis, a megalopolização é intensa até Rio Claro, seguindo para São Carlos e Araraquara,³³ e já impacta a estrutura urbano-industrial de São José do Rio Preto (358 mil habitantes em 2000);
- pela Rodovia Adhemar de Barros, as interações urbanas são mais fortes até Mogi-Guaçu (124 mil habitantes em 2000), mas já chegando até Poços de Caldas - MG; primeiro município mineiro, fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em valor de produção industrial (1991), interligado por ferrovia somente à malha paulista;

³² No setor financeiro, Ribeirão Preto detinha, em 1996, 2,74 bilhões de reais em aplicações (2,64 bilhões de dólares), constituindo-se, neste quesito, no 13º município brasileiro, à frente de Goiânia (2,23 bilhões de reais), Belém (1,90 bilhões de reais) ou Manaus (1,51 bilhões de reais). No estado de São Paulo, somente a capital, Osasco (onde situa-se a sede do maior banco privado brasileiro) e Campinas apresentavam cifras superiores à Ribeirão Preto. Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 30 set. 2001.

³³ Na Região Administrativa Central, São Carlos (193 mil habitantes em 2000) constitui-se em importante centro industrial e núcleo universitário de excelência contando com *campi* de duas universidades públicas (USP e Universidade Federal de São Carlos). A ótima malha rodoviária e a presença destas universidades sem dúvida constitui-se também em parâmetro considerado para a instalação de grandes indústrias; como uma unidade da Volkswagen e para a futura implantação da nova fábrica da Embraer (maior indústria nacional exportadora em 2000), em Gavião Peixoto (4 mil habitantes em 2000) nas proximidades de Araraquara (182 mil habitantes).

- pela Rodovia D. Pedro I, articula-se diretamente as "regiões" de Campinas e do Vale do Paraíba, e daí ao litoral norte de São Paulo ou, pela Rod. Presidente Dutra, ao Rio de Janeiro.

Sorocaba já se encontra conurbada fisicamente a Votorantim e a Araçoiaba da Serra, configurando-se numa "metrópole incompleta". Pelo vetor de Sorocaba, a expansão megalopolitana se faz mais intensa pelo eixo da Rodovia Castelo Branco, atingindo Tatuí (93 mil habitantes em 2000). Da Castelo Branco parte-se em estrada duplicada para Botucatu (109 mil habitantes) e, a partir daí, também se tem duplicada a Rodovia Marechal Rondon, impactando, ainda de forma menos sensível na paisagem, até Bauru (316 mil habitantes).

Pelo Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, novas implantações industriais, como a Volkswagen em Resende (104 mil habitantes em 2000) ou a montadora da Peugeot e Citroën em Porto Real (12 mil habitantes) vão interligando as expansões megalopolitanas de São Paulo, até chegar ao Grande Rio. Pode-se enfim afirmar que o Rio de Janeiro, com a segunda maior metrópole do país (mais de 10 milhões de habitantes) e com a dispersão industrial ao longo do eixo da Rodovia Presidente Dutra, transforma a "antiga" macrometrópole paulista em Megalópole do Sudeste Brasileiro.

A ligação física, entre São Paulo e Rio de Janeiro é mais forte pelo vetor urbano industrial do Vale do Paraíba, mas também pelo litoral, pela BR 101, se observa uma forte apropriação urbana do território ligada, principalmente, ao lazer. Tem-se uma valorização imobiliária, nos anos 90, muito maior no litoral norte de São Paulo (entre Bertioga e Ubatuba, em paralelo ao Vale do Paraíba) que no Litoral Sul, e mesmo neste, as cidades que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista possuem muito maior dinâmica que Cananéia (12 mil habitantes em 2000) e Iguape (27 mil habitantes), estas últimas, interligadas somente ao Vale do Ribeira.

A partir da metrópole carioca, a megalópole se expande também pela Rodovia Juscelino Kubitschek (BR 40), atingindo Juiz de Fora - MG, principal núcleo urbano da Zona da Mata, "região" que desde os tempos coloniais esteve voltada ao Rio de Janeiro. Juiz de Fora é o segundo município mais populoso do estado fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com 456 mil habitantes em 2000, e primeiro, fora da Grande Belo Horizonte, em número de empregados no setor industrial³⁴ e no setor de serviços (IBGE, 1996). Embora a maior parcela da megalópole se encontre no Estado de São Paulo, a ligação, historicamente intensa, entre as capitais mineira e carioca, faz com que o vetor megalopolitano de expansão mais forte, no Estado de Minas Gerais, se faça, por ora, pelo Rio de Janeiro, seguindo o eixo da Rodovia JK.

³⁴ Em Juiz de Fora implantou-se no final da década de 90 a primeira fábrica de automóveis da Mercedes Benz fora da Alemanha. Antes disso, em 1996, o setor financeiro do município já possuía o maior volume de depósitos de Minas Gerais (721 milhões de reais), excetuando-se a capital (12,18 bilhões de reais).

Tabela 24. Evolução populacional e industrial de algumas cidades de participação recente na Megalópole do Sudeste do Brasil

Cidades	População (mil hab.)			Nº de empregados na indústria		
	1960	1980	2000	1960	1980	1996*
Cruzeiro	31,1	58,0	73,5	1.990	5.183	4.330
Barra Mansa	63,0	154,7	170,6	3.562	7.352	5.891
Volta Redonda	87,9	183,2	242,0	11.633	15.308	20.973
Juiz de Fora	181,4	307,5	456,4	8.841	19.268	22.750
Poços de Caldas	38,2	87,0	135,6	790	6.534	8.231

Fontes:

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.

Recenseamento Geral do Brasil (1960) - Censo Demográfico. Série Nacional e Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil (1960) - Censo Industrial: Dados Gerais.* Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

_____. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Demográfico: Dados Distritais.* Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

_____. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Industrial: Dados Gerais.* V. 3, t. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. *Censo Demográfico 2000 - Sinopse preliminar.* Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/censo2000/sinopse>>. Acesso em: 20 set. 2001.

* _____. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 15 out. 2001.

Pelas tabelas 20 e 24 observa-se declínio no número de empregos do setor industrial para os grandes centros urbanos da megalópole e, para os municípios recentemente envolvidos com a megalopolização, queda no nível de emprego industrial ou ao menos na taxa de crescimento de empregos industriais. Este processo, ocorrido sobretudo na última década do século XX, não significou diminuição da produção industrial, mas sim uma não correspondência entre o ganho de produtividade da indústria nacional e o reduzido aumento do mercado interno e das exportações brasileiras.

O litoral fluminense participa, tal como o litoral paulista do território megalopolitano. De Angra dos Reis a Armação de Búzios, suas atividades principais se voltam ao ócio e lazer (vide Tabela 21) da população de renda média e alta que habita, principalmente a metrópole carioca. Além disso destaca-se o turismo, nacional e internacional, no litoral fluminense, concentrado em áreas do território megalopolitano: Angra dos Reis, Parati, Rio de Janeiro, Cabo Frio e Armação de Búzios.

Para o próximo decênio, é provável que, com as duplicações que se finalizam nas rodovias que ligam a cidade de São Paulo a Curitiba e a Belo Horizonte, e com o forte crescimento urbano-industrial destas duas últimas metrópoles, haja uma expansão da megalópole por estes eixos rodoviários, atingindo finalmente a Região do Vale do Ribeira, e, mais fortemente, pelo vetor paulista, o Sul de Minas. No Sul de Minas, os centros tecnológicos, com ênfase na área de telecomunicações, Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, inspiraram a criação, ao longo das cidades articuladas pela Rodovia BR 459, do Projeto de Desenvolvimento da Rota Tecnológica - Rota Tecnológica 459. Desta forma, a longo prazo, a interação com o território megalopolitano, das cidades deste eixo (de Poços de Caldas-MG a Lorena-SP) deverá se consolidar.

A duplicação de estradas ora em curso, sobretudo no Estado de São Paulo, tende a se constituir em importante vetor de expansão da megalópole; podendo, a médio e longo prazo, vir a atingir municípios mais distantes como Araçatuba (SP) ou Uberlândia (MG).

A Megalópole do Sudeste Brasileiro se constitui na mais importante concentração urbano-industrial da América Latina, no que tange a população total e população empregada no setor industrial, encontra-se entre as áreas de destaque em escala global. Com mais de 42 milhões de habitantes, não há, no Ocidente, estado-membro com população superior a da Megalópole do Sudeste (o Estado de São Paulo possuía quase 37 milhões de habitantes em 2000, a Califórnia não chegava a 30 milhões em 1990); na América Latina somente Brasil e México possuem populações maiores; na Europa Ocidental, apenas Alemanha, França, Itália e Inglaterra. O PIB da Megalópole do Sudeste é maior do que o de qualquer país da América do Sul, salvo, evidentemente, o do Brasil. Englobando, entre outras, as duas mais importantes metrópoles do país torna-se desnecessário demonstrar a importância da Megalópole enquanto concentradora e difusora de produção cultural e científica brasileira.³⁵

O gigantismo da Megalópole do Sudeste atrai contingentes de migrantes em número muito maior que o demandado por sua pujante economia formal. O resultado é a formação de grandes bolsões urbanos de pobreza, sobretudo nas maiores cidades, da qual participam não apenas os recém chegados migrantes mas parcelas crescentes da população pré-existente. A precariedade dos assentamentos habitacionais sub-normais e os impactos sócio-ambientais daí decorrentes, a segregação sócio-espacial, a marginalidade, a violência urbana e a ação do crime organizado constituem-se em aspectos cada vez mais presentes no território megalopolitano.

³⁵ A Megalópole do Sudeste concentra mais de 70% da produção científica do país, Rio de Janeiro e São Paulo possuem as sedes de todas as redes nacionais de televisão, os quatro jornais de circulação nacional e seus museus possuem o mais expressivo acervo de artes plásticas do país.

A dinâmica interna da Megalópole do Sudeste, assim como a expansão de seu território estão longe de se estabilizarem, impossível delimitá-la precisamente; se adotássemos um ou outro critério ou sistema de critérios, estaríamos, de qualquer forma, reduzindo sua natureza: complexa, heterogênea, corporativa e fragmentada. A megalópole não é apenas uma metrópole estendida, trata-se de uma entidade urbana nova, uma sub-totalidade dentro da totalidade global e nacional, seu sistema de movimentos (pessoas, mercadorias, informações) é o que a caracteriza.

Em suma, como vimos neste e no capítulo anterior, a urbanização, metropolização e megalopolização brasileira revela que o fato urbano não pode ser compreendido, em sua dimensão, natureza e dinâmica, como um reflexo da dinâmica econômica. Não existe uma formação econômica em si, isolada das demais instâncias sociais, incluir o espaço como instância social, na análise dialética de uma formação social é imprescindível, como já afirmou Milton Santos,³⁶ não apenas para a compreensão do espaço do homem, mas para a explicação da própria sociedade, de sua economia e sua cultura.

Como explicar Brasília? Como entender o sistema de cidades de Minas Gerais? Como justificar o crescimento demográfico de Salvador, que volta a superar Recife e mesmo Belo Horizonte? Como explicar a importância de Morungaba³⁷ no meio técnico-científico-informacional do Sudeste? Um modelo de explicação fundamentado em razões econômicas, como a relação da cidade e a economia de sua região, por exemplo, seria anacrônico. Estamos diante de fenômenos que só se explicam a partir da análise de múltiplas e mutáveis determinações, o espaço como totalidade dialética.

Buscou-se, no capítulo anterior e neste, evidenciar a importância do movimento econômico para o desenvolvimento da urbanização; mas também mostrar como as decisões políticas, as ações do Estado, imprimem novos rumos à urbanização e mesmo à economia interna do país, ou de uma fração de seu território. Buscou-se demonstrar como o espaço, enquanto inércia dinâmica, induz as ações - econômicas, políticas, culturais - a se concretizarem seletivamente nos lugares, transformando-os e sendo por eles transformados, estabelecendo a natureza única de cada lugar.

A superação da inércia no *ranking-size* das cidades brasileiras, sempre ocorreu. Ora por combinações de razões econômicas e decisões do Estado, como na transferência da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro, consolidando a liderança desta cidade, já prenunciada com a mineração. Ora por combinações, mais complexas, como na superação do Rio de Janeiro por

³⁶ Esta questão, sempre presente na obra teórica de Milton Santos, mereceu destaque em particular nos seus já citados livros de 1978, 1982, 1985, 1988 e 1996.

³⁷ Em Morungaba, pequeno município paulista (9.919 habitantes em 2000), encontra-se a principal base de comunicações por satélite do país.

São Paulo, onde se compõe um quadro de crescimento da economia do café, centralizado na cidade de São Paulo, graças ao empenho político de sua elite; posteriormente as políticas industriais promovidas por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek tiveram maior impacto positivo no parque industrial paulistano e, por fim, "a pá de cal", a transferência da capital federal para Brasília.

Procurou-se demonstrar, também, como a urbanização brasileira, em especial seus maiores aglomerados urbanos, se reestruturam à medida em que vai se processando uma nova divisão, social e territorial, do trabalho. Desde as maiores transformações internas, as "meia-revoluções" segundo Ignácio Rangel, que marcam os períodos de cada dualidade brasileira, até, no período mais recente, de difusão do toyotismo na região concentrada do Sudeste, engendrando um novo processo urbano: a megalopolização.

O fascínio pelo novo nos leva, por vezes, a equívocos, muitos interpretam que a dispersão industrial provoca um processo de desmetropolização. O decréscimo populacional e industrial relativo das duas maiores regiões metropolitanas brasileiras não é suficiente para que falemos em desmetropolização. As metrópoles estão crescendo, se proliferando, se transformando, como indicam os dados do IBGE. Não se pode reduzir a análise às Regiões Metropolitanas do Rio e São Paulo, nem sequer são as regiões metropolitanas brasileiras os únicos espaços metropolitanos do país, aliás, nem sequer os limites da Grande São Paulo comportam mais nossa maior metrópole. Além disso, se "o fazer" apresenta-se em processo de dispersão concentrada, "o mandar" se centraliza, valorizando a metrópole. As metrópoles são, também, como disse Milton Santos (1977), o "refúgio da Nação", lugar da diversidade, das solidariedades e segregações, nelas se estabelece, pelos pobres, uma outra razão, criativa, cultural, resistente e "astuta", na expressão de Certeau (1994), capaz de refazer, no cotidiano, a ordem imposta pela razão prática, técnico-instrumental, iluminista-capitalista.

A megalópole, dada sua dimensão, não permite à grande maioria de sua população, em seu cotidiano, vivenciá-la como tal. A apropriação territorial das pessoas, sobretudo de renda baixa e média-baixa, se restringe, normalmente a parcelas diminutas e fragmentadas da megalópole; não possibilitando sua apreensão, inexistente um sentido de identidade entre a megalópole e seus habitantes. No entanto, é crescente o número de pessoas que tem seu cotidiano ligado a frações do território megalopolitano que transcendem a cidade em que residem, ou mesmo à metrópole ou região de governo em que se encontra sua cidade. Os deslocamentos para trabalho, lazer, educação ou saúde são significativos, via de regra constituem-se uma função da renda. Sob a ótica da percepção, o território megalopolitano não se constitui para seus habitantes; mas sim para o capital, sobretudo para as grandes empresas que, através da informação, podem distribuir suas atividades em parcelas diversas e específicas do meio técnico-científico-informacional. Assim, a megalópole se distingue da antiga metrópole industrial

e da atual metrópole informacional, ambas presentes na estrutura megalopolitana.

Se avançam os processos hegemônicos globais, de unicidade técnica, isto não se realiza a despeito do território. Neste, os lugares apresentam potencialidades e resistências às modernizações exógenas. Não se pode reduzir o mundo à globalização, por mais importante que ela seja. Verifica-se, no uso do território, uma série de racionalidades de outras naturezas, inclusive nos lugares em que mais se manifestam os fenômenos ditos de globalização. O fenômeno urbano da megalópole não é somente constituído de práticas de dominação e alienação, mas ao aglutinar em si parte do mundo e da nação, permite por em comum a diferença, potencial formação de consciência. Se a megalopolização constitui-se num representativo e significativo processo espacial da razão hegemônica global, seu território não é, no entanto, homogêneo, apresentando espacialidades de diferentes velocidades e racionalidades. O estudo de outras racionalidades e práticas espaciais, realizadas internamente ao território megalopolitano é de fundamental interesse para uma compreensão mais profunda da rica realidade megalopolitana, é o que faremos na Segunda Parte desta tese.

IV. Razão e poder: do território ao lugar

Este capítulo fecha a Primeira Parte da tese. A questão da razão de dominação e do poder no processo espacial é seu tema central. Aqui tomamos o espaço a partir de duas de suas principais categorias, o território e o lugar, próprias aos nossos objetos de investigação: a megalópole e a praça.

A estruturação do território megalopolitano é fruto sobretudo de ações movidas pela razão econômica, instrumental, de dominação. Trata-se de um processo estreitamente relacionado, no presente, à razão global. Esta é apenas o estágio atual de um processo de racionalização do território há muito iniciado. Por sua vez, a dimensão simbólica do espaço tem no nível do lugar maior potencialidade para o estabelecimento de signos do poder impressos na paisagem. A praça, como um lugar público, é um local privilegiado para a representação de relações de poder. O contra-poder também possui na praça um *locus* privilegiado de sua manifestação pública, mas isto já é assunto para a Segunda Parte deste trabalho.

De forma introdutória valem alguns comentários de natureza teórico-conceitual que percorrem as três seções que compõem o capítulo. Já abordou-se, no primeiro capítulo, o tema da razão e, em particular, da razão de dominação, "filha perversa" da razão iluminista. Tem-se claro, desde os frankfurtianos da primeira geração, que a razão prática, econômica, instrumental (instrumento para a dominação) transforma-se, pela ascensão do capitalismo, em razão hegemônica, penetrando nos mais diversos domínios, das ações econômicas às culturais, do Estado ao mundo do cotidiano. A razão de dominação participa, portanto, do processo espacial nos mais diversos níveis, do global ao local.

Graças às contribuições de Foucault, compreendemos o poder não como coisa, uma realidade que possui uma natureza, uma essência, mas como prática social, historicamente transformada, assumindo formas diferentes e escalas diferentes. A perspectiva foucauldiana ampliou a discussão do poder para além do Estado, de forma ainda mais ampla que em Gramsci. Foucault discorda e vai além da formulação althusseriana dos "aparelhos ideológicos do Estado",¹ observando práticas "microscópicas" do exercício do poder que não podem ser compreendidas como simples resultantes dos processos mais amplos, das relações entre Estado e Capital, por exemplo.

¹ Cf. CARNOY, Martin (1984). *Estado e teoria política*. Tradução: Equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas. Campinas: Papirus, 1986. p. 119-128.

Afirma Foucault (1979: p. 175): "... o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, ... o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força...".

Na sua perspectiva de método (1979: p. 183-184) o "... poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão [...] Não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo. Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais; como poderes mais gerais ou lucros econômicos podem inserir-se no jogo destas tecnologias de poder que são, ao mesmo tempo, relativamente autônomas e infinitesimais..."

A perspectiva "microfísica" de Foucault não despreza as escalas mais globais de manifestação do poder. Ao contrário, procura ver, efetivamente, como estas se relacionam com as práticas microfísicas do poder, evitando conclusões precipitadas, "de cima para baixo".

Raffestin, buscando reconstruir em bases mais amplas a geografia (política), referencia-se fortemente em Foucault para realizar sua crítica à geopolítica, centrada no Estado.² Tal como Foucault, Raffestin observa que o poder não deve ter no Estado uma instância privilegiada de análise. Foucault afirma que o poder está em todo lugar, vem de todos os lugares, ainda que não englobe tudo. Raffestin coloca que o poder é parte intrínseca de toda a relação, "... se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam [...] Toda a relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações ." (Raffestin, 1993: p. 53)

As referências do pensamento foucauldiano em Raffestin são claras. Devemos tomar, as afirmações de que o poder esta em todo lugar e faz

² A "... geografia política não deve se desprender das coisas cotidianas mas, ao contrário, estar constantemente voltada para a 'produção do mundo', que nos inunda e nos submerge [...] A análise geográfica do poder que extrai das ciências do homem os seus conceitos fundamentais deve, então, enfrentar aquilo que se convencionou chamar de 'atualidade' aparentemente incoerente e incompreensível. Se não o faz, não pode existir como conhecimento científico vivo." RAFFESTIN, Claude (1980). *Por uma geografia do poder*. Tradução: M. C. França. São Paulo, 1993. p. 268-269.

parte de toda relação não como uma “mão invisível”, pairando sobre as ações, mas de forma imanente, sem “pré-juízo” moral sobre o poder, como se a ele estivesse associado o mal ou o bem. Numa ação solidária orgânica o poder, imanente à ação, é constitutivo do vínculo de solidariedade. Numa ação comunicativa, trata-se do poder da racionalidade em busca do entendimento mútuo; porém numa ação fundada na razão de dominação, o poder se estabelece visando limitar o campo de relações aos valores de juízo da razão econômica.

Interessa-nos observar na geografia proposta por Raffestin como a questão do poder vai participar do processo espacial, da organização territorial. Para Raffestin (1993: p. 54) *“... a energia e a informação sempre estão presentes simultaneamente em toda relação. A troca verbal, a relação oral, não é puramente informacional, pois é necessário uma quantidade de energia para que a comunicação tenha lugar. O laço entre o poder e o saber é evidente, mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se sempre de combinação das duas. O espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação.”*

O poder é realizado por uma combinação variável de energia e informação. *“... A energia pode ser transformada em informação, portanto em saber; a informação pode permitir a liberação de energia, portanto de força. O poder também é, nessas condições, um lugar de transmutação.”* (Raffestin, 1993: p. 56)

No nível global e no âmbito do Estado, o exercício do poder tem como forte atores sintagmáticos³ os governos dos países ricos, os organismos supra-nacionais dominados pelos países ricos e, por fim, mas não por último, as grandes corporações “transnacionais”. Não por coincidência, as sedes destes conglomerados situam-se, em sua grande maioria, nos países capitalistas mais ricos do mundo. Transnacional pode ser sua ação, mas trata-se de forte processo concentrador de riqueza.

Entre estas duas escalas, da microfísica do poder e das práticas globais, estabelecem-se interações mediadas pelas organizações, estatais ou não, em escalas diversas, nacionais, “regionais”, municipais, etc. No nosso entender tais relações são dialéticas, não ocorrem simplesmente de “baixo para cima” como uma leitura apressada de Foucault e Deleuze poderia sugerir;

³ *“... O ator sintagmático manifesta, com precisão, a idéia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para ‘produzir’, lato sensu, uma ou várias coisas [...] o ator sintagmático articula momentos diferentes da realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. Esses atores sintagmáticos são, portanto, constituídos por atores-indivíduos que se integram ou são integrados num processo programado [...] Todos os atores sintagmáticos estão engajados num complexo jogo relacional...”* RAFFESTIN, Claude (1980). *Por uma geografia do poder*. Tradução: M. C. França. São Paulo, 1993, p. 40-41.

nem tão pouco são determinadas de “cima para baixo” como uma visão economicista, althusseriana ou não, tenderia a enxergar.

Segundo Milton Santos (2000: p. 38), na atual forma de globalização, o domínio e a maneira com que a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro como motor da vida econômica e social são “... *duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos - isto é, dos globalitarismos - a que estamos assistindo.*” Como violências são formas de poder, que operam transversalmente às escalas espaciais, introjetadas nas práticas culturais, ainda que de forma diferencial a cada cultura nacional ou local.

No mundo presente, da unicidade técnica e da hegemonia econômica capitalista, instala-se, ao mesmo tempo, uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia e, sob as mesmas bases, uma psicofera. Conforme Milton Santos (1996: p. 204) a tecnosfera se adapta aos ditames da produção e da distribuição e geralmente traduz interesses distantes, substitui o meio natural ou técnico que a precedeu, adere ao lugar como uma prótese. A psicofera “... *também faz parte deste meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas - tecnosfera e psicofera - são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar [...] Tecnosfera e psicofera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território.*”

A psicofera, fornecedora de regras de racionalidades, apoia e muitas vezes antecede a expansão do meio técnico-científico-informacional. A tecnosfera se concretiza no território com maior facilidade dada a aceitação dos padrões ditados pela psicofera. Tais padrões são formulados a partir de elementos da instância econômica combinados à instância cultural, introjetados nas ações e nos valores, no mundo vivido, no cotidiano. Sem a psicofera, o uso e a expansão da tecnosfera no território seria muito menos eficaz.⁴

⁴ Cf. também SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 46-47.

Razão e poder na organização do território megalopolitano

"...Aqueles que estão em condições de exercer o poder inventam, então, um território organizado."
Claude Raffestin (1993: p. 197).

Território: razão de dominação e poder

Para Milton Santos o território usado é o espaço.⁵ O célebre geógrafo sempre destinou maior atenção nos seus trabalhos teóricos à categoria espaço, objeto primeiro da geografia. Isto não significa que o território não se constitui em elemento importante de seus estudos; ardoroso defensor da idéia de que não se pode pensar a sociedade sem o espaço, sempre colocou a importância do território para que se compreenda a formação sócio-espacial. Não há como pensar politicamente o país sem incluir o território. A formulação de um projeto para a sociedade brasileira não pode, ou não deveria, renunciar ao território.⁶

"O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população..." (Milton Santos, 2000: p. 96-97)

Para Armando Corrêa da Silva (1986b: p. 29) o território é a terceira categoria geográfica, logo após o espaço e o habitat. A um território sempre está associada uma população: *"... a população vive em um território de que tem domínio e posse..."* O território, ao ser um espaço dominado e possuído, leva necessariamente ao estabelecimento de relações de poder que implicam no estabelecimento de limites, de fronteiras, sejam elas de recursos, étnicas, militares ou políticas. Com o surgimento dos Estados nacionais, ao

⁵ SANTOS, Milton. Conferência proferida em 13 de outubro de 1996 no Encontro Internacional "O mundo do cidadão: um cidadão do mundo". São Paulo, inédito, 1996.

⁶ Id. Os limites da globalização. Entrevista a Éride de Moura e Mário Pini. *AU (Arquitetura e Urbanismo)*, São Paulo, n. 71, p. 57-59, abr./maio 1997.

território implica um Estado e, portanto, ao surgimento de relações de poder mais complexas, envolvendo a escala das nações.

Claude Raffestin, em *Por uma geografia do poder*, detém-se profundamente na conceituação de território. Para ele a principal categoria geográfica. Ao contrário de Milton Santos, Raffestin não centra sua reflexão na questão do espaço, aliás afirma uma noção de espaço bastante elementar, como receptáculo.

Para Raffestin (1993: p. 150-151) a prática espacial se traduz por uma produção territorial, por mais simples que seja a sociedade, gerando sistemas de malhas, nós e redes que se imprimem no espaço, constituindo o território. Realiza-se, desta forma uma diferenciação funcional comandada pelo princípio hierárquico, contribuindo para ordenar o território diante do valor dado pelos indivíduos ou grupos às suas diferentes ações.

“Esse sistema de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permite ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permite realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder...” (Raffestin, 1993: p.151)

Está implícito ao território a noção de limite que *“... mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis [...] Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente, ou ainda, manifestar um poder numa área precisa...”* Raffestin (1993: p. 153)

Ao território está relacionado sempre a noção de domínio e poder. A razão de dominação, substituindo a fé religiosa e o sistema de privilégios do antigo regime, possui no território um elemento fundamental para seu estabelecimento e disseminação. O território se constitui em elemento estratégico para a manutenção e expansão do domínio dos atores econômicos hegemônicos.

Diante das transformações contemporâneas, torna-se crescente a prática territorial que ultrapassa as fronteiras entre países, notadamente dos agentes hegemônicos, das grandes corporações capitalistas. Tal prática implica no estabelecimento cada vez mais forte de instituições supra-nacionais, dominadas pelos países ricos. Este novo quadro mundial, como demonstra Milton Santos (1996, 2000) não suprime a importância dos Estados. Para a crescente globalização dos mercados, faz-se necessária a imposição crescente de normas que viabilizam o fluxo cada vez mais especulativo do capital internacional e mesmo para a valorização do capital produtivo

corporativo. Tais normas são impostas pelos governos nacionais (mais ou menos reféns do grande capital) aos respectivos países. Para a fluidez do capital produtivo, para sua propalada flexibilidade pós-fordista, exige-se das nações altos investimentos em fixos no território. Assim os governos nacionais são atores fundamentais para a globalização excludente e perversa (destituída de finalidade humanística) do presente. A fraqueza do Estado tem se verificado apenas no atendimento das demandas sociais.

O poder se espacializa, "...o poder é o poder de decidir onde usá-lo..." (Milton Santos, 1994b: p. 176). Mascaram-se, pelas ideologias associadas do neo-liberalismo e da globalização, os interesses cada vez mais fortes de exploração do território, transformado em meio técnico-científico-informacional.

"Hoje o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói." (Milton Santos, 1994b: p. 94)

Maria Adélia de Souza (1994b: p. 26) nos lembra que um Estado-Nação é constituído essencialmente por um território, um povo e a soberania. Para o Brasil, seu território, com 8,5 milhões de km², se constitui em importante "moeda" para uma participação mais forte no espaço global, no século que se inicia. Entretanto tal vastidão territorial tem se prestado menos aos interesses da sociedade brasileira e mais à elite brasileira e aos capitais internacionais. A nação não se dá conta de sua extensão enquanto diferencial perante os "pequenos" países do velho continente a quem tanto procura se espelhar, de forma quase caricatural. Não se trata, evidentemente, de voltar ao discurso de Campos Sales, quanto à vocação agrícola do país, mas não podemos reduzir a noção de recursos somente aos que nos são escassos.

O território megalopolitano: o poder da razão de dominação na sua organização

A nodosidade leva à questão da centralidade e, por conseguinte, da marginalidade. Conforme afirma Raffestin (1993: p.188): "... *Centralidade e marginalidade se definem uma em relação à outra e são especificamente relacionais, ou seja, podem se inverter no território, sem que o mecanismo seja questionado... Nodosidade, centralidade e marginalidade estão ligadas pelos atores que as fazem e desfazem...*" Esta dinâmica está sujeita à natureza

inercial do sistema de objetos que compõe o espaço, à "inércia dinâmica" do território.

Em virtude de sua formação sócio-espacial, desde o último quartel do século XIX, com o café, o estado de São Paulo passa a capitanear a economia brasileira. O Rio de Janeiro, como capital do país até 1960, se mantém como um dos centros mais importantes de produção e difusão cultural até o presente. Brasília, com pouco mais de quatro décadas de existência, ainda é pouco mais que o local legal do exercício do poder federal. Não se estabeleceu ainda no Distrito Federal um estamento burocrático que se identifique efetivamente com a cidade.

Tem-se, entre Rio de Janeiro e São Paulo, os maiores elementos de centralidade do país. Somente as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo somadas às regiões administrativas de Campinas e Ribeirão Preto detinham 61% do valor de transformação industrial do país (Faissol e outros, 1987, citado por Milton Santos, 1994c). Sob o ponto de vista econômico, embora os anos noventa tenham sido de relativa descentralização econômica (a indústria paulista cresceu, na década, apenas 15%, menos que a média nacional - 22%), a participação do Estado de São Paulo no PIB do país continua muito expressiva - 35,4% em 1997. Na mesma data, somente o PIB das três regiões metropolitanas do estado (São Paulo, Campinas e Baixada Santista) correspondia a 22,5% do PIB brasileiro.⁷

As centralidades contemporâneas impõem uma ordem, uma violência aos demais pontos do território que se marginalizam. A dispersão das unidades de produção industrial pelo mundo não rompe estruturalmente com a importância dos centros urbanos do período industrial fordista. O fazer se dilui mas o mandar se concentra, as empresas ditas transnacionais tem suas sedes em locais bastante específicos, por mais que se alardeie as maravilhas da informática e das telecomunicações. "... À dispersão visível corresponde uma concentração, senão invisível, ao menos dificilmente apreensível. Os sistemas de intenções e de ações são controlados a partir de uma 'capital' ou centralidade. O quadro espaço-temporal do local de produção não é autônomo, depende do centro de decisão." (Raffestin, 1993: p. 194).

Os grandes centros financeiros não apenas são os responsáveis pelo movimento do capital especulativo como acabam por atrair a sede de inúmeras empresas dos diversos setores da economia. A título de exemplo, para a cidade de São Paulo transferiram-se, somente no primeiro semestre de 1990, as sedes do Citibank, Banco Francês e Brasileiro, Unibanco e Garantia (vindos do Rio de Janeiro) e da *holding* da FIAT, vinda de Belo Horizonte (Milton Santos, 1994c: p. 29).

⁷ EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S.A. - EMPLASA. *Metrópoles em dados*. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/metrodados>>. Acesso em: 29 ago. 2001.

A cultura também possui uma dinâmica em que se estabelecem centros dominantes e áreas marginalizadas: a informação chega e parte em maior densidade destes centros que dos demais locais. A "capital cultural" detém um controle sobre o conjunto dos instrumentos de informação e sobre a própria informação. No caso da megalópole brasileira, suas principais metrópoles vão ser a sede da maior parte das mais importantes empresas e instituições ligadas à produção cultural e científica de âmbito nacional e da rentável indústria cultural.

As principais redes nacionais de televisão - Rede Globo e SBT - tem suas sedes respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os quatro jornais impressos verdadeiramente nacionais são, dois a dois, paulistanos e cariocas. No âmbito da comunicação informatizada, o Brasil já ocupa 13º lugar entre os países com maior número de computadores ligados à Internet (dezembro de 2000). O Estado de São Paulo possuía, em janeiro de 2000, 55,4% dos domínios (sites e endereços eletrônicos na rede Internet) no país, o Estado do Rio de Janeiro, 13,4%; aparecendo em terceiro, Minas Gerais com 6,7%; vindo a seguir os três estados da Região Sul; o Distrito Federal ocupava o sétimo lugar, à frente, entre outros, dos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará.⁸ O Estado de São Paulo concentra mais da metade de toda a produção científica do país; estando na Capital o principal *campus* da principal universidade brasileira (USP) e, em Campinas, o da segunda universidade paulista em produção científica (UNICAMP).

A inércia dinâmica do espaço não impede o surgimento de novas centralidades, mas pouco se observa, em dimensão absoluta, o declínio dos principais centros globais ou nacionais. Com freqüência os núcleos mais novos estão profundamente relacionados com os anteriores, reforçando sua importância.

Tem-se um quadro territorial de superposição de fenômenos urbanos: a megalópole não anula as metrópoles iniciais. Trata-se de processo bastante distinta ao ocorrido de maneira geral na metropolização verificada nas capitais de estados brasileiros. Nestas metrópoles, ao se estabelecer a conurbação, fortalece-se o terciário da capital em detrimento das atividades terciárias dos municípios vizinhos, que quase sempre se deterioram com a implantação industrial, com o inchamento demográfico, com a "exportação de periferias" do município principal.⁹

Para a escala global, a megalópole constitui-se numa centralidade, para a escala nacional, numa densa região urbana. No âmbito de seu território, a Megalópole do Sudeste do Brasil apresenta-se como um sub-espaço heterogêneo, fragmentado e segregador, organizado para atender às

⁸ Segundo dados brutos da FAPESP in: *Folha de São Paulo*, 29.03.2000, caderno: FolhaInformativa, p. 11.

⁹ Para os casos das metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre, cf. VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

lógicas das grandes corporações. Seja pela tecnificação do meio - redes de transporte,¹⁰ infovias, telecomunicações, energia elétrica, Tc - seja pelo sistema de créditos,¹¹ de normas, de formação de mão-de-obra, e pela produção técnico-científica.

A razão global, das grandes corporações transnacionais, permite o domínio do território a partir do domínio da informação. Os espaços de maior densidade técnica-científica-informacional, como o megalopolitano, se constituem em *locus* privilegiado para a ação dos atores globais. Não são pequenos os impactos nas estruturas preexistentes, na destruição de solidariedades locais anteriormente estabelecidas.

No território megalopolitano, o fenômeno da industrialização desencadeia a instalação precária da população atraída pela oferta (menor que a procura) de empregos. Tem-se uma forte expansão da área urbana mal equipada, formada por loteamentos de periferia, conjuntos habitacionais, favelas e invasões organizadas. Tal fenômeno, antes restrito às áreas metropolitanas, vem se constituindo regra no território megalopolitano, estando presente nas metrópoles; nos centros industriais importantes como Sorocaba, São José dos Campos e Volta Redonda; ou mesmo em pequenos municípios que participam de forma periférica da megalopolização, como Nazaré Paulista ou Monte-Mor. Também atinge, de forma expressiva, municípios turísticos de grande apropriação pelos estratos de renda média e alta, como Guarujá, Parati e Campos do Jordão. Dissemina-se uma precariedade de urbanização em inúmeros fragmentos do território megalopolitano, expressão espacial de um desenvolvimento desigual e combinado.

¹⁰ A ação do Estado no aparelhamento do território a serviço do capital e da elite, mais do que da enorme maioria da população, assume no presente proporções incontestáveis. Vide, por exemplo, os investimentos recentes nos sistemas viários voltados mais aos automóveis e caminhões que aos transportes coletivos. Para a metrópole de São Paulo a implantação do rodo-anel, além de melhorar a circulação de cargas e automóveis, constitui-se em importante ação para a especulação imobiliária. No Rio de Janeiro os investimentos para a implantação das vias expressas (linhas Vermelha e Amarela) superaram, na mesma época, os investimentos de expansão do metrô, melhorando, entre outras, a acessibilidade dos novos bairros ricos (locais de maiores investimentos imobiliários) ao Aeroporto Internacional. Em Campinas, rapidamente se abandonou a implantação de um sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e, com as privatizações nos sistemas ferroviário e rodoviário, extinguiu-se a maior parte do transporte ferroviário de passageiros, ao passo que se aceleram obras rodoviárias.

Csaba Deák (1999) aponta para a possibilidade de dotar a Região Metropolitana de São Paulo de uma rede satisfatória de metrô. No entanto, nem o recente Plano Integrado de Transportes Urbanos (PITU) para a metrópole de São Paulo deverá se viabilizar a médio prazo, diante da manutenção das políticas neo-liberais que continuam sendo implantadas no país. DEÁK, Csaba. Elementos de uma política de transportes para São Paulo. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 313-339.

¹¹ O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) deveria voltar a sua denominação original (BNDE) se tomássemos como parâmetro sua carteira de créditos: mais de 95% do volume de empréstimos é voltada às grandes corporações, inclusive às empresas transnacionais.

Poder e lugar: uma dimensão simbólica do espaço

Alguns lugares se constituem em pontos estratégicos do território para o exercício do poder. Nos países cêntricos do sistema capitalista, as denominadas cidades globais são os locais de decisão de investimentos produtivos e especulativos. Nos países periféricos, são portas de entrada para o capital internacional, verdadeiras "cabeças-de-ponte" do capital especulativo global.

Pela razão de dominação, estabelecem-se relações de poder na organização territorial da megalópole. De forma distinta, mas inter-relacionada, o poder se manifesta na produção de símbolos, no intuito de fortalecer a imagem de uma determinada organização. O espaço constitui-se num dos campos propícios para a constituição de símbolos do poder, dada sua natureza inercial possibilita sedimentar certas associações entre a imagem e a organização. Tal memória, como em qualquer outra relação social, estará, por certo, sujeita a novas interpretações diante do movimento social. O lugar, em sua dimensão simbólica-comunicativa não se presta, evidentemente, somente para a produção de símbolos do poder mas pode revelar uma série de práticas sociais, constituindo-se, então, em potência para a tomada de consciência, conforme discutiremos na Segunda Parte da tese. Aqui interessa-nos discutir o lugar como uma dimensão simbólica do espaço a serviço da legitimação do poder.¹²

Na antigüidade greco-romana a fundação de uma cidade (associação religiosa e política das famílias e das tribos) e de sua urbe (local de domicílio, de reunião e do santuário desta associação - cidade) era sempre cercada de práticas rituais (simbólicas) que objetivavam garantir o pacto de união entre os futuros cidadãos. Estabelecendo deuses comuns à cidade, evitava-se o embate entre tribos ou frátrias de práticas diferentes que, por acordo, participavam da fundação de uma cidade e da construção de sua urbe. Tal acordo, conforme Fustel de Coulanges (1998 [1864]: p. 115) demandava maiores esforços que a própria construção material da urbe.

¹² Sobre a importância da dimensão simbólica do espaço cf. ELIADE, Mircea (1957). *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Tradução: Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. . No âmbito da geografia crítica, vale citar CORREA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995. No domínio da geografia da afetividade devem ser lembrados os trabalhos de TUAN, Yi-fu (1974). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1980. Idem. (1977). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

Os templos na antigüidade clássica tinham, na urbe, portanto, um significado religioso e político, manifestação do poder dos cidadãos fundadores da cidade. Na medievalidade as catedrais góticas em toda sua monumentalidade não deixavam dúvidas do poderio da Igreja no controle da vida urbana. De forma análoga, procuram as construções palacianas no barroco expressar o poderio do estado absolutista. Aos arquitetos, desde aqueles tempos cabia simbolizar em pedras o poder de papas e monarcas.

O urbanismo dos traçados, desde Hipódamus, constitui-se na arte da ordem urbana, buscando enaltecer as instituições mais prestigiosas, o Estado e a Igreja. Na Renascença, quando possível, as vias retilíneas enfatizavam a perspectiva para algum edifício importante a qual associava-se uma praça, permitindo admirar a arquitetura e a instituição ali representada (Estado ou Igreja). Max Weber define cidade como sede do poder e não como simples resultado do crescimento de um aglomerado de casas e estabelecimentos comerciais. As capitais ou cidades reais como Versalhes, Washington, Brasília, Palmas, Chandigar e Camberra, ou as reformas urbanas promovidas por Haussmann em Paris, a despeito das profundas diferenças nas respectivas formações sócio-espaciais tem em comum uma ordenação urbanística rígida, um traçado estruturado por eixos monumentais, enfatizando o poder do Estado.¹³

A dimensão simbólica do espaço, no nível do lugar, constitui-se em elemento estratégico aos atores dominantes. Os lugares e neles as edificações associadas aos "espaços livres públicos" podem expressar o poder de instituições ou empresas. Desta forma a disputa pelos lugares tidos como mais importantes no imaginário coletivo privilegiará os atores sintagmáticos mais fortes. A inércia dinâmica do espaço contribui, desta maneira, para a relativa manutenção do poder dos diferentes atores.

¹³ Interessante crítica ao urbanismo moderno, como forma de manifestação do poder, pode ser vista em HALPRIN, Lawrence. *The RSVP Cycles: Creative Processes in the Human Environment*. Nova York: George Braziller, 1969. Também: SANTOS, Carlos Nelson dos. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto; Niterói: EDUFF, 1988. Sobre os efeitos desastrosos para as cidades do planejamento urbano moderno de matriz corbusiana cf. JACOBS, Jane (1961). *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Sobre a crítica ao planejamento urbano como instrumento ideológico a serviço das elites cf. VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-243. Também: ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

Uma questão de método: o espaço como símbolo

Ao menos desde Marx dos *Grundrisse*, a produção de mercadorias não pode mais ser entendida somente pelo processo estrito da produção, mas inclui a circulação, distribuição e o consumo. De forma análoga, se desejamos compreender a produção do sistema de objetos constituintes do espaço, dentro do modo de produção capitalista, torna-se necessário, compreendermos não só a produção propriamente dita do referido sistema de objetos, mas também sua apropriação pelos indivíduos em sociedade. Neste sentido, a apreensão do espaço pelo indivíduo (entendido como ator social) deve ser estudada; é ela um dos elementos fundamentais para o sistema de ações constituinte do espaço.

A apreensão do espaço não pode, segundo Harvey (1994: p. 206), ser compreendida independentemente da ação social. Desta forma rejeita-se a possibilidade de uma linguagem espacial independente (universal, a-temporal e estrutural). A linguagem não é necessariamente objeto de estudo exclusivo da semiótica peirceana ou da semiologia saussureana. Reconhecer o espaço também como linguagem não implica, necessariamente, em recorrer a uma análise semiótica *stricto sensu*.

Como exemplo de um referencial analítico de base materialista dialética para o espaço, também como linguagem, Harvey (1994: p. 201-203) cita Lefebvre. Segundo este último, em *La production de l'espace*, podem ser identificadas três dimensões de práticas espaciais:

- As práticas espaciais materiais, "o vivido".
- As representações do espaço, "o percebido".
- Os espaços de representação, invenções mentais, "o imaginado".

Para Henry Lefebvre, as relações dialéticas entre estas três dimensões seriam o ponto essencial por meio do qual pode ser lida a história das práticas espaciais.

De forma mais incisiva e esclarecedora da contemporaneidade, discorrendo sobre o papel do símbolo e da ideologia no movimento da totalidade M. Santos (1996: p. 102-103) afirma: "*Quando num lugar a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo. É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social. Nessas condições, a totalidade social é formada por mistos de 'realidade' e 'ideologia'. É assim que a história se faz...*" e finaliza o autor: "*... a cada nova divisão do trabalho, a cada nova transformação social, há, paralelamente, para os fabricantes de significados, uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em*

que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido.”

A teoria semiótica constituiu a epistemologia mais sistemática para o estudo dos fenômenos “como” linguagem. Para a análise do espaço e sua dimensão simbólica pode-se “tomar de empréstimo” algumas categorias peirceanas sem entrar em contradição com o materialismo dialético, desde que não se perca a dimensão dialética e histórica do fenômeno.¹⁴ Inter-relacionam-se os três níveis de análise semióticos:

- sintático, análise das estruturas formais que compõem o sistema de objetos percebidos como paisagem;
- semântico; análise do sistema de significados que assume, processualmente, o espaço (sistema de objetos e ações);
- pragmático; análise do uso social do espaço, observado num contexto histórico específico.

¹⁴ Numa perspectiva de método, são particularmente importantes para os estudos do espaço da cidade, enquanto complexo de linguagens, os trabalhos de Lucrécia Ferrara. Entre outros cf. FERRARA, Lucrécia. *Ver a cidade: cidade, imagem e leitura*. São Paulo: Nobel, 1988. Idem. *Olhar periférico: Informações, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1993.

O poder e a praça

A apropriação estratégica do espaço pelos atores hegemônicos se dá também em atenção à dimensão simbólica do espaço, o espaço torna-se meio de materialização concreta da ideologia. Os lugares mais conhecidos, mais movimentados, são privilegiados, desejados por todos, mas conquistados apenas pelos atores de maior poder. Inicialmente, nas cidades brasileiras, as praças centrais eram os espaços da Igreja e das instituições públicas. Locais de festejos cívicos e religiosos, contribuindo à manutenção e legitimação do poder das instituições. As praças eram também local do pelourinho e da força como o Largo do Carmo e da Santa Cruz em Campinas. Grandes praças se prestaram a treinamento militar: Campo de Santana no Rio de Janeiro e a atual Praça da República em São Paulo. São exemplos de controle, de ordem, de exercício do poder através da representação ideológica, da opulência ou da violência.

Na Megalópole os exemplos são inúmeros, entre as praças estudadas para esta tese, quase todas as localizadas em áreas centrais de cidades se prestam para valorizar um prédio institucional: da Praça Barão do Campo Belo em Vassouras à Praça da Sé em São Paulo, da Praça da Matriz em Itirapina à Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro, passando pela Praça Cons. Rodrigues Alves em Guaratinguetá ou Visconde de Mauá em Santos. As praças mais antigas quase sempre adros de Igrejas, as vezes associadas também às Casas de Câmara e Cadeia; as de um século ou menos oscilam entre largos de Igrejas ou praças ligadas a prédios públicos, prefeituras, teatros, escolas ou fundações, museus e hospitais.

As praças podem ser associadas à fundação de grande parte das cidades brasileiras. Apenas alguns exemplos no território megalopolitano: o Pátio do Colégio em São Paulo, os largos do Carmo em Campinas ou no Rio de Janeiro, as praças da Matriz em Itu, Jaú ou Santana de Parnaíba, a atual Praça Cândido Motta em Caraguatatuba e a Praça Prudente de Moraes em Indaiatuba.¹⁵

¹⁵ O poder de estruturação e caracterização das imagens das cidades, sobretudo de pequeno e médio porte, a partir de suas praças e dos edifícios institucionais a ela associados pode ser observado em várias cidades. Um exemplo: a cidade de Nazaré Paulista (14,4 mil habitantes em 2000) teve sua área urbana restrita, até os anos 70 do século passado, a uma ocupação parcial de um morro, sem atingir sua base. Em cotas sucessivamente mais baixas encontram-se três praças: no topo mais alto do morro, a praça da igreja matriz; em cota intermediária da encosta, o largo da prefeitura e, a mais recente, ocupando um topo secundário, constitui-se numa praça retangular onde se implantou a escola pública.

Os privilegiados locais centrais são objeto do desejo também das empresas. As praças centrais das cidades que compõem o território megalopolitano estão entre os lugares mais valorizados das respectivas cidades. Situação diversa encontra-se nos núcleos metropolitanos, onde vem ocorrendo deslocamentos crescentes das atividades do terciário superior para "novas" áreas específicas do tecido metropolitano. Fenômeno similar se apresenta em grandes cidades, sobretudo acima de 500 mil habitantes, onde o comércio voltado aos estratos médios e altos vem se localizando preferencialmente em *shoppings centers*.

Mesmo nas maiores cidades da megalópole, São Paulo e Rio de Janeiro, encontram-se, em praças centrais, importantes instituições financeiras. Em São Paulo, na Praça Antonio Prado situa-se a sede do Banespa e o edifício do Banco do Brasil; a Bolsa de Valores de São Paulo, de longe a mais importante do país mantém-se no Largo do Café, assim como a Bolsa Mercantil de Futuros. No Rio de Janeiro estão no Largo da Carioca a sede nacional do BNDES, a maior instituição do setor no país, e o edifício do Banco do Brasil; junto à Praça XV de Novembro, localiza-se a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. No que tange ao comércio varejista, em São Paulo, por décadas, o mais movimentado magazine do país situava-se na Praça Ramos de Azevedo; hoje, no imponente edifício ao lado (ex-sede da "Light") tem-se o maior *shopping center* do centro de São Paulo. Em Campinas, a Praça Rui Barbosa, atrás da Catedral, concentra nada menos que quatro grandes magazines de redes nacionais e internacionais.

Nas praças centrais das cidades de médio e pequeno porte, do território megalopolitano, encontram-se, com freqüência, o comércio mais dinâmico e as principais agências bancárias. Este é o caso, entre outros, da Pça. Barão de Araras em Araras, Pça. José Bonifácio em Piracicaba, Pça. Prudente de Moraes em Indaiatuba, Pça. D. Epaminondas em Taubaté, Pça. Cons. Rodrigues Alves em Guaratinguetá, Pça. Toledo Barros em Limeira, Pça. Cândido Motta em Caraguatatuba e Pça. Demerval Barbosa Moreira em Nova Friburgo.

Também a cultura oficial (da elite) tem nas praças um local privilegiado para a instalação de seus edifícios. São teatros e bibliotecas municipais, centros culturais e museus que fazem parte da imagem pública geral das cidades, muito embora suas programações quase nunca atinjam a maior parte da população. A "alta" cultura tem em seus edifícios de exposição e apresentação um elemento que contribui para a manutenção de seu *status*, para uma imposição de valores culturais, nem sempre compreendidos pelas próprias elites locais.

No território megalopolitano, estas situações são mais freqüentes a partir dos municípios de porte médio, acima de 100 mil habitantes, como em Limeira, com o cine-teatro Vitória na Pça. Toledo Barros, ou Americana, com a Biblioteca Municipal e o Museu de Arte Contemporânea de Americana, na Pça. Comendador Müller. Nas grandes cidades não conurbadas aos núcleos

metropolitanos, tem-se, por exemplo, em Sorocaba, a Oficina Cultural Grande Otelo na praça do "fórum velho"; ou em Ribeirão Preto, com o Teatro Pedro II (terceiro maior teatro de ópera do país) na Pça. XV de Novembro.

Nos grandes centros metropolitanos a situação mais notável encontra-se no Rio de Janeiro, fruto do período em que a cidade desfrutava dos privilégios de ser capital do país. No contexto de transformações implementadas por Pereira Passos, edificou-se na Avenida Central (atual Av. Rio Branco) junto à Praça Marechal Floriano, o monumental complexo de edifícios culturais: a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Teatro Municipal (o maior teatro de ópera do país). Em São Paulo, no mesmo período, edifica-se o Teatro Municipal junto à Praça Ramos de Azevedo e, já no Estado Novo, a Biblioteca Municipal é instalada dentro da Pça. D. José Gaspar. Em Campinas, o Teatro Municipal, demolido nos anos 60, era o foco da Pça. Rui Barbosa. o Centro de Convivência, edificado nos anos 70, ocupou a Pça. Imprensa Fluminense, destruindo o antigo passeio público.

As praças centrais das cidades megalopolitanas são não apenas locais que se prestam para expressar simbolicamente o poder (religioso, governamental, do capital financeiro ou cultural da elite) mas fortes símbolos das próprias cidades. Desta forma reforçam o poder "subliminar" das diferentes organizações que se estabelecem no seu entorno imediato, sejam quartéis gerais, igrejas, museus, instituições financeiras ou cadeias de *fast-food*.

Da igreja à prefeitura: a Praça Barão de Campo Belo e a Praça Visconde de Mauá

Duas cidades, histórias marcadas pelo café: Vassouras e Santos. Duas praças constituídas em diferentes momentos para enaltecer o poder: em Vassouras, a Igreja; em Santos, a Prefeitura.

O café levou ao apogeu ambas as cidades, passou rápido pelo Vale do Paraíba, deixando Vassouras, perdida no tempo. A cidade, com a economia do café fundada ainda no trabalho escravo, viu-se rapidamente endinheirada, em condições de imitar hábitos urbanos da corte nos meados do dezenove. O rápido esgotamento das terras diante da expansão "nômade" inicial do café pelo Vale, levou Vassouras, assim como tantas outras cidades do Paraíba, a um estado econômico letárgico. Esta condição, sem crescimento ou mudança, permitiu à cidade preservar seu núcleo histórico inicial, mantendo-se a Praça Barão de Campo Belo com seu desenho do século XIX.

Em 1836 já se fundara a vila em função do prestígio dos barões locais. Demarca-se um largo diante da antiga capela. Em 1852 inaugura-se a

Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição e a Praça da Concórdia (atual Pça. Barão de Campo Belo), projetadas como grande marco da urbanidade nascente (M. Vale, 1999).

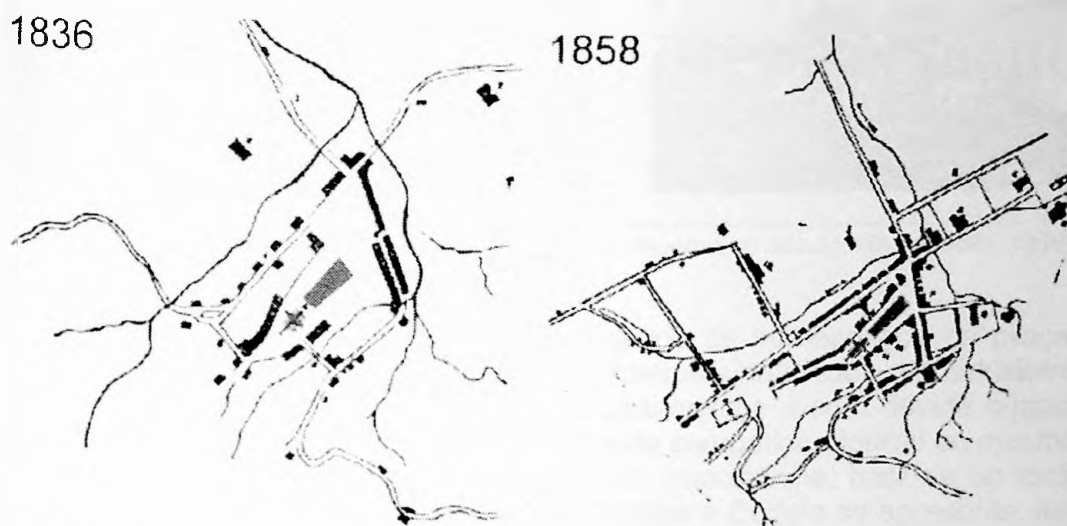


Fig. 2 e 3. Localização da Matriz e formação da Praça da Concórdia: cartas de 1836 e de 1858 (M. Vale, 1999).

O entorno da praça contém, até o presente, conjunto de casario de inspiração neoclássica (sofisticação trazida da corte). Em situação bastante subalterna à Matriz, em extremidade lateral da praça, estava em construção, à data da inauguração da praça e da igreja, a Casa de Câmara e Cadeia (atualmente ocupada pela Prefeitura Municipal).

A praça, desde sua inauguração, contava com ajardinamento em linhas geométricas com forte caráter monumental, dado pelo plantio de palmeiras-imperiais em seu perímetro, pelo eixo axial de simetria que enfatiza a relação da praça com a Igreja Matriz e pelo marcante chafariz, situado, evidentemente, no referido eixo longitudinal. O jardim obedece um traçado de inspiração neoclássica, com provável influência do primeiro desenho do Passeio Público do Rio de Janeiro, ainda do século XVIII, de autoria de Mestre Valentim.¹⁶

¹⁶ Com muita frequência se atribuem os jardins realizados no Brasil sob o estilo neoclássico à influência francesa, no entanto, em concordância com Cláudio Roberto y Goya, acreditamos mais apropriado afirmar que nossos primeiros jardins neoclássicos sejam diretamente relacionados aos jardins portugueses, afora a experiência holandesa realizada em Pernambuco, ainda no século XVII. Os jardins públicos de influência mais propriamente francesa são, no país, com frequência mais jovens que a praça de Vassouras, realizados a partir do notável trabalho de Glaziou no Rio de Janeiro e imediações. Glaziou trabalhara na França com Alphand, o principal responsável pelos importantes projetos de parques parisienses na reforma de Haussmann. Os jardins de Glaziou no Brasil, embora possuam estrutura de traçado bastante hierarquizado, privilegiando eixos centrais, ao gosto francês, são também caracterizados, como na obra de Alphand, pela sinuosidade, típica solução dos jardins



Fig. 4 e 5. A Praça da Concorórdia no decorrer do século XIX (M. Vale, 1999).

A ortogonalidade de acessos define os sub-espacos da praça. Busca-se regularizar pelo traçado e pelos canteiros ajardinados o quadrilátero irregular do perímetro da praça. O principal sub-espaco é sem dúvida o mais próximo à Matriz. À boa distância deste, evitando competição formal ou mesmo de uso, encontra-se o segundo sub-espaco em importância, trata-se do local nucleado pelo chafariz. Diante da Casa de Câmara e Cadeia se apresenta, em cota altimétrica inferior, o terceiro sub-espaco em importância formal. Tem-se, pois, um desenho bastante hierarquizado, não deixando dúvida do poder maior: a Igreja.

O sistema de objetos da praça poucos acréscimos sofreu desde sua inauguração a um século e meio atrás. O piso continua em areia, a estrutura de plantio não se alterou. O mobiliário urbano atual é discreto, não conflita nem imita o passado: bancos de madeira e metal; luminárias em postificação moderna, metálica, iluminam de forma intensa o lugar, pouco freqüentado, à noite.

A coerência de linguagem, o eixo longitudinal e o plantio das *Roystoneas oleraceas* dão unidade ao "espaco livre", caracterizado, também, pelo harmonioso casario do entorno. Tudo isto confere à praça uma situação imponente e sofisticada até o presente. O local é o marco referencial mais importante na paisagem da cidade.

A praça, como espaco (presente), constitui-se na "sala de visitas" da cidade, apresenta manutenção acima da média dos demais "espacos livres públicos" de Vassouras. Trata-se de local mais para ser apreciado que efetivamente usado cotidianamente. Seu uso maior se dá aos domingos, na saída da missa. Esporadicamente, se presta a eventos cívicos promovidos pela municipalidade, desfiles em via lindeira, diante da Prefeitura. A praça é

européus da segunda metade do século XIX, com forte influência dos jardins desenvolvidos na Inglaterra desde o século XVIII. O ajardinamento da Praça da Concorórdia em nada se aparenta às "soluções francesas" trazidas ao Brasil por Glaziou. Cf. GOYA, Cláudio Roberto y. A história ou fábulas dos jardins brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA, 1996, São Paulo. *Anais*. São Paulo: UNIMARCO, 1996. p. 125-130.

símbolo do poder religioso e, secundariamente, do Poder Público. Elemento referencial da ordem estabelecida, evoca um passado aristocrático, um tempo de riquezas, hoje transformada em forte marca do tempo na paisagem.¹⁷



Fig. 6. A Praça Barão de Campo Belo e o entorno tombado pelo IPHAN (M. Vale, 1999).

¹⁷ Vassouras, mesmo sendo cidade turística, animada por estudantes universitários, mantém sua principal praça como lugar tranquilo. Os barzinhos onde se reúnem os jovens se localizam numa rua conhecida como "Brodway", longe da Matriz e sua praça.

São Vicente, a primeira vila brasileira, cedo viu-se superada por Santos, fundada na mesma ilha, em local mais propício a instalações portuárias. O porto de Santos destacou-se como o principal da capitania. A partir da expansão da economia cafeeira em território paulista transformou-se no principal do país. Com o café, Santos torna-se também importante centro de serviços, inclusive financeiros. No fim do século dezenove, com o declínio de Campinas diante da febre amarela, Santos constituiu-se na segunda praça bancária do Estado de São Paulo, logo após a capital. Mesmo com a crise de 1929, a cidade já contava com uma estrutura portuária e urbana que lhe permitiu continuar o crescimento, na fase de industrialização da economia brasileira.

Com a valorização do uso da praia para o ócio, no século XX, Santos se torna o principal balneário paulista nos meados do século passado. Sem perder a importância portuária, a cidade agrega esta nova função, beneficiada que foi pelo plano de saneamento de Saturnino de Brito no início do século XX. A intensa ocupação nos anos 70 torna suas praias impróprias para banho. Nos anos 90, com o relativo sucesso de saneamento, as praias voltam a se colocar como principal espaço do ócio em Santos.

O centro histórico deixa de ser o principal lugar de identidade entre os cidadãos e a cidade. A valorização imobiliária da orla da praia atraiu a população de renda média e alta, e para lá transferiu-se boa parte das atividades de comércio e serviços ligados ao consumo destes estratos sociais. O Gonzaga, a Av. Ana Costa, constituem o "centro novo" da cidade, o centro histórico original ficou relegado a "centro velho", com todas as vinculações ideológicas negativas que esta denominação pode atribuir. Trata-se de um típico fenômeno de reestruturação urbana com forte segregação sócio-espacial verificado em diversas metrópoles brasileiras seguindo interesses do capital imobiliário e das elites locais.¹⁸

Diante das limitações geográficas da ilha e das emancipações em áreas outrora pertencentes à Santos, a cidade teve seu crescimento demográfico contido. Ao mesmo tempo se iniciava um processo de metropolização da Baixada Santista, institucionalizado em 1996.

A Praça Visconde de Mauá participou de todos estes momentos da cidade de Santos. Localizada no núcleo original da cidade, teve seus momentos de glória com a primeira república e o café, amargou forte declínio com o abandono das elites do centro e hoje vê-se diante de esforços da municipalidade que busca revitalizar o lugar.

Do período colonial foram as denominações Campo da Misericórdia, Largo da Misericórdia e, já no império, em homenagem à

¹⁸ Para os casos das metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte cf. VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

coroação de D. Pedro II, em 1846, o local passou a ser denominado Largo da Coroação. Nesta data, o singelo largo recebeu um chafariz comemorativo à coroação, inaugurado oficialmente pelo imperador (Caio Manoel Fabiano, 1999). Com a riqueza e o movimento trazidos pelo café à cidade, o local foi se tornando parte da área central que se expande para além da rua do porto e se constituiu no endereço da Prefeitura Municipal. Afirmou-se como “espaço livre público” voltado ao poder institucionalizado. Neste momento passou a se denominar Praça Visconde de Mauá.

Edificou-se, nos anos 30, o monumental Paço Municipal de oito pavimentos diante da Praça Mauá. Reformou-se a praça em 1938, o novo desenho tinha como foco o Paço Municipal, o traçado obedece a um eixo longitudinal de simetria entre a praça e o paço. Tratava-se de um projeto de ajardinamento e pisos de inspiração neoclássica, bastante ao gosto do Poder Público brasileiro. No Rio de Janeiro, o Governo Federal iniciava apoio às manifestações da arquitetura moderna; no entanto, persistia nas mais diversas cidades a preferência pela imagem neoclássica para as edificações do Poder Público.

O eixo de simetria é evidenciado pelo piso que atravessa longitudinalmente a praça, ladeado por canteiros de geometria rígida. Destaca-se o desenho de piso em mosaico português branco e preto formando grandes figuras geométricas. A intenção é clara, o desenho funciona como um gigantesco “tapete de entrada” do Paço Municipal. Em 1943 foi proposta a gabaritação das edificações do entorno da Praça em altura igual ao Paço Municipal, sugeria-se, para os novos edifícios, o estilo *art-decoó*. Sob o ponto de vista da estética urbanística revelava-se uma assimilação de idéias presentes no trabalho de Prestes Maia da década de 30, quando de sua formulação dos Planos para São Paulo e para Campinas. A superação proposta dos sobrados do ecletismo da República Velha pelo *art-decoó* do Estado Novo na configuração do principal espaço cívico de Santos não foi além dos desenhos. De fato em vários momentos, vários dos antigos sobrados foram demolidos mas não se conseguiu uma harmonia de linguagem nem ao menos de gabarito de altura. Nos anos 40 a praça cumpria o papel de “espaço cívico”: local de desfiles e outras apresentações, em sintonia à ditadura de Vargas.



Fig. 7 e 8. A Praça Visconde de Mauá em eventos de 1943 (C. M. Fabiano, 1999).

A Praça Visconde de Mauá é, de fato, a praça da Prefeitura. O projeto foi sendo paulatinamente alterado, sobretudo em função da demanda, mais pisos e bancos, reduzindo o espaço dos cantanteiros. Nos anos 60, edificam-se marquises de concreto no lado oposto à Prefeitura, procurando dar um fechamento formal à praça no próprio "espaço livre", tendo em vista o descontrole de gabarito das edificações envoltórias. Nos anos 70, constróem-se sanitários semi-enterrados em forma ortogonal mas deslocada em 45° do desenho geral preexistente. Lamentavelmente os sanitários são instalados exatamente no eixo de simetria da praça, em desrespeito às intenções do desenho dos anos 30. Visando atenuar o impacto na paisagem desta "benfeitoria", nos anos 80, sobre os sanitários, edificam-se espelhos d'água em desníveis gerando pequenas quedas d'água. Novos bancos são instalados bordejando jardineiras elevadas. As reformas adotam, no geral, uma linguagem de projeto moderna em relativa sintonia com a estrutura formal inicial da praça, mantendo a linguagem geométrica e, mais que isso, a estrutura de simetria.

A vegetação arbórea adulta transformou parcialmente a praça, atenuando um pouco sua forte relação visual com o Paço Municipal. O último projeto de reforma (1997) adota alguns princípios pós-modernos. A busca por velhas relações espaciais de monumentalidade, evidenciando a Prefeitura, se reflete na intenção de substituir boa parte das árvores por palmeiras (tal atitude projetual acabou não sendo implantada). Também novos equipamentos do mobiliário urbano são desenhados seguindo uma linguagem discretamente pós-moderna: box de informações, pequenos cafés, abrigos de ônibus, buscam uma imagem que, sem imitar o passado, o evoca.

As sucessivas reformas revelam o interesse dos governos municipais em manter a praça e, muitas vezes, fazer algo que possa servir para mais uma inauguração. Trata-se também de um gesto político-ideológico que busca, "ao pé" do Paço Municipal, mostrar o zelo da administração diante das coisas públicas.

A última reforma pode ser compreendida no bojo das transformações que buscam resgatar o patrimônio histórico da área central com conseqüente valorização imobiliária. Isto, evidentemente, não vem ocorrendo apenas em Santos, mas em diversas cidades dos países ocidentais. O redesenho da Praça Visconde de Mauá, fosse ele qual fosse, entretanto está longe de poder conseguir, em si, recuperar o prestígio do lugar, dos anos 30 aos 50. O fato é que o centro de compras lazer e serviços dos estratos de renda média e alta tanto dos moradores da cidade quanto dos veranistas mudou de lugar: é na orla, e, de forma mais concentrada, no Gonzaga, que tais atividades se realizam. Mesmo as manifestações cívicas de há muito abandonaram a ordenada praça, as carreatas, os comícios, as comemorações, tem outro endereço: a Praça da Independência, na Av. Ana Costa, Gonzaga, a pouca distância da praia.

A impotência do desenho diante das dinâmicas dos deslocamentos dos lugares centrais não significa que não devam ser feitos. Estimular atividades reabilitadoras de áreas centrais podem, desde que de forma integrada, contribuir para a preservação da memória e mesmo revisão de uma dinâmica apenas pautada pelo consumo e lucro imobiliário. A manutenção dos espaços públicos em áreas centrais permite uma prática cotidiana de quem dele se utiliza, a trabalho ou não, de maior qualidade. Neste sentido, a despeito de seu fraco uso nos fins-de-semana, a Praça Visconde de Mauá vem cumprindo um importante papel: local de passagem mais agradável, de parada, de descanso, de ócio em meio ao cotidiano de trabalho do centro da cidade. Felizmente os arquitetos da PRODESAN não conseguiram retirar as árvores que ali criam um pequeno "oásis" na área central da cidade, atenuando, com suas sombras, o quente e úmido clima de Santos.

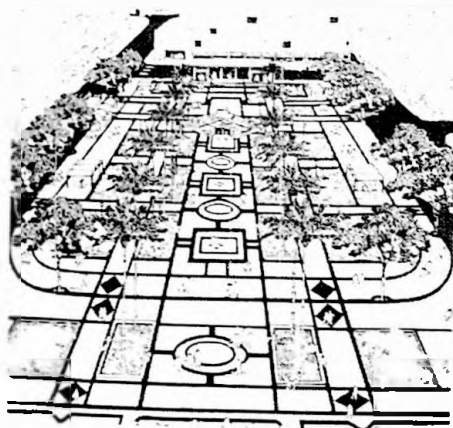


Fig. 9 e 10. Perspectiva do projeto da Praça Mauá e foto após a reforma (M. Vale, 1999).

Duas praças, duas cidades, diferenças e similaridades em síntese:

- Santos, 417,8 mil habitantes, taxa de urbanização de 100%, densidade de 1.490,5 habitantes/km² centro da Metrópole da Baixada Santista. Vassouras, 31,4 mil habitantes (Censo 2000), taxa de urbanização de 63%, densidade de 56,9 hab/km², tranqüila cidade ligada à dinâmica megalopolitana por seus atributos turísticos e pela presença de ensino superior;

- as praças comentadas constituem-se em locais importantes na imagem da cidade, sobretudo na pequena Vassouras. Em Santos, em que pese a orla da praia ser mais valorizada que a área central, ainda assim a praça, associada ao Paço Municipal, é um forte referencial urbano, menos para o turista e mais para o santista;

- a Praça Barão de Campo Belo se apresenta como imagem da ordem, da representação e ratificação do poder religioso, é a "praça da igreja". A Praça Visconde de Mauá, embora possua um desenho voltado ao Paço

Municipal, constitui-se, no presente, num espaço de uso mais informal, do cotidiano, de quem trabalha ou se utiliza do centro;

- dois desenhos de inspiração neoclássica, realizados em séculos distintos. Ambas as praças, em seu "chão e paredes", são capazes de simbolizar o poder e com isso contribuir para sua manutenção.

Do centro cívico ao centro empresarial: a praça cívica de Santo André e a praça "do" Itaú em São Paulo

Na maior metrópole da América do Sul os superlativos fazem parte da imagem da "megacidade". As manifestações espaciais do poder se estabelecem em diversas formas, os interesses e as estratégias dos diferentes atores sintagmáticos estabelece práticas espaciais muitas vezes conflituosas.

A arquitetura moderna, ou o *international style*, dela derivado, se presta ainda hoje e com grande eficiência para a expressão simbólica do poder, sejam sedes das grandes corporações ou do Poder Público. Adotando o paradigma do urbanismo moderno - edifícios isolados entre si e liberação de espaços ao pedestre entre as áreas edificadas - rompem com a mais típica solução: o edifício no lote. Os conjuntos assim realizados assumem, com frequência, visibilidade destacada na paisagem, tornando-se verdadeiras referências urbanas numa metrópole onde tal situação se constitui em exceção.

Dois expressivos conjuntos assim elaborados são o Centro Cívico do Município de Santo André¹⁹ e o Centro Empresarial Itaú Conceição

¹⁹ O município de Santo André é um dos mais importantes da Grande São Paulo. Segunda vila da Capitania de São Vicente, antecedendo até mesmo a São Paulo, Santo André teve seu desenvolvimento associado à ferrovia. Desde os tempos da São Paulo Railway Company, no século XIX, Santo André se colocou como local propício a instalação de indústrias. Com a indústria automobilística, Santo André, em conjunto com todo o ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Riacho Grande e Ribeirão Pires), se transformou no maior centro de produção automobilística do país. A dispersão industrial do período atual, que tanto marca o processo de megalopolização, tem levado a uma perda de empregos no setor industrial do ABC. Santo André apresenta situação menos dramática, principal núcleo do terciário do ABC, vem procurando se caracterizar como polo de serviços especializados, mas até o presente, isto não tem sido suficiente para evitar o empobrecimento de grandes parcelas de sua população. Com população de 648,4 mil habitantes e taxa de urbanização de 100,0 % (Censo 2000), o município viu declinar em apenas seis anos (1991-1997) seus empregos industriais de 52.142 para 36.608; no mesmo período, no setor de serviços houve crescimento de 38.536 para 55.487 empregos. Cf. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2000.

(Ceic), junto à Estação Conceição do metrô paulistano. São fragmentos urbanos que estabelecem uma outra forma de relação entre áreas edificadas e livres, bastante integradas nos dois casos; entre áreas de acesso controlado (Santo André) ou extremamente controlados (Itaú) e áreas livres públicas ou de acesso público. São projetos arquitetônicos e paisagísticos significativos, quer por sua elaboração e qualidade plástica, integrando com maestria os projetos dos edifícios e dos espaços livres; quer por se destacarem na paisagem banal, tanto do entorno quanto das situações mais encontradas na metrópole. Desta forma são espaços que contribuem positivamente como símbolo-material das instituições neles instaladas.

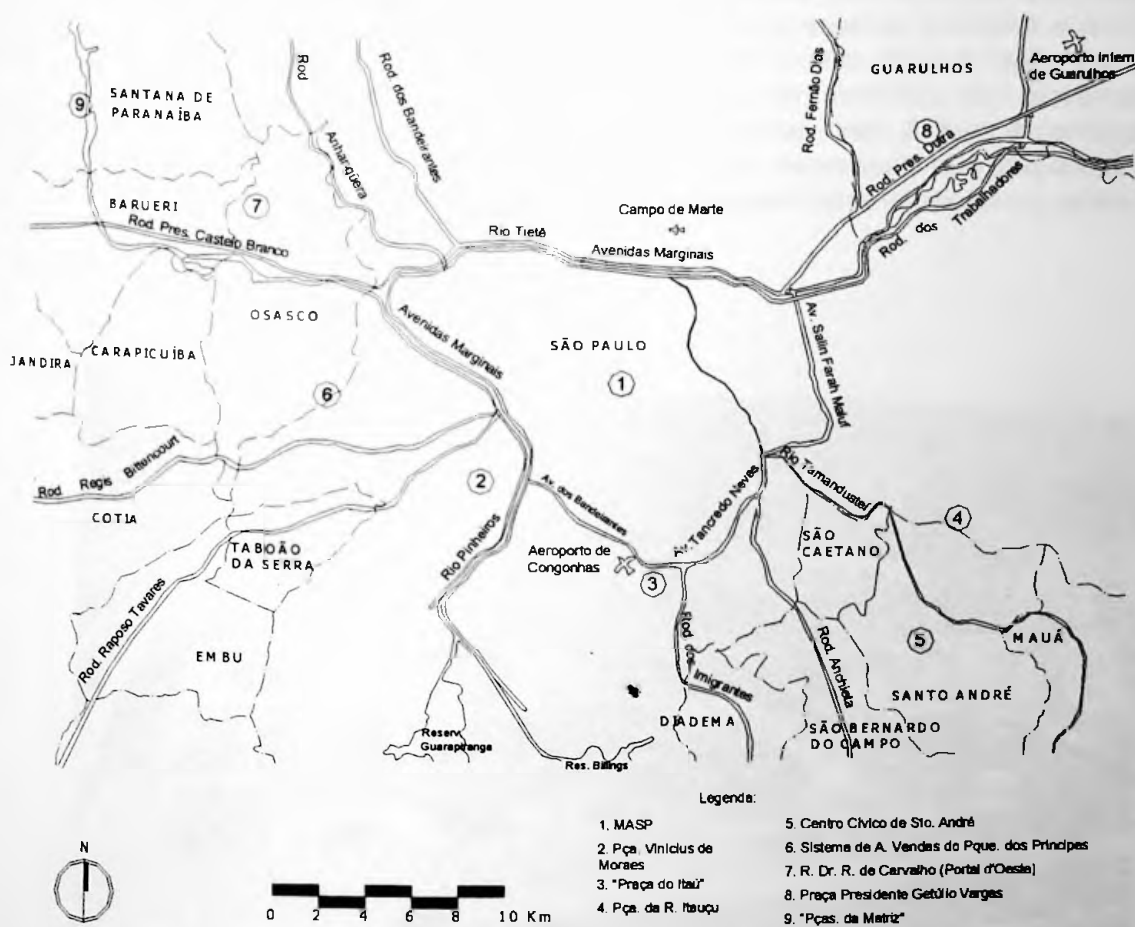


Fig. 11. Localização das "praças" da RMS apresentada na tese. Des. final: M. Fricke, 2001.

O Centro Cívico de Santo André, em área de 110.000 m², foi objeto de concurso nacional, sendo seu vencedor Rino Levi, um dos pioneiros da arquitetura moderna produzida em São Paulo. Rino Levi e seus associados

Sobre a estruturação da Região Metropolitana de São Paulo cf. LANGENBUCH, Jürgen. *A estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971. Sobre o momento atual de reestruturação urbana de Santo André cf. ROLNIK, Raquel. *Reestruturação metropolitana: o eixo do Rio Tamanduaté*. 1999. Relatório de Pesquisa. FAU/PUC-Campinas.

(Roberto Cerqueira César e Luís Roberto Carvalho Franco) propuseram em Santo André um complexo de edifícios isolados para as distintas instituições que compunham o programa do concurso (Prefeitura, Câmara Municipal e Fórum) além de um auditório voltado a eventos culturais. A opção por organizar num edifício marcadamente vertical o extenso programa de áreas demandadas pelo poder executivo, tornou o prédio da Prefeitura o mais destacado do conjunto e da paisagem local.

O complexo edificado se integra por um grande platô, formando a Praça IV Centenário. A praça se constitui num grande piso e jardins, boa parte deles sobre laje, na cota da avenida de mais fácil acesso ao pedestre e maior conexão ao tecido urbano (Av. José Cabalero). O centro cívico é ladeado por vias expressas e arteriais, que exigem passagens em desnível; vias marginais de desaceleração dão acesso às áreas de estacionamento. A área é contígua ao centro original da cidade, entretanto, as vias expressas que separam o centro cívico do centro histórico conferem ao primeiro uma situação de relativo afastamento do cotidiano da área central.



Fig. 12. Vista geral do Centro Cívico de Santo André (F. Motta, 1983: p. 128).

O projeto de paisagismo, de autoria de Roberto Burle Marx, foi realizado em 1967. Os edifícios isolados criam diversos sub-espacos na praça. O principal é estabelecido pelo "u" formado entre os quatro edifícios, com abertura maior para a Av. José Cabalero. Constitui-se numa grande área de piso, voltado à franca acessibilidade de pedestres aos edifícios públicos, possibilitando aglomerações, manifestações públicas de caráter político e

mesmo eventos culturais. Possui caráter de praça cívica e desde o fim da ditadura militar vem, efetivamente, se prestando para tais fins. Nos fins-de-semana é comum, também, a ocorrência de apresentações culturais.

Na mesma praça, os sub-espços mais elaborados paisagisticamente são os das extremidades laterais. O sub-espço mais ao sul é a área livre plasticamente mais significativa. Trata-se de uma praça ajardinada moderna, com um característico desenho de Burle Marx: geometria cuidadosamente proporcionada, articulando dinamicamente formas ortogonais e sinuosas, planos e linhas harmoniosos tanto no desenho de piso, quanto nos espelhos d'água e nos maciços dos diferentes estratos vegetais.

O local destina-se ao estar, à pausa, e por que não, à reflexão. A ampla escala permite uma ruptura no cotidiano de experiências sensoriais mais corriqueiras e, muitas vezes, mesquinhas das áreas urbanas mais densas da metrópole, tão presentes em Santo André. Nos fins-de-semana, desde a década de 90, devido a espetáculos musicais promovidos pela municipalidade no estacionamento maior do Centro Cívico, o local se transforma, à noite, em ponto de encontro de diversos grupos de jovens. Alguns não muito amistosos, embora raramente usem a Praça de forma violenta, parecem reconhecer e se identificar com o lugar.

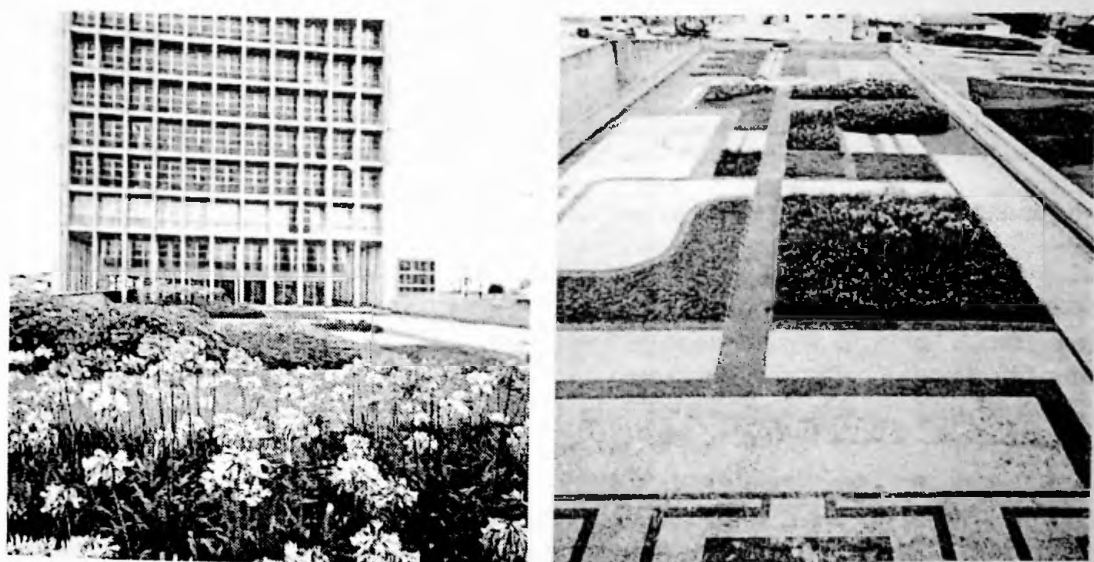


Fig. 13 e 14. Aspectos dos jardins no início dos anos 80 (F. Motta, 1983: p. 129).

A Praça IV Centenário constitui-se em uma respeitável praça cívica ligada ao Paço Municipal, seu desenho é exemplar. A área, no entanto, não chega a ser mais utilizada pela população em virtude de dois típicos aspectos do urbanismo moderno de matriz racionalista: a separação de funções urbanas e a prevalência do automóvel. O Centro Cívico, nos seus 11 hectares, possui apenas usos institucionais, fazendo com que, cotidianamente, a ele se dirijam as pessoas por questões específicas, estritas, voltadas ao

Poder Público. Zeloso de “seu” espaço, o governo municipal impede ali relações mais informais de comércio, tão frequentes em praças e outros espaços centrais voltados ao pedestre. O Centro Cívico, “ilhado” por vias expressas e arteriais, tem sua ligação com o tecido urbano enfraquecida. Poucos atravessam a praça apenas de passagem, diminuindo sua vitalidade.



Fig. 15. Vista parcial da praça no final dos anos 90 (S. Macedo, 1999: p. 16).

O Centro Cívico de Santo André é um exemplo do urbanismo moderno onde o caráter monofuncional enfraquece a vida urbana. Ainda que se trate de um imponente e competente desenho arquitetônico e de um pertinente mas relativamente impotente projeto de paisagismo. Um conceito espacial que nega o imprevisto, a mistura de ações e interesses, não permite nem mesmo aos grandes mestres Rino Levi e Burle Marx criar um lugar mais rico. Se a integração entre a arquitetura de Rino Levi e a arquitetura paisagística de Burle Marx é extremamente bem resolvida, o mesmo não pode ser dito entre o complexo do Centro Cívico e a cidade à sua volta. Ao “fosso de jacarés” substituiu-se o “fosso” das vias de trânsito rápido.

O Bairro da Conceição, próximo ao Jabaquara, zona sul de São Paulo, tem sua origem no início do século passado. Com a construção do Metrô (Linha Norte-Sul), as imediações da estação foram alvo de um plano de reurbanização (1973). Em 1979, toda a área do plano, 147 mil metros quadrados, foi desapropriada e gerenciada sua ocupação pela Empresa

Municipal de Urbanização (Emurb).²⁰ A intenção do plano foi criar no local um centro, mais propriamente um centro empresarial, o que de fato ocorreu. Ali se instalaram a sede das coligadas financeiras da *holding* Volkswagen, o Centro Empresarial Itaú, contando inclusive com a presidência e diretoria da *holding* Itaú, a sede administrativa da COSIPA e outros edifícios de escritórios. O Centro Empresarial Itaú Conceição (Ceic) ocupa a maior extensão da área e a situação mais privilegiada, entre o acesso oeste do Metrô, junto a Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, e o Parque da Conceição (criado a partir do referido plano de reurbanização).

A localização de instituições financeiras na megalópole é sempre criteriosa, visando otimizar acessibilidades, custos e visibilidade da instituição. A sede do Banespa, por décadas o banco do Estado de São Paulo, é exemplar: a situação central na colina histórica da cidade de São Paulo, a forma de arranha-céu, reconhecida à distância, e, na micro-escala, sua relação com a Praça Antonio Prado, que se transforma, tal qual um adro de igreja, num sub-espço fortemente relacionado ao edifício.

O Ceic ao se instalar distante do centro financeiro da cidade, diante das necessidades espaciais crescentes do banco, o fez também de maneira marcante. O Centro Empresarial do Itaú se destaca na paisagem para quem circula pela importante via estrutural, prolongamento ao sul sucessivamente das avenidas Jabaquara, Domingos de Moraes, Paulista, Dr. Arnaldo, Heitor Penteado e Cerro Corá, que acompanham o espigão principal da cidade (divisor das bacias do Pinheiros e Alto Tietê). Situa-se a quilômetros do centro histórico, mas em local topograficamente estratégico, em avenida de caráter estrutural e junto a primeira linha do Metrô de São Paulo.

Se o Banespa ao construir sua sede nos anos trinta tinha a Praça Antonio Prado a seus pés, o Itaú constrói "sua" praça. O Ceic foi projetado pelo próprio corpo técnico do banco (Itauplan). O complexo foi edificado para comportar 10.000 funcionários, fora visitantes. O projeto geral, bem como o de paisagismo, foi executado em duas etapas; este último foi elaborado por equipe chefiada pela arqto. Maria Lourdes Oliveira em 1980 e 1988 e executado em 1985 e 1992.

A sintonia entre todos os projetos (edificações, paisagismo, arquitetura de interiores e comunicação visual) é notável. A linguagem formal moderna não se afirma pela repetição mas pela dinâmica de cuidadosas interseções entre planos de embasamento, volumes proporcionais, mas não idênticos dos edifícios da primeira e o da segunda etapa, implantação escalonada, padrões de geometria ortogonal que se estabelecem tanto na implantação das torres, quanto na delimitação entre canteiros e pisos, como no desenho das luminárias, indo até ao detalhe do gradil de proteção das mudas das árvores plantadas. Mas a estes padrões geométricos se harmonizam

²⁰ Cf. BARTALINI, Vladimir. *Praças do metrô*: Enredo, produção, cenários, atores. 1988. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 121-124.

também linhas sinuosas de lajes, pisos, canteiros e espelhos d'água que estabelecem um diálogo com a concavidade original da encosta.

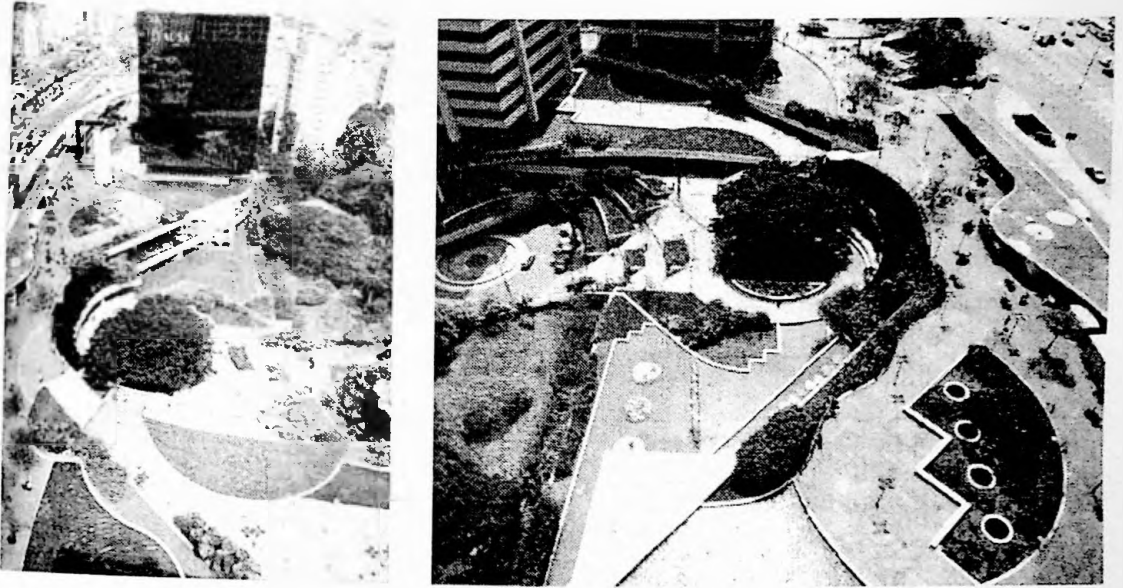


Fig. 16 e 17. Vistas gerais da praça "do" Itaú (G. Dourado, 1997: p. 51)

O complexo do Ceic integra, através de um único e elaborado desenho, os "espaços livres" privados e públicos do entorno imediato: os acessos oeste da Estação de Metrô Conceição, o espaço público da praça, do passeio e da marquise de espera de ônibus. Os espaços livres privados do Itaú são, em boa parcela, de acesso público. Não é exagero reconhecer que a fusão entre estes "espaços livres" cria uma praça maior; porém, dada a coerência entre os "espaços livres" e edificados, identifica-se claramente o lugar como a praça "do" Itaú. Trata-se de uma apropriação bastante eficiente do espaço público em proveito da corporação privada que "gentilmente" construiu a praça e, mais ainda, facultou, parte razoável de seus lotes privados a "qualquer um" que queira desfrutar do competente projeto construído pelo Itaú. Diminuindo a noção entre público e privado o banco amplia sua imagem, o usuário daquele lugar não é capaz de dizer onde termina o espaço público. O Itaú não apenas despendeu recursos para a execução da praça ou da bela marquise, mas as executou à sua imagem e semelhança.

Desta forma, embora o sistema de objetos do lugar seja de uma qualidade formal incontestável, o lugar em si é questionável. A praça percebida como espaço do banco, permite ao Itaú capturar e capitalizar sua imagem. O banco realiza a manutenção e a segurança da praça, controlando, de acordo com seus interesses, o sistema de ações que se estabelece no chão público, impedindo que ali venham a permanecer mendigos, crianças de rua, Tc, não condizentes com a imagem do banco. É de se destacar a diferença que se estabelece nos dois locais de espera de ônibus, dois lados da mesma avenida. Na calçada oposta ao banco há mais ambulantes e extroversão; no lado do

Itaú, embora o sistema de objetos do espaço seja muito mais amplo, rico e ambientalmente mais agradável, há menos pessoas, menos barulho, mais ordem, menos vida.



Fig. 18 e 19. A praça "do" Itaú (G. Dourado, 1997: p. 53)

Duas praças da grande metrópole nacional; dois projetos notáveis e representativos do paisagismo moderno brasileiro, situações exemplares de integração com a arquitetura dos edifícios que compõem os complexos do Centro Cívico de Santo André e do Centro Empresarial do Itaú. O espaço não é apenas forma, os referidos centros são espaços de forte conteúdo simbólico. Em Santo André a Praça IV Centenário constitui-se numa praça cívica, mas é, sobretudo, a "praça da prefeitura". Em São Paulo a praça junto ao Ceic é percebida e identificada como a "praça do Itaú", em boa medida funciona como área livre integrante dos sub-espços do banco.

O poder longe da praça

As praças centrais sempre foram locais privilegiados nas cidades brasileiras. Entretanto, desde o período colonial, de forma distinta da colonização hispânica, conforme avalia Murillo Marx (1980: p. 50-51), não foram poucas as vilas e cidades brasileiras em que o Poder Público, a Casa de Câmara e Cadeia e, já no período Republicano, as Prefeituras e até mesmo as sedes dos Governos Estaduais se localizaram furtivamente longe das praças centrais. Tais instituições por vezes ocupavam imóveis alugados, transitórios, quase se escondendo do público. O povo afastado, o estado a defender os interesses da elite. Séculos de uma estrutura política ainda não substancial-

mente alterada.²¹

Não se pode falar em uma regra de localização do Poder Público em relação às praças centrais. Houveram situações em que a sede do executivo migrou seguindo as elites, como no caso do Estado de São Paulo onde a sede do governo estadual migrou do centro para o primeiro loteamento destinado à elite paulistana (Campos Elíseos) e posteriormente se instalando no Bairro do Morumbi, região sudoeste da cidade, conhecido local de residência dos estratos de alta renda. A Prefeitura de São Paulo também seguia a mesma lógica ao se esconder dentro do Parque Ibirapuera (também na região sudoeste da cidade, local de maior concentração de população de alta renda), porém, na primeira gestão petista da capital, sua sede foi transferida para o Parque D. Pedro II, entre o centro e o início da Zona Leste (região de predominância de estratos de renda baixa). Brasília teve a localização do Poder Público na escala federal conformando a célebre Praça dos Três Poderes que, entretanto, não se localiza no centro efetivo da cidade, na interseção dos dois eixos ortogonais estruturadores do Plano Piloto. A Praça dos Três Poderes situa-se no fim do Eixo Monumental, praticamente em situação de "cull-de-sac gigante", totalmente afastada do cotidiano da população.²²

Nas últimas três décadas, quando se inicia a megalopolização no Estado de São Paulo, várias prefeituras de municípios que hoje compõem a megalópole se afastaram das praças centrais e mesmo das respectivas áreas centrais, sob o pretexto de necessitarem de maiores instalações. Tal movimento ocorreu em cidades dos mais variados portes, como exemplos: Guarulhos, que hoje ultrapassa um milhão de habitantes, teve sua Prefeitura deslocada para um bairro de acessibilidade reduzida (o Bom Clima); Piracicaba, Jundiaí e Sorocaba, cidades de relativo porte, atualmente possuindo entre 300 e 500 mil habitantes construíram prédios modernos, de destaque na paisagem, para abrigar suas prefeituras, em áreas de expansão urbana de interesse do setor imobiliário. Até mesmo a prefeitura da modesta

²¹ O estabelecimento de um estamento burocrático na sociedade brasileira e sua perpetuação até o presente tem sua origem na própria formação do Estado Português, conforme analisa Raymundo Faoro. "O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos. O grupo dirigente não exerce o poder em nome da maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança que do povo, como entidade global, se irradia [...] a minoria exerce o governo em nome próprio, não se socorre da nação para justificar o poder, ou para justificá-lo jurídica e moralmente [...] Os poucos governam e mandam porque devem dirigir, porque deles é a supremacia política e social..." FAORO, Raymundo (1957). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. 2v. p. 88-89.

²² Le Corbusier ao conceber Chandigarh, fez o mesmo que Lúcio Costa, isolando, sob a ideologia da razão funcionalista, o poder estatal do cotidiano da cidade. Em ambas as cidades o simbolismo é evidente, destaca-se a sede do Poder Público, como se os governantes, tal qual rajás e monarcas, devessem se afastar do dia-a-dia da população para exercer suas "nobres e importantes" funções. Halprin chega a comparar as concepções monumentais de Brasília e de Versalhes. Cf. HALPRIN, Lawrence. *The RSVP Cycles: Creative Processes in the Human Environment*. Nova York: George Braziller, 1969.

cidade de Arujá, na RMSP, foi deslocada para uma antiga sede de fazenda, em área inicialmente fora do perímetro urbano do município, ainda nos anos 70, quando o município possuía menos de 35.000 habitantes. Com frequência buscam-se locais mais altos para as novas sedes do Poder Público (Guarulhos, Sorocaba, Jundiaí, Nova Odessa, Arujá, Mairiporã, Embu, entre outras) em claro simbolismo arquetípico do poder.

De forma análoga, várias sedes de grandes empresas e edifícios de escritórios vão se instalar longe dos centros históricos das grandes cidades. Intenciona-se não apenas áreas menos congestionadas que as áreas centrais, mas criar uma imagem de modernidade, pouco associável, desde a década de setenta, às áreas centrais das grandes cidades da megalópole. Constróem-se novos símbolos arquitetônicos do poder ligados ao capital. Cada novo edifício reforça o valor imobiliário e simbólico dos novos centros do terciário superior, contribuindo para que toda a cidade reconheça o sucesso das empresas ali localizadas, dos trabalhadores engravatados ou trabalhadoras de salto alto que por ali transitam apressados. Em tais "situações" não falta a atenção do Poder Público e dos meios midiáticos.

Trata-se de uma produção de formas e de símbolos que interessam tanto às grandes corporações quanto ao capital imobiliário. Criam-se novas centralidades, mais modernas, seguras, imponentes, deslocando interesses do capital e do Estado; as antigas áreas centrais entram em processo de degradação.²³ Nestas novas centralidades, de forte presença do capital global, privilegia-se o movimento e não o encontro. A praça perde importância.

O exemplo mais expressivo é São Paulo. Com a Av. Paulista se constituindo em forte imagem de modernidade e pujança econômica, a partir da instalação de uma centena de prédios de escritórios entre os anos 70 e 90. Uma vez extremamente valorizado o solo da nova área central, o capital imobiliário avança para novas localizações, sempre seguindo o vetor de ocupação residencial dos estratos de renda alta. Assim da Avenida Paulista, parte-se para a Av. Faria Lima e desta para a Av. Luiz Carlos Berrine e para a Av. das Nações Unidas (Av. "Marginal Pinheiros"),²⁴ notadamente em sua porção sul, onde se localizam, entre outras, as sedes da Phillips, Deutschbank, Grupo Abril, o Centro Empresarial e o World Trade Center de São Paulo.

Para Campinas, a descentralização de atividades terciárias empresariais é fenômeno bastante recente mas cuja tendência de localização é clara: os espaços do vetor nordeste (predominantemente ocupado pelas elites), entre *shopping-centers*, com fácil acesso metropolitano e mesmo megalopolitano pela Rodovia D. Pedro I.

²³ Sobre os novos centros no espaço intra-urbano e sua dimensão simbólico-ideológica cf. VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute. 1998. p 343-352.

²⁴ Cf. SOUZA, Maria Adélia de. *A identidade da metrópole*. São Paulo, Hucitec, 1994. p. 116-119.

Nos casos citados, a relação dos edifícios com o espaço público decresce quanto mais novo é o processo de instalação das atividades do terciário superior. Apresenta-se um notável desinteresse pelo espaço público; as avenidas são praticamente reduzidas a vias de circulação de veículo. O pedestre possui ainda lugar nas vias desenhadas ou redesenhadas nos anos 60 e 70, como a Av. Paulista e Av. Brigadeiro Faria Lima, mas possui um espaço mesquinho na Av. Luiz Carlos Berrini e no prolongamento da Av. Faria Lima, a "Nova Faria Lima". O pedestre é praticamente um *out-sider* na Av. das Nações Unidas e torna-se *persona non grata*, com acesso controlado/bloqueado nos novos centros empresariais estabelecidos em condomínios de edifícios de escritórios, tanto em São Paulo como em Campinas.

Se a via é pouco apropriada pelo pedestre nestes novos centros de escritórios, as praças, quando existem, são menos ainda. A Av. Paulista tem seu início e término em praças que, entretanto, são pouco apropriadas pela população. A Praça Marechal Cordeiro de Farias não passa hoje de um espaço entre alças viárias. Em 1991 foi remodelada em comemoração aos cem anos da Av. Paulista. Efetivamente, seu novo desenho, com longos bancos coloridos, não tem o poder de atrair mais que uma dúzia de mendigos como freqüentadores habituais do local. Desde a implantação do complexo viário interligando por meio de alças e viadutos as avenidas Paulista, Consolação, Rebouças e Dr. Arnaldo, o trecho inicial da Av. Paulista ficou isolado. Torna-se impotente qualquer novo desenho que se queira implantar na Praça Cordeiro de Farias; outrora pertinente belvedere, donde a elite cafeeira, em passeio pela avenida, podia ali se deleitar com a vista para o Pico do Jaraguá.

A Praça Osvaldo Cruz, na outra extremidade da avenida, sequer consegue demarcar o fim da Av. Paulista e o início da Av. Bernardino de Campos. Cortada pelo sistema viário, se constitui, no presente, apenas em alargamentos ajardinados junto às esquinas. Uma estátua indígena "perdida" num pequeno espelho d'água, quase sempre seco, e jardins de plantio bastante aleatório fazem da área apenas local de passagem.

Na Av. Brigadeiro Faria Lima, o Largo da Batata constitui-se há décadas em terminal de ônibus bastante movimento, não podendo mais ser considerado como praça. Nos tramos novos da "Nova Faria Lima" os logradouros oficialmente denominados como praças (Pça. Prof. Resende Puech, Pça. Luís Carlos Paraná, Pça. Des. Adriano Marrey e Pça. Min. Dilson Funaro), com o alargamento da via, hoje nada mais são que canteiros viários gramados. Alguns com alguma arborização, mas nenhum capaz de ser efetivamente um local de encontro público.

Entre a Av. Eng. Luís Carlos Berrini e a Av. das Nações Unidas, o loteamento realizado anteriormente à recente ocupação por edifícios de escritórios e sedes empresariais continha uma série de praças, condizentes com a escala do outrora bairro predominantemente residencial de baixa

densidade. O adensamento do bairro não implicou em maior uso das praças e aquelas junto à "Berrini", com o alargamento da avenida, viram reduzidas suas dimensões e seu uso. Apenas uma das áreas, no interior do bairro (Praça Dr. Antonio Ferreira Lima), recebeu tratamento mais elaborado após a chegada do terciário superior. Tornou-se um "espaço livre público" bastante agradável, utilizado, sobretudo, no horário de almoço. Como praça ajardinada, arborizada e equipada, presta-se como local de descanso e convívio rápido dos que trabalham nas imediações.

No que tange aos novos centros empresariais constituídos por condomínios de edifícios, tanto em São Paulo como em Campinas, são espaços de altíssima segregação social, inclusive quanto aos acessos dos diferentes tipos de trabalhadores. Os espaços livres são de uso restrito, em nada podendo se aproximar do conceito de praça, embora possam ser ricamente elaborados.

No Rio de Janeiro o deslocamento do comércio e dos serviços voltados aos estratos de renda alta também seguiu o vetor de expansão (sul). Os prédios de escritórios se concentram sobretudo em Botafogo, o comércio principal da elite ocupa seus tradicionais bairros: Copacabana, Ipanema e Leblon. No entanto, diante dos investimentos do governo federal em diversas épocas, o centro da cidade apresenta áreas relativamente valorizadas, sobretudo ao sul da Avenida Getúlio Vargas, no eixo da Av. Rio Branco. Nos anos 70, a construção de novas sedes de empresas controladas pelo Estado: Petrobrás, BNDES e Banco do Brasil, estabelecem relação com o movimentado Largo da Carioca (vide Capítulo VIII), colaborando com a vitalidade do centro. Nos anos 80 o Centro é objeto de um programa urbanístico bastante bem sucedido, o "Corredor Cultural". Nos anos 90, nos programas "Rio-Cidade" e "Rio Orla", algumas importantes áreas livres públicas centrais são requalificadas para o pedestre.

As diferentes ações nos diferentes lugares que constituem o espaço urbano não permitem generalizações excessivas. Os processos espaciais engendrados pela razão global, tais como a formação de megalópoles e as reestruturações metropolitanas, criam novas formas de representação do poder, novos signos espaciais do poder. As novas formas de urbanização, estruturadas pelo atual estágio da razão de dominação, não anulam todas as pré-existências, todas as praça. Diante do (novo) lugar a praça ressemantiza-se, razão global e razão local se embatem dialeticamente na formação do território. A praça e a força do lugar diante deste quadro são já o foco da próxima parte desta tese.

**. Segunda Parte:
Ação, lugar e território**

A ênfase desta parte recai nas relações concretas entre o espaço e as racionalidades não hegemônicas. O embate entre a razão de dominação (global) e as outras razões (mais amplas) se dão, concretamente, nos lugares. Nesta Segunda Parte, focaliza-se o lugar, mas o lugar no território, megalopolitano, e no mundo. A praça, sendo um índice (signo) do lugar (geográfico), é também tomada como tal. Discute-se a potencialidade da megalópole, dos lugares, das praças e seus desenhos, em propiciar racionalidades comunicativas nas esferas do cotidiano e da vida pública.

V. O lugar na megalópole

Iniciando a Primeira Parte desta tese, o Capítulo I tratou, entre outros temas, da questão conceitual do espaço. Aqui, começando a Segunda Parte, a atenção recai na categoria lugar; fundante do conhecimento geográfico e novamente posta em questão, entre outras, pela arquitetura e urbanismo a partir da crise da modernidade. Inicia-se por uma breve exposição conceitual, que fundamenta nossa perspectiva contrária aos que negam o lugar como base para a ação arquitetônica e urbanística, sejam os últimos defensores da arquitetura moderna, como Habermas,¹ ou as proposições dos desconstrutivistas, ou ainda as recentes posições de Otília Arantes² em sua inquietante crítica às posturas contextualistas. Retoma-se a posição de Milton Santos³ sobre a "força do lugar", apresenta-se a questão da megalópole como lugar e dos lugares na megalópole.

Na segunda e terceira seção deste capítulo tem-se a discussão da praça como signo do lugar. A questão da inércia dinâmica dos lugares torna-se fundamental para a compreensão das praças. O lugar, mais que os desenhos das praças, associados a esta ou aquela corrente estética, são os principais responsáveis pelo "sucesso" ou "fracasso" das praças.

¹ Conforme previamente apresentado no Capítulo I, a teoria da ação comunicativa de Habermas (1981, 1985) constitui-se, no entender de vários autores, num enorme avanço para a superação do empenho à crítica da razão a que chegaram, por um lado os frankfurtianos da primeira geração e, por outro, os pós-estruturalistas. Se a proposta habermasiana da razão comunicativa é ponto fundamental no quadro referencial teórico desta tese, não significa dizer que concordamos com todas as idéias publicadas por Habermas, notadamente quando ele se ocupa das questões da arquitetura. Sobre o pensamento de Habermas a respeito da arquitetura moderna e pós-moderna, e uma consistente crítica a este respeito cf. ARANTES, Otília, ARANTES, Paulo. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas e duas conferências de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.125-149.

² ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 1998.

³ Sobretudo cf. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 4ª Parte, p. 251-265.

O lugar em questão

Para Armando Correia da Silva (1986b: 30) o lugar denota o espaço como um complexo de relações de localização determinada. Enquanto perspectiva de método afirma: "*A Geografia lida com o espaço do tempo presente no espaço [...] Por isso, expressar o espaço e o tempo em Geografia é realizar a análise dos lugares e das relações [...] por isso, ainda, o lugar e a relação são, como dados, uma totalidade complexa de contradições, que se resolvem como sociedade em movimento, no lugar e, por isso, do lugar*". (1986a: p. 99 e 100)

Os lugares são a dimensão espacial mais concreta, espaço banal, o espaço do cotidiano, da existência, da realização do evento. Através dos lugares faz-se o mundo a cada instante. Os lugares se articulam horizontalmente no território e, simultaneamente, verticalmente, em rede, às ações dos atores supra-locais (o Estado, as empresas transnacionais, etc.). O lugar é um híbrido, único, singularidade que contém e é contida pelo global.

Diante do movimento do mundo, totalidades em permanente processo de totalização. na compreensão sartreana, os lugares são funcionalizações do mundo e são por eles que se percebe, empiricamente, o mundo. O lugar não tem existência própria, não passa de abstração se considerado fora da totalidade. O lugar é um sub-espaço, onde o tempo empirizado entra como condição de possibilidade e o sistema de objetos preexistentes (forma espacial) entra como condição de oportunidade (Milton Santos, 1996: p. 131-132).

O lugar, afirma Milton Santos, é o espaço do acontecer solidário, mas isto nada tem de moral, trata-se da dimensão espacial da contiguidade necessária para a realização de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum. Em "O retorno do território" (1994d: p. 15-20) Milton Santos conceitua o acontecer solidário, homólogo ou complementar, como o do cotidiano compartilhado mediante regras formuladas localmente, acontecer que permite a generalização da informação. Já o acontecer solidário hierarquizado estabelece um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, restrita, uma forma de poder. Desta forma, ao se realizarem no lugar, estas diferentes formas de solidariedades estabelecem uma dialética do território. O território se forma simultaneamente por lugares contínuos (horizontalidades) e por lugares em rede (verticalidades), mas são os mesmos lugares que formam redes (espaço de alguns) e que formam o espaço banal (espaço de todos), do cotidiano, do mundo vivido.

O conceito de lugar assim construído pela geografia crítica prescinde de subjetividades e idealizações, presentes, por exemplo na conceituação de outras geografias e outras disciplinas.⁴

Na escala intra-urbana, a crítica à arquitetura e ao urbanismo moderno de matriz racionalista, retoma a importância do lugar, do contexto, como base para o ofício do arquiteto e urbanista. A dimensão simbólica das formas urbanas, a evocação de significados do espaço aos usuários são elementos que se procura resgatar. Não se trata, entretanto, de um "localismo", fechado em oposição ao universal, e sim de um contextualismo contrário a formas preconcebidas, dogmáticas, pretenciosamente tidas como soluções para o mundo.⁵ O caráter público de determinados espaços edificados e livres permitem o estabelecimento de relações de identidade que, por vezes, extrapolam a dimensão do lugar.

A partir do final dos anos 50 e, com maior ênfase nos anos 60 e 70, a teoria do lugar foi base para a crítica pertinente aos postulados da arquitetura e urbanismo modernos. Lynch, Cullen, Rossi, Aymonino, Gregotti, Argan, e Venturi,⁶ entre outros, vão por em cheque a arquitetura e o urbanismo racionalistas, que propunham a um homem abstrato, uma cidade idealizada, uma arquitetura desenraizada. Propõe-se a volta às referências, da história das cidades (Rossi, Aymonino, Gregotti, Argan), da arquitetura vernacular (Venturi), do estudo da imagem da cidade percebida por seus habitantes (Lynch), de um urbanismo humanizado à escala do pedestre (Cullen).

Rossi e Gregotti, alguns dos principais expoentes da Escola de Veneza, fundamentam suas propostas de teoria de projeto na retomada do conceito de lugar. Não se trata apenas do lugar enquanto sítio e paisagem, mas envolvendo camadas de significação em grande parte coletivas, históricas. O *locus* como um elemento prévio, responsável pelo fundamento originário da obra arquitetônica, anterior ao estilo.⁷ Para Gregotti (1978: p 64-

⁴ Na geografia da afetividade de Yi-fu Tuan, por exemplo, o lugar diferencia-se do espaço pela relação entre conhecido (lugar) e desconhecido (espaço), entre o domínio do cotidiano (lugar) e o domínio da liberdade (espaço). Cf. TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

⁵ Interessante confrontar, por exemplo: LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1973. ROSSI, Aldo. (1975). *Para uma arquitetura de tendência: escritos 1956-1972*. Tradução: Francesc Serra. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.

⁶ LYNCH, Kevin (1960). *A imagem da cidade*. Tradução: Maria Cristina Afonso. São Paulo: Martins Fontes, 1982. CULLEN, Gordon (1961). *A paisagem urbana*. Tradução: Isabel Correia e Carlos Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1984. ROSSI, Aldo (1966). *La arquitectura de la ciudad*. Tradução: Josep Maria Ferrer, Salvador Tarragó. 3. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1976. AYMONINO, Carlo (1975). *El significado de la ciudad*. Madri: Blume, 1981. GREGOTTI, Vitorio (1966). *O território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1978. ARGAN, Giulio (1984). *História da Arte como História da cidade*. Tradução Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992. VENTURI, Robert. *Complexidad y contradicción en la arquitectura*. 2. ed. Trad. A. Arachavaleta et al. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

⁷ ROSSI, Aldo. op. cit. p. 157-160.

66) o lugar se constitui para além do "espaço físico", numa situação constituída pela atividade simbolizadora do homem.

A cidade para Rossi, Gregotti e Argan constitui-se como complexo de valores. Sua história, sua memória, seus monumentos e elementos tipológicos são os parâmetros básicos para o projeto no âmbito da arquitetura e do urbanismo. Afirma-se a cidade (criação cultural) e o lugar em oposição às idealizações universalizantes da arquitetura e urbanismo racionalista-funcionalista.

Otilia Arantes (1993: p. 155), poucos anos antes de mudar de opinião quanto à corrente contextualista da arquitetura, via na "arquitetura do lugar" uma postura crítico-propositiva bastante pertinente tanto contrária à arquitetura moderna, quanto ao declínio do homem público e a falsa saída sennetiana da vida em comunidade: "...*Contra uma paisagem urbana comandada pela lógica do Mesmo, enquadrada por uma civilização internacional dominada pela compulsão programada do consumo: uma arquitetura do lugar. Se for mantida a perspectiva urbana e se não se perder a consciência de que se trata de uma sociedade de massa, talvez se possa escapar simultaneamente à tirania da intimidade e à ideologia comunitária, ou, o que vem a dar no mesmo, à formação de guetos...*" Segundo Otilia Arantes, Rossi, Gregotti, Purini, Tafuri, Argan, ao menos possuem o mérito de buscarem "...*estimular a proliferação do urbano a partir dele mesmo - nem implosão, nem expansão, mas re-energamento, como diria Frampton.*" (Ibidem)

Nos anos 80 e 90, o desenvolvimento das práticas neo-liberais de gestão da economia e da cidade vem, entretanto, transformar a perspectiva de Desenho Urbano participativo, como preconizado, entre outros por Goodey, Vicente del Rio e Carlos Nelson F. dos Santos.⁸ Passa-se a uma prática de Projeto Urbano enquanto parte de um planejamento estratégico competitivo entre as cidades. Trata-se agora muito mais de um urbanismo conservador, pragmático, formalista, onde o capital é o grande beneficiado. Neste quadro, a crítica de Otilia Arantes⁹ ao urbanismo contextualista se coloca de forma contundente.

É preciso observar, no entanto, que nem tudo se metamorfoseou em instrumento de *marketing*, mascarando conflitos, a favor do capitalismo global. Ações de recuperações urbanas, integradas a instrumentos de gestão urbana que visam atenuar os impactos expulsivos decorrentes da valorização imobiliária das áreas "requalificadas", como em Bolonha, São Luís do Maranhão ou Belém do Pará, são alguns exemplos de que o urbanismo não

⁸ GOODEY, Briam. *Participação, percepção e Desenho Urbano*. Organização: Vicente del Rio. Rio de Janeiro: Avenir, 1985. DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990. SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niteroi: EDUFF; São Paulo: Projeto, 1988.

⁹ ARANTES, Otilia Arantes. *Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 1998. Parte II.

chegou ao "fim da linha" como provoca Otilia Arantes.¹⁰ A valorização do lugar precisa ser orientada para além da valorização das formas do lugar, compreendendo também o sistema de ações do lugar, preexistentes e potenciais.¹¹ Os conflitos e contradições na produção da cidade não são inerentes apenas a esta ou aquela linha projetual urbanística, mas envolvem questões estruturais, como o modo de produção, ou supra-estruturais, como a política.

Com a globalização do capital imposta ao mundo, novas formas internacionalizantes de produção (cultural) vão também se manifestar. Com a arquitetura, tantas vezes cooptada a serviço do *establishment*, não se passa de forma diferente. A tentativa de resgate do lugar, de suas especificidades, rapidamente é acusada de conservadorista, a despeito de seu conteúdo crítico inicial, de sua valorização da esfera de vida pública e da cidade.

Com grande apoio da mídia impressa a arquitetura desconstrutivista se coloca acima do lugar, acima da cidade. Seu discurso, tal qual o dos velhos mestres modernos (racionalistas), vai alardear sua sintonia com o tempo presente, da velocidade, das novas tecnologias, estimulando uma postura pseudo-universalizante diante do espaço, negando pois a natureza do lugar, sua especificidade. Diante de uma perspectiva filosófica pós-estruturalista, fundamentada sobretudo em Foucault, Derrida e Deleuze, os arquitetos desconstrutivistas se preocupam em expressar espacialmente esta nova visão do mundo: complexidade, descontinuidade, fragmentação, dobra, diferença. Não se trata, dizem seus idealizadores, de um novo estilo, mas sim de um novo processo crítico, uma nova atitude projetual, pertinente à aceleração das transformações globais. Nega-se a unidade e o princípio da dialética da totalidade; o movimento é simplesmente desconstrução, reorganização, não necessariamente simultânea. Objetiva-se uma liberdade crítica ao fazer arquitetônico capaz de romper com qualquer dogma, evitando-se colocar suas questões sob a perspectiva estilística.¹²

¹⁰ Idem.

¹¹ O Programa Favela-Bairro, no Rio de Janeiro, por exemplo, tem tomado algumas iniciativas bastante promissoras de discussão projetual participativa. Em Porto Alegre, Santo André e Diadema, várias ações no âmbito da gestão urbana articulada a decisões participativas de projeto urbano apontam práticas bastante dignas de inclusão sócio-ambiental. Cf. SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GESTÃO DA TERRA URBANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2000, Campinas. *Anais...* Campinas: PUC-Campinas, 2001. (CD-ROM).

¹² Vários estudos envolvendo o desconstrutivismo e a arquitetura, a paisagem e o urbanismo podem ser citados. Por exemplo cf. ARANTES, Otilia. *Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 1998. Idem. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: EDUSP: Studio Nobel, 1993. GUATELLI, Igor. *A Desconstrução em Arquitetura: 1960 ou 1990?* 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo. LEITE, Maria Angela. *Destruição ou desconstrução?* Questões da paisagem e tendências de regionalização. São Paulo: Hucitec, 1994. MEDRANO, Leandro. *Habitar no limiar crítico do espaço: idéias urbanas e conceitos sobre habitação coletiva*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Mas entre o discurso de Jacques Derrida e Peter Eisenman e a prática de Frank Gehry parece não haver tanta identidade. Reconhece-se, efetivamente, similaridades nas soluções formais. Estas acabam por reunir, na prática, o grupo de arquitetos tidos como desconstrutivistas. Por mais que neguem, são os aspectos plásticos os decisivos para a identificação da arquitetura desconstrutivista. A imagem complexa e destacada, normalmente obtida com materiais *high-tech*, se constituiu em signo rapidamente cooptado pelas corporações do capital global e pelas instituições que anseiam maior visibilidade num presente em que a imagem vale mais que o conteúdo. Inicia-se, queiram ou não, um novo *international style*, destituído de utopia. Esta arquitetura se constitui bastante própria aos "não-lugares"¹³ e, via de regra, promovem uma desestabilização de relações (formais) preexistentes nos lugares em que se "situam". Consiste em mais um elementos exógeno a serviço da aceitação, nos lugares, de racionalidades globais.

Não se trata, evidentemente, de defender uma postura de antítese do lugar em relação ao mundo. Mas de compreender o mundo e contribuir ao mundo também a partir da diversidade dos lugares, universalidade e não unicidade. Os lugares são um intermédio entre o indivíduo e o mundo. "*Cada lugar é, a sua maneira, o mundo. Ou como afirma M. A. de Souza (1995, p.65), 'todos os lugares são virtualmente mundiais'...*" (Milton Santos, 1996: p. 252).

Para M. Santos (1996: p. 263) mesmo "... num mundo do movimento, a realidade e a noção de residência (Husserl, Heidegger, Sartre) do homem não se esvaem. O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora; mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A 'residência', o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem. Como escreveu Husserl (1975, p. 26) [...] o fundamento permanente do trabalho subjetivo de pensar é o entorno vital." O entorno vivido, espaço da co-presença, é lugar de trocas que propiciam a geração de uma matriz para um processo intelectual a todos que dele participam.

No presente, agrava-se o conflito entre o lugar, espaço vivido por todos os vizinhos, e o espaço global, estruturado por um processo racionalizador (tecnosfera) e ideológico (psicosfera), que incide sobre os lugares com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los (M. Santos, 1994d: p.18; 1996: p. 251-265). Diante das rugosidades espaciais e da cotidianidade, o lugar apresenta uma força concreta, consciente ou não, de transformação das ordens globais. O lugar resiste e transforma o mundo, podendo fazê-lo com maior consciência quando diferentes atores sintagmáticos coordenam suas ações políticas neste sentido.¹⁴

¹³ Sobre o conceito de "não-lugar" cf. AUGÉ, Marc (1992). *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

¹⁴ O Fórum de Porto Alegre, realizado em 2001, em data simultânea à reunião do Organização Mundial do Comércio, em Davos, Suíça, demonstrou a necessidade de se buscar alternativas à

Lugar e megalópole

Não há mais sentido em conceber as escalas espaciais de forma hierarquizada e rígida (global, nacional, regional e local). As relações por vezes se dão entre o global e o local sem mediações significativas da esfera "regional". A região, como era entendida pela geografia regional, também já não possui sentido de existência; dadas as conexões geográficas que se estabelecem de maneira mais complexa e fluída, entre o mundo e os lugares, mediadas e garantidas pela instância normativa do Estado.

Diante deste contexto, o lugar, como sub-espço da co-presença e da vizinhança geográfica, não possui, portanto, uma extensão máxima delimitada. Uma "região" metropolitana pode ser tomada como lugar diante do cotidiano de sua população e das empresas nela instaladas. A metrópole possui, como o lugar, também sua identidade, dada sua formação histórico-geográfica específica.¹⁵

Podemos, em certa medida, tomar também a megalópole como lugar. À escala do mundo, para o capital global, ela se constitui num lugar, e dos mais privilegiados, dada sua alta densidade técnica, científica e informacional, como recurso e local de investimento, como local de controle de suas operações em rede. Diante da razão de dominação as megalópoles são lugares semelhantes entre si para os atores hegemônicos; todavia, para os demais atores, se constituem em espaços únicos, de forte identidade. Este é o caso, por exemplo, das duas grandes megalópoles norte-americanas, da costa leste e a da costa oeste, bastante distintas entre si. A Megalópole do Sudeste Brasileiro também é, na escala global, um lugar bastante peculiar, com suas duas megacidades tão próximas e culturalmente, economicamente e morfologicamente tão distintas. Rio de Janeiro e São Paulo possuem mesmo imagens opostas, ícones do ócio e do trabalho, mas são, no entanto, espaços extremamente complementares.

A globalização destrói antigas solidariedades horizontais dos lugares no território. A ideologia da globalização dificulta compreender a possibilidade criativa das racionalidades locais não hegemônicas. Os lugares são estimulados, assim como as empresas e as pessoas, a integrar o processo de competitividade que move a atual forma de globalização.

atual globalização do capital que sejam sócio-ambientalmente mais justas. Um pequeno exemplo prático de ação política integrada de vários atores sintagmáticos contrários a imposição econômico-cultural global é o movimento denominado "Città-slow", em que várias pequenas cidades italianas buscam preservar seus hábitos culturais, sua qualidade de vida, com efeitos positivos na economia do turismo.

¹⁵ Para o caso da Metrópole de São Paulo vide SOUZA, Maria Adélia. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1994.

As relações verticais são a força motriz que caracteriza economicamente a Megalópole do Sudeste. Na escala intra-megalopolitana, dos seus lugares, revela-se o circuito inferior da economia que permeia a existência de milhões de pessoas e de incontáveis empresas. Verticalidades e horizontalidades nos lugares diversos da Megalópole compõem simultaneamente um quadro de dominação e de reação. No âmbito dos lugares da megalópole, o cotidiano transforma as ordens verticais, relê as normas e as ideologias hegemônicas de forma astuciosa.

Nos lugares do território megalopolitano as informações verticais são mais densas, também, mais diversificadas. A proximidade das áreas urbanas no território megalopolitano, a intensidade de trocas na escala intercidades, acelera a potencialidade de reconhecimento dos lugares e do mundo. Os lugares na megalópole são econômica e culturalmente mais complexos, portadores de diferentes racionalidades, ricos espaços de transformação.

A experiência da escassez, cada vez mais intensa e extensa na Megalópole do Sudeste, permite aos pobres (cada vez em maior número), em seu tempo lento, uma tomada de consciência cotidiana capaz de fazê-los sobreviver solidaria e resistentemente às ordens globais, de forma híbrida, mas sem dúvida com ampla potencialidade criativa. Não se trata simplesmente do ócio criativo (De Masi, 2000), mas de uma sobrevivência solidária e criativa, exercida nos lugares destinados aos pobres nas cidades da megalópole, a despeito do porte dos núcleos urbanos.

No lugar é bastante perceptível a natureza inercial do espaço. A paisagem, como acumulação desigual dos tempos,¹⁶ revela, na escala intra-urbana, parte significativa da cultura material dos diferentes grupos sociais em seus sub-espços. A diversidade de lugares cotidianamente freqüentados por um número crescente de moradores da Megalópole estimula a percepção da alteridade e a formação de identidades coletivas, ainda que não no âmbito do todo megalopolitano.

A conurbação na formação das metrópoles por vezes enfraquece a identidade das cidades periféricas diante da expansão das atividades urbanas inicialmente verificadas nos núcleos urbanos centrais (Flávio Villaça, 1998: p. 65-66). Tal fenômeno não ocorre com a mesma intensidade e nem possui a mesma natureza em todas as metrópoles, notadamente nas mais recentes, do período técnico-científico-informacional, como nas formações metropolitanas de Campinas ou das cidades do Norte do Paraná ou na costa centro-norte de Santa Catarina. São casos em que a noção de núcleo e periferia não se dá de forma tão rigorosa.

¹⁶ Milton Santos (1982: p. 1) afirmara que "*o espaço é a acumulação desigual dos tempos*", entretanto, considerando suas posteriores conceituações e distinções entre o espaço e a paisagem (1988: p. 72-73, 1994: p.90-92, 1996: p.83-88), tem-se que o espaço é presente (sistema de objetos e ações) e a paisagem é transtemporal (sistema de objetos). Toma-se, então, mais apropriado afirmar ser a paisagem "*a acumulação desigual dos tempos*".

Na megalópole, território de velhas e novas metrópoles, trata-se, por vezes, menos de uma conurbação no seu sentido estrito, formal, mas sim no sentido funcional. Mesmo em alguns casos de conurbação física, como entre Campinas, Valinhos e Vinhedo, estas últimas não perderam sua identidade diante do núcleo maior, pelo contrário, estabeleceram novas conexões geográficas que aumentaram sua identidade como lugares distintos de Campinas. A Megalópole mais do que implicar num processo de homogeneização permite uma densificação de lugares a partir da diversificação das relações.

Todo este quadro, complexo e contraditório, dá margem a uma perspectiva de desalienação nos lugares do território megalopolitano; pouco comum, aliás, fora dos sub-espacos de intenso embate entre ordens globais e ações locais.

• A praça como índice do lugar

A praça é índice (signo) do lugar, síntese do espaço intra-urbano em que está inserida, seja um bairro rico ou pobre, uma área central dinâmica ou estagnada. São fortes signos das áreas centrais de seus respectivos bairros, como a Praça Saens Peña na Tijuca, a Antero de Quental no Leblon, a Agripino Maia no Méier, o Largo da Penha, a Praça Nossa Sra. das Dores em Pavuna; apenas para citar algumas importantes situações em bairros cariocas tão diversos, ricos ou pobres, próximos ou distantes do centro da cidade.

Em várias situações a praça pode ser um dos elementos de identidade não apenas do bairro em que se situa mas de área urbana mais ampla, um importante espaço de ação e de representação da cidade ou da metrópole. São inúmeros os exemplos que podem ser citados no território megalopolitano, independentemente da escala da cidade: a Praça da Sé, em São Paulo, a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, o Largo do Rosário em Campinas, a Praça Comendador Müller em Americana, a Praça da República em Jaú, a José Bonifácio em Piracicaba, a Cândido Motta em Caraguatatuba, a Praça Presidente Castelo Branco em Campo Limpo, a Antonio Menck em Osasco, as praças "da matriz" em Itirapina, Nazaré Paulista, Vinhedo, Cosmópolis ou em dezenas de outras pequenas cidades da megalópole. Todas elas guardam em comum o fato de se situarem nas áreas centrais de suas respectivas cidades, lugares mais antigos, formados e transformados ao longo do tempo, lugares que caracterizam as praças e vice-versa.

• As praças e a inércia dinâmica dos lugares

As rugosidades espaciais são de tal sorte no processo espacial que, por vezes, mantém a importância de um lugar a despeito de eventuais mudanças expressivas de localização dos elementos que deram origem ao próprio lugar. No caso específico das praças, a força do lugar pode ser notada, por exemplo, nas situações em que a igreja que originou a praça é demolida e mesmo sem o caráter religioso inicial, a praça se mantém importante. Situação análoga pode ser encontrada com o deslocamento da sede do Poder Público.

Nas megacidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os "espaços livres públicos" do Pátio do Colégio e da Praça XV de Novembro, lugares que

por séculos abrigaram edifícios sedes dos mais altos níveis hierárquicos do poder no âmbito do Estado e da Igreja, hoje apresentam tais edifícios alterados, ou mesmo réplicas, abrigando apenas museus. Mesmo assim, diante da inércia espacial dos respectivos lugares, são importantes “espaços públicos” de suas áreas centrais, símbolos da cidade colonial e imperial, lugares simultaneamente da permanência (memória materializada, inércia) e do movimento, tanto no sistema de ações quanto no sistema de objetos.

O fenômeno não depende do porte do aglomerado urbano, e sim da consolidação do lugar enquanto centro do respectivo espaço intra-urbano. Pode-se citar, como exemplos, as importantes praças em áreas centrais de Guaratinguetá (Praça Conselheiro Rodrigues Alves), de Campinas (Praça Visconde de Indaiatuba), de Mogi das Cruzes ou mesmo de Barão Geraldo (Distrito de Campinas). Em todas elas destruiu-se a igreja mas a praça continuou extremamente movimentada, nas duas últimas, no importante “ponto” de localização da igreja edificou-se, respectivamente, um hotel e uma agência bancária. A seguir discorre-se sobre a questão da praça e do lugar, enquanto inércia dinâmica, nos dois primeiros casos citados: a Praça Conselheiro Rodrigues Alves e a Praça Visconde de Indaiatuba, outrora, coincidentemente, ambos denominados “Largo do Rosário”.

A Praça Cons. Rodrigues Alves

O Município de Guaratinguetá situa-se às margens do Rio Paraíba do Sul, Estado de São Paulo. Vila fundada no século XVIII, já em 1727, instala-se a Igreja do Rosário e diante dela, seu adro, o Largo do Rosário. No largo, realizava-se a feira da vila, situação que perdurou por mais de duzentos anos, fazendo com que o local fosse também conhecido como Praça da Feira; desde cedo, portanto, lugar de destaque na vida urbana, voltado a atividades comerciais. Em 1820, instalou-se no local a Casa de Câmara e Cadeia. Em 1865, o local passou a ser conhecido como Largo do Paço ou Praça da Cadeia, denotando a lenta transformação da identidade do lugar a despeito da forte variação na dinâmica econômica do município que viu passar por suas terras a economia escravocrata voltada ao café. Em 1889, com a República, instalou-se a Prefeitura Municipal na antiga Casa de Câmara e Cadeia; a dinâmica da atividade comercial, que sempre caracterizou o largo, se fortaleceu com a construção do Mercado. Desta forma, a despeito da existência da Igreja e da Prefeitura, o largo voltava a ter denominação relacionada ao comércio: Praça do Mercado.¹⁷

Na virada ao século XX, como ocorreu em dezenas de lugares do atual território megalopolitano, a praça recebeu um ajardinamento. O urbanismo embelezador marcava as cidades brasileiras com a implantação de

¹⁷ Informações fatuais: SILVA, Enos da. *A Praça Conselheiro Rodrigues Alves*. 1999. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

áreas verdes: jardins e parques públicos nas maiores cidades, praças-jardins ou praças ajardinadas nas situações de menor dimensão. Na Praça do Mercado realizou-se um ajardinamento curioso: canteiros e caminhos sinuosos, mas tendo como foco uma pequena fonte central donde se organizava uma estrutura radial do traçado. Nos canteiros os arbustos e herbáceas foram plantados mais rigidamente, em *parterres*, mas algumas palmeiras apareciam dispostas de forma bastante arbitrária.



Fig. 20. A Praça Conselheiro Rodrigues Alves no início do século XX (Arquivo Museu Frei Galvão, apud E. da Silva, 1999).

A praça mudou novamente de denominação: Praça Conselheiro Rodrigues Alves, ex-presidente da república, personagem mais ilustre da elite cafeeira de Guaratinguetá. Destruiu-se o velho chafariz e inaugurou-se estátua em homenagem a Rodrigues Alves. Mais que isso, demoliu-se a Igreja do Rosário. Infelizmente esta ação não se constitui de todo incomum, o mesmo se verificou em Campinas, no Largo do Rosário; em ambas é preciso enfatizar que, no momento das respectivas demolições, seus principais devotos eram de origem pobre, em grande parte negros e mulatos. A hegemonia da igreja ficou, em Guaratinguetá, claramente com a Matriz de Santo Antonio, com a qual a elite se identificava. A Matriz situa-se a uma quadra da Praça Cons. Rodrigues Alves, em posição privilegiada no traçado urbano, de seu adro saem as ruas diretas a norte para a estação ferroviária e a sudeste para a prefeitura nova. Na Praça Rodrigues Alves, no local da antiga prefeitura, local da antiga casa de câmara e cadeia, instalou-se o Fórum.

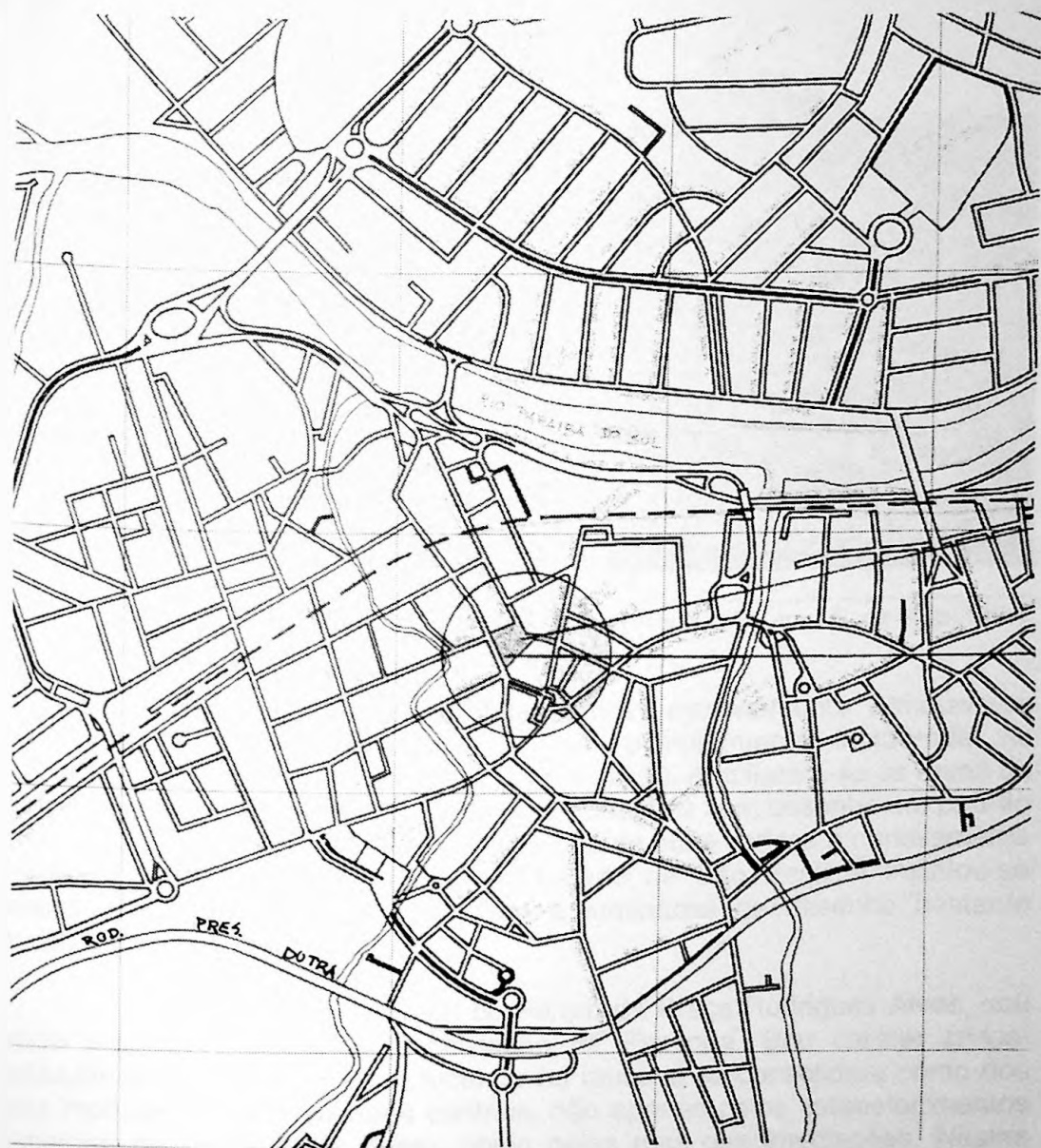


Fig. 21. Inserção urbana da Praça Conselheiro Rodrigues Alves. Base: E. da Silva (1999).

Mesmo sem a Igreja e sem a Prefeitura, a Praça Rodrigues Alves manteve-se bastante importante, além da presença do Fórum que sinalizava importante caráter cívico, continuavam se fortalecendo as funções comerciais do entorno e nas ruas que ligam a praça à estação ferroviária e a Matriz de Santo Antonio. Os desfiles e os comícios ainda nela se localizavam.



Fig. 22. A Praça em festa cívica , 1942 (Arquivo Museu Frei Galvão, apud E. da Silva ,1999).

Nos anos 50, a praça recebeu novo ajardinamento. Almejava-se uma aproximação à linguagem moderna, pioneiramente instaurada na arquitetura paisagística brasileira desde os anos 30. Ampliaram-se as áreas de piso, adotou-se pavimentação em mosaico português com desenho em padrão "onda", de origem lusitana, tão comum na orla de praia carioca e curiosamente freqüente em cidades interioranas do Estado de São Paulo.¹⁸ Instalou-se bancos sinuosos em concreto armado e luminárias de desenho bastante moderno para a época.

Com a saída também do Fórum da Praça Rodrigues Alves, seu prédio passou a abrigar a Fiscalização da Fazenda. Seu caráter cívico-institucional se esvaiu, porém o local de há muito já se consolidara como dos mais importantes em atividades centrais, não apenas pelos estabelecimentos comerciais de seu entorno direto, como pelas ruas das imediações. Nestas situaram, desde os anos 70, a maioria das agências bancárias da cidade.

¹⁸ No território megalopolitano, encontramos, por exemplo, em Indaiatuba, na Praça Prudente de Moraes, a mais importante da cidade, o mesmo padrão "onda". No Distrito de Souza, em Campinas, a praça ali mais importante também possui o piso em mosaico português no padrão "onda".



Fig. 23. Imagem da Praça Conselheiro Rodrigues Alves nos anos 60 (Arquivo Museu Frei Galvão, apud E. da Silva, 1999).

Nos anos 80 a praça tornou-se centro de irradiação das ruas exclusivas de pedestres. As ruas mais importantes do comércio varejista reforçam seu papel com esta benfeitoria. Nesta década a praça sofreu sua mais recente reforma, articulando-se com os calçadões. Diante do intenso fluxo de pedestres, ampliou-se drasticamente a área de piso, praticamente reduzindo a vegetação à arborização preexistente, cercada, agora, por bancos circulares de concreto. Mantiveram-se os bancos em "s" e o padrão "onda" preexistente no interior da praça; os espaços outrora destinados ao leito carroçável foram tratados também com mosaico português, porém com estrutura de desenho mais simples. Novas luminárias, agora em duas alturas para iluminar as áreas sob as copas das árvores.

Na década de 80, fechou-se o cinema, o edifício transformou-se em *shopping* popular, mas, nos anos 90, também este encerrou suas atividades. O relativo declínio reflete processos mais gerais observados na formação sócio-espacial brasileira do período, em particular àqueles ocorridos nas áreas mais urbanizadas do país, em sua Região Concentrada (Sudeste e Sul).

A praça, com área de 9.450 m², atualmente esta cercada por densa área comercial, edificações geminadas de 2 a 6 pavimentos, algumas são ainda do início do século, outras bastante recentes, anos 70 a 90. Constitui-se em ampla área de piso, a cobertura arbórea permanece, destaque para espécies semidecíduas bastante freqüentes na arborização urbana paulista (*Caesalpinia peltophoroides*, *Caesalpinia leyostachya* e *Delonix regia*).

Hoje a praça volta-se ao cotidiano da área central. Possui intenso fluxo de transeuntes, aposentados são seus mais assíduos usuários, mas pessoas de todas as idades utilizam seus bancos para pequenas pausas e conversas. Atividades cívico-político ainda tem lugar na praça, seu movimento e a tradição do lugar, constituem-se em importantes fatores locais. A Praça Rodrigues Alves é importante marco referencial à escala do centro dada sua dimensão, arborização e relação com o tecido urbano das imediações. Trata-se de um sub-espço repleto de significados, atribuídos ao lugar historicamente, tanto pela esfera do cotidiano quanto pelos eventos de caráter cívico-político.

Diante dos novos hábitos e intensos usos, a manutenção e o desenho atual da praça são adequados. Mas poderia, sem dúvida, ser mais que isso, mais pertinente à cidade, reforçando sua identidade. Não há muito sentido nas "ondas" como padrão de piso numa cidade de interior, ainda que megalopolitana.

Atualmente, Guaratinguetá apresenta-se em forte conurbação funcional com as cidades paulistas do Vale do Paraíba, ao longo do eixo da Rodovia Presidente Dutra, constituindo-se em importante sub-centro comercial, com destaque ainda para o setor químico e leiteiro.¹⁹ Neste contexto, embora tendo a praça perdido as instituições religiosas e públicas citadas acima, o fortalecimento das atividades comerciais e de serviço da cidade mantém a praça como um dos lugares mais movimentados e importantes da cidade. Foi-se a feira dos séculos passados mas permanece o caráter comercial que caracteriza o lugar desde sua gênese no século XVIII.

¹⁹ A população atual de Guaratinguetá é de 104.022 habitantes. Sua taxa de urbanização ultrapassa 95% e sua densidade demográfica situa-se em 138,43 habitantes/km² (Censo 2000 - Sinopse Preliminar). Mais de 55% de sua PEA encontrava-se no setor de serviços, em 1997. Possuía, em 1998, 14 agências bancárias. FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2000.

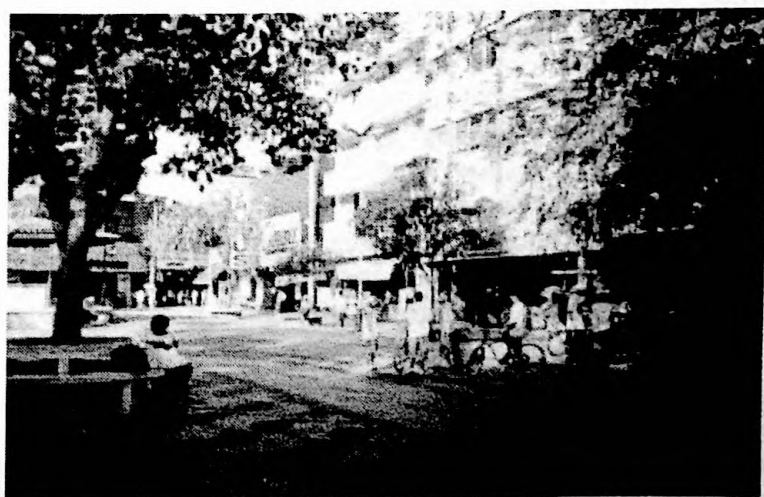


Fig. 24, 25 e 26. O cotidiano da Praça Conselheiro Rodrigues Alves.
Fotos: E. da Silva (1999).

O Largo do Rosário em Campinas

Em 1817, vinte anos após a elevação da Freguesia de "Campinas" para Vila de São Carlos, construiu-se a Igreja de Nossa Sra. do Rosário e estabeleceu-se seu largo. Tratava-se da segunda igreja e do terceiro largo da Vila. O primeiro, Largo do Carmo, marco da fundação da Freguesia, junto à Matriz do Carmo, o segundo, Largo de Santa Cruz, junto à capela de mesmo nome; ambos situados, aproximadamente, na posição de antigos pousos no "Caminho dos Goyases".²⁰

O primeiro largo correspondia a sede maior do poder, local da Igreja Matriz e do edifício da Câmara e Cadeia, no entanto, quarenta anos mais velha que a Igreja do Rosário, a Igreja do Carmo encontrava-se em muito mal estado de conservação quando da primeira visita do Imperador D. Pedro II à Campinas, em 1846. Por este motivo e também por ser o Largo do Rosário local preferencial da moradia da elite campineira, as cavalhadas e demais festividades em homenagem ao imperador ocorreram no Largo do Rosário e na respectiva igreja. O largo se prestava para espaço de representação da igreja, do Estado e dos ricos moradores do entorno. Suplantando, nas festividades, a importância do Largo do Carmo.

A partir de 1854, destinou-se o Largo do Rosário a feiras livres. Na década de 70 arborizou-se os Largos do Rosário e do Carmo e instalou-se no Rosário o mais importante chafariz da cidade, elemento de relativa comodidade à vida urbana de então, contribuindo para ampliar o poder de agregação do lugar. Em 1885, o Largo do Rosário foi o local escolhido para a primeira exposição regional, Ramos de Azevedo orientou o ajardinamento do local para o evento.

Ratificou-se, ao longo do século XIX, o Largo do Rosário como um dos mais movimentados "espaços livres públicos" de Campinas, rivalizando e por vezes superando em dinâmica o Largo do Carmo. Interessante observar como nos meados do XIX o Largo do Rosário se prestou simultaneamente tanto à elite campineira quanto à população em geral: seu entorno edificado voltado ao uso residencial da elite e seu "espaço livre" voltado às trocas e ao comércio de ambulantes e feiras; lugar fundamental ao cotidiano da cidade, rica e pobre. Em paralelo o Largo do Carmo, conhecido à época também como Largo da Cadeia, abrigava as mais importantes casas comerciais e a simbologia maior do Estado, com a Casa de Câmara e Cadeia e com o

²⁰ As informações atuais sobre o Largo do Rosário e suas respectivas datas tem por base duas recentes dissertações de mestrado. Entre 1817 e 1935 referenciam-se em Siomara B. de Lima (2000), e entre 1930 e 1995, em Débora P. F. V. dos Santos (1999). LIMA, Siomara Barbosa de. *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. p. 164, passim. SANTOS, Débora P. F. V.. *Espaços públicos do lazer em Campinas: o lugar do ficar*. 1999. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. p. 52-68.

pelourinho instalado na praça. Ambos sediavam eventos religiosos importantes, e repartiam os eventos de natureza cívica. Enquanto o Largo do Carmo se notabilizou pelos eventos promovidos pelo Estado, o Largo do Rosário foi o escolhido pela população para suas manifestações de protesto (a partir do fim do século XIX), desde ações mais espontâneas contra a intendência, até manifestações político-partidárias havidas desde a instauração da República.

PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS

E SEUS EDIFÍCIOS PRINCIPAIS

LEVANTADA EM 1878

DESAZIMADA EM 1878



Fig. 27. Planta da cidade de Campinas em 1878 (S. de Lima, 2000).

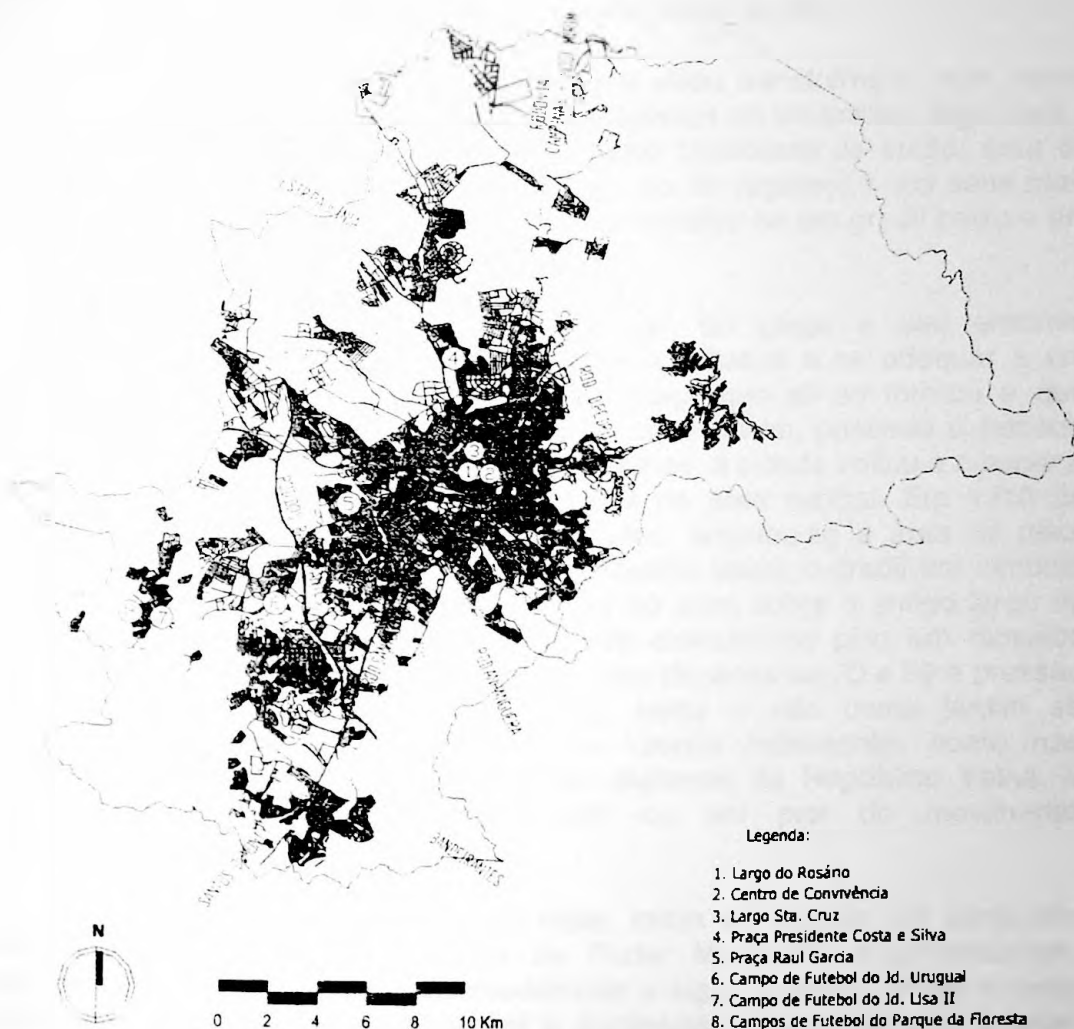


Fig. 28. Localização das "praças" de Campinas apresentadas na tese.
Desenho: M. Fricke, 2001.

Em 1887 o Largo do Rosário passou a ser denominado Praça Visconde de Indaiatuba, mas, a despeito da intenção da elite à época, o lugar é conhecido como "Largo do Rosário" até o presente.

Até a passagem para o século XX, com exceção do Largo Santa Cruz, foram ajardinados os principais "espaços livres públicos" da cidade. Alguns possuíam verdadeiro caráter de jardim como os passeios criados no Largo Carlos Gomes e, principalmente, o Passeio Público de Campinas, atual Praça Imprensa Fluminense. Outros se hibridizaram, como os largos das igrejas mais importantes, matrizes velha e nova (Largo do Carmo e Largo da

Conceição) e Igreja do Rosário; os dois primeiros se caracterizaram como praças ajardinadas e o Largo do Rosário como praça-jardim.

O tratamento formal do Rosário visou transformá-lo num jardim (1895), seguindo princípios de solução paisagística do urbanismo higienista e embelezador dominante nas principais cidades brasileiras de então: área de canteiros maior que a área de piso, intenso uso de vegetação nos seus mais variados estratos e cercamento do perímetro. Instalou-se um gradil baixo e um novo chafariz de caráter ornamental.

No entanto, a história do lugar, do Largo e seu entorno, pressionou lentamente para que seu cotidiano voltasse a se adequar a um sistema de ações mais próprio à vida da praça que ali se formou e que caracterizou o largo por praticamente um século. Assim, passado o período mais violento de epidemias que assolou Campinas, a cidade voltou a crescer e a demandar por mais espaço aos pedestres na área central. Em 1916 os jardins do Largo do Rosário foram reformados, ampliou-se a área de piso, reduziu-se os canteiros, retirou-se o gradil. Mesmo baixo, o gradil era símbolo do caráter de jardim que se estabeleceu por 20 anos sobre o antigo largo de chão batido dos tempos imperiais. Em 1928 executou-se piso em mosaico português, em 1931 removeu-se o chafariz. Nas décadas de 20 e 30 a pressão de utilização do Largo do Rosário como praça e não como jardim se expressava tanto no cotidiano, lugar de intenso movimento, como nas manifestações políticas: contra as fraudes eleitorais da República Velha, a favor ou contra a revolução de 1930 ou em prol do movimento constitucionalista de 1932.

Em 1933, na calada da noite, todas as árvores do Largo do Rosário foram cortadas por ordem do Poder Municipal. Argumentou-se, novamente, pela necessidade de modernizar o lugar. Agora o jardim é visto como atraso, as árvores ao sombrear a iluminação noturna tornava o local inseguro. Instalou-se amplo piso em mosaico português com desenhos de inspiração *art nouveau*. Resgatou-se a morfologia de praça, estruturada pelas áreas de piso e não mais pelos canteiros vegetados, como demandava, aliás, o sistema de usos do lugar. No ano seguinte, o desenho de piso é totalmente alterado, da sinuosidade do *art nouveau* ao geometrismo ortogonal do *art déco* (sempre em busca da "modernização" do lugar). Instalou-se no centro do largo o principal monumento de Campinas, em homenagem a Campos Sales, e estabeleceu-se um plantio arbóreo parcimonioso, apenas duas linhas de árvores nas laterais maiores da praça.

Nas décadas de 40 e 50, o largo possuía uma estrutura formal bastante condizente ao sistema de ações ali presente, espaço movimentado de dia e de noite: local de encontros para negócios, ou para o ócio, local de boêmia. Em 1957 remove-se o Monumento a Campos Sales conforme indicação de Prestes Maia feita na década de 30. Seu "Plano de Melhoramentos Urbanos para Campinas", aprovado em 1938, propunha, entre tantas medidas, o alargamento da Av. Glicério (antiga Rua do Rosário) e a

criação de uma praça cívica, ampliando-se o Largo do Rosário até o local do novo Fórum; demolindo-se, portanto, uma quadra, exatamente a quadra que continha a Igreja do Rosário.

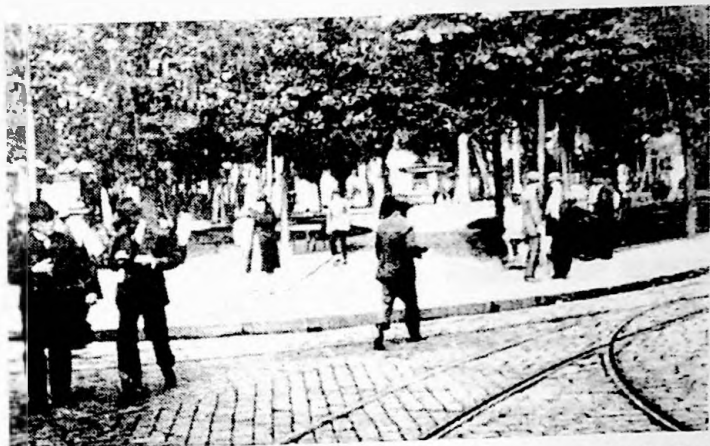


Fig. 29, 30 e 31. O Largo do Rosário em três tempos: década de 20, 1935 e década de 1950, já com o edifício do Fórum ao fundo mas ainda com a Igreja (S. de Lima, 2000: p. 111, 152, 155).

A polêmica proposta foi executada finalmente entre 1956 e 1958, seguindo projeto do Arqto. Renato Righetto. Seguindo a diretriz do Plano de Prestes Maia, Righetto propõe, à parte velha do largo (Praça Visconde de Indaiatuba), a criação de uma marquise em “u”, conformando o espaço para

manifestações cívicas. Com o mesmo desenho de piso criado para a parte velha do largo, em listas pretas e brancas de mosaico português, cria-se o trecho novo do largo, a Praça Guilherme de Almeida. Com a demolição da Igreja do Rosário, intencionou-se integrar pelo desenho de piso as praças Visconde de Indaiatuba e a recém criada Guilherme de Almeida.

O projeto paisagístico de Righetto não foi concluído em sua íntegra, o revestimento em mármore da marquise só ocorrera dez anos mais tarde, em 1968, o espelho d'água proposto nunca foi executado. O mesmo arquiteto fora chamado em mais duas oportunidades (1971 e 1980) para elaborar propostas de reformulação da praça e em ambas oportunidades suas propostas não chegaram a ser executadas por completo. Realizou-se apenas alterações não estruturais como a mudança na forma dos canteiros ou troca parcial de arborização. Mantinha-se assim a estrutura do projeto de 1956, não se implantaram suas idéias posteriores de maior ocupação física da praça, que diminuiriam o potencial de apropriação cívica da praça.

A grande praça cívica idealizada por Prestes Maia, tendo o edifício do Fórum como elemento referencial, na verdade não se concretizou como prática espacial. A Praça Guilherme de Almeida recebeu uma arborização que diminuiu a percepção do Fórum para quem se encontra na extremidade oposta, na Praça Visconde de Indaiatuba; além disso, o alargamento da Av. Francisco Glicério e seu fluxo intenso impedem a percepção integrada das praças Guilherme de Almeida e Visconde de Indaiatuba.

Com o projeto de Righetto realizou-se uma divisão de funções entre as duas praças. Coube ao velho Largo do Rosário, modernizado com a marquise, o papel cívico, voltado a manifestações políticas, partidárias ou não. Manteve-se o caráter do lugar; porém ao invés de ter como edifício e símbolo maior a Igreja, agora, muito ao fundo, discretamente aparece a figura do Fórum, como um símbolo da ordem republicana, do Estado de Direito, pairando de forma neutra diante da sociedade. Eventuais manifestações de oposição à ordem estabelecida se realizam a relativa distância do edifício público e mesmo de costas para ele. O velho Largo do Rosário se transformou ainda mais em espaço popular, aberto a todos. Parte da área da Marquise, junto à Rua General Osório, se transformou em ponto de ônibus. A elite já não habitava o centro; o entorno do Largo, desde os anos 20, foi se transformando em concorrido ponto comercial, ali estão presentes movimentados restaurantes e agências bancárias, além de estabelecimentos de comércio e serviço diversificados, de caráter mais popular.

A Praça Guilherme de Almeida apresenta, tal qual o velho largo, intenso movimento, porém apenas em horário comercial. Ao contrário do caráter cívico da Praça Visconde de Indaiatuba, a presença de vegetação, sobretudo arbórea, estimula a presença, potencializa a conversa. Logo ali foi se caracterizando como ponto de pequenos negócios, muitas vezes com mercadorias de procedência, no mínimo, duvidosa. Desde os anos 80, pela

manhã, são afixados nas muretas inclinadas dos canteiros, cartazes de oferta de empregos, alguns desempregados são ali mesmo "contratados". O intenso movimento atrai por vezes pequenos ladrões; paradoxalmente tudo se passa cotidianamente e astuciosamente diante do Fórum. Ao fim da tarde, idosos e taxistas são seus usuários mais assíduos; à noite poucos se aventuram pelo local.

O entorno, salvo o Fórum que se encontra diretamente ligado à Praça Guilherme de Almeida, participa menos deste movimento bastante endógeno à praça. Os canteiros vegetados em profusão, hoje quase em confusão, e o intenso fluxo das vias que limitam a praça, diminuem a relação de imagem e de acessibilidade entre a praça e seu entorno imediato, consequentemente reduzem as interações entre a praça e os edifícios circundantes. Importante frisar que o plantio moderno e assimétrico da vegetação na praça, tanto na proposta de 1956, quanto na reforma de 1971, não enfatiza a imagem do Fórum, nem propicia uma grande concentração de pessoas. Neste sentido em nada colabora para o projeto urbanístico de Prestes Maia da "grande praça cívica", a praça parece "proteger" o Fórum de um evento de maiores proporções. De fato o lugar, ao longo de sua breve história, não foi palco de nenhuma manifestação cívico-política, a despeito de sua proximidade ao velho e quase sempre agitado Largo do Rosário.

Em 1982, cogitou-se transformar a Praça Visconde de Indaiatuba em terminal de ônibus, a reação popular foi imediata, mais um projeto (infeliz) não foi levado adiante. Com a redemocratização, o Largo do Rosário assume com maior intensidade o papel de praça cívico-popular, assumiu também o papel de espaço de comemorações públicas, sejam de caráter mais cívico, como na comemoração ao impedimento político do ex-presidente Collor, ou para comemorações de vitórias esportivas. Em 1985 ampliou-se a área destinada aos pedestres, com o fechamento da Av. Campos Sales no trecho lindeiro à praça.

Nos anos noventa, a municipalidade resolveu intervir em vários espaços livres públicos da área central, com uma política nem sempre criteriosa de "restauração". Foram escolhidas algumas características formais relativas a diferentes momentos históricos, estabelecidos para os diferentes bens públicos selecionados para as intervenções. Para a Praça Visconde de Indaiatuba, aproveitando-se do precário estado de manutenção das marquises, a Prefeitura, com o aval do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), em mais um ato bastante controverso, põe a baixo a marquise e reforma a praça, se referenciando na reforma havida em 1935. Trata-se de uma volta ao desenho de piso, às linhas gerais de estruturação do plantio arbóreo em eixo de simetria, de instalação de postes de iluminação semelhantes aos dos anos trinta. Não se trata, de um restauro, mas de uma simulação precária ao passado, haja visto que o sistema de objetos do projeto de 1935, contava como elementos fundamentais, além do desenho de piso e da estrutura de plantio da vegetação, com o imponente

Monumento a Campos Sales, para não falar da relação com o entorno, sobretudo com a outrora existente Igreja do Rosário.

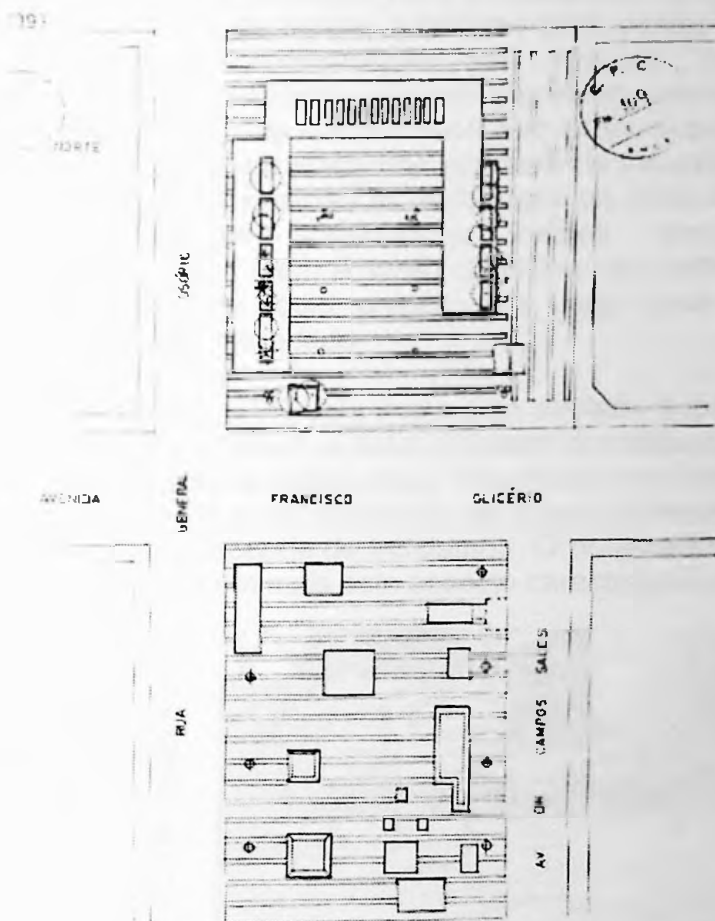


Fig. 32. Planta da "praça cívica" (D. dos Santos, 1999: p. 67).



Fig. 33 e 34. A Pça. Visconde de Indaiatuba e a Pça. Guilherme de Almeida em 1988

(D. dos Santos, 1999: p. 67-68).

A reforma de 1995, ao produzir um "verdadeiro" simulacro, serviu-se de forma bastante questionável dos tempos passados, produzindo uma imagem nova, falsificação histórica permitida ética e esteticamente pela pós-modernidade. Criou-se uma ilusão de ordens anteriores pela destruição espacial, de objetos e de ações. Reconstruiu-se uma imagem "bem comportada" para o lugar, eliminando algumas práticas espaciais bastante incômodas aos "cidadãos-consumidores": usos imprevistos pelo lúmpem que a marquise veio a propiciar e pelos pobres em atividades informais de trabalho e de sobrevivência. Evitou-se o incômodo aumento da visibilidade da miséria e da pobreza urbana, estruturalmente engendradas nestes tempos eufemisticamente "pós-industriais". Assim, com a ilusão da ordem das velhas formas, iluminadas agora à lâmpadas de sódio, prepara-se o Largo para os novos tempos de violência sistêmica da sociedade.

Afirmou-se, no projeto de 1995, pela linguagem adotada e pela linguagem abortada da praça moderna anterior, o distanciamento das idéias de Prestes Maia quanto a formação da grande praça cívica. Não houve nenhuma preocupação em considerar a possibilidade de integração da Praça Guilherme de Almeida ao novo projeto da Praça Visconde de Indaiatuba. O pragmatismo do projeto recentemente implantado fica em mais este aspecto caracterizado.²¹



Fig. 35 e 36. A Pça. Visconde de Indaiatuba após a reforma de 1995 (D. dos Santos, 1999: p. 69).

Desde a implantação da Praça Guilherme de Almeida até o presente, não se estabeleceu um momento em que as duas praças se transformaram numa só. A demolição da marquise em nada alterou a dinâmica

²¹ Evidentemente esta crítica não anseia questionar a competência dos autores responsáveis pelo projeto implantado no Largo do Rosário em 1995. Tem-se claro as limitações de tempo e recursos orçamentários em que, na grande maioria das vezes, são feitos os projetos internamente aos órgãos públicos. São lamentavelmente raras as ocasiões em que é deixado ao próprio corpo técnico projetual das municipalidades uma condição mais ampla para proposições de espaços livres públicos. O mais comum, quando se anseia uma maior qualidade espacial, ou melhor, uma imagem de maior impacto, é convidar um profissional externo aos quadros das prefeituras, o que nem sempre significa melhores resultados para a apropriação da população.

cindida das duas praças. Hoje, a maioria da população sequer sabe o nome da Praça Guilherme de Almeida. Alguns moradores da cidade denominam o conjunto das duas áreas livres como Largo do Rosário; de fato assim é tratado o local no âmbito da imagem semi-oficial dos cartões postais, revelando a força do lugar, a inércia dinâmica da área central da qual o Largo é uma síntese. A despeito desta denominação comum, suas formas atuais são quase antagônicas, os usos das praças são tão distintos, que só permite compreendermos o lugar dividido em dois. A "praça do Fórum" em seu uso estritamente voltado ao cotidiano parece estar muito distante da praça cívica mais importante da metrópole de Campinas: o Largo do Rosário.

O Largo só pode ser compreendido a partir de uma visão dialética do espaço. Lugar de contradições sociais que estabeleceram dinamicamente suas características ao longo de sua história. Espaço preferencial de moradia da elite do século XIX, mas também de feiras populares. Praça transformada em jardim para deleite da aristocracia, porém não tardou para que as árvores se tornassem problema diante das demandas de uso. Retorna-se a praça, desenhos sucessivos, graus de fracasso (dos desenhos, não dos usos): art nouveau, art déco, moderno, pós-moderno (falso restauro). Ambigüidades, contradições, passagens na história movimentada de um lugar, praça cívica, desde há muito.

O Largo passou por várias mudanças em seu sistema de objetos e ações, mas a consolidação do lugar, como praça de caráter central, comércio e manifestações cívicas, foi lhe permitindo vencer os riscos mais polêmicos dos diversos momentos de "modernização" e "restauro". A Praça Guilherme de Almeida, "parida a fórceps", por enquanto constitui-se, pouco mais que um apêndice do Largo do Rosário, expressa um desenho frágil e contraditório. A Praça Visconde de Indaiatuba, mesmo sem a Igreja do Rosário, sem a moradia e o interesse da elite campineira, sem a marquise de elegante desenho moderno, constitui o dinâmico Largo do Rosário, expressa a força do lugar.

“Bons” desenhos em “maus” lugares

Como vimos desenhos, pouco expressivos, como o atual da Praça Rodrigues Alves, em Guaratinguetá, ou anacrônicos, como o atual do Largo do Rosário, em Campinas, não impedem uma forte apropriação das praças quando situadas em lugares intra-urbanos bastante propiciadores de vida pública. O inverso também é verdade: mesmo desenhos de paisagistas e arquitetos extremamente competentes não são capazes de criar boas praças, fortemente apropriadas pelo uso da população quando situadas em lugares impróprios para este fim. No máximo, em lugares de fraca potencialidade para encontros públicos, pode-se criar, por um bom desenho, vazios referenciais, com forte imagem; não chegam, no entanto, efetivamente a se constituir como praças.²² Tem-se nestes casos, contra a praça, a força negativa dos lugares.²³

Encontram-se nestas situações, com grande frequência nas médias e grandes cidades da megalópole os lugares cuja trama viária e mesmo o tecido de relações sociais se enfraquece com a passagem de elementos infra-estruturais voltados a escalas maiores que a do tecido urbano local. São os casos de viadutos, vias expressas ou linhas ferroviárias que rompem e desqualificam a morfologia e as práticas espaciais anteriores, criando “espaços livres” residuais, impropriamente denominados como praças; quer porque outrora ali havia de fato uma praça, quer porque falta efetivamente ao Poder Público, e não só a ele, clareza do que seja praça. Alguns exemplos: a Praça das Mães em Madureira, Rio de Janeiro, espaço encravado entre a linha do trem, um viaduto e suas alças de acesso

²² Diante da conceituação sobre praça, já exposta no Capítulo I, não basta a um “espaço livre” possuir uma forte imagem pública para que efetivamente possa ser caracterizado como praça; para tanto é necessário constituir-se num lugar, urbano e/ou da cidade, propiciador do encontro na esfera de vida pública, potencializador da *vita activa* e/ou da razão comunicativa.

²³ Uma outra situação inversa é também possível: um lugar em tese propiciador de interações sociais diversificadas no domínio da esfera de vida pública que, no entanto, diante de um projeto muito inadequado não consegue se constituir como praça. O exemplo mais notável e desastroso na megalópole talvez seja o da Praça Roosevelt, área central de São Paulo, que comentaremos, de forma breve, no último capítulo desta tese. Com maior ou menor impacto negativo, causando redução significativa na utilização da praça, encontram-se inúmeras situações no território megalopolitano: desde a reforma realizada nos anos 90 na Praça 23 de Outubro (Castelo) em Campinas, anulando-a como praça, mantendo-a apenas como importante marco referencial relacionado à caixa-d'água/mirante; até situações não tão destruidoras, mas bastante lamentáveis, como a reforma realizada nos anos 50 na Praça Siqueira Campos, junto à Igreja Matriz, em Jaú. LEONELLI, Gisela. *Dois praças e o tempo*: Jaú, o começo e o fim do século. 1998. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

(analisaremos esta "praça" a seguir); em Campinas, as áreas livres junto as alças de acesso do Viaduto entre a Rodovia Heitor Penteado e a Avenida José Bonifácio, em área residencial "nobre", possuem denominação oficial no mínimo curiosa, Praça Ladies de Campinas; em São Paulo o sistema viário destruiu uma série de praças, malgrado o esforço de arquitetos em procurar redesenhar o espaço residual sob viadutos e outros obstáculos, é o caso da Praça 14 Bis, nas proximidades do tradicional bairro da Bela Vista.

Mesmo alguns projetos de um dos mais importantes paisagistas do século XX, Roberto Burle Marx, não são capazes de, em si, gerar vida de praça em lugares impróprios para tal. O caso da Praça Rodrigues Alves de Abreu, construída sobre a linha do Metrô Norte-Sul, junto à Estação Paraíso, em São Paulo, é digno de nota. O lugar constitui-se em movimentado entroncamento viário, em planos diversos se entre-cruzam as avenidas 23 de Maio (expressa) e a Bernardino de Campos (arterial), no nível desta última em, entroncamento em "y". encontra-se a também arterial Rua Vergueiro. Neste sub-espaço voltado à circulação localizaram-se as saídas da Estação Paraíso e diante da Av. Bernardino de Campos instalou-se ampla área de abrigo e parada de ônibus. O espaço não veicular, denominado como praça, é residual, calçadas e ilhas mais ou menos alargadas e um talude diante da via expressa. O projeto de Burle Marx consiste, fundamentalmente, em ampla área de piso, com desenho altamente elaborado em mosaico português branco, preto e vermelho, em sintonia de linguagem com a forma das áreas destinadas à vegetação. Devido à predominância dos espaços de circulação de veículos, e da intensidade de fluxos, cria-se micro-ambiente bastante inóspito à permanência do pedestre. A "praça" acaba não passando de área de passagem e espera de ônibus.

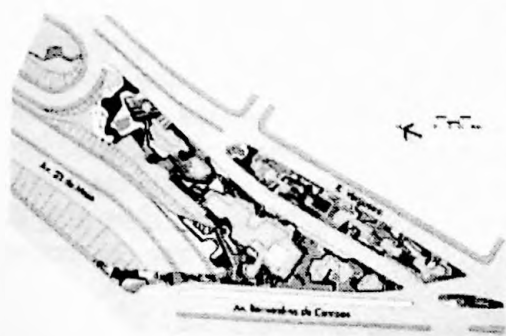


Fig. 37 e 38. Planta e foto da Praça Rodrigues de Abreu (S. Macedo, 1999: p. 80).

Ao destinar uma área residual do sistema viário para uma obra de Burle Marx, o Poder Público paulista desperdiçou boa chance de contar com uma praça mais significativa do paisagista diante dos importantes sub-espaços do metrô. Situação bastante diversa do ocorrido no Rio de Janeiro onde Burle Marx foi convidado a projetar a reforma do tradicional Largo da

Carioca quando da construção da Estação Carioca do Metrô (este projeto será comentado no último capítulo).

A Praça das Mães em Madureira

O bairro de Madureira, na Zona Norte do Rio de Janeiro, é dos mais representativos e tradicionais da capital fluminense, distante 16 km do centro da cidade. Em Madureira, quase se encontram duas linhas do trem de subúrbio, Flumitrens, correspondentes às antigas Estrada de Ferro Central do Brasil e Linha Auxiliar da E.F.C.B. Tal localização sem dúvida favoreceu a paulatina constituição de um dos mais importantes sub-centros comerciais cariocas (fora do eixo dos ricos bairros da Zona Sul), servindo a vários bairros das proximidades e mesmo subúrbios mais distantes a norte e oeste de Madureira. Em Madureira localiza-se, também, o Morro da Portela, significativo espaço cultural da cidade, lugar de samba genuíno e por vezes extremamente sofisticado, como de Cartola ou Paulinho da Viola. Com a Escola de Samba da Portela e com seu centro comercial, os moradores da "distante" Madureira estabelecem, via de regra, forte e digna identidade com o lugar; não se confundindo com a homogeneidade da baixada fluminense, nem tão pouco buscando imitar valores e padrões dos moradores da Zona Sul do Rio.

O programa "Rio-Cidade" da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (primeira fase 1993-1996) propiciou intervenções em alguns "espaços livres públicos" do centro e em diversos sub-centros da cidade, com maior concentração de projetos nas áreas mais densas e valorizadas da cidade, entre o Centro e a Zona Sul, embora o número de intervenções nas áreas pobres seja elevado. Neste contexto, após seleção entre vários escritórios participantes do concurso de idéias, coube o projeto para Madureira à Co Opera Ativa - Cooperativa de Profissionais do Habitat do Rio de Janeiro Ltda. - dirigida pelo Arqto. Demetri Anastassakis. O projeto foi concebido em 1994 e executado em 1996.

Ao contrário da maioria das intervenções do "Rio-Cidade I" que privilegia um eixo da intervenção, no caso de Madureira, a área escolhida é mais difusa, abrangendo um conjunto de quadras entre a Praça das Mães e a Av. Min. Edgard Romero, no sentido oeste-leste, e entre as duas linhas de trens, no sentido norte-sul. A praça é a única do referido setor, embora em situação urbana bem pouco convidativa ao pedestre, foi definida em projeto para abrigar equipamentos que estimulassem o estar e a convivência.

A Praça das Mães está reduzida a um pequeno espaço livre (2.780m²), boa parte dela encontra-se sob o Viaduto Negrão de Lima que cruza as linhas férreas. Além do viaduto, o entorno da Praça é marcado pela presença de estabelecimentos comerciais de padrão médio-baixo com

movimento de pedestres bem menor que o da Av. Min. Edgar Romero, a principal via de comércio e serviços do centro de Madureira.



Fig. 39. Localização das praças cariocas apresentadas nesta tese. Des. Final: M. Fricke, 2001.

A praça tem sua estruturação formal vinculada ao viaduto. A Praça das Mães é bastante fragmentada, dividida em ilhas e calçadas por vezes alargadas, com o perímetro definido em função do sistema viário. A área mais ampla é a que possui forma mais próxima a de uma praça. Mesmo esta apresenta quatro sub-áreas bastante distintas, em função da relação de ambiente que estabelece com o viaduto: área sob o viaduto destinada a estacionamento, área sob o viaduto destinada ao convívio, área descoberta mais ampla a sudoeste do viaduto e, por fim, a estreita faixa de área livre que envolve o viaduto a nordeste e a leste.

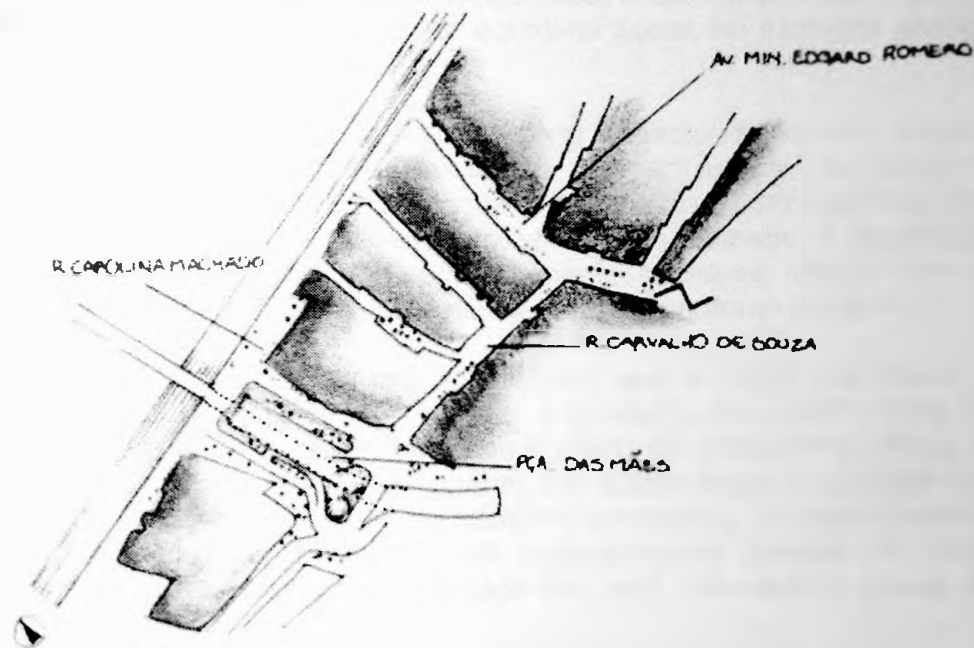


Fig. 40. Inserção urbana da Praça das Mães. Base: IPLANRIO, 1996.

A área de estacionamento, em dois níveis, tem capacidade para duzentos veículos. A área sob o viaduto destinada ao convívio se integra enquanto linguagem e acessibilidade a área livre mais ampla a sudoeste. Ambas são estruturadas a partir de pisos em cotas diferenciadas procurando criar estares (sobretudo na área livre) e espaços de múltiplo uso (sobretudo na área sob o viaduto). A quarta área é apenas uma borda verde linear de transição entre o viaduto e o sistema viário circundante.

O piso é cimentado, vez por outra é ornamentado por discreta faixa em mosaico português vermelho, formando linhas em desenhos ortogonais. Este padrão de desenho identifica toda a área de intervenção do Programa Rio-Cidade em Madureira, mas o uso extremamente parcimonioso do mosaico português não foi capaz de dignificar os "espaços livres públicos" do projeto, sobretudo na Praça das Mães.

No Programa Rio-Cidade é interessante e lamentável observar como a maioria das soluções mais baratas dos projetos foram as dos bairros mais pobres e mais distantes do centro, e a maioria das soluções mais caras e projetualmente mais elaboradas ficaram para os bairros da rica Zona Sul carioca. É como se os pobres não merecessem os mesmos materiais das calçadas dos ricos, a mesma qualidade de materiais e de desenho do mobiliário urbano realizado para os espaços públicos dos ricos. Assim, em linhas gerais, o Programa Rio-Cidade, de forma preconceituosa, consciente ou

não, reforça as desigualdades no direito à cidade, exatamente naquilo em que poderiam buscar uma outra atitude, de equidade social, no trato dos espaços públicos.²⁴

Com o intuito de atenuar o forte impacto do viaduto sobre a praça, o uso de cores foi intenso. Procura-se "alegrar" o local, os pilares do viaduto são azuis, suas vigas e lajes, rosas, o piso da área com mesinhas para jogos é, também, azul. Como elemento secundário aparece a vegetação, canteiros gramados com árvores, principalmente decíduas, distribuídas no perímetro da praça, nas ilhas viárias e nas calçadas do entorno imediato.

O viaduto marca mais a paisagem que a Praça das Mães. A arborização esparsa não chega a atenuar a presença do viaduto nem tão pouco pintá-lo de rosa e azul diminuiu seu impacto no ambiente da praça. A sombra por ele projetada é mais impactante que a tinta desta ou daquela cor. A área de mesinhas e bancos é excessivamente ensolarada, desestimulando o uso daquele sub-espço, sobretudo nos muitos meses quentes do clima carioca. Novamente a cor, o chão pintado em azul, em nada é capaz de refrescar o árido estar.

Toda a postificação da área do Programa Rio Cidade em Madureira tem desenho próprio, simples e funcional, de linhas ortogonais, pintadas em vermelho, procurando dar identidade a área de intervenção do programa municipal. Também em vermelho foram pintadas as lixeiras de fibra de vidro - desenho padrão da municipalidade. O espaço destinado ao convívio é todo envolvido por gradil alto de ferro pintado em verde, o que não chega a atenuar sua triste presença. Novamente parece ter havido um preconceito quanto a acreditar que o gradeamento pudesse garantir maior segurança ao local, solução que se revelou tão fácil quanto ineficiente.

Quanto ao uso efetivo, o estacionamento é bastante útil nos dias e horário comerciais. O sub-espço destinado a convivência é normalmente ocupado por crianças de rua e jovens desocupados que fazem do local ponto de consumo de drogas, alguns passam a noite sob o viaduto, transformando em privado o espaço público. O lugar, mesmo antes do projeto "Rio-Cidade", já tinha este uso, ali ocorrera, inclusive, uma chacina. Quando o comércio fecha suas portas, o local fica bastante vazio, ocioso e perigoso, evitado por quase todos os que se utilizam do centro de Madureira.

²⁴ Dizemos "maioria dos casos do programa" pois há, sem dúvida, exceções. O caso do Méier, por exemplo, bairro da Zona Norte que, a despeito disto, apresenta soluções do projeto paisagístico bastante satisfatórias, adotando materiais adequados ao projeto de espaço livre; já no que tange ao desenho de mobiliário urbano, sua proposta de "ilha de serviço" é bem menos feliz, o abrigo pouco abriga em dias de chuva, o banco é muito pequeno e desconfortável. O emprego de materiais mais nobres, incluindo mesas e bancos em granito polido, como no projeto realizado para Ipanema, coordenado pelo arquiteto Paulo Casé, não significou desenho ou resultado necessariamente mais satisfatório, o que é observado pelos moradores do local.



Fig. 41 e 42. Imagens da Praça (?) das Mães. Fotos: A. Faccin (1999).

As calçadas mais largas e movimentadas do entorno são apropriadas por comerciantes como área de extensão de suas lojas ou por ambulantes com suas precárias barracas. Aos domingos, com o comércio fechado, não há movimento, as calçadas abrigam, eventualmente, uns poucos bêbados ou drogados jogados ao chão. Somente o sub-espaço destinado à convivência mantém seus assíduos frequentadores (não previstos pelo projeto): crianças e jovens marginalizados pela sociedade que se apropriam de forma bastante violenta do lugar.

A despeito das melhorias no sistema de objetos do espaço, a Praça das Mães permanece um local marginalizado pela sociedade e pelo Poder Público, que praticamente abandonou o lugar a sua própria sorte após a inauguração. Infelizmente o projeto se prestou mais como imagem para o belo livro sobre o Programa Rio Cidade que para a população de Madureira²⁵.

O desempenho do sistema de objetos projetado diante do sistema de ações é insatisfatório; o desempenho dos materiais diante do uso, do clima e da péssima manutenção é insatisfatório; o sistema de usos efetivos está longe de caracterizar o local como uma praça. Somente o estacionamento funciona conforme o previsto.

Se o desenho da Praça das Mães apresenta muitas fragilidades, é preciso reconhecer que a maior delas decorre do próprio lugar. Com a presença do Viaduto e suas alças de acesso, o lugar se desqualificou como área voltada ao pedestre, ao encontro público. Com os muros da ferrovia ao fundo e o viaduto por cima da praça, não há de fato interesse para a presença das pessoas. Quem iria para lá jogar xadrez nas mesinhas-tabuleiros, ou

²⁵ RIO DE JANEIRO. Prefeitura da cidade. *Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

mesmo sentar-se sob o sol ou sob o viaduto ouvindo o forte ruído dos ônibus e automóveis? Na Praça das Mães a questão maior não é buscar um projeto paisagístico de maior ou menor expressão, mas reconhecer as condicionantes desfavoráveis do lugar e não insistir com uma forma estereotipada de concepção de praças (banquinhos, árvores, desenho de piso, etc.). Ali não há virtuosidade de desenho que possa criar uma praça, simplesmente porque, dado o contexto, o local não se presta para isso. Diante da impropriedade do lugar, não há praça.

VI. A praça na periferia:
um lugar da razão do cotidiano

O cotidiano entre a alienação e a produção de razões não hegemônicas

"O cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação..."

Milton Santos, 1987: p. 53.

Se o lugar é a manifestação mais concreta do espaço banal, o cotidiano é a manifestação mais concreta da história (banal). Os marcos das grandes revoluções pouco valeriam se, após, não se estabelecesse, nos lugares, uma mudança na vida cotidiana. Na esfera do cotidiano se entrelaçam a alienação e a percepção do mundo, no dia a dia das pessoas algumas atitudes são pragmaticamente exercidas, outras propiciam a reflexão. Na transversalidade de relações que caracteriza os lugares do território megalopolitano, o hibridismo de ações caracteriza os diferentes processos cotidianos das pessoas e mesmo das empresas e instituições. A diversidade é a potência do reconhecimento e da mudança. O cotidiano megalopolitano abrange um amplo arco de ações, de dominação, de competição e violência, mas também as ações da solidariedade orgânica, da comunicação. Tem-se simultaneamente, no cotidiano megalopolitano, desde processos que acentuam o individualismo até os que vão na direção inversa, da individuação.

A valorização da perspectiva do cotidiano para além do campo das ciências sociais é recente. A partir dos anos 60 do século passado, o cotidiano passa a ser objeto de atenção maior por vários autores, em áreas diversas, da filosofia à arquitetura, passando pela história e geografia.

A valorização do cotidiano enquanto perspectiva de método não implica num empirismo, o que nos conduziria a uma leitura apenas dos epifenômenos. *"O mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, apesar de nela se manifestar, não é o mundo das condições reais em oposição às condições irreais, tampouco o mundo da transcendência em oposição à ilusão subjetiva; é o mundo da práxis humana..."*¹

Sem "desconstruir" nossas premissas de método explicitadas no Capítulo I, apresentamos abaixo algumas questões sobre o cotidiano enquanto categoria de análise, enunciadas por autores bastante distintos entre si. São

¹ KOSIK, Karel (1963). *Dialética do concreto*. Tradução: Célia Neves, Alderico Torfio. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 18.

aberturas do olhar diante da cotidianidade; evidentemente, seus enunciados não se contrapõem, é mesmo possível tecer relações complementares entre eles. Uma postura dialética crítica, permite tal abrangência.

Como afirma Agnes Heller (1970), a vida cotidiana, para se realizar, impõe a cada indivíduo uma série de pragmatismos, de economicismos, juízos provisórios, processos de ultra-generalização, em várias das suas ações: sendo impossível a reflexão mais rigorosa se antecipar a todas as questões que se impõem à vida, a cada evento, em todos os níveis. Desta forma, rotinas se estabelecem na vida cotidiana, que é, de todas as esferas da realidade, a que mais se presta a alienação, a participação inconsciente do indivíduo no processo.²

*"Mas a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada [...] as formas de pensamento e comportamento produzidos nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação permitindo-lhe - enquanto unidade consciente do humano-genérico e do indivíduo-particular - uma condensação [...] da experiência da cotidianidade [...] Neste caso, o ser e a essência não se apresentam separados e as formas de atividade da cotidianidade não aparecem como formas alienadas..."*³ Esta possibilidade, afirma Heller, realizada em todas as épocas por aqueles que viveram uma cotidianidade não alienada (nos seus aspectos centrais), encontra-se aberta a todos os seres humanos.

A dimensão cotidiana, por sua própria estrutura de exigência de múltiplas tomadas de decisões diárias, constitui-se em espaço por excelência da espontaneidade, resultando em processos criativos, em potencialidades de ruptura do previamente estabelecido. De Certeau (1990), partindo da noção foucauldiana da "micro-física do poder", propõe que se veja também, nas práticas cotidianas, a astúcia do contra-poder, capaz de se contrapor silenciosamente às ordens estabelecidas, modificando o funcionamento dos sistemas normativos das mais diversas instituições ou corporações (Estado, religiões, empresas).

"Falando de modo mais geral, uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas. Uma prática da ordem construída por outros redistribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre

² "Deve-se afirmar, antes de mais nada, que alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade..." HELLER, Agnes (1970). *O cotidiano e a História*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 37.

³ *Ibid.* p. 38.

forças desiguais e por referências utópicas. Aí se manifesta a opacidade da cultura 'popular' - a pedra negra que se opõe à assimilação..."⁴

A perspectiva de Habermas (1981, 1983, 1985) aponta para o reconhecimento de duas grandes esferas de racionalidades no tempo presente: a razão sistêmica, praticada pelos atores hegemônicos, atingindo todas as escalas (da global à local), de natureza econômica, instrumental, voltada à exploração e dominação; e a razão comunicativa, inter-subjetiva, voltada ao entendimento mútuo dos interlocutores. A primeira toma o espaço como um recurso de exploração e domínio, a segunda como campo de ação dos discursos comunicativos. A razão sistêmica engendra normas, ordens, ideologias, em ação sistêmica diante do espaço, descontínuo e fragmentado. A ação comunicativa é praticada no mundo-vivido, na esfera do cotidiano, permitindo estabelecer processos de compreensão do mundo objetivo, dos fatos; do mundo social, das normas; e do mundo subjetivo das vivências e emoções. A razão sistêmica permite os avanços, atrelados ao capital, da técnica e da ciência, de forma finalista. A razão comunicativa, por seu turno, permite o estabelecimentos de sínteses entre "razão e emoção" de processos em que a imprevisibilidade não é extrínseca à razão, trata-se de uma razão em processo, colada às práticas cotidianas.

"Não há razão pura que só posteriormente tivesse vestido as roupagens lingüísticas. O que há é uma razão encarnada, à partida, em contextos de agir comunicativo como em estruturas do mundo de vida.

*Na medida em que os planos e acções de diversos actores se envolvem no uso da língua orientado para a comunicação no tempo histórico e sobre o espaço social, as tomadas de posição do tipo sim/não que, como sempre, ficam implícitas, em relação a exigências de validades criticáveis, ganham uma função chave para a prática do quotidiano [...] É claro que tais exigências de validade tem um rosto duplo: enquanto exigências transcendem todo o contexto local; ao mesmo tempo tem de ser feitas aqui e agora e têm de ser reconhecidas de facto se tiverem de suportar o acordo de participantes na interacção, necessário para que haja realmente cooperação..."*⁵

Para a teoria da ação comunicativa proposta por Habermas interessa a dialética do "saber e não saber" incluída na dialética da compreensão mútua. Diante da força de coesão da compreensão inter-subjetiva e do reconhecimento recíproco, "... não é possível separar o irracional do racional como em Parménides, é separado o não-saber daquele saber que domina, como simplesmente afirmativo, sobre o que é nada..."⁶

⁴ CERTEAU, Michel de (1990). *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Tradução: Ephraim Alves. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 79.

⁵ HABERMAS, Jürgen (1985). *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução: Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990. p.297.

⁶ *Ibid.* p. 299.

Para Habermas e para o Milton Santos de *A natureza do Espaço* (1996) a comunicação é a base para a consciência e a transformação. Milton Santos (1987: p. 108 - 109) já atribuía ao cotidiano fundamental importância na processo de redescoberta e ampliação da consciência, pelas regras de convivência no lugar, onde se vive. É no lugar que se estabelece o acontecer solidário (Milton Santos, 1994d: p. 16 -17), a comunicação.

Em oposição à razão técnica, à globalização, o lugar recebe e transforma a informação hierárquica, em função das rugosidades do espaço (inércia dinâmica) das possibilidades do exercício de uma razão comunicativa, inter-subjetiva. Enquanto a razão instrumental, o domínio econômico, tende à homogeneização e a alienação; a razão comunicativa, o domínio da cultura, tende à diversidade e a conscientização.

A percepção não determina mas orienta as práticas espaciais do cotidiano. Os processos de leitura da percepção do ambiente urbano, seletiva em função dos filtros culturais dos diferentes grupos sociais, podem auxiliar nos estudos sobre a apreensão do cotidiano. Busca-se incorporar a questão do cotidiano pela via da análise das práticas espaciais locais,⁷ mas entendidas em situação dialética com as lógicas globais.

Práticas espaciais dos pobres: ação e consciência

"... Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual." (Milton Santos, 1987: p. 60 - 61)

Em *O espaço do cidadão* (1987: p. 1) Milton Santos afirma que a rede urbana não tem validade para a maioria das pessoas, pois seu acesso a bens e serviços depende de seu lugar sócio-econômico e de seu lugar geográfico. Em *Metrópole corporativa fragmentada* (1990: p. 10, 89-90) a relativa imobilidade dos pobres é observada apenas em seus aspectos

⁷ Sobre este tema, além de Certeau, cf. ARANTES, Antonio. *Paisagens paulistas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. FERRARA, Lucrécia. *Olhar periférico: Informações, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1993. SANTOS, Carlos Nelson F. dos (Coord.). *Quando a rua vira casa*. São Paulo: Projeto; Rio de Janeiro: IBAM, 1985. COSTA, Elisabeth G. *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nova Stella: EDUSP, 1989.

negativos: o isolamento, a metrópole fragmentada, desintegrada, a cidade grande como um complexo de "guetos".

Embora estes fatos continuem presentes, Milton Santos nos seus últimos escritos e entrevistas pretendeu demonstrar algo mais. Os espaços da racionalidade na metrópole são de uma modernidade alienante. As áreas dos pobres são os espaços do aproximativo e não da exatidão, abertos e não tecnicamente racionalizados, da lentidão e não da vertigem.

"... A força é dos 'lentos' e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virílio em Delírio na esteira de um Valéry sonhador. Quem na cidade, tem mobilidade - e pode percorrê-la e esquadrinhá-la - acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente prefabricadas, é a sua perdição [...] A lentidão dos corpos contrastaria então com a celeridade dos espíritos?"

[...]

... Se pobres, homens comuns, os homens 'lentos' acabam por ser mais velozes na descoberta do mundo, seu comércio com o prático-inerte não é pacífico, não pode sê-lo, inseridos que estão num processo intelectual contraditório e criativo." (Milton Santos, 1994b: p. 84-85)

"... a ciência social (e nela, a urbanologia) dá realce aos temas do horror, quando na metrópole já acontecem fenômenos de enorme conteúdo teleológico, apontando para um futuro diferente e melhor. Nosso esforço deve ser o de buscar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade." (Milton Santos, 1994b: p. 86)

Retomando o tema em *A natureza do espaço* (1996), Milton Santos articula suas idéias às de Habermas e de Sartre:

"Por serem 'diferentes', os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos.

[...]

Então, o feitiço se volta contra o feiticeliro. O consumo imaginado, mas não atendido - essa 'carência fundamental' no dizer de Sartre -, produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência." (Milton Santos, 1996: p. 261)

As espacialidades do cotidiano revelam a capacidade de assimilação e transformação das racionalidades hegemônicas pelas

populações. A astúcia dos grupos sociais marginalizados, garante sua sobrevivência cotidiana e alternativa, inconforme às ordens. Estas são transformadas, sobretudo pelos pobres, em processos mais solidários que competitivos. A experiência da escassez permite um conhecimento existencial mais profundo, dificilmente obtido pelos "consumidores mais-que-perfeitos".

O tempo lento, dos pobres, é o tempo da aproximação maior aos problemas da existência cotidiana. O tempo rápido, ditado pela unicidade técnica impõe aos consumidores globais uma apreensão teleguiada do mundo, as imagens dos produtos, mais que os produtos em si, são compulsivamente consumidas. Mesmo com antenas parabólicas nas favelas da megalópole o tempo de espera e de convívio, em inúmeras situações do dia-a-dia, são propiciadores de ações comunicativas entre os pobres. O tempo rápido acelera os fluxos de informações em dimensões inimagináveis a pouco tempo atrás, mas isto pouco tem sido transformado em aumento da razão comunicativa. Não tem sido a ridícula interatividade diante de uma TV por assinatura e sua centena de canais capaz de ampliar a consciência do telespectador.

Na escala intra-urbana, as praças se constituem como um *locus* propício à razão comunicativa, quer na dimensão cotidiana, quer na esfera da ação política (*vita activa*), principalmente nos territórios dos pobres e nas áreas centrais das cidades. Na praça se dão, simultaneamente, processos de identidade e de alteridade, se potencializam racionalidades não hegemônicas, cotidianas, comunicativas. O contato interpessoal estabelece uma racionalidade inter-subjetiva que não exclui, no processo, a emoção, ainda que mediada pelos filtros sócio-culturais introjetados em cada interlocutor.

Os desenhos podem estimular um maior ou menor campo para a ação comunicacional, porém não são determinantes. A escala e a criação de ambientes micro-climaticamente satisfatórios é, no que tange a relação entre o projeto e o uso comunicativo, mais importante que a discussão dos movimentos estéticos. O contexto urbano e a cultura dos lugares são, no geral, fatores mais significativos para o estabelecimento da razão comunicativa que o sistema de objetos que caracteriza a forma das praças.

Neste capítulo, discorre-se a seguir sobre as praças relacionadas ao cotidiano habitacional dos pobres. Deixa-se, por uma questão de ênfase temática, aos capítulos VII e VIII, respectivamente, as praças em bairros ricos e as praças em áreas centrais das cidades.

Quem faz a praça ?

Em diversos tecidos urbanos habitados pelos pobres - favelas, ocupações, conjuntos habitacionais e loteamentos de periferia - identificou-se formas de apropriação pública do "espaço livre" estabelecedoras de vínculos sociais de identidade, solidariedade e ação comunicativa. Tais situações se verificaram na Megalópole do Sudeste em cidades de diferentes papéis e dimensões: Tambaú, Charqueada, Araras, Rio Claro, Osasco, Guarulhos, Campinas, Rio de Janeiro ou São Paulo, entre outras.

Nos bairros pobres a criação cultural é um fato cotidiano. Nos morros da Zona Norte do Rio de Janeiro faz-se o melhor samba, na periferia paulistana, o *rap*. A feira de São Cristóvão, também no Rio de Janeiro, é o maior encontro da cultura pernambucana e paraibana fora dos seus respectivos estados.

Dada a escassez de espaços adequados ao cotidiano habitacional, a rua se constitui em prolongamento da habitação, espaço de recreação infantil e de encontros de vizinhança, sobretudo de mulheres, crianças e adolescentes. As áreas livres de maior alcance são quase sempre destinados à prática do futebol, nos fins-de-semana além dos jogos tornam-se local de encontros dos mais variados.

Em boa parte não são áreas oficialmente destinadas ao ócio, revelando o descaso entre a produção oficial da cidade e a demanda de equipamentos públicos para os pobres, que mais necessitam locais gratuitos para o ócio. A ação do Estado é pífia na constituição de áreas livres nos bairros de periferia e nos conjuntos habitacionais. São raras as praças efetivamente implantadas e mantidas pelo Poder Público nos bairros pobres, mas são fundamentais os "espaços livres" informalmente constituídos pela própria população.

A maior ou menor formalidade na produção de "espaços livres públicos" potencializa uma maior diversidade de usuários: do improvisado "campinho" à praça projetada com participação comunitária. A seguir apresentam-se vários processos de produção de áreas livres e diferentes formas de apropriação do espaço: das praças oficiais às informais; algumas são bastante frágeis, pouco utilizadas, outras se constituem no principal ponto de encontro do bairro.

Praças feitas pelo Estado em conjuntos habitacionais

No território megalopolitano, a ação do Estado diante das demandas populares por espaços habitacionais vem decrescendo desde os anos 80, acelerando o descompasso entre demanda e oferta, sobretudo a partir da política neo-liberal adotada nos anos 90. A produção dos grandes e impessoais conjuntos habitacionais, dos anos 70 e 80, foi alvo de críticas severas e pertinentes a partir de juízo de valores do urbanismo contemporâneo. A produção efetiva do Estado na área habitacional nos anos 90 foi quase desprezível face à demanda, ainda que iniciativas isoladas de algumas municipalidades pudessem apontar para uma abordagem qualitativamente mais integradora da questão da moradia diante da cidade e da cidadania. Alguns concursos nacionais promovidos pela primeira gestão petista da cidade de São Paulo buscaram ocupar vazios urbanos em áreas mais consolidadas, evitando a produção periférica que favorecia a especulação imobiliária e gerava gastos urbanos irracionais.

Esta mudança de postura, também observada no Rio de Janeiro, não obteve recursos federais que pudessem resultar em mudanças estruturais da ação do Estado diante da questão habitacional nem nas duas principais metrópoles brasileiras menos ainda nas cidades de menor porte do território megalopolitano. Mesmo em diminutas cidades do interior paulista, como Charqueada, Conchal, Ipeúna, Itobi, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Tambaú, entre outras, pode-se observar conjuntos habitacionais implantados em locais afastados da área urbana mais consolidada, de forma propositadamente segregada. Cidades com menos de vinte mil habitantes possuindo conjuntos habitacionais periféricos, de forma similar às médias e grandes cidades megalopolitanas.

O descaso para com a futura população dos conjuntos habitacionais é a regra. Isto se dá em vários aspectos, apenas para nos restringir aos de natureza urbanística, vale citar: a falta de articulação com a trama urbana do entorno (quando há entorno urbanizado), a monotonia espacial gerada pela repetição *ad nauseam* das unidades habitacionais, a falta de equipamentos públicos de uso coletivo e a não implantação das áreas livres públicas, reduzidas conceitualmente, já no âmbito do projeto, a "áreas verdes do sistema recreacional".

O processo de consolidação urbana dos conjuntos habitacionais tal como o dos loteamentos de periferia promovidos pela iniciativa privada é normalmente lento. A luta por equipamentos de uso coletivo, por pavimentação e, por fim, pela implantação de praças e áreas verdes é comum na periferia, tanto aos conjuntos habitacionais, quanto aos loteamentos de produção privada. Na década de 90, nem ao menos a lei foi seguida por algumas companhias habitacionais dos municípios do interior paulista, ficando os

moradores de vários "loteamentos urbanizados" promovidos por Cohabs em condições de penúria e irregularidade similar aos moradores de loteamentos clandestinos feitos por criminosos do setor imobiliário.

Dentro deste quadro, são escassas as praças efetivamente implantadas em conjuntos habitacionais dos anos 90. Seleccionamos, para uma análise mais atenta da produção pelo Estado destes "espaços livres públicos", dois casos bastante distintos de "praças" em conjuntos realizados nos anos 70: a Praça Presidente Costa e Silva na Vila Costa e Silva e a Praça Raul Garcia no Jardim Garcia, ambos em Campinas.

A Praça Presidente Costa e Silva

A Praça Pres. Costa e Silva situa-se no centro da Vila Presidente Costa e Silva, zona norte de Campinas (vide figura 28). O conjunto, "concluído" em 1971, inicialmente foi destinado à população de faixa de renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos. Passados trinta anos, o bairro possui bons níveis de infra-estrutura e não faltam equipamentos públicos ligados ao atendimento básico de saúde e educação. A praça é rodeada por residências térreas, lotes de 200 m², com alta taxa de ocupação do solo, denotando o processo de ampliações realizadas em décadas de trabalho por seus moradores.

O comércio e pequenos serviços se apresentam difusos entre residências no entorno da praça. Comparativamente ao conjunto habitacional, trata-se da área de maior concentração de atividade comercial, apresentando desde o único mercado do bairro até situações bastante informais de vendas de bijuterias na própria residência. Barracas instaladas nas esquinas internas à praça vendem os mais diversos produtos (bebidas, alimentos, roupas, utensílios domésticos), em caráter semi-permanente. Numa área prevista em projeto para estacionamento (bastante ociosa para este fim) realiza-se aos sábados a feira livre do bairro. Faceia a Praça Costa e Silva uma escola pública de primeiro grau, contribuindo também para tornar o local no centro efetivo do bairro, além de ser o centro geométrico do parcelamento. Neste contexto bastante diversificado, a praça torna-se o principal "espaço livre público" do conjunto.

O sistema de objetos da praça vem sendo paulatinamente incrementado há anos. A delimitação da área é do período de implantação do conjunto (1971). Na mesma década foram executados os pisos, em concreto desempenado, traçado em fragmentos de retas (linguagem moderna), gerando alguns estares onde se instalaram bancos simples de concreto. Ainda nos anos 70 instalou-se o parquinho infantil com brinquedos convencionais em tubos de ferro. Amplos gramados com árvores em plantio mais ou menos aleatório, de diversas idades, diversos gêneros: *Chorisia*, *Bauhinea*, *Delonix*, *Psidium*, *Senna*, etc.

O plantio denota uma ação ao longo de várias décadas, sem respeitar eventual projeto inicial de plantação, indicando a participação voluntária e espontânea dos moradores que "cuidam" da praça. Estabelece-se uma noção de propriedade pública de responsabilidade comum entre moradores e Poder Público, gerando uma identidade pública dos moradores do bairro com o lugar. Tal compreensão pareceria óbvia mas é digna de nota diante de elementos estruturais bastante avessos a esta consciência: a crescente valorização da esfera de vida privada, a ideologia neo-liberal e suas estratégias de desgaste da responsabilidade pública do Estado e a fraca atenção dada pelo Estado às populações pobres na história do país. Mesmo diante deste negativo quadro estrutural, o que se observa, na micro-escala do lugar, são formas resistentes e solidárias na construção de um cotidiano mais complexo, em relativa desordem diante da poderosa razão sistêmica.

A praça é ponto de encontro das mais diversas faixas etárias, de ambos os sexos. Nos dias de semana, a escola é o ponto de maior interesse, seguido do mercado; mulheres se encontram entre as tarefas do cotidiano e rapidamente "põem a conversa em dia". Crianças fazem amplo uso do parquinho infantil e do gramado para inúmeras formas de jogos e brincadeiras, salvo nas horas de sol forte. Adolescentes se encontram em grupos, conversam, namoram. Joga-se futebol nos gramados, inclusive à noite. Empina-se pipas. Ao entardecer a praça é local de convergência de adultos, que chegam à pé. Nos fins-de-semana e no cair da noite, a barraca de bebida com mesas e cadeiras na praça é o ponto de maior concentração da população masculina adulta. À noite, as mães mais preocupadas impedem seus filhos de permanecerem no local, relatam que a praça se torna perigosa: "lugar de maconheiros".

A praça é intensamente utilizada, foram contadas 100 pessoas num fim de tarde de domingo e 30 pessoas numa quarta-feira, na hora do almoço.⁸ A vida pública, se revela bastante rica nos "espaços livres públicos" dos bairros pobres.⁹ Mesmo no conjunto habitacional, projetado diante de uma lógica bastante rígida, em que prima a razão econômica, seu sistema de ações

⁸ MOREIRA, Lavínia. *A Praça Presidente Costa e Silva - Campinas*. 1999. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

⁹ É verdade que contribuem para isso as poucas opções de ócio da população de baixa renda. A dificuldade de transportes, inversamente proporcional à renda, estimula, nas horas livres, a permanência dos pobres em seus bairros. Por sua vez, suas residências diminutas parecem não comportar o crescente número de mercadorias duráveis, adquiridas a duras penas. As reformas ampliando as unidades originais são muitas vezes fator de diminuição do conforto ambiental das residências. Com o crescimento dos espaços edificados, os espaços livres privados tornam-se ainda mais exíguos e residuais, pouco adequados ao ócio. Este processo contribui (mas em si não justifica) para que os pobres saiam às ruas e utilizem os espaços públicos de seus bairros. Entre os diversos estudos sobre a moradia dos pobres na periferia vale lembrar, entre os recentes: MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996. CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34: Edusp, 2000.

revela transgressões pertinentes, contrárias ao ordenamento prévio. O estabelecimento de atividades comerciais nas residências e no chão da praça é disto boa prova. A praça ao receber usos comerciais não previstos permite uma maior apropriação do seu sistema de objetos, permitindo maior gama de freqüentadores e por maior tempo, inclusive à noite. Não se trata apenas dos bêbados habituais mas os improvisados bares servem de apoio a diversas atividades, por exemplo à prática esportiva que, tal como os bares, é também improvisada em sub-espacos da praça. Os bares atraíram outras barracas onde se vende um pouco de tudo, criando na praça quase um mercado.

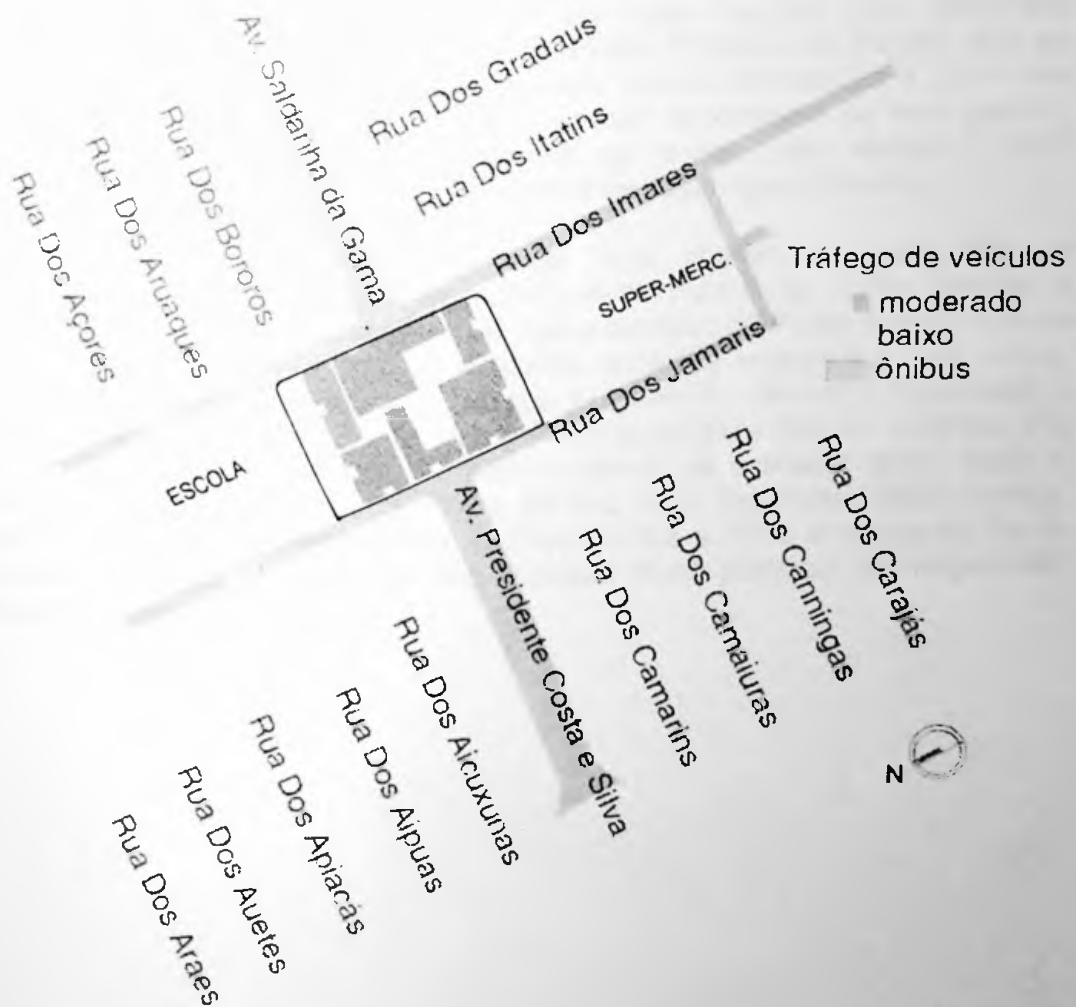


Fig. 43. A Praça Pres. Costa e Silva e suas imediações (L. Moreira, 1999).

A praça é o principal elemento referencial do conjunto quer sob o aspecto da paisagem (marco visual), sua amplidão contrasta com a homogeneidade de ocupação das ruas do bairro; quer sob o aspecto do sistema de ações, constituindo-se num verdadeiro "nó", segundo a concepção de Kevin Lynch (1960). O projeto geral do conjunto ao estabelecer em área

central o equipamento institucional e a praça, valorizou a esfera de vida pública no cotidiano habitacional.

Embora a Praça Costa e Silva seja o lugar de maior movimento e encontro da população do conjunto habitacional, ela é, todavia, relativamente tranqüila. Para isso contribui a dimensão da praça (9.772 m²), seu sistema de objetos, que estabelece uma sucessão de sub-espacos, e a declividade, embora suave (menor que 5%), associada à arborização, dificulta a visibilidade de uma face a outra da praça, impedindo a percepção global da presença simultânea dos usuários. Tem-se uma praça pertinente ao cotidiano do bairro, um desenho cujo partido em nada buscou uma dimensão monumental ou de ênfase simbólica do Poder Público, um projeto que se revelou adequado à flexibilidade do espaço. As transformações a partir das interferências espontâneas da população, sejam decorrentes de novo plantio, sejam da própria dinâmica do sistema de ações, não afetou o bom desempenho da praça, ainda que plasticamente sejam questionáveis.

Trata-se, portanto, de uma "obra aberta", na expressão de Umberto Eco,¹⁰ menos por intenção prévia, mais pela forma intensa e espontânea de uso da população e da pouca atenção do Poder Público que se vê impotente diante das práticas espaciais bastante informais e, por vezes, ilegais realizadas no espaço dos pobres. O governo não cobra legalidade e formalidade se ele mesmo não oferece condições para isto no território dos pobres. O estado insuficiente de manutenção é um indicador disto. Dado o intenso uso, seria necessário coleta de lixo mais freqüente, mais lixeiras, reforma nos pisos. Mesmo assim, a Praça Costa e Silva encontra-se numa situação muito acima da média dos "espaços livres públicos" da megalópole situados em bairros pobres.

¹⁰ ECO, Umberto (1962). *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Tradução: Geovanni Cutolo. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 128-129.

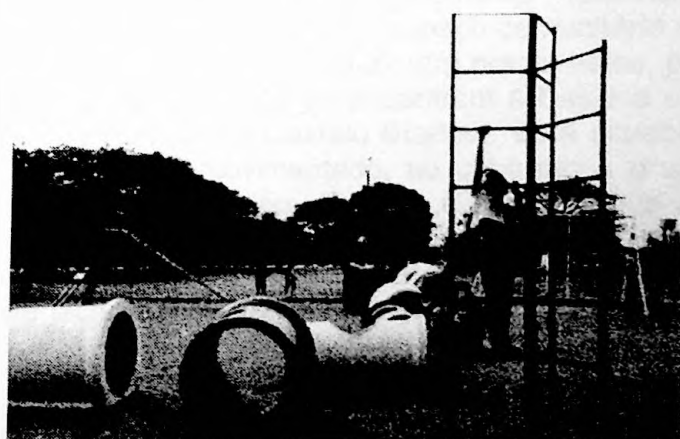


Fig. 44, 45 e 46. O cotidiano da Praça Pres. Costa e Silva. Fotos: L. Moreira (1999).

A Praça Raul Garcia

Enquanto a Praça Costa e Silva é cheia de vida, a Praça Raul Garcia é quase vazia. Situa-se no Jardim Garcia, conjunto habitacional promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas em 1970. O Jd. Garcia localiza-se a oeste da Rodovia Anhangüera, margeando a Av. J. B. Dunlop, importante via arterial da "região sudoeste" da cidade, setor majoritariamente ocupada por população de baixa renda, à medida em que se afasta do centro (vide figura 28). Nas adjacências do Jd. Garcia encontram-se outros conjuntos habitacionais: Jd. Paulicéia (1965), Vila Castelo Branco (1967) e Vila Padre Manoel da Nóbrega (1973).¹¹

Os referidos conjuntos tem como tipologia mais freqüente a residência térrea, salvo a Vila Padre Manoel da Nóbrega, projeto de Joaquim Guedes, em edifícios de quatro pavimentos. Os conjuntos possuem satisfatórios níveis de urbanização, tanto no que tange a redes de infraestrutura e pavimentação, quanto em equipamentos básicos de saúde, educação e equipamentos comunitários. Encontra-se na Vila Castelo Branco, junto ao Jd. Garcia, até uma grande igreja, a Basílica de N. Sra. de Guadalupe, com um "adro" bem mantido. O lugar era bastante periférico até o início dos anos 70; passados trinta anos, com a consolidação urbana dos conjuntos e a expansão da área urbana no vetor da Av. J. B. Dunlop para mais de quinze quilômetros adiante, tem-se hoje uma situação de valorização do Jd. Garcia que o qualifica como local de moradia para estratos de renda média-baixa.

A Praça Raul Garcia é uma longa (330 m) e estreita (45m) área livre pública definida no traçado geral do conjunto para aproveitar o sítio imediato à linha de drenagem local. Seu entorno é basicamente residencial, salvo no ponto mais alto, onde a praça é ladeada pelo espaço comunitário da Associação dos Moradores do Jardim Garcia e por uma outra praça; estes, por sua vez, tem como vizinhos as quadras em que se encontram a Basílica e a Escola Estadual de Primeiro Grau (já na Vila Castelo Branco). Esta situação não faz da Praça Raul Garcia um local movimentado, ao contrário a praça parece não ser necessária diante das atividades de lazer e esportes que se estabelecem na Associação de Moradores, e perante a praça muito mais elaborada e freqüentada diante da Basílica. O que se observa é a criação de um cenário verde, solução que tecnicamente resolveu a questão da drenagem pluvial local.

¹¹ MAGALHÃES, Júlio. *A Praça Raul Garcia - Campinas*. 1998. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

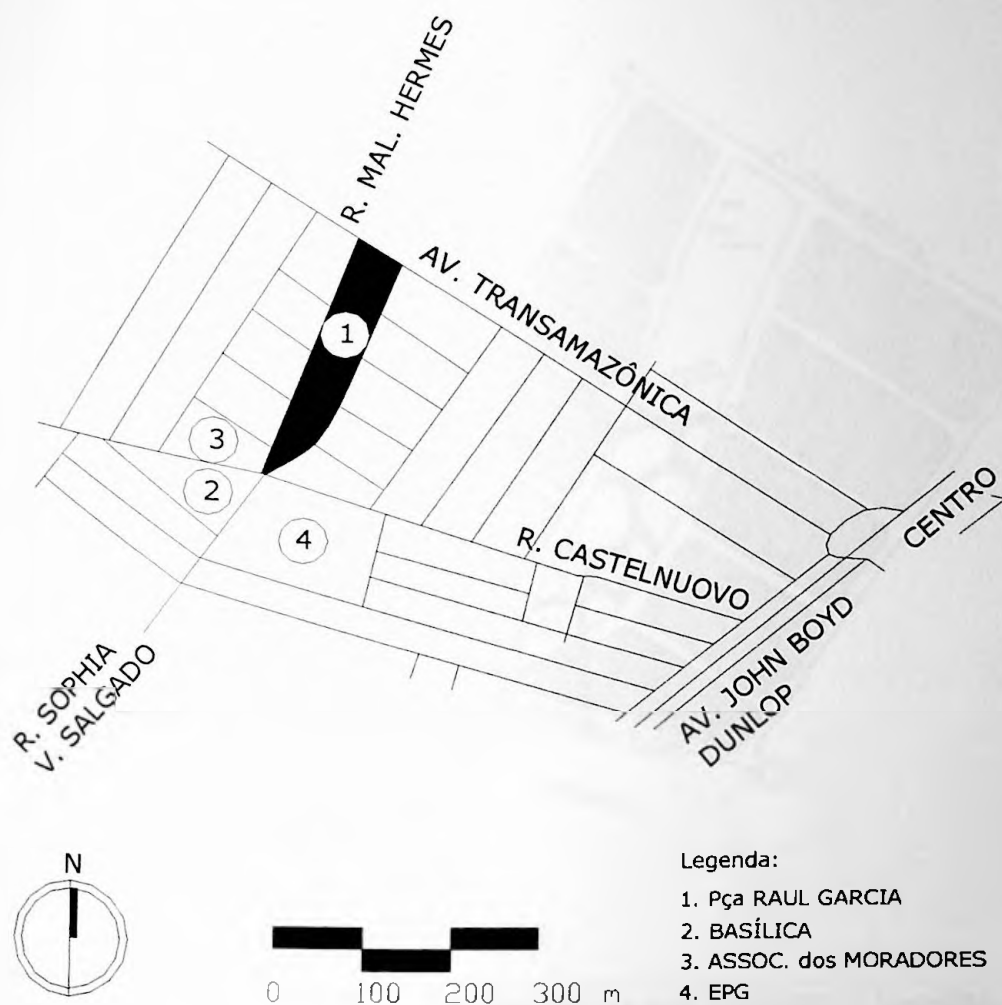


Fig. 47. Inserção urbana da Praça Raul Garcia. Des. final: M. Fricke (2001).

O sistema de objetos da Praça Raul Garcia mostra não ter havido forte intenção de configurá-la como espaço público voltado para o encontro, como praça, portanto. A comparação com a praça da Basílica torna isto evidente. A Praça Raul Garcia possui apenas um calçamento periférico e um sistema de caminhos bastante arbitrário, dada a falta de relação com o entorno. O parquinho apresenta brinquedos convencionais em ferro, pouco utilizados e mal mantidos. O amplo gramado, em vários momentos tomado pelo mato, é "salpicado", aqui e acolá, por vegetação arbórea (predominam *Senna sp*, *Spatodea campanulata* e *Caesalpinia peltophoroides*), percebendo-se um plantio um pouco mais denso nas cotas mais altas. Poucos bancos, um deles, bastante precário, feito por um morador, denota algum interesse pelo local, menos como lugar público do bairro e mais como extensão do morar. Uma postificação destinada a iluminação da praça com fiação aérea corta-a longitudinalmente, novamente atende-se a razões práticas, mas sem nenhum cuidado para com o impacto desta "benfeitoria" na paisagem.

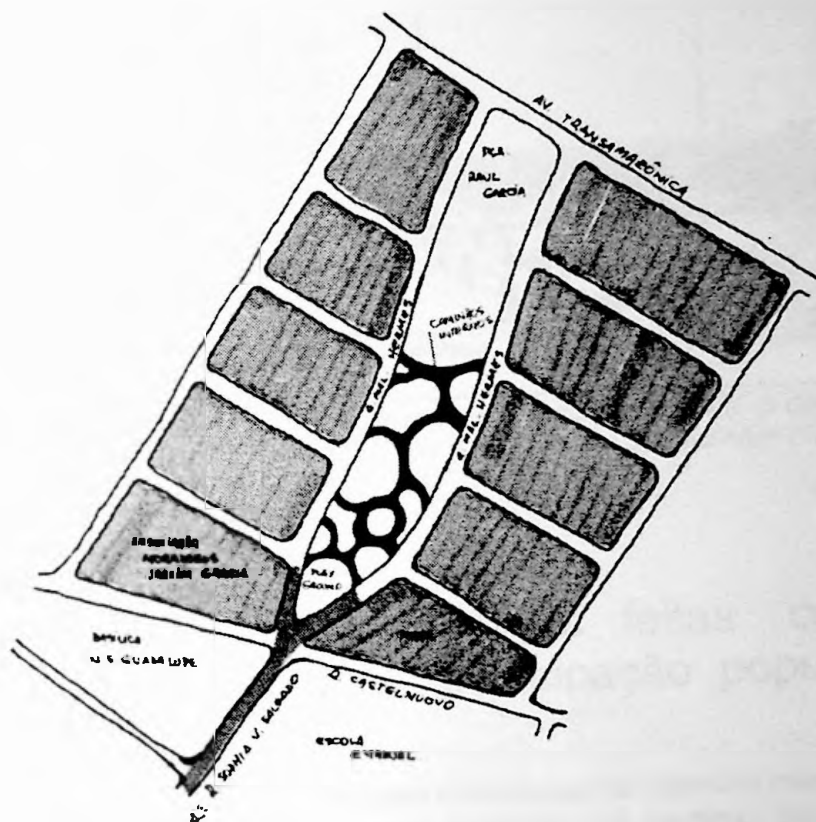


Fig. 48. A Praça Raul Garcia e suas imediações (J. Magalhães, 1998).

A Praça Raul Garcia é um caso típico da falta de critérios claros quanto ao papel dos “espaços livres públicos”, reduzidos, muitas vezes a áreas verdes de pouco significado. A quantidade de áreas livres públicas no Jardim Garcia atende ao que a lei exigia, mas a qualidade deixa a desejar, resultando em “espaços ocioso” ao invés de “espaços do ócio”. A Praça Raul Garcia, efetivamente, acaba não sendo uma praça.

A ociosidade de “espaços livres públicos” leva, muitas vezes, a uma lamentável imagem de que eles não são necessários. Em bairros de alto índice de violência urbana, sejam nas periferias mais pobres ou mesmo de renda média-baixa, é comum parte da população preferir que não se faça nenhuma praça, para evitar que ladrões e estupradores se escondam atrás de moitas (não há arbustos na Praça Raul Garcia) ou que jovens utilizem o local para se drogar. Descasos do Poder Público no projeto e manutenção de áreas livres, não apenas enfraquecem a vida pública naqueles recintos, como contribuem para diminuir o valor dado pela população à esfera de vida pública. Felizmente, para o Jd. Garcia, o caso analisado da Praça Raul Garcia é compensado pela praça da Basílica, na vizinha Vila Castelo Branco.

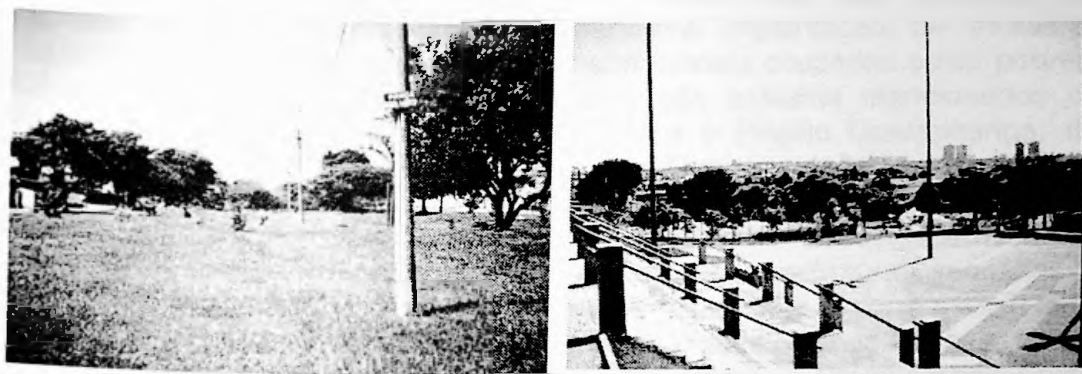


Fig. 49 e 50. A Praça Raul Garcia (à esquerda) e a "Praça da Basílica" (à direita).
Fotos: J. Magalhães (1998).

Praças feitas com participação popular

A praça pode ter se enfraquecido como lugar do ócio das classes de renda alta no país mas o mesmo está longe de se verificar para a população pobre. Embora longe de ser regra na Megalópole do Sudeste, é notável o esforço de algumas comunidades pobres em construir suas próprias praças. Partem, nestes casos, da imagem das praças das áreas urbanas mais consolidadas urbanisticamente. A idealização básica é de uma praça ajardinada, arborizada, com equipamentos de recreação infantil e equipamentos esportivos.

Construir uma praça representa geralmente uma etapa mais madura de relações sociais intra-comunitárias, uma etapa posterior às conquistas mais emergenciais de urbanização (redes de infra-estrutura urbana e equipamentos sociais, creches, postos de saúde, escolas, etc.). Os pobres, neste esforço, por vezes contam com algum tipo de auxílio das municipalidades, ou mesmo de organizações não governamentais que disponibilizam algum recurso técnico ou material.

Os processos participativos podem se realizar também a partir de ações do Estado voltadas para este fim. A produção de praças pelo Poder Público, em diversas situações, notadamente nas gestões democráticas e populares de esquerda, se constitui em oportunidade para envolver a população num processo participativo que pode se dar em diversos níveis: elaboração do programa, discussão do projeto e participação na execução.

A participação popular vem sendo alvo das atenções de arquitetos e de alguns programas ligados à implantação de moradias populares ou de melhorias nos tecidos habitacionais ocupados pelos pobres. Recentemente, no território megalopolitano, são bastante mencionados os programas Favela-Bairro, no Rio de Janeiro e o Projeto Guarapiranga, de controle ambiental na bacia do Reservatório Guarapiranga, em São Paulo. Ambos contam com recursos de diversas instituições financeiras, entre elas, o Banco Mundial (BID). Nos dois programas parte-se da necessidade maior de urbanizar as favelas, dotando-as não apenas de infra-estruturas sanitárias e viárias, mas também de áreas públicas que permitam uma maior e melhor vida comunitária e uma maior integração com a cidade. Várias praças foram construídas neste sentido, valendo citar, entre outras: a Praça Carlos Seidl, Parque São Sebastião, projeto de Marco Silva e Pablo Benetti e as praças na favela de Parque Royal, Ilha do Governador, projeto de Alder Muniz e equipe; no Rio de Janeiro.¹² Observa-se que nesta cidade os processos se realizaram com efetiva participação popular, o mesmo nem sempre ocorreu no programa paulistano.

Vejamos dois casos: a praça da Rua Itauçu, na "região" de Sapopemba, cidade de São Paulo, e a praça do Conjunto Habitacional Padre Donizete II, em Tambaú - SP. São contextos urbanos extremamente díspares, processos distintos, onde as ações da população, das equipes de projeto e do Estado se articularam de maneira diversa. Os partidos projetuais são bem diferentes. Em comum o resultado bastante satisfatório de apropriação das praças criadas com participação popular.

A praça da Rua Itauçu

O Jd. Planalto situa-se na "região" de Sapopemba, porção sul da Zona Leste de São Paulo, próximo à divisa com o Município de Santo André (vide figura 11). Bairro pobre, com grande parcela de residências auto-construídas. Muitas das áreas oficialmente destinadas ao sistema de áreas verdes são ocupadas por favelas. Neste contexto de carências, a praça da Rua Itauçu, embora bastante singela, é a mais importante do Jd. Planalto. Trata-se de uma estreita faixa de terra (pouco mais de 20 m de largura por quase 200 m de comprimento) junto a um afluente do Córrego do Oratório que, canalizado, permitiu a apropriação pelos moradores das imediações. O entorno da praça é ocupado por residências de padrão médio a baixo, muitas com dois pavimentos, sem recuos frontais, indicando um processo intenso de ocupação, já bastante consolidado.

Em 1996, depois de mais de vinte anos de luta reivindicatória, o pequeno córrego entre as ruas Itauçu e Raia foi canalizado e as vias foram pavimentadas. Com receio de terem a área ocupada novamente por lixo ou

¹² Cf. DOURADO, Guilherme (Org.). *Visões de Paisagem: um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil*. São Paulo: ABAP, 1997, p. 21-24 e p. 36-39.

pela criação de uma favela, os moradores reuniram 160 assinaturas e solicitaram o apoio da Administração Regional para a implantação de uma praça.¹³

Voluntariamente a arqta. Márcia Halluli e o estagiário Vítor Braz desenvolveram, a partir de numerosas reuniões, o projeto para que os próprios moradores construíssem a praça, tendo em vista a falta de providências da Regional. O programa foi montado a partir das demandas da população, descartando-se os desejos mais onerosos. Assim definiu-se que a praça deveria conter sub-espacos de lazer para todas as faixas etárias bem como uma área de encontro para a comunidade.

Conseguiram doações de materiais básicos da Regional e a Prefeitura de São Caetano doou brinquedos velhos, recuperados pelos moradores. Realizaram festas e bingos para comprar o que faltava. Iniciou-se o mutirão em setembro de 1996, com a participação de cerca de 60 famílias, contando inclusive com o auxílio das crianças. As obras foram realizadas aos sábados, acompanhadas pelo estagiário. Até 1998 estava executado a maior parte dos itens inicialmente previstos em projeto; o espelho d'água com repuxos foi deixado para o futuro. A manutenção vem sendo feita, quinzenalmente, também em regime de mutirão.

A estrutura formal é bastante simples. Em virtude da forma estreita e alongada da praça os autores optaram por encadear longitudinalmente os sucessivos sub-espacos, restando estreitas calçadas externas em cada lateral. Os elementos estão dispostos observando um eixo central de simetria. Estreitos canteiros foram construídos ao longo de quase toda a praça em blocos de concreto, a altura de duas fiadas, de modo a separar os sub-espacos internos das ruas lindeiras. Receberam vegetação doada pela Regional, pequenas mudas de árvores e arbustos diversos. No centro de cada canteiro o projeto previa bancos que não foram executados.

Foram implantados: uma cancha de bocha, um quiosque com bancos em alvenaria de blocos de concreto (será equipado com churrasqueira, forno a lenha e mesas para dominó), um parquinho infantil e uma quadra de futebol *society*. O calçada externa é cimentada, o projeto previa faixas de grama que não foram realizadas. O piso interno é em chão batido, salvo o do quiosque que é cimentado.

¹³ RODRIGUES, Evaniza. *Uma praça em mutirão*. 1997. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

A despeito da aridez e singeleza da área construída ela é amplamente utilizada pela vizinhança. Sentem-se "proprietários" do local, dado o empenho realizado para sua produção. As crianças brincam por toda a praça, as muretas dos canteiros servem de bancos para grupos de várias idades, a quadra é muito utilizada. Entre os adultos, o espaço é freqüentado sobretudo por homens, tanto nos jogos de bocha e futebol, como nas rodas de conversa sob o quiosque. Nos fins-de-semana o local recebe um grande número de usuários. Trata-se de uma praça à escala da vizinhança, com usos marcados pelo ócio na esfera do cotidiano habitacional. À noite, o receio de violência diminui drasticamente sua utilização. As casas do entorno possuem grades, muros e portões bastante altos não havendo interesse dos moradores de maior interação entre seus "protegidos" lares e a "perigosa" área livre ao cair da noite.¹⁴

¹⁴ É interessante notar que, a despeito da crescente violência urbana verificada na Megalópole do Sudeste, observa-se um uso noturno maior dos espaços públicos cariocas que o verificado na capital paulista. Não é objetivo desta tese investigar os motivos desta diferença de prática espacial. Vale ao menos lembrar alguns elementos que poderiam contribuir para uma pesquisa visando o entendimento desta situação. O Rio de Janeiro desde que sediou a corte portuguesa se transformou numa cidade bastante cosmopolita. No século passado, a valorização da praia como espaço de ócio contribuiu para o estabelecimento de uma cultura carioca ligada ao ócio público. São pelas possibilidades de ócio que o Rio de Janeiro mais se apresenta ao turismo nacional e internacional. Já São Paulo, alçada à condição metropolitana pela sua expansão industrial, tem sua imagem voltada ao trabalho, boa parcela de sua população parece mesmo ter introjetado uma "ética do trabalho". São apenas imagens de duas realidades metropolitanas muito mais complexas, mas são imagens bastante reforçadas ideologicamente, participando dos processos culturais e econômicos das referidas metrópoles.

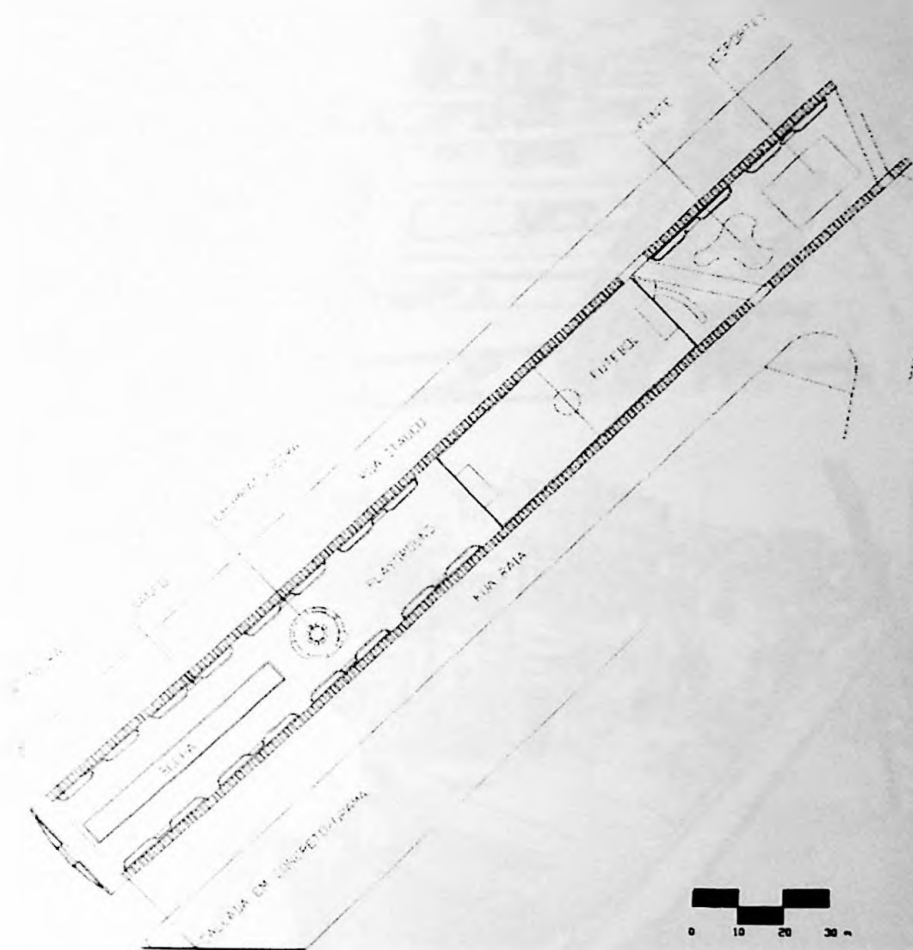


Fig. 51. O projeto da praça da Rua Itauçu (E. Rodrigues, 1997).

A simplicidade do projeto não se constitui em fator de menor apropriação do espaço. O lugar é não apenas bastante utilizado como possui bom estado de manutenção. O sistema de objetos suscita efetivamente o sistema de usos previsto. O bom desempenho da praça não decorre de um desenho virtuoso nem de uma comunidade excepcional, mas sim de uma adequação oportuna entre demandas sociais claras e um desenho que lhes corresponde. O sucesso, neste caso, é, sem dúvida, fruto de um processo participativo em que os envolvidos pautaram sua ação por uma razão comunicativa, do cotidiano, visando o entendimento mútuo; uma valorização da vida da esfera pública, ainda que no âmbito de sua comunidade.

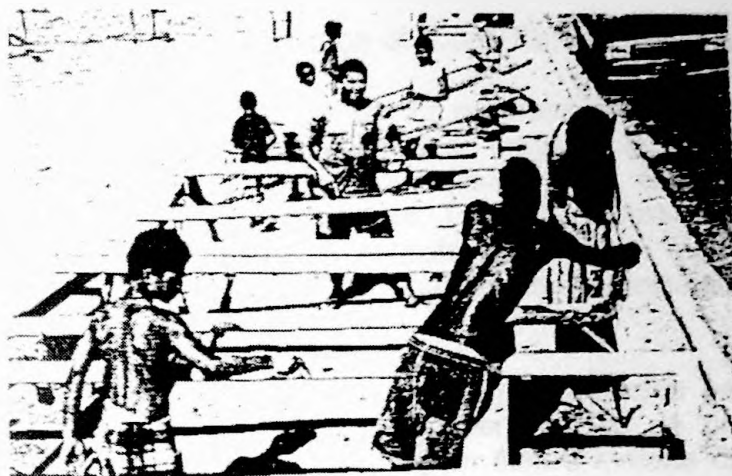


Fig. 52, 53 e 54. A praça em construção (E. Rodrigues, 1997).

A praça do Conj. Padre Donizete II

Tambaú é uma pequena cidade de 22 mil habitantes (Censo 2000). Encontra-se em situação geográfica periférica da Megalópole, à leste do eixo da Rodovia Anhangüera, entre Campinas e Ribeirão Preto, duas das mais ricas e importantes cidades do interior paulista. Tambaú localiza-se em território marcado por forte economia ligada ao setor açucareiro. Mesmo pequena, a cidade conta com conjuntos habitacionais instalados perifericamente à sua área melhor urbanizada.

Num pequeno, distante e poeirento conjunto habitacional para baixa renda implantou-se uma praça de desenho moderno, risco de uma equipe de quatro arquitetos.¹⁵ O contraste de linguagem com a maioria das praças nestas franjas do território megalopolitano é evidente; contudo a intenção maior era propiciar aos moradores do conjunto um local de encontro e ócio público.

A praça foi realizada a partir do Programa de Desenvolvimento Comunitário (Prodec) da Caixa Econômica Federal.¹⁶ Os arquitetos ao elaborarem o projeto consideraram as demandas definidas pelos moradores após várias reuniões, tanto da comunidade com equipe de assistentes sociais, quanto dos moradores com a própria equipe de arquitetos. A concepção decorreu, também, de uma interpretação mais global do lugar: da realidade do município na "região", do Conjunto na cidade e da inserção do local de projeto no Conjunto Habitacional e no quadro ambiental e de paisagem do entorno.

¹⁵ A equipe era formada pelos arquitetos: Eleusina Freitas (coordenadora), Eugenio Queiroga (consultor), Fernanda Toledo e Vanessa Bello.

¹⁶ O Prodec, criado nos anos 90, tem por objetivo fortalecer o sentido comunitário das populações de baixa renda que habitam os conjuntos financiados pela Caixa Econômica Federal. Seus fundos se originam de uma pequena parcela das mensalidades pagas pelos mutuários. Busca-se, com o fortalecimento do sentido comunitário, diminuir a alta taxa de inadimplência nestas faixas de renda. Para os conjuntos na "região" de Limeira, estabeleceu-se contrato técnico com uma ONG sediada em Campinas (Cedap), responsabilizada por contatar as populações de cerca de trinta conjuntos habitacionais em mais de vinte municípios. Na grande maioria dos casos, as comunidades, após várias reuniões programadas discutindo seus problemas, optaram por destinar os recursos a que tinham direito em obras públicas, sobretudo construção de praças, denotando amplo valor dado por estas populações à esfera de vida pública. Para todos os casos em que se realizou obra pública, a CEF, através dos esforços dos técnicos do Cedap, conseguiu estabelecer parcerias com as respectivas prefeituras, ampliando as limitadas possibilidades de execução das obras.



Fig. 55. Inserção urbana da praça no Conjunto Habitacional Padre Donizete II.
Fonte: E. Freitas (1999).

O partido, simples e claro, cria uma ampla “sala de estar” a céu aberto para os moradores a partir da elaboração de um longo banco côncavo, de encosto sinuoso, que se volta para o Conjunto. Intenciona-se que a praça participe da vida cotidiana do conjunto, se constituindo no foco de identidade coletiva do bairro. Este banco teve execução bem aquém da prevista no projeto, mas teve ampla participação da população, não na sua tosca construção em alvenaria, realizada pela Prefeitura, mas no seu acabamento, em mosaico sinuoso, aproveitando restos da produção de fábricas locais. Também coube à população a colocação de cerâmicas, como tosetos, marcando o cruzamento das juntas de dilatação, transformando qualitativamente o singelo piso cimentado. A participação dos moradores, crianças, jovens e adultos, orientados pelos arquitetos, permitiu uma experiência artística em que todos colaboraram no processo criativo.

As formas sinuosas na praça procuram integrar seu sistema de objetos: pisos, tanque de areia com brinquedos, área de estar, gramados, forrações, massas de arbustos, conjuntos de árvores e palmeiras. Evitou-se

uma compartimentação rígida de sub-espacos; os elementos formais vão se interpenetrando, permitindo uma ampla possibilidade de apropriações. A plasticidade e integração formal tem um núcleo evidente, o sub-espaco de estar, marcado pelo banco. A intenção foi criar um local de encontro público, não dispersivo; uma praça, não um jardim.

Sob o ponto de vista formal, a influência de Burle Marx é reconhecida pelos autores. Não se trata, simplesmente, de uma semelhança de desenho, mas de busca de integração entre os vários elementos que compõem o sistema de objetos da praça, na clareza de identificação dos grupos de vegetação, na busca de um equilíbrio plástico dinâmico.

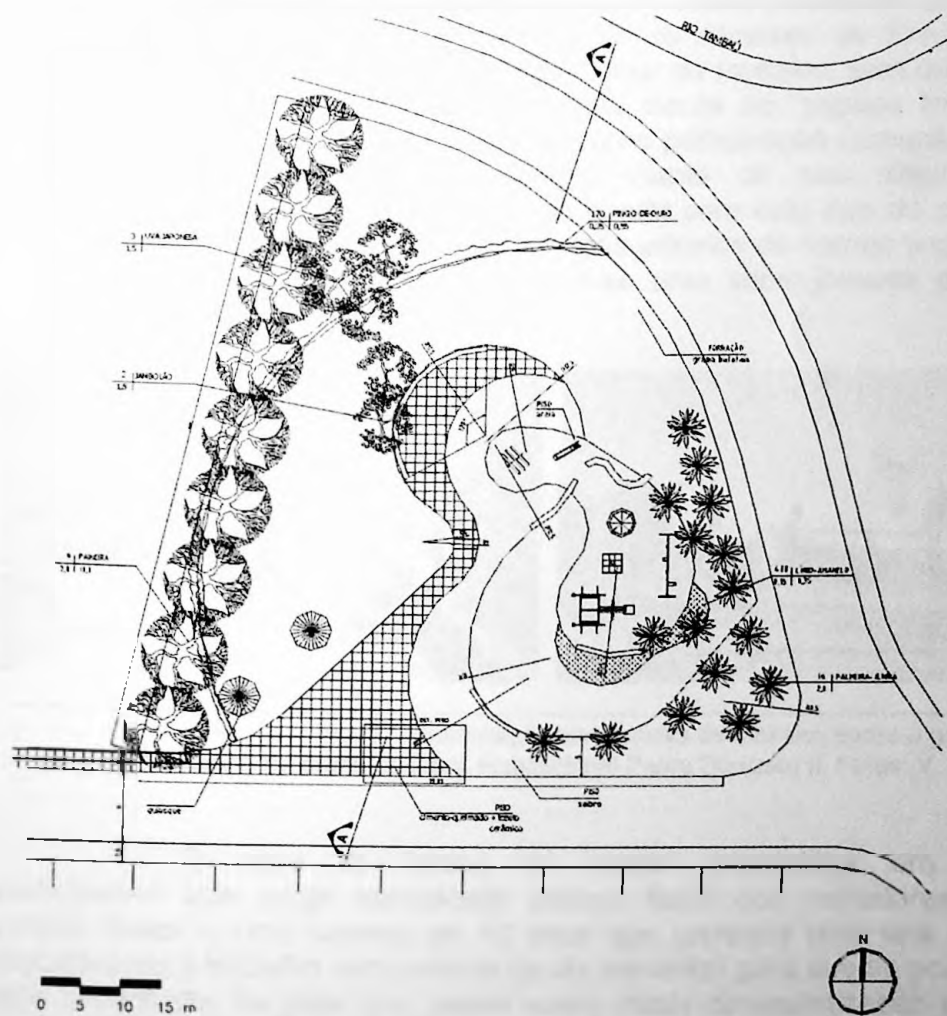


Fig. 56. A praça do Conj. Habitacional Padre Donizete II: implantação.
Desenho: V. Bello (1999).

O projeto, a pouco implantado (1999), ainda não se consolidou. O plantio recente de espécies arbóreas ainda não é capaz de atenuar o microclima do local, mas já se observa uma ocupação efetiva da praça, sobretudo ao entardecer. A carência de opções de recreação ao alcance do poder aquisitivo dos moradores também contribui para que utilizem intensamente o lugar. Crianças e adolescentes fazem uso dos brinquedos instalados na areia e do gramado que se presta ao tradicional futebol, além de outras práticas infanto-juvenis. O grande banco se constituiu numa referência importante, freqüentado em momentos diferentes por mulheres, grupos de jovens ou crianças. O amplo acesso cimentado serve também para andar de bicicleta e como área para inúmeras brincadeiras.

A participação da população em vários momentos do processo, desde a tomada de decisão em destinar os recursos do Prodec para a execução da praça até o "toque artístico" final do mosaico, sem dúvida, muito contribui para a responsabilidade coletiva diante do "espaço livre público" conquistado. Nas reuniões estimulou-se uma participação comunitária crítica, potencialmente transformadora, mesmo diante de sua difícil realidade econômica. Parece-nos mais adequado contar com este tipo de participação comunitária para a qualificação dos espaços urbanos de bairros populares que o processo geral de mutirão onde tem-se uma sobre-jornada de trabalho bastante exaustiva, inclusive infantil.



Fig. 57 . Elaboração participativa de mosaico sobre o grande banco.
Fig. 58. Cotidiano da praça do Conj. Habitacional Padre Donizete II. Fotos: V. Bello (1999).

O caso da "praça do banco" exemplifica um processo participativo sem exigir demasiado esforço físico dos moradores. Não há porque impor a uma criança de 10 anos que carregue uma lata de massa (substituindo o trabalho remunerado de um servente) para que se possa ter um piso cimentado, ou para que possa existir maior conscientização política da população. A ação política intra-comunidade e a ação artística coletiva podem ser importantes práticas geradoras de consciência e desalienação. Esta praça em Tambaú constitui-se numa situação atípica, parte de um programa excepcional de estímulo do Estado ao desenvolvimento comunitário (lamentavelmente em processo de desativação pelo governo federal), mas que poderia ser implantado por outros níveis de governo.

Pracialidades possíveis

Quando a rua vira praça

"As ruas devem ser como praças retangulares"

Aldo Rossi (1966), 1976: p. 78.

O provocativo livro de Carlos Nelson F. dos Santos, *Quando a rua vira casa*,¹⁷ inspira o conteúdo desta seção. Naquela obra, em sintonia ao célebre trabalho de Jane Jacobs,¹⁸ busca-se observar o cotidiano dos bairros e se afere, no Catumbi, um bairro pobre e consolidado do Rio de Janeiro, a rica vida urbana das ruas, muito mais que espaço de circulação de veículos. O arquiteto e antropólogo demonstrara como a rua se transforma em extensão da casa, não no sentido privado da casa, mas como espaço de práticas sociais ligadas ao ócio do cotidiano habitacional. A rua se constitui num local de trocas sociais, de conversas entre vizinhos, de brincadeiras infantis, de jogos de futebol; envolvendo, em diferentes momentos, diversas faixas etárias. A rua, no Catumbi, é um espaço de "domínio comum", de rica vida urbana.

Carlos Nelson dos Santos aponta para a riqueza social da rua, como parte do morar. Podemos verificar, em inúmeros bairros de periferia nas cidades da megalópole, que algumas ruas não apenas "viram casas" como "viram praças". Com frequência, nestes bairros, as ruas mais movimentadas por pedestres (o automóvel nestes locais está longe de exigir espaço exclusivo) se transformam nos mais fortes locais de encontro, do comércio mais dinâmico, das principais casas de culto religioso. Os exemplos estão por toda parte: em áreas de invasão, como no Parque Oziel em Campinas; em loteamentos clandestinos, como no Jd. Eldorado em Diadema; em loteamentos legalizados, como no Jd. Fortaleza em Guarulhos; em conjuntos habitacionais, como no São Valentim em Pirassununga; em favelas, como na do Real Parque, Morumbi, São Paulo; ou mesmo no Bairro Cuibá de Cima, na "área rural" de Nazaré Paulista.

Desta forma, tais ruas assumem mais que um papel de extensão das casas, mais que um lugar da esfera de vida doméstica. Constituem-se no mais importante "espaço público", voltado ao ócio e ao convívio, nos respectivos bairros, consistindo, portanto, verdadeiras praça alongadas. Ainda que improvisadas e precárias, são estas ruas principais o espaço primordial da

¹⁷ SANTOS, Carlos Nelson F. (Coord.). *Quando a rua vira casa*. São Paulo: Projeto; Rio de Janeiro: IBAM, 1985.

¹⁸ JACOBS, Jane (1961). *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

esfera de vida pública, na escala local do cotidiano habitacional de incontáveis bairros de periferia.

A Rua Dr. R. R. de Carvalho

Na Rua Dr. Rubens de Carvalho encontra-se a maioria dos estabelecimentos comerciais, todas as casas de culto, incluindo uma interminável capela católica, a única casa de diversões eletrônicas. Tudo entremeado a residências, algumas servindo também para serviços bastante informais (manicure, consertos de eletrodomésticos, etc.). Diante do uso bastante diversificado, a rua se apresenta como local de encontro cotidiano em diversos horários, para diversos grupos sociais.

O bairro Portal d'Oeste I, em Osasco, importante cidade industrial da Grande São Paulo,¹⁹ é um típico loteamento de periferia. Situa-se ao norte do município, nas franjas da mancha urbana, já nos contrafortes iniciais do Pico do Jaraguá. O lento e árduo processo reivindicatório para a obtenção de melhorias urbanas permitiu à sua população o estabelecimento de certa identidade coletiva. A Rua Dr. Rubens R. de Carvalho foi paulatinamente se constituindo no mais importante local de convivência do bairro, que até hoje não conta com nenhuma praça ou área verde implantada pela municipalidade. As frágeis ligações do Portal com o tecido urbano o coloca numa situação de relativo isolamento, fato que certamente contribuiu para a Rua Dr. Rubens de Carvalho, no centro do loteamento, ter obtido alguma vantagem locacional perante as demais.

Nos fins-de-semana a rua se transforma numa praça bastante movimentada. Por alguns momentos, a alegria do ócio, na Rua Dr. Rubens de Carvalho supera em muito as não poucas dificuldades do cotidiano daquela gente. O convívio na rua gera relações de identidade, estimula ações comunicativas e propicia relações de solidariedade orgânica, muitas vezes fundamentais ao cotidiano dos pobres.

Crianças e adolescentes tem na Rua Dr. Rubens de Carvalho, principalmente após o asfaltamento, em 1992, uma área para inúmeros jogos e brincadeiras. Os pequenos bares transbordam seu movimento para as calçadas, ali é o principal local do ócio masculino, bebidas, jogos, conversas,

¹⁹ Osasco possui 651 mil habitantes (Censo 2000). Trata-se do único município emancipado da capital no período republicano. Situado a oeste de São Paulo, teve seu desenvolvimento inicial ligado à Estrada de Ferro Sorocabana. Sua maior expansão urbana ocorreu nos anos 50 e 60, o que vem permitindo uma lenta mas progressiva melhoria nas suas condições de urbanização, resultando também em relativa "expulsão" dos estratos de mais baixa renda para municípios mais distantes da capital. Osasco tornou-se um centro de empregos também ligado ao setor terciário. No município situa-se, desde os anos 60, a "Cidade de Deus", sede operacional do Bradesco. Cf. QUEIROGA, Eugenio. *A produção da paisagem habitacional metropolitana: três estudos de caso no Município de Osasco - SP*. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 12-62.

observação atenta de quem passa. Nos horários que antecedem os cultos religiosos, à noite ou nos fins-de-semana, famílias nos seus melhores trajes conversam em pleno leito da via. Adolescentes se encontram ao entardecer, perambulam pela rua, entram e saem dos bares e do "flipperama", pouco tem a gastar e a fazer, é o melhor local do bairro para conversas. O movimento torna o lugar relativamente seguro, a tão propalada violência urbana não tem ali motivos para maior incidência, não que o bairro esteja fora da mira de pequenos ladrões, mas costumam preferir situações de menor visibilidade que a Rua Dr. Rubens de Carvalho.

É pena que pouco sigamos o conselho de Aldo Rossi (1966), "*ruas como praças retangulares*", tão pertinente às situações de baixo trânsito que mais caracterizam os bairros periféricos das cidades da Megalópole. Continuamos a privilegiar o automóvel no desenho de quase todo o traçado viário. Pouco nos damos conta das formas mais comuns de apropriação das ruas nos bairros pobres: na verdade, os arquitetos e urbanistas ainda pouco se aperceberam dos valores da nossa periferia.



Fig. 59, 60, 61 e 62 . Imagens da Rua Dr. Rubens de Carvalho, no Portal d'Oeste, em dias de semana. Fotos: E. Queiroga (1996)

Campinhos de periferia: praças de fins-de-semana

Nas periferias pobres das cidades de médio e grande porte da Megalópole, a carência de espaços adequados ao ócio é a regra. As ruas se prestam, como extensão do morar, para tais fins. A população masculina, da infância à idade adulta, conta também com "campinhos de futebol" como importantes "espaços livres públicos" de recreação. Os campinhos são "netos" empobrecidos dos saudosos "campos de várzea", de medidas oficiais, verdadeiros clubes populares. Os campinhos, pela própria expressão diminutiva, variam muito de dimensões, raramente se assemelham em porte e estrutura aos últimos remanescentes dos "campos de várzea", encontrados em cidades de todos os portes da Megalópole (de Bom Jesus dos Perdões à São Paulo).

Os campinhos são implantados em inúmeras situações, principalmente nos loteamentos de periferia, mas também nos conjuntos habitacionais e junto a algumas favelas; em cidades de todos os tamanhos, na Megalópole do Sudeste. Normalmente se localizam nas áreas livres públicas onde o Poder Público quase sempre nada fez; são então produzidos pelos próprios moradores que se cotizam e pagam uma "máquina" (um trator, de preferência uma moto-niveladora) para fazer o "raspadão" (o platô). Em situações em que as áreas deixadas pelo loteador são muito íngremes, busca-se implantar o precário campo de terra em gleba ainda desocupada, vizinha ao loteamento. Quando os recursos disponíveis são ainda mais escassos, o nível de precariedade aumenta, diminui-se a dimensão do "campo", realizado então em qualquer lugar, a partir de um roçado feito pelos próprios moradores, ocupando lotes desocupados, ou mesmo parte do sistema viário, aproveitando avenidas em terra, superdimensionadas para o tráfego local.

Em todos os casos se observa como a razão cotidiana, a astúcia nas práticas espaciais, a solidariedade orgânica, é capaz de resolver a questão da criação de espaços razoavelmente adequados a uma das formas de ócio culturalmente mais disseminadas na população pobre, masculina, brasileira: o futebol.

Campinhos em Campinas

Selecionou-se situações bastante típicas, campos de futebol na Região do Campo Grande, nos seguintes bairros: Jd. Uruguai, Jd. Lisa II, e Parque da Floresta (vide figura 28). A Região do Campo Grande, na periferia sudoeste de Campinas, teve iniciada sua urbanização nos anos 50, com a instalação da Fábrica de Pneus Dunlop (atual Pirelli), a oeste da Rodovia Anhangüera. A Região do Campo Grande apresenta uma ocupação bastante descontínua e heterogênea, com loteamentos em diferentes graus de

consolidação urbana, conjuntos habitacionais, favelas e extensos vazios ainda não parcelados. Contribui ainda para a fragmentação do espaço a passagem de infra-estruturas de escala megalopolitana, ou ainda maior: a Rodovia dos Bandeirantes, o "corredor de exportação" ferroviário, uma linha de alta tensão e o gasoduto Brasil-Bolívia.

O Jd. Uruguai localiza-se na porção sudeste da Região do Campo Grande, próximo ao Rio Capivari e ao Terminal Ouro Verde. Em 1995 realizou-se clandestinamente o loteamento. Até o presente a situação encontra-se irregular, vários lotes estão caucionados pela Prefeitura que condiciona a entrega dos mesmos à realização de obras urbanas pelo proprietário. Tais obras sequer foram iniciadas. Devido a esta situação ilegal, no bairro não há rede oficial de luz, nem de água, menos ainda pavimentação ou rede de esgoto, muito embora a ocupação já esteja consolidada.

A despeito de toda a precariedade, os moradores definiram um campo de futebol relativamente bem estruturado. Foi realizada terraplenagem e toda a borda do campo está envolvida por pneus que fazem as vezes de mureta de proteção e de pequeno arrimo. As traves são em troncos de eucalipto, pintadas; aos domingos colocam-se as redes para as partidas do time local. O campo, infelizmente, situa-se na faixa de domínio de rede de alta tensão da CPFL.

O campinho, de área aproximada de 800 m², tem em seu entorno 70% dos lotes ocupados; são residências não acabadas e três estabelecimentos comerciais, incluindo o singelo mercadinho do bairro. Neste local situa-se a parada final da única linha de ônibus que serve o Jardim Uruguai. A despeito da precariedade é ali o centro do bairro, lugar de convívio, moradia, ócio, comércio e transportes. A área destinada em projeto para o sistema de lazer é de difícil apropriação pelos moradores, situada junto ao rio, encontra-se em completo abandono.



Fig. 63 e 64. Aspectos do campinho do Jd. Uruguai e entorno. Fotos: E. Queiroga (2001).

O Parque da Floresta localiza-se quase na extremidade sudoeste da Região do Campo Grande. O bairro expressa o nível de crise do

envolvimento estatal na produção habitacional dos anos 90. Situado em local extremamente periférico, a partir do duvidoso argumento do menor custo do solo; o empreendimento foi projetado no final da década de 80 para fornecer lotes urbanizados com residências mínimas, "embriões", ampliáveis posteriormente pelos moradores. Sequer um quarto do empreendimento foi assim entregue (1990). Os demais lotes foram vendidos em condições urbanísticas muito precárias, em desrespeito até à própria legislação municipal que, para empreendimentos de interesse social, já é bastante condescendente.

Neste contexto, o sistema de lazer projetado não foi executado. Apenas realizou-se terraplenagem em uma pequena parte da maior área livre (72.846 m²) do sistema recreacional. Propiciou-se, então, a constituição de um campo de futebol, de área aproximada de 4.200 m².

Este campo, mais formalizado, situa-se na "fase I" do Pque. da Floresta, onde entregou-se as casas tipo "embriões". É próximo à Estrada Municipal Helvétia (prolongamento de terra da Av. J. B. Dunlop - única via estrutural da Região do Campo Grande), em área limítrofe ao Conjunto Habitacional Parque Itajaí, de urbanização já bastante consolidada. O campo conta, inclusive, com traves de ferro "oficiais". Sua localização, no início de um grotão, se constitui em um elemento que o afasta das ruas e casas do entorno imediato. O time "oficial do bairro" mantém o campo, cuida de sua marcação, instalou precária tela de proteção atrás de um dos gols; nos fins-de-semana, coloca redes para suas partidas.



Fig. 65 e 66. Aspectos do campo do Pque. da Floresta e entorno. Fotos: E. Queiroga (2001).

O segundo campo situa-se na "fase II" do Pque. da Floresta, onde a COHAB entregou, apenas, lotes servidos de redes de água e luz; não há sequer guias nas ruas. O campo ocupa a maior parte da uma pequena praça de 1750 m², foi improvisado pela população, que também plantou algumas árvores esparsas na praça. Embora menor, precário e afastado da via principal de relação do bairro com a Região do Campo Grande, este campinho acabou se tornando em elemento de centralidade na escala de vizinhança. Há uma relação mais forte do campinho com as casas e o pequeno e informal comércio e serviço que se estabeleceu em seu entorno.



Fig. 67. O campinho na praça, Pque. da Floresta. Foto: B. da Costa (2000).

O terceiro bairro aqui apresentado é o mais "velho". Em 1982, parte da gleba foi parcelada em lotes de 250 m² e posta a venda - Jd. Lisa I. Um ano depois, o Jd. Lisa II tem seus lotes lançados no mercado, muitos foram desdobrados em terrenos de 125 m². Nenhuma rua do Jd. Lisa possui pavimentação, guias ou sarjetas. Não há, tão pouco, rede de esgotos. As áreas do sistema de lazer não foram implementadas. Vários campinhos de futebol foram improvisadamente realizados pelos moradores.

Vale destaque o campinho situado bem no fim da Av. Armando Mario Tozzi, no limite do Jd. Lisa II, já diante de uma interessante "propriedade rural". A avenida articula o Jd. Lisa ao Jd. Metonópolis, chegando até a Av. John Boyd Dunlop. A Av. Armando M. Tozzi é bastante larga (variando entre 40 e 25 m) e à medida em que se afasta da Av. J. B. Dunlop, vai se tornando cada vez mais precária, seu fim é em terra, sem guias ou delimitação de passeio público. Apresentando solo bastante arenoso, e desprezível movimento de veículos, tem-se uma situação propícia a jogos informais de futebol. Apenas em uma lateral do campo/avenida há lotes, ocupados por habitações. O campinho possui traves em pontaletes e sarrafos de madeira, bastante precárias, conta também com a fraca iluminação viária que permite algum uso ao anoitecer pela vizinhança.



Fig. 68 e 69. O campinho no fim da avenida, Jd. Lisa II. Fotos: E. Queiroga (2001).

Durante os dias de semana os campinhos possuem uma utilização bastante restrita. Nos fins-de-semana, sobretudo aos domingos, os campos se transformam em locais bem mais complexos e ricos socialmente. Mesmo os mais precários, como o menor do Pque. da Floresta e o do Jd. Lisa II, apresentam-se como praças de vizinhança, atraindo moradores das imediações não apenas para o futebol, mas para conversas informais, à beira dos portões.

Os campos mais bem equipados, como o do Jd. Uruguai e o maior do Pque. da Floresta atraem times de fora, gente de todo o bairro, tornam-se verdadeiras praças de fins-de-semana. Enquanto alguns homens jogam futebol, várias pessoas ficam nas imediações conversando. Este movimento estimula o comércio, bares se estabelecem junto aos campos, servindo de local de convívio e apoio aos jogadores. Isto contribui para tornar os locais em importantes pontos de encontro, atraindo, então, não apenas os praticantes de futebol mas um público mais diversificado, incluindo mulheres e crianças. Estabelece-se um ciclo de atividades diversas do ócio na esfera de vida pública, potencializando ações comunicativas.

O contexto intra-urbano contribui para o maior ou menor uso destas praças informais, tal como ocorre em qualquer praça oficialmente reconhecida no espaço legal da cidade. A tênue centralidade nos bairros de periferia mais precários está menos associada ao movimento de automóveis e mais ao movimento de pedestres e ônibus. Quando coincide com o lugar do campinho de futebol cria-se um "centro" mais reconhecível pela população local. Desta forma, o campo do Jd. Uruguai, torna-se um lugar movimentado e diversificado, com a presença de estabelecimentos comerciais relativamente mais dinâmicos.

O grande campo do Parque da Floresta apresenta as melhores condições para partidas de futebol, atraindo jogadores de distâncias maiores, para amistosos e mini-campionatos. O campo situa-se próximo a avenidas asfaltadas, o que contribui para sua escala extra-bairro, apresentando aos domingos o maior movimento entre os casos estudados.

A alegria destes ricos lugares nos fins-de-semana é contagiante, observa-se como é possível com tão pouco criar um lugar que tenha valor aos seus usuários. O hábito de se convidar times de fora do bairro cria situações comunicativas e de reconhecimento mútuo bastante saudáveis, os "visitantes", desde que respeitem as regras de convivência do time da casa, são sempre convidados a voltar. Evidentemente "nem tudo são flores", discussões nos jogos levam, algumas vezes, a brigas das quais podem vir a participar mais do que os jogadores. Nem sempre a bebida após as partidas leva sempre a um conagraçamento entre times opostos. Nos casos estudados não houve relato de nada além de socos e pontapés.

Os campinhos podem se revelar, portanto, praças informais nos fins-de-semana, da escala de vizinhança à extra-bairro. Lugares de encontro e convivência, produzidos pelos pobres, com liberdade e organização, a partir de

suas demandas coletivas. Em bairros tão carentes da ação do Poder Público criam-se referenciais sócio-espaciais. Espera-se que eventuais “melhorias urbanas” que por ventura possam ser implementadas décadas mais tarde pelos técnicos municipais não criem, aqui e acolá, jardinzinhos pós-modernos completamente alheios às ricas tramas de relações sociais que perpassam os só aparentemente singelos “raspadões” das empoeiradas periferias.



Fig. 70, 71 e 72. Ôcio de domingo: futebol, cerveja, bilhar, conversas, ... o campo é praça.
As duas primeiras imagens são do Jd. Uruguai, a inferior é do Pque. da Floresta.
Fotos: E. Queiroga (2001).

VII. Praças (?) para ricos

Prosseguindo a discussão iniciada no capítulo anterior (praças nos lugares do cotidiano habitacional), utilizamos a mesma base teórica lá enunciada. Aqui trata-se do espaço das camadas de renda alta e média-alta que habitam nas maiores metrópoles do território megalopolitano (São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas), representando parcela importante da elite econômica brasileira.

Num quadro de urbanização crescente, a transformação da base econômica, da agricultura para a indústria e, atualmente, o prenúncio da sociedade pós-industrial,¹ fizeram elevar os níveis de desigualdade social no país. Parcelas significativas da população pobre são colocadas à margem do mercado de trabalho formal, aumenta-se a violência urbana. Os ricos, sobretudo nas grandes metrópoles, abandonam os centros das cidades, fogem dos espaços públicos, trocam a esfera de vida pública pela esfera social, entre semelhantes, em locais seguros (clubes, *shoppings*, festas em residências de campo ou em casas noturnas de acesso extremamente controlado); os remediados buscam, nas suas limitadas condições, imitá-los. Neste grave contexto, qual o papel que ainda compete às praças nos seus bairros de moradia?

Para diversas situações estudadas (condomínios fechados, loteamentos de uso exclusivamente residencial, renovações urbanas com predominância de edifícios residenciais de médio e alto padrão, etc.) verifica-se, quase sempre, a sub-utilização dos "espaços livres públicos". Difícil, em boa parte dos casos, nomear os referidos logradouros como praças.

Os "espaços livres" possuem, nos bairros de mais alto padrão e baixa densidade uma dimensão simbólica geralmente mais importante que um uso efetivo, contribuem para a imagem verde do bairro. Em bairros de renda média, há, com frequência, algum uso recreacional, mas não são raras as áreas abandonadas tanto pelos moradores quanto pelas municipalidades. Todavia, em diversos bairros de alta densidade, de populações de renda média a alta, a rua torna-se mais movimentada, estimulando a presença de usos diversificados; a praça pode desempenhar, então, importante papel de ócio e convívio. Começemos por elas.

¹ A expressão pós-industrial é aqui empregada como em DE MASI, Domenico. A sociedade pós-industrial. In: DE MASI, Domenico (Org.). *A sociedade pós-industrial*. Tradução: Ana Maria Capovilla et al. São Paulo: SENAC, 1999. p. 11-97. Além desta obra cf. Idem. *O ócio criativo*. Entrevista a Maria S. Palieri. Tradução: Léa Manzani. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

Bairros de alta renda e alta densidade habitacional

Nas grandes cidades da Megalópole do Sudeste ocorrem vários processos de segregação sócio-espacial. Em áreas predominantemente ocupadas por ricos, há, por vezes, bairros relativamente densos, com alto coeficiente de aproveitamento. Nas situações em que a verticalização de médio a alto padrão se estabelece empregando principalmente a tipologia de um edifício por lote, tem-se maior contato com a via pública. Nestes locais, atrai-se um rico e diversificado setor de comércio e serviços. Estes, por sua vez, acabam servindo a uma escala que ultrapassa a dos respectivos bairros, tornando-se, com freqüência, sub-centros bastante diversificados.

Esta situação verifica-se com diferentes intensidades diante do papel ocupado pela cidade no quadro de conexões geográficas do território megalopolitano. Assim são mais notáveis, neste sentido, bairros como Higienópolis e Itaim em São Paulo, Leblon e Ipanema no Rio de Janeiro, ou mesmo o Cambuí em Campinas e o Gonzaga em Santos; do que bairros em cidades com cerca de um milhão de habitantes, como Guarulhos e Nova Iguaçu; estas últimas cidades se localizam nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, ao passo que as primeiras são núcleos principais de comércio e serviços em suas formações metropolitana). Situação análoga se verifica entre as vizinhas cidades de Niterói e São Gonçalo, onde, a despeito da segunda cidade possuir o dobro da população da primeira, é Niterói que detém maior importância na oferta de serviços, dadas as respectivas formações histórico-territoriais.

Nos bairros acima citados, a tipologia urbana predominante - alto coeficiente de aproveitamento e um edifício por lote - leva a um uso efetivo das ruas pelos pedestres. Situação muito diferente dos condomínios em grandes glebas onde o isolamento dos conjuntos edificados diante do espaço público reduz as ruas à circulação de veículos (como na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, ou nos "Alphavilles" das metrópoles de São Paulo e Campinas). As ruas sendo bastante utilizadas por pedestres, moradores ou usuários dos serviços dos bairros, tornam-se mais seguras e estimulam com isso seu uso.² O grande movimento das ruas acaba por induzir, por vezes, a uma boa freqüentação das praças nos respectivos bairros. Tornam-se espaços do ócio cotidiano de moradores das redondezas. Nos horários de almoço, as praças abrigam uma população mais diversificada: moradores, trabalhadores e

² Esta situação, empiricamente verificável em nossas grandes cidades, foi, nos anos sessenta, demonstrada para a realidade norte-americana. JACOBS, Jane (1961). *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 29-57.

freqüentadores do bairro. Este é o caso das praças que discorreremos a seguir.

A Praça Antero de Quental

O Leblon é um dos bairros mais tradicionais da Zona Sul carioca. Sua ocupação, desde a década de trinta, se configurou com apartamentos voltados aos estratos de renda média e alta.³ Situado junto à orla, forma em conjunto com Ipanema, importante sub-centro da zona sul carioca (vide Figura 39). Ao mesmo tempo, nestes bairros, tem-se, junto à praia, o maior preço do m² residencial do país.

A Praça Antero de Quental localiza-se junto à principal via comercial do Leblon, a Av. Ataulfo de Paiva. Seu entorno, intensamente edificado, é constituído, sobretudo, de edifícios mistos: comércio no térreo e sobreloja, com andares superiores residenciais. Trata-se da praça mais importante do bairro, que conta também com um jardim significativo (Jardim de Alah). Evidentemente, a praia é o principal “espaço livre público” do bairro.



Fig. 73. Inserção urbana da Praça Antero de Quental. Base: *Mapa das Capitais* - Guia Quatro Rodas - 2000.

³ Sobre a dinâmica do espaço intra-urbano das áreas centrais e da moradia da elite carioca, cf. VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

Mesmo com a presença do mar a apenas uma quadra, a Praça Antero de Quental é local bastante freqüentado pelos diversos grupos sociais que tem no Leblon seu local de moradia, trabalho, compras/ócio. Apresenta forte movimento em todos os dias da semana, pela manhã, tarde e mesmo nas primeiras horas da noite. Esta freqüência, sem dúvida, se associa ao fato de ser o Leblon um bairro muito denso, onde as poucas áreas livres privadas são pouco adequadas ao convívio, estimulando a saída das pessoas de seus apartamentos e locais de trabalho. Mas se a praia é o grande espaço do ócio, a Antero de Quental é um "oásis", as frondosas árvores fornecem um microclima mais agradável para quem se encontra, cotidianamente, nas movimentadas ruas do Leblon.

O equilíbrio entre área vegetada e destinada aos pedestres, diante do contexto de intenso fluxo de veículos, permite à praça servir de "pausa" no frenesi urbano. No entanto, o ritmo mais lento propiciado pela praça não significa um isolamento rígido entre os que estão dentro e fora da praça. A Antero de Quental é, portanto, mais que uma praça-jardim, é uma praça ajardinada.

A Praça foi reformada recentemente dentro do Programa "Rio-Cidade" da Prefeitura carioca (primeira fase 1993-1996). Neste contexto, após seleção entre os escritórios participantes do concurso de idéias, coube ao arqto. Índio da Costa o projeto para o Leblon. Na equipe de projeto destacava-se a participação do arquiteto paisagista Fernando Chacel, um dos mais respeitáveis paisagistas em atuação no Rio de Janeiro. O eixo da intervenção foi a Av. Ataulfo de Paiva, nela a Praça Antero de Quental se constitui na área pública de maiores dimensões, merecendo grande atenção propositiva.

A intervenção na tradicional praça do Leblon marcou-se por reformulação bastante ampla, manteve-se apenas a vegetação arbórea. A praça foi estruturada de forma centrípeta, destinando aos diversos usos, preexistentes e propostos, áreas apropriadas. Estruturalmente a praça foi compartimentada em dois grandes sub-espacos: um interno e um externo.

O interno é voltado a quem se destina à praça, possui vários sub-espacos: o núcleo da praça é uma ampla área aberta sem uso predeterminado, a seguir tem-se, para um lado o parquinho infantil e para o outro, um local com mesas de jogos para idosos e um quiosque de exposição e venda de plantas que se volta também para o lado externo da praça. O sub-espaco externo é destinado ao transeunte, travando as relações diretas da praça com as ruas do entorno.

Os canteiros de vegetação assumem papel fundamental na estruturação da praça, definindo os sub-espacos citados acima. A vegetação arbórea preexistente é bastante frondosa e heterogênea, cobrindo os locais destinados a maior permanência. O parquinho infantil está em cota rebaixada, envolvido por mureta de granito, impedindo o acesso direto pela área externa, tornando-o mais seguro e aconchegante. Foram plantadas diversas herbáceas

formando agrupamentos homogêneos que deveriam orientar a entrada ao espaço interno da praça.

O piso do sub-espço interno é areia compactada, adequado ao clima e a drenagem. O piso do sub-espço externo é em mosaico português (branco, preto e vermelho) seguindo desenho geométrico moderno, o mesmo padrão foi utilizado em toda a Av. Ataulfo de Paiva. O passeio possui atenção especial nos pontos de travessia, são balizados por "frades" esféricos, possuem guia rebaixada para deficientes físicos e aviso tátil para deficientes visuais. Nos pontos de ônibus a cota do passeio é mais elevada procurando garantir um acesso mais confortável e seguro aos seus usuários.

Especial atenção mereceu o desenho do mobiliário urbano que identifica toda a área de intervenção do projeto Rio-Cidade no Leblon. Adotou-se uma linguagem contemporânea, com alguns elementos fortemente inspirados em situações recentemente empregadas em Barcelona. Criou-se padrão especial para a postificação, luminárias, placas de identificação, abrigos de ônibus, bancos e telefones públicos. A banca de flores possui estrutura metálica, vermelha, constituindo pórticos que avançam para além da área coberta.

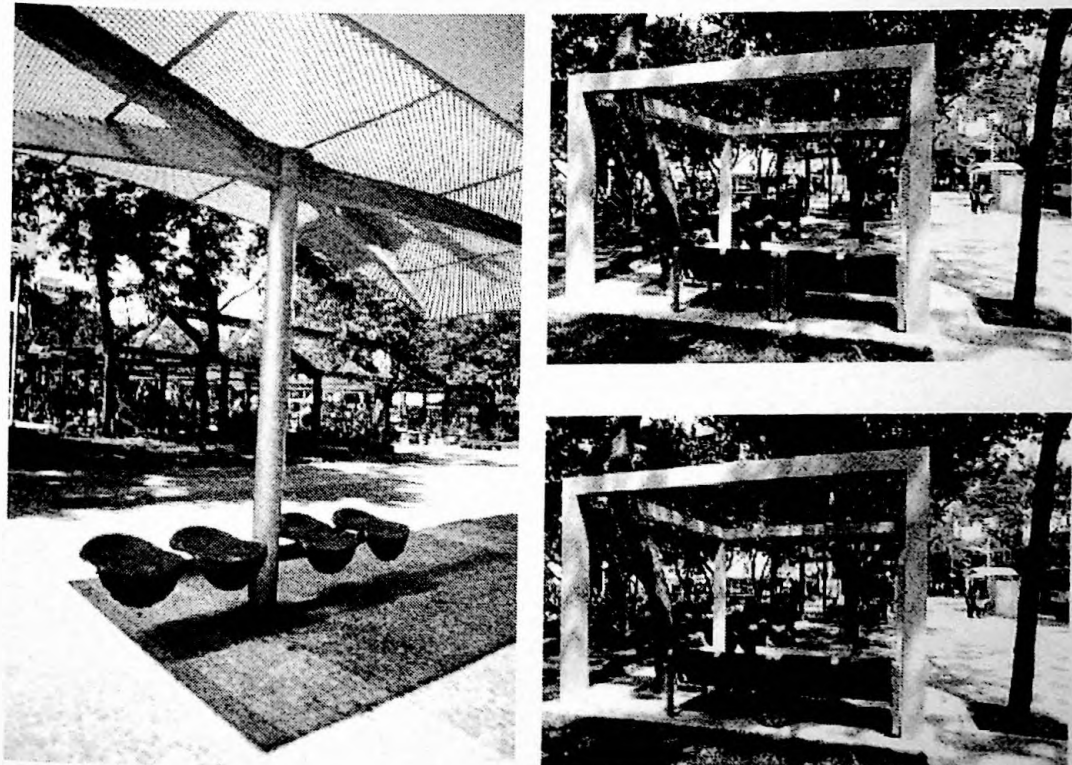


Fig. 74, 75 e 76. Aspectos da Praça Antero de Quental (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996: p. 76 e 118)

A Praça Antero de Quental já era um lugar bastante utilizado por moradores do bairro e transeuntes. A reforma permitiu uma separação mais

clara das funções sem fragmentar em demasia o espaço, contribuindo para o uso do local. A praça continua a ser área pública bastante identificada com os moradores do Leblon. Todos os seus sub-espços possuem grande utilização conforme os usos previstos e, também conforme a intenção do projeto, o espaço central apresenta usos diversificados, imprevistos: crianças brincam com ou sem bola, cachorros correm, pessoas atravessam o local, etc. A travessia diagonal da praça ficou prejudicada, alguns canteiros acabaram sendo pisoteados nos locais em que a lógica de trajeto era mais adequada que a motivação plástica do plantio de herbáceas.

Dada sua massa arbórea, a praça é marco referencial na escala do bairro. Articula-se, também visualmente, com a Av. Ataulfo de Paiva em função do mesmo desenho de piso e dos mesmos elementos do mobiliário urbano. O estado de manutenção e o desempenho dos materiais diante do uso e do clima são bastante satisfatórios. Revela-se a adequação do projeto e o respeito do Poder Público com os “espaços livres públicos” apropriados pelas elites, ainda que não somente por elas.



Fig. 77 e 78. Aspectos do cotidiano da Praça Antero de Quental. Fotos: D. Zurrón (1999).

O “Largo Santa Cruz”

O Cambuí é bairro tradicionalmente ocupado por estratos da população de renda alta e média, bastante verticalizado, apresenta comércio e serviço diversificado e sofisticado. O bairro integra hoje o centro expandido de Campinas. Sua origem remonta a meados do século XIX, primeiro parcelamento voltado, principalmente, às elites locais, ainda ocupando terras contíguas ao núcleo urbano inicial, dentro do rossio previamente destinado à implantação da Freguesia de Campinas.

A formação da Praça XV de Novembro, ainda hoje conhecida como “Largo Santa Cruz”, data dos primórdios da urbanização de Campinas, anterior, ao arruamento do Bairro do Cambuí. Em 1814, junto à saída norte da cidade para o Caminho de Goiás, diante duma capela, formava-se um largo

irregular delimitado por moradias. No século XIX, o lugar esteve associado tanto à Igreja, como local de festas religiosas, como a ações do Estado. Em 1835 o largo recebe a primeira força de Campinas, tornando-se conhecido como Campo da Força. Trinta anos mais tarde, o campo serviu como acampamento de tropas a caminho da Guerra do Paraguai.⁴



Fig. 79. O Largo Santa Cruz no início do século XX (L. do Amaral, 1927, apud. P. Mainieri, 1999).

Na primeira metade do século passado, o Cambuí consolida-se como bairro de moradia da elite. A partir dos anos 60 instala-se um crescente processo de verticalização, substituindo antigos casarões. Com o aumento da densidade habitacional crescem as atividades comerciais e de serviço voltadas sobretudo para média e alta renda. O "Largo Santa Cruz" se transforma em local voltado, principalmente, ao cotidiano habitacional, bastante demandado em função da verticalização do entorno. No sistema de ações atuais o lugar em nada faz recordar o outrora Campo da Força, tão pouco o caráter religioso das festas de outrora; a capela foi demolida há várias décadas.

O largo é, no presente, uma das poucas áreas verdes públicas do Cambuí, atraindo moradores da vizinhança para caminhadas matinais e passeios com cachorros. Babás levam bebês ao banho de sol. O lugar não recebe apenas ricos moradores do Cambuí, na hora do almoço é comum a presença de um público mais diversificado: pobres e remediados que trabalham no bairro; inúmeros transeuntes cruzam o largo. Crianças do

⁴ LIMA, Siomara Barbosa de. *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Cambuí compartilham o parquinho infantil, ao longo do dia, com crianças pobres, filhos de empregadas, ou mesmo quase abandonadas que vagueiam pelo centro expandido de Campinas. Idosos em horários de trabalho são os maiores usuários dos bancos; o ponto de suco atrai jovens, sobretudo à tarde; o ponto de taxi abriga a conversa entre os motoristas. Nos fins-de-semana, ao contrário do que acontece nos bairros pobres em que os "espaços livres públicos" se enchem de vida, a praça apresenta fraca ocupação, denotando o maior leque de alternativas de lazer e ócio dos ricos e remediados.



Fig. 80 e 81. Aspectos do cotidiano do Largo Santa Cruz . Foto: P. Mainieri (1999)

O sistema de objetos da Praça XV de Novembro, nos seus 6.000 m², também em nada lembra o antigo Campo da Força, o descampado em chão batido do século XIX. O "Largo Santa Cruz" teve seu ajardinamento iniciado de forma elementar, a partir do plantio, em 1872, de flamboyants. Tratavam-se dos primeiros *Delonix regia* trazidos para Campinas, iniciativa de José Antonio Bierrenbach que plantou alguns em sua residência, outros no largo, dois lá ainda sobrevivem. Hoje o "Largo Santa Cruz" apresenta um plantio bastante diversificado sem revelar uma estrutura de projeto. Denota-se um processo de manutenção e intervenções do Poder Público sem respeitar nenhum desenho inicial. A arborização é, por conseguinte, difusa e heterogênea (*Delonix regia*, *Ficus benjamina*, *Triplaris brasiliensis*, *Caesalpinia peltophoroides*, palmaceas, etc.). As herbáceas, de plantio mais recente, encontram-se dispostas em canteiros de inspiração moderna, formas sinuosas e geométricas (liliaceas, *Hedera helix*, iridaceas e araceas). Alguns arbustos estão dispersos de forma bastante arbitrária (*Philodendron bipinnatifidum*, *Dracaena fragans*, etc.).

As áreas de piso, em mosaico português branco e preto, apresentam traçado geométrico de inspiração moderna, predominantemente retilíneo, não ortogonal. Quanto ao mobiliário urbano é bastante convencional e diversificado não denotando nenhuma intenção projetual do conjunto. Há no largo banca de jornais (metálica), quiosque de venda de sucos (pré-fabricado em madeira), parquinho com brinquedos convencionais em ferro, bancos em concreto pré-moldado, telefone público e ponto de táxi. Um marco em memória aos soldados da Guerra do Paraguai em pedra lavrada e placa de bronze passa despercebido aos transeuntes.

A praça se constitui em referência apenas de âmbito local, interna ao bairro. Integra e colabora com a relativa arborização pública do Cambuí cuja imagem é fortemente marcada pelos altos edifícios de apartamentos. O largo corresponde às demandas atuais, mas sua imagem é bastante insensível à memória do lugar. Trata-se, hoje, de uma praça arborizada qualquer. A Praça XV de Novembro efetivamente apagou a lembrança do Campo da Força.



Fig. 82. Vista geral do Largo Santa Cruz . Foto: P. Mainieri (1999)

• Praças (?) em bairros de baixa densidade

Várias são as origens dos princípios urbanísticos que se colocaram como padrão, como cenário, como ideal na constituição de bairros destinados às classes de maior renda na Megalópole do Sudeste. Almejando tais valores, porém diante de recursos mais limitados, tornaram-se paradigmas também para as camadas de renda média, sobretudo média-alta, da população nas cidades do território megalopolitano.

Nas cidades brasileiras a segregação sócio-espacial nos espaços de moradia toma impulso com a Lei de Terras (1850). Transformado o solo urbano em mercadoria, propiciou-se constituir um setor imobiliário, produtivo e especulativo, nas cidades mais dinâmicas, como um lucrativos setor capitalistas. A terra urbana, ou mais precisamente a localização na cidade, tem sua valorização dada pela produção social da cidade e não simplesmente pela produção em si deste ou daquele loteamento.

Neste contexto, cria-se, deste o século XIX, sobretudo nas maiores cidades, um mercado imobiliário, de concorrência imperfeita, que estabelece produtos distintos para os diferentes estratos de renda. Primeiro no Rio de Janeiro, mas logo a seguir em São Paulo e mesmo em Campinas, loteamentos são abertos em locais estratégicos visando um público de alta renda.

Mais do que a venda de um lote, vendia-se um padrão de morar, em relativa consonância com os valores europeus de moradia aristocrática ou burguesa diante das grandes cidades industriais. Lá, quem pôde, se retirou do burburinho da cidade industrial, buscando ambiente mais saudável, próximo ao campo, a uma natureza idealizada. No século XIX, a aristocracia carioca, imitou os hábitos de europeus, sobretudo ingleses, mas também franceses, que, ao se instalarem no Rio de Janeiro, preferiram fixar suas residências junto à exuberante natureza, em clima um pouco mais ameno. Nas cercanias da Floresta da Tijuca instalam-se em grandes propriedades, chácaras e sítios que, embora afastados do núcleo urbano mais denso, constituíam situações urbanas.⁵ Não tardou São Paulo a produzir loteamentos voltados aos que

⁵ Ivone Salgado relata como as formas afastadas de moradia dos ingleses nas três maiores cidades do Brasil no século XVIII e XIX (Rio de Janeiro, Salvador e Recife) influenciaram o urbanismo em tempos imperiais. SALGADO, Ivone. *Introdução das idéias de saneamento e da estética neoclássica nas cidades brasileiras (1750-1900)*. 2001. Relatório de Pesquisa da Carreira Docente - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. Cf., também, VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

gozavam da riqueza advinda do café. Campos Elíseos e Higienópolis são bairros voltados à elite constituídos no último quartel do século XIX, da mesma forma em que, ainda no final dos oitocentos, se abre, distante e em local aprazível, a Av. Paulista.

A “fuga” da cidade industrial europeia teve nas idéias howardianas da cidade-jardim, na virada para o século XX, a formulação de alternativa urbana pouco praticada em sua íntegra. No Brasil, já no primeiro quartel do século XX se implantaram diversos “bairros-jardins” para as elites locais. Aqui se tratava menos de fugir de um incipiente quadro industrial e mais de se afastar das áreas precariamente urbanizadas ocupadas pelos pobres. Já nos anos 10, a City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited (Companhia City) empreende o primeiro bairro-jardim do país (Jardim América), projeto de Barry Parker, co-autor, junto a Raymond Unwin, da primeira cidade-jardim inglesa, Letchworth.⁶ Nas décadas seguintes, empreendimentos similares são realizados em diversas outras cidades brasileiras: Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Campinas, etc.

O padrão urbanístico do bairro-jardim se consolida como uma forma de morar marcada menos pelo discurso original da cidade-jardim, de espaços verdes comuns, e mais por espaços altamente excludentes. Busca-se garantir apenas o uso residencial unifamiliar de baixa densidade. Os espaços públicos são concebidos como um cenário profusamente arborizado, as avenidas apresentam amplos canteiros centrais arborizados e ajardinados, as áreas livres são rotatórias ajardinadas mais que praças. O traçado sinuoso evite travar forte relação com a trama da cidade, dificulta que não moradores se utilizem dele como local de passagem. O bairro-jardim consolidado⁷ tem como meta maior a tranquilidade da vida privada.

Diante desta imagem, a maior parte dos “espaços livres públicos” nos bairros que procuram seguir de alguma forma os princípios do bairro-jardim são profusamente arborizados e ajardinados, a noção de área verde prevalece à noção de espaço público, o jardim torna-se mais importante que a praça. Assim são, por exemplo, a esmagadora maioria dos “espaços livres públicos” no luxuoso bairro do Morumbi (São Paulo) e bairros exclusivamente residenciais de suas adjacências, tratados como áreas verdes, com baixíssima frequência do público morador.

O padrão do bairro-jardim se dissemina, de forma mais ou menos fiel aos bairros criados pela City em São Paulo, por dezenas de cidades da megalópole e por tantas outras cidades brasileiras, sobretudo a partir da

⁶ Cf. LEME, Maria Cristina da S. (Coord.). *Urbanismo no Brasil - 1895 - 1965*. São Paulo: Studio Nobel: FAUUSP: FUPAM, 1999. p. 300-303.

⁷ Dizemos “bairro-jardim consolidado” para diferenciar do traçado inicial do Jd. América. Este, de fato, possuía um sistema de espaços livres que buscava algum convívio comunitário, na escala de vizinhança, não do bairro, menos ainda na relação bairro-cidade. Tais áreas de convivência de vizinhança foram, paulatinamente, incorporadas a usos privados ou de acessos restritos (clubes).

segunda metade do século passado. Buscando atingir um público maior (leia-se a população de renda média) há um empobrecimento relativo ao padrão inicial. Os lotes já não são tão grandes, assim como são mais estreitos os canteiros centrais das avenidas e reduz-se as áreas verdes públicas ao mínimo exigido por lei. Mantém-se, entretanto, o caráter segregacionista ao se preconizar o uso exclusivamente residencial unifamiliar, bairros "sem prédios e sem padaria", indicadores do "alto padrão urbanístico" conquistado pela população de estrato de renda média-alta, ou mesmo "média-média".⁸

Neste sentido a própria Companhia City realiza empreendimentos voltados para esta faixa da população; é o caso, entre outros, de seus loteamentos em Pirituba, Zona Norte de São Paulo, Jd. Bussocoba em Osasco, ou Jd. City-Guarulhos.⁹ Nas cidades médias e grandes da megalópole os exemplos de "bairros-jardins" são inúmeros, sendo locais protegidos por legislação de zoneamento que garante o padrão exclusivamente residencial. Constituem-se em locais bastante valorizados pelo mercado. Apenas alguns exemplos: em Campinas, Nova Campinas e Parque Taquaral; em Sorocaba, Campolim; em Guarulhos, Jd. Maia; em Osasco Jd. Adalgisa; em Piracicaba, Nova Piracicaba.

Com o aumento da nossa histórica desigualdade social, diante dos novos sistemas técnicos cada vez mais poupadores de mão-de-obra; com o avanço do tráfego de drogas (também tornado mais eficientes com as novas tecnologias de informação e telecomunicação); a violência nos grandes centros urbanos brasileiros, notadamente nos centros metropolitanos, atinge níveis alarmantes. Assustadas, as camadas de maior poder aquisitivo vão se refugiar cada vez mais em espaços fechados, apartados da cidade, abandonando espaços de convivência mais diversificados. Os loteamentos e condomínios fechados de alta segurança e alto luxo, verdadeiros "enclaves fortificados",¹⁰ vão proliferar de forma mais concentrada nos vetores já tradicionalmente ocupados pelos ricos: vetor sudoeste na Grande São Paulo;

⁸ A inserção urbana destes bairros cria, ao longo dos anos, muitas vezes, um fluxo intenso em algumas vias que acabam por se constituir em corredores de comércio e serviços. Mas as áreas internas, menos movimentadas, possuem, quase sempre, o amparo legal a garantir-lhes o privilégio do uso exclusivamente residencial unifamiliar. Em São Paulo além da lei de zoneamento que lhes garante a manutenção do *status quo*, recentemente tais bairros vem conseguindo também o tombamento de suas árvores, alegando interesse ambiental, dificultando ainda mais o desejo de setores de produção imobiliária para a verticalização de tais áreas.

⁹ Dada a fama adquirida pelos lançamentos da maior empresa loteadora da capital paulista, a City realizou, nos anos 80, "bairros-jardim" com lotes de 250m², conseguindo vendê-los a preços bem acima do mercado da "região". Foi este o caso do empreendimento City-Guarulhos que, diante de sua localização periférica, acabou tendo um padrão ilegal de ocupação em lotes desmembrados de 125 m², ocupados por construções ilegais de baixo padrão construtivo e alta taxa de ocupação. O loteamento da City em Guarulhos acabou por assemelhar-se aos loteamentos de periferia que hoje lhes são vizinhos, em nada lembrando o Jd. América, ou mesmo o Jd. Bussocaba.

¹⁰ Expressão cunhada por CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania*. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed.34 / EDUSP, 2000. p. 257-287.

Zona Sul, notadamente na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro; e zona Leste e Norte de Campinas. Além desses locais, de forma por vezes mais empobrecida, condomínios residenciais horizontais ou de grupos de edifícios de apartamento, vão ocorrer de forma difusa numa infinidade de localizações, inclusive em cidades de porte médio ou mesmo pequenas. Nestas últimas, fica evidente tratar-se de empreendimento de caráter metropolitano ou megalopolitano, voltado ao mercado extra-municipal.

A produção de amplos setores urbanos de baixa densidade na forma de condomínios fechados em municípios como Valinhos, Vinhedo e Indaiatuba, ou mesmo em Holambra e Santo Antonio da Posse (pequenos municípios da Região Metropolitana de Campinas) são reveladores do caráter megalopolitano de tais empreendimentos. Colocam-se como alternativa de moradia "tranqüila e segura". São voltados, sobretudo, para as famílias de renda alta e média-alta paulistanas que desejam fugir da violência, do trânsito e da poluição da capital. Atraem também número significativo de campineiros, assustados com os índices de violência de sua cidade que vem crescendo relativamente mais que os índices do Grande Rio e da Grande São Paulo.

Se nos bairros-jardins a praça já não se constituía em modelo pretendido de "espaço livre público", nos condomínios e loteamentos fechados, as áreas efetivamente públicas são, via de regra, apenas jardins que antecedem as portarias ou ladeiam avenidas e suas muralhas. Internamente ao espaço condominial, algumas caricaturas de praças são concebidas, mas apenas para deleite visual ou alguma reduzida apropriação dos condôminos. Os "enclaves fortificados", solução cada vez mais corrente e disseminada na megalópole, produzem apenas "anti-praças", falsos espaços públicos, por que de acesso restrito aos condôminos, usos pré-estipulados pelo condomínio, e rígido controle pela segurança privada. Na área intra-muros, algumas destas falsas-praças funcionam como local de convívio de babás ao levar bebês para tomar sol, alguma tênue recreação infantil pode ser encontrada. São, sobretudo, sub-espacos que compõem a idílica imagem verde - "a natureza" - do condomínio. Aos equipamentos esportivos são destinadas áreas específicas, clubes fechados, raramente se confunde o lugar do esporte com o vazio da falsa-praça.

As falsas-praças podem até possuir aparência de simpáticas pracinhas interioranas, como no Residencial Vila Verde em Campinas. Por vezes, constituem imagens mais exuberantes, com repuxos d'água e canteiros de plantas anuais de forte cromia (não raro inspiradas, deploravelmente, em jardins de hotéis de Miami), como as rotatórias junto a entradas do Residencial

II, em Alphaville (Barueri - SP).¹¹ Em qualquer caso não passam de cenários voltados para “embelezar” e valorizar condomínios e loteamentos fechados, estão muito longe de constituírem praças públicas.

Nos condomínios de menor densidade, busca-se a mímese cênica do campo, como na Granja Viana (Cotia, Região Metropolitana de São Paulo), em Valinhos, Vinhedo e Indaiatuba (Região Metropolitana de Campinas) ou Itu (Região Administrativa de Sorocaba). Busca-se vender aos agitados moradores dos grandes centros metropolitanos ou mesmo de cidades médias, tranquilidade, segurança e a “harmonia da natureza”. Inúmeras ricas e remediadas famílias urbanas buscam um cenário bucólico e seguro, uma vida doméstica urbana diante de uma paisagem “do campo”. “Amantes da natureza” estão, sem se dar conta, muitas vezes, contribuindo para a morte lenta de mananciais diante da desmedida extensão destes empreendimentos e seus impactos de longo prazo no sistema hidrológico. O isolamento buscado pelos habitantes, pseudo-epicuristas, é motivo mais que suficiente para que não haja nenhuma praça nestes espaços urbanos travestidos de rurais. O cenário tem no verde o valor de venda, ainda que, por vezes, sejam áreas marcadas por reflorestamentos homogêneos de exóticas, *Pinus eliotis* e *Eucalyptus sp.*, cujos impactos aos sistemas ecológicos preexistentes são já bastante conhecidos.

Abaixo apresentamos duas situações. A primeira, bastante representativa da arquitetura paisagística moderna paulista, a Praça Vinícius de Moraes; localizada em um dos bairros ricos mais conhecidos da

¹¹ O complexo de Alphaville, entre Barueri e Santana de Parnaíba, na Grande São Paulo, iniciado nos anos 70 e em processo de expansão até o presente, é o mais impressionante aglomerado de “enclaves fortificados” da megalópole produzido por um único empreendedor (Construtora Albuquerque Takaoka S.A.). Contém não apenas áreas residências unifamiliares, mas também edifícios de apartamentos, de escritórios, sedes corporativas, importantes escolas privadas, um *campus* universitário, meios de comunicação locais (TV, FM e jornais), área comercial e de serviços e área industrial e de distribuidoras. O local apresenta um sistema viário bastante hierarquizado onde se destaca o aspecto paisagístico do sistema. A Av. Rio Negro, entrada principal do complexo, possui tratamento paisagístico bastante elaborado, projeto dos arqts. Koiti Mori e José Tabacow, ex-colaboradores de Burle Marx. As avenidas possuem amplos canteiros centrais, as rotatórias são ajardinadas (as mais distantes são menos tratadas), verdejantes recuos entre o leito carroçável e os muros dos residenciais. A concepção urbanística e paisagística não previu nenhuma praça efetiva. No máximo o que se encontra são pequenos estares abertos no centro comercial, que é cercado e controlado. De acesso efetivamente público, a longa calçada que leva à Capela (sequer há uma igreja), cujo entorno verde não chega a estimular uma apropriação mais diversificada, como praça; salvo nos fins-de-semana quando casais de noivos vem de Barueri apenas para tradicionais fotos de casamento. Evidentemente, os “elegantes” moradores de Alphaville evitam o lugar nestas situações mais populares.

Em menores proporções, lançado nos anos 90, vem se consolidando empreendimento análogo na metrópole campineira: o Alphaville Campinas.

Sobre o complexo de Alphaville da metrópole paulistana cf. CALDEIRA, Teresa P. do Rio. op. cit. p. 263-283. PELEGRINO, Paulo Renato M. *Paisagens temáticas: Ambiente virtual*. 1995. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

megalópole, o Morumbi, em São Paulo. A segunda, mais modesta e comum: o sistema de áreas verdes do Parque dos Príncipes, Osasco (vide Figura 11). As diferenças entre os casos são grandes:

- o Morumbi é bairro de padrão mais elevado que o Parque dos Príncipes;
- o Morumbi foi loteado nos anos 50 e atualmente possui forte relação com a cidade. Lá estão, entre outros grandes equipamentos: três hospitais entre os quais o Albert Einstein, um dos mais prestigiados do país; dois parques, um público (Bosque do Morumbi) e um privado (Fundação Maria Luiza e Oscar Americano); o maior estádio de futebol de São Paulo; importantes escolas privadas da elite paulistana; além da sede do Governo Estadual, o Palácio dos Bandeirantes;
- o Parque dos Príncipes, loteado no final dos anos 70, em gleba situada entre São Paulo e Osasco, foi estruturado desde o início para possibilitar sua transformação em loteamento fechado. De fato esta situação já estava consolidada nos anos 80, tornando-se o local um "enclave fortificado" sem nada a oferecer para a cidade, ao contrário, tornando-se um obstáculo às inter-relações entre bairros das imediações;
- a Praça Vinícius de Moraes foi objeto de concurso arquitetônico, ao passo que o sistema de áreas verdes do Pque. dos Príncipes possui como elemento principal de sua paisagem restos de um reflorestamento homogêneo anterior a abertura do loteamento.

A despeito das enormes diferenças, ambas as situações tem em comum o fato de serem locais não concebidos como praças em seu sentido estrito (lugar de amplo encontro público). Nos dois casos o papel imagético é mais importante que o de uso efetivo para os moradores dos respectivos bairros.

A Praça Vinícius de Moraes

O Morumbi e bairros adjacentes configura-se no mais importante setor residencial de alta renda da cidade de São Paulo a oeste do Rio Pinheiros. Seu sistema de áreas livres públicas apresenta alto índice de áreas implantadas, muito acima da média da cidade, sendo, em sua grande maioria áreas bastante arborizados e ajardinadas. A exceção maior se encontra nas cercanias do "Estádio do Morumbi", onde as áreas livres públicas receberam pavimentação asfáltica, destinadas preferencialmente a estacionamento. Além destas, não receberam tratamento algumas áreas livres junto a córregos. As conhecidas favelas do "Morumbi" na verdade ocupam bairros próximos aos de uso exclusivamente residencial, revelando o zelo do Poder Público para com o interesse dos moradores de alta renda.

A Praça Vinícius de Moraes, como tantas outras áreas livres públicas da Megalópole, se dá ao longo de uma linha de drenagem. Trata-se de uma área bastante extensa, limitada a sudoeste pela Av. Giovanni Gronchi,

importante artéria da "região". Possui como vizinho, do outro lado da referida avenida, os jardins do Palácio dos Bandeirantes. No mais, seu entorno é caracterizado por residências de alto padrão. Nas imediações encontra-se o Hospital Albert Einstein, e prosseguindo a avenida, a cerca de um quilometro, encontra-se o "Estádio do Morumbi".

A praça se destaca pela qualidade projetual. Sem dúvida constitui-se num projeto mais elaborado e significativo de arquitetura paisagística que o próprio jardim do Palácio do Governo. O projeto é de autoria dos arqts.: Francisco Segnini Jr., Lúcia T. de Macedo Porto e Vera C. Serra (1970).

A área de 72.000 m², o contexto urbano, o relevo e a hidrografia local, foram fatores que levaram os autores a um partido mais voltado a concepção de um parque de vizinhança que propriamente de uma praça. Amplos gramados, lagos, maciços de diferentes estratos de vegetação, criam um cenário heterogêneo que estimula o pedestre a passear pelos caminhos, tal qual num parque, adentrando no interior da área. Os caminhos em fragmentos de reta buscam dialogar com o relevo, acompanhando em boa medida o sentido longitudinal da linha de drenagem, cruzando-a transversalmente nos momentos das barragens que foram realizadas para a construção dos pequenos lagos. Os estares, obedecendo a mesma linguagem dos caminhos, estão dispostos em situações ora mais intimistas, diante da concavidade do relevo, reforçada por maciços arbustivos; ora criam situações de belvedere voltados ao poente, aproveitando a convexidade do relevo e a variação da altimetria.

A linguagem do projeto é marcadamente moderna. A vegetação participa na estruturação de sub-espacos, a diversidade arbórea é reduzida e o plantio é feito em maciços relativamente homogêneos. Para a avenida grupos de maior porte: guapuruvus, paineiras, paus-ferros, flamboyants contrastam no tom com um agrupamento de *Eucalyptus cineria* e com a manutenção de eucaliptos bastante frondosos preexistentes ao projeto. Seguindo os caminhos mais internos além das *Caesalpineas* (principalmente paus-ferros) e palmeiras (sobretudo *Archontophoenix cunninghamii*), aqui e acolá, os maciços arbustivos possuem um papel importante no fechamento de visuais; são sobretudo alpineas e aráceas que impedem uma banalização da visão dos lagos. As forrações são basicamente os gramados ao sol e extensas manchas de hera sob os agrupamentos arbóreos. Inúmeras outras situações de plantio revelam o domínio dos autores tanto na estruturação geral do sistema de objetos que compõe a "praça" quanto de cada sub-espaco criado.

O projeto consegue dar conta de diferentes velocidades de percepção, quer seja do automóvel em rápido movimento pela Av. Giovanni Gronchi, ou mais lentamente pelas ruas do bairro na vertente leste, quer seja do pedestre andando, correndo ou descansando nos bancos ou encostas gramadas.

Os materiais de piso são lajotas de concreto e tijolo cerâmico. Este último aparece como marcação das entradas e nas áreas de estar, formando com linhas das placas de concreto desenhos geométricos de estruturação simples e perceptível, de elaboração rigorosa. A linguagem moderna e desortogonalizada dos caminhos, com largura por vezes variável, cria uma sucessão bastante dinâmica de visuais. Os bancos em concreto contribuem na definição dos espaços de estar e participam do desenho da paisagem.

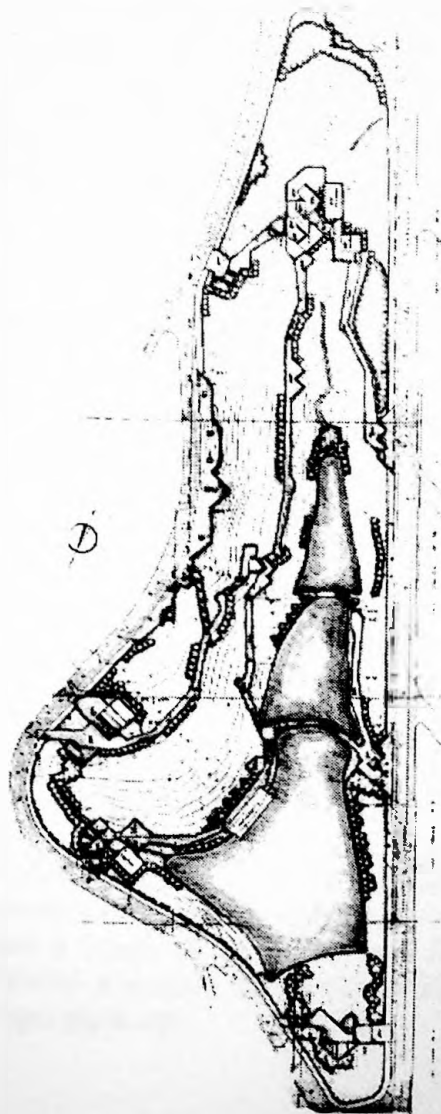


Fig. 83. Projeto da Praça Vinícius de Moraes (G. Dourado, 1997: 79).
 Fig. 84 e 85. Vista parcial e vista geral da Praça Vinícius de Moraes (S. Macedo, 1999: 78).

Passados trinta anos e embora diante do Palácio dos Bandeirantes, a praça apresenta manutenção deficiente. Não há mais sequer indícios dos brinquedos instalados na década de 70. Um plantio de paus-ferros na vertente mais íngreme foi realizado nos anos 90 em completo desrespeito ao projeto inicial. A drenagem apresenta deficiências que impedem a plena utilização da principal área de estar, situada exatamente na cabeceira da nascente. O piso mais elaborado encontra-se danificado em diversas situações. O Poder Público, que tanto se esmera por atender às solicitações da elite, não mantém de forma satisfatória a "praça" mais bem projetada de um dos bairros mais famosos da burguesia paulista. Por que?

A análise dos usos do lugar nos dá uma resposta bastante plausível. O sistema de utilizações realizado atualmente na "praça" comporta dois subsistemas principais e pouco miscíveis: um realizado pelos ricos e outro, pelos pobres. Para a forma atual de apropriação da "praça" pelos ricos o nível de manutenção se não é ótimo é satisfatório, motivo pelo qual não há pressão para que a municipalidade destine maiores recursos à Praça Vinícius de Moraes.

A vizinhança da "praça", formada por população das camadas de alta e média-alta renda, diante dos crescentes níveis de violência urbana utiliza pouco a "praça", basicamente apenas para caminhadas, alguns para correr. Os bancos a despeito de se localizarem em posições bastante aprazíveis, são pouco utilizados, o receio de assalto ou mesmo de estupro é grande, o que faz o local ser praticamente deserto a partir do anoitecer. Diante das inúmeras alternativas de lazer ao alcance dos ricos moradores do Morumbi,¹² a "praça" tem, para os referidos "usuários", papel mais cênico (contribuindo à "imagem verde" do bairro) que de uso em si. Para tanto, se alguns estares ou pisos em seu interior encontram-se parcialmente danificados, isto é secundário ao interesse dos moradores das imediações.

Quem mais se diverte na Praça Vinícius de Moraes são as crianças pobres, moradoras de favelas das proximidades e/ou filhos dos inúmeros serviçais das mansões mais ou menos *kitschs* do bairro. Há muito os equipamentos de lazer infantil foram danificados e retirados, mas isto não se constitui em impedimento para a criançada. Os lagos se transformam, nos quentes dias de verão, em piscinas, sobretudo para os meninos, pulam, brincam, nadam. Os gramados das encostas mais íngremes se transformam, com a ajuda de papelões, em divertidos escorregadores "gigantes". O relevo impede a prática do futebol mas brinca-se de tudo: esconde-esconde, pega-pega, pipa, etc.

¹² A começar do próprio espaço para isto destinado em cada residência. Trata-se seguramente do bairro com maior número de casas com piscinas e quadras de tênis de São Paulo. Mas, muito além disso, o tempo livre cotidiano da elite pode ser preenchido nas mais diversas formas, dentro ou fora de suas amplas residências, dentro ou fora da cidade. São os principais usuários das potencialidades de lazer pago do território megalopolitano.

Alguns casais de namorados também utilizam a Praça Vinícius de Moraes, são, na maioria, pobres. Usam os bancos do interior da praça enquanto alguns, um pouco mais abastados e mais velhos, namoram dentro do carro, estacionado junto a tranqüila "praça" até o início da noite. Para todos o lugar à noite representa perigo; ficando bastante vazio, quem, por ventura, ali permanece é, no mínimo, suspeito.

Os usos previstos no projeto se realizam parcialmente, à luz das contradições sociais que no bairro se exacerbam. Várias são as formas de apropriação ou de não apropriação que o projeto não contava. A "praça" concebida como um parque de vizinhança para os ricos moradores do bairro é sim espaço do ócio, mas sobretudo das crianças pobres que vem de longe. Os lagos atraem efetivamente as pessoas, mas acabaram tendo uso muito maior que o de simples contemplação, alguns meninos tentam, também, alguma pescaria, mas nada como se refrescar sob o sol do verão. Estares foram bem concebidos mas a violência e os hábitos reclusos dos paulistanos ricos reduzem sua efetiva utilização. Tem-se um "espaço livre" astutamente utilizado pelos pobres; o belo projeto, entretanto, não previa sua presença e sua forma irreverente de apropriação. Os 70 mil metros quadrados da "praça" são mais que suficientes para atenuar os impactos causados pela garotada pobre, não chegam a importunar a paz dos ricos e enclausurados moradores do entorno.

Difícilmente, em 1970, os autores do projeto poderiam prever a crescente onda de violência urbana resultante do agravamento das desigualdades sociais. Naquela época o milagre econômico permitiu a arquitetos conceber alguns plácidos parques de vizinhança abertos, nos bairros ricos das grandes cidades, do qual a Praça Vinícius de Moraes é um dos exemplos de melhor qualidade projetual.

O fato da referida praça situar-se nas proximidades da sede do Governo Estadual poderia ter suscitado um partido mais cívico, mais amplo e aberto, contradizendo, em certa medida, ao ditatorial regime militar de então. Poderia, mas não suscitou, não consta que ninguém tenha feito qualquer objeção ao projeto implantado. É como se ao Governo e a seu palácio efetivamente não coubesse possuir uma relação maior com a cidade, uma acessibilidade pública de seus "espaços livres". Seus jardins isolam o palácio, gradeados, em nada se relacionam com a Praça Vinícius de Moraes e vice-versa. Se ao Governo não interessava uma praça cívica, também à rica população do entorno uma praça cívica não parecia conveniente. Os moradores do Morumbi certamente preferem uma ampla e tratada área verde a uma grande praça cívica que pudesse atrair multidões para perto de seus lares.

Assim a Praça Vinícius de Moraes é capaz de atender, na atualidade, de forma contraditória, apartada e politicamente alienada, ricos e pobres. Aos primeiros, sobretudo como espaço cênico de bairro-jardim, valorizando suas ricas propriedades; aos últimos, sobretudo como parque, voltado à recreação infanto-juvenil informal.

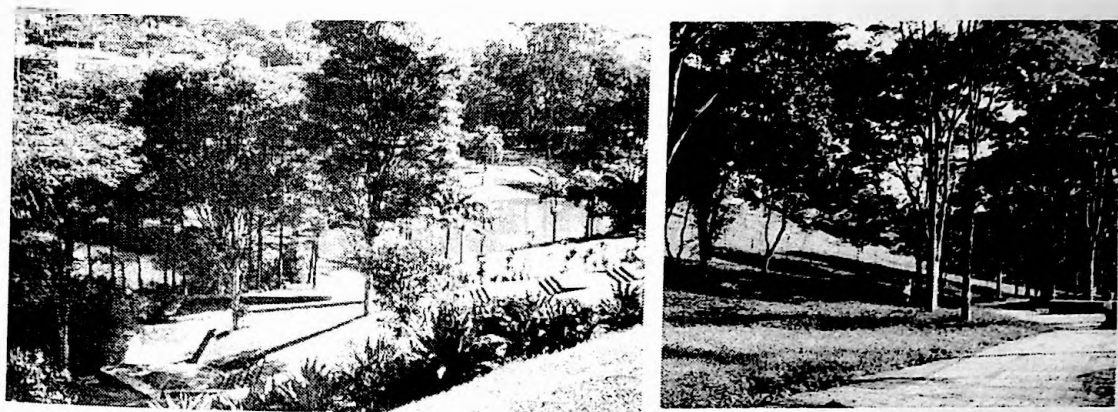


Fig. 86 e 87. Aspectos da Praça Vinícius de Moraes (G. Dourado, 1997: 78 e 80).

O sistema de áreas verdes do Pque. dos Príncipes em Osasco

Na porção sudeste do Município de Osasco, junto à “região sudoeste” de São Paulo (principal vetor de expansão dos bairros de moradia das camadas de renda alta da capital), encontrava-se, até os anos 70, um vazio urbano de acessibilidade bastante favorecida. Partes da Fazenda Jaguaré, uma vasta gleba de propriedade da família Matarazzo.¹³ A despeito da tributação fundiária, a família pode especular com a imensa propriedade, parcelando de forma bastante lenta, de forma que os sucessivos loteamentos que cada herdeiro realizou foram valorizando os demais: os primeiros se destinaram à indústria e classes operárias (o Bairro do Jaguaré), depois aos estratos de renda média (Jd. Guadalupe, por exemplo), média-alta (Jd. Adalgisa e Jd. São Francisco), por fim média-alta a alta: o Parque dos Príncipes, entre os Municípios de São Paulo e Osasco, e o Jd. Loryan.

O suporte físico não apresentava restrições à iniciativa do parcelamento do Parque dos Príncipes. A paisagem, marcada por bosques homogêneos, ora de *Eucalyptus globulus*, ora *Pinus eliotis*, além de capoeiras, favoreceu a imagem “bucólica” bastante apreciada para loteamentos afastados do centro metropolitano destinados às camadas de renda alta. Tomou-se o cuidado do traçado viário acompanhar o relevo, evitando grandes movimentos de terra que degradariam a “imagem verde”, um dos valores do empreendimento. Trata-se de imagem duvidosa a longo prazo, pois as áreas do sistema de recreação se restringem ao mínimo legal (10% da

¹³ Além de historicamente conhecidos por seus empreendimentos pioneiros na industrialização paulista, os Matarazzos se constituem num dos cinco principais empreendedores fundiários que a metrópole paulistana já possuiu.

gleba, segundo legislação do Município de Osasco de 1978). A maior parte da imagem verde encontra-se, na verdade, no espaço dos lotes. A cada nova construção tem-se, quase sempre, total desmatamento do terreno, contribuindo, portanto, para a paulatina diminuição do caráter pretensamente bucólico.

O Parque dos Príncipes se constitui em um dos inúmeros bairros residenciais voltados à população de renda média-alta a alta que vem buscando, na megalópole, formas de se isolar do tecido urbano, da própria cidade. Uma solução imediatista diante da grave questão de violência urbana, oferecida por um muro e por um serviço privado de vigilância. São bolhas de segurança cuja fragilidade esta ligada ao enfraquecimento das relações com os espaços das imediações, a identificação de guetos de riqueza, exacerbando-se as diferenças sociais. São enclaves fortificados que fragilizam moradores e serviçais, sobretudo no momento em que estes são obrigados a "se aventurar no mundo exterior". Esgarça-se o tecido físico e social da cidade, outrora sinônimo de civilização, hoje, também, palco da barbárie.

O bairro, aprovado nas respectivas municipalidades como loteamento aberto, se fechou, na prática, desde os anos 80. Para isso contribuíram esforços do loteador, dos moradores e a conivência do Poder Público. O empreendedor construiu um extenso muro em todo perímetro do bairro, embora tivesse inicialmente deixado aberto os espaços de ligação com ruas de bairros vizinhos, possivelmente para obter a aprovação do empreendimento. Os moradores se associaram e obtiveram a permissão das respectivas prefeituras para fechar vários acessos, restando apenas três entradas, duas por São Paulo e uma por Osasco, mas mesmo estas possuem hoje portarias de acesso controlado.

Se tanto esforço houve para o fechamento do bairro, o mesmo não se deu para com seu sistema de áreas públicas. Praticamente nenhuma área do sistema recreacional foi implantada, permanecendo como bosque homogêneo. Um campo de futebol foi instalado precariamente e imprópriamente numa área destinada a uso institucional, mas tal campo ficou para fora do muro, voltado ao bairro popular do Jd. d'Abril, Osasco. Possivelmente entrou como "moeda" de troca na negociação para fechar o loteamento. No trecho do bairro situado no Município de Osasco, uma diminuta e singela pracinha, com traçado bastante simplório em chão batido, plantio de grama e algumas árvores e arbustos foi realizada no final dos anos 80. Iniciativa de moradores das imediações, estando hoje quase abandonada. Vale destacar que esta "pracinha" se encontra também imprópriamente em área oficialmente destinada ao uso institucional público. O único equipamento de caráter institucional foi edificado também em área imprópria, integrante do sistema de áreas livres de uso recreacional. Trata-se da sede da associação de moradores, construída com apoio do empreendedor que ainda possuía grande quantidade de lotes. Ambos, proprietários e empreendedores, viram, também, a possibilidade de significativa valorização dos terrenos com a iniciativa de fechamento do bairro.

A pracinha existente não passa de uma pobre caricatura, triste e distante alusão a um espaço efetivamente voltado à esfera pública. Em alguns trechos da maior área livre pública do bairro verificam-se algumas poucas apropriações, mas de caráter privado: extensão de canteiros de obra das construções residenciais, um diminuto canil, etc. O campo de futebol, resto deixado aos pobres, possui intenso uso, sobretudo nos fins-de-semana, é conhecido como campo do Jd. d'Abril. Separado pelo muro e pelas enormes diferenças sociais entre os moradores dos dois bairros, o campo acaba por ficar "muito distante" do Parque dos Príncipes.

O ócio no cotidiano é realizado no espaço privado individual de cada residência, as relações de vizinhança são, via de regra, nulas; o que é visto como uma qualidade do bairro por vários moradores. Uma das poucas práticas de lazer fora do espaço privado no cotidiano do bairro se constitui em episódicas caminhadas pelo bairro. Nestas situações, os moradores são obrigados a utilizar o leito carroçável, haja visto serem os passeios públicos, com grande freqüência, ajardinados tal qual extensões dos lotes. Inviabiliza-se a calçada (passeio público?) como local de circulação longitudinal, de uma residência a outra.

Toda esta troca de localizações, verdadeira confusão e negação da dimensão pública dos espaços legalmente públicos, não tem a menor relevância diante dos objetivos maiores dos moradores perante os referidos espaços: manter a imagem verde do Parque dos Príncipes. Os habitantes do Parque dos Príncipes parecem pouco se importar com o fato de que a imagem verde de seu bairro é resultante, na sua maior parte, de resquícios de reflorestamentos com exóticas aniquiladoras dos ecossistemas nativos.

O descaso para com as áreas públicas do bairro revelam o valor dado a esfera de vida privada pelos "ricos" moradores do Parque dos Príncipes. Uniram-se apenas para se isolar da cidade e da diversidade "perigosa" do entorno. Não bastasse esta "privação" desejada, o isolamento se reproduz no cotidiano, na escala intra-bairro, as vezes até intra-lote.

A ilegalidade em que se constitui a produção e apropriação das áreas públicas no Parque dos Príncipes se apresenta como mais um exemplo da "contravenção sistemática"¹⁴ na constituição dos sub-espacos da metrópole corporativa e fragmentada, da Megalópole do Sudeste. Representa mais um aspecto da reprodução histórica da prática patrimonialista brasileira, em que o público é privadamente apropriado pelas elites.

¹⁴ A expressão "contravenção sistemática" é aqui empregada como em E. Maricato, denotando o caráter "estrutural" da contravenção como prática das elites brasileiras. A expressão tem origem em R. Schwartz, ao relatar sobre a ambigüidade da elite brasileira nos dezenove: "escravocrata e progressista". Cf. MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996. Parte I.

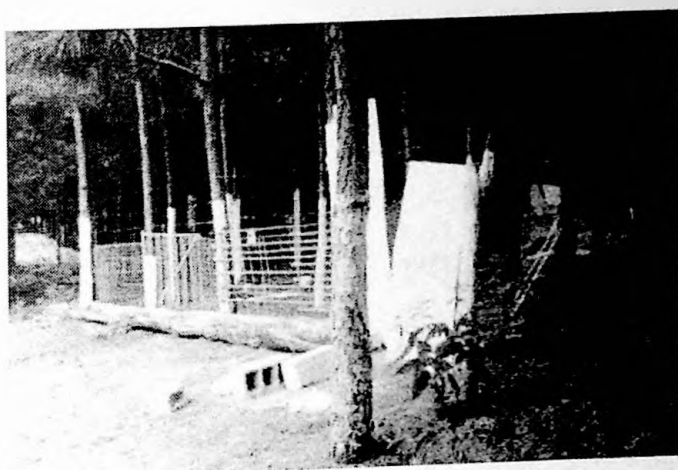


Fig. 88, 89 e 90. Imagens do sistema de espaços livres públicos do Parque dos Príncipes em Osasco. Áreas abandonadas ou apropriadas indevidamente. Fotos: E. Queiroga (1996).

VIII. Ação comunicativa:
do lugar ao território

. A razão comunicativa: do cotidiano à manifestação pública

A crítica à razão, formulada pelos frankfurtianos, busca uma saída para o desenvolvimento da razão ocidental: a razão subjetiva de Horkheimer (1947), a dialética negativa de Adorno (1969), o *sinnlichkeit* (sensualidade, sensibilidade e sensação) como aspecto fundamental dos processos racionais (Marcuse, 1968). A crítica à razão formulada pelos pós-estruturalistas - Foucault (1979) e Deleuze (1972) - busca distanciar-se da herança iluminista. Habermas (1985) afirma a impossibilidade da "fuga" foucauldiana da razão, para ele toda a crítica de Foucault é construída segundo os princípios da racionalidade. Habermas propõe, em sua teoria da ação comunicativa (1981) uma outra saída para a filosofia do sujeito, a razão comunicativa, inter-subjetiva, processual, dialética do reconhecimento mútuo.

A ação comunicativa se constitui numa razão que se estabelece entre sujeitos, a partir da perspectiva do entendimento mútuo. Seu campo de estabelecimento é o do mundo vivido, por excelência, do cotidiano (vide Capítulo VI). Trata-se, portanto, de uma razão fundada na cooperação, estabelecida através da linguagem, num movimento dialético, a partir do embate entre os argumentos expostos nos discursos. Como resultado, sua verdade é praticada a partir do agir comunicativo e não advém, por sua própria definição, de posicionamentos apriorísticos. Como verdade resultante da ação comunicativa, relativiza-se e realiza-se no mundo vivido, não pautado por dogmas (religiosos ou laicos). A razão comunicativa, em sua dimensão cotidiana, não exclui, potencialmente, nenhum ser humano, sejam os interlocutores analfabetos ou letrados. Por outro lado, um "grande intelectual" que não se dispuser ao diálogo visando a compreensão mútua não estará praticando uma ação comunicativa; o que não lhe tira o mérito, mas não coloca seu discurso no plano da razão comunicativa.

O pressuposto central da razão comunicativa, que os discursos entre os interlocutores visem o entendimento mútuo, não invalida seu estabelecimento em outras esferas da realidade da vida, além do cotidiano, desde que se garanta a dimensão comunicativa, inter-subjetiva. Desta forma, como este capítulo procurará demonstrar, a esfera de vida pública, do

cotidiano ao âmbito do evento cívico, se constitui num quadro potencial ao domínio da razão comunicativa.

Para que o discurso se coloque no plano da razão comunicativa pode-se afirmar como condição o estado de liberdade, no sentido sartreano da responsabilidade da ação humana. A esfera de vida pública constitui-se na esfera da *vita activa*, de superação das dimensões do labor e do trabalho pela ação política.¹ Esta ação pressupõe também a liberdade, que segundo Arendt (1958) nada tem a ver com a liberdade privada, da ação individualista, mas sim com propósitos públicos, na dimensão do "humano-genérico" (Heller, 1970). De fato, então, podemos dizer que a partir da noção central da liberdade, para o agir comunicativo e para a ação política (arendtiana), a esfera de vida pública torna-se campo potencialmente mais rico para o estabelecimento da razão comunicativa.

Mas diante da razão global, da unicidade técnica e seu braço ideológico (o neo-liberalismo), do enfraquecimento (econômico) do Estado, requerido pelo capital, alguns chegam a crer no fim da esfera de vida pública. A razão iluminista nutria esperança na libertação do homem, retirado do domínio da fé e do feudo. Mas a razão global é desprovida de finalidade humanística, a competitividade atual leva apenas ao fim da ética e da moral, em prol do lucro das empresas e do consumo individual.

É inegável o avanço da esfera de vida privada a partir da Ilustração e da Revolução Industrial. Com a ascensão da burguesia ocorre uma mudança estrutural da esfera pública, conforme descrevera Habermas,² analisando as transformações sofridas pela esfera de vida pública até o século XIX. Hannah Arendt (1958) discute também o declínio da esfera de vida pública no século XX, mas diante de seu tempo, pós-guerra, não hesita em afirmar a importância da retomada da dimensão pública, política, como vital para superar a alienação e a crise de valores éticos do capitalismo moderno.

O declínio do homem público não é suficiente para indicar a morte do homem público. Até porque, a despeito da unicidade técnica contemporânea, a heterogeneidade de realidades não nos permite alinhar-nos ao pensamento de Sennet (1974) ou Lyotard (1986). As diferenças se dão no domínio das civilizações, das suas culturas, dos estratos sociais, do gênero e mesmo diante das diferentes escalas dos fenômenos urbanos.

No caso da Megalópole do Sudeste Brasileiro os pobres, como vimos no Capítulo VI, utilizam enormemente os espaços públicos relacionados ao seu cotidiano habitacional e, como veremos neste capítulo, de forma também intensa, as praças nas áreas centrais das cidade. As elites podem não participar da vida pública nas áreas centrais das grandes cidades, mas na

¹ ARENDT, Hanna (1958). *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. p.15-19.

² Cf. HABERMAS, Jürgen (1962). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

medida em que nos afastamos das concentrações metropolitanas e demais grandes cidades, observa-se uma crescente apropriação das praças centrais pelos diversos estratos sociais, não apenas pelos pobres. Além disso, as ações cívicas em grande parte são realizadas nos "espaços livres públicos", notadamente nas praças. Nestas situações ocorre geralmente o inverso, são eles de maior vulto e significado à medida em que são maiores as cidades, atingindo projeção por vezes nacional nas manifestações políticas realizadas nos núcleos metropolitanos.

Neste início de século, observa-se um processo de metamorfose dialética da esfera de vida pública em relação à unicidade técnica. Ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos permitem a uma parcela de consumidores realizar uma série de ações sem sair de casa, por outro lado, permitem o estabelecimento do agir comunicativo até mesmo a distância e em rede. Se por um lado as elites amedrontadas se fecham em enclaves fortificados; os pobres, em número crescente diante da atual base técnica, se voltam ao espaço público, até por falta de outras alternativas para o ócio. A globalização mais que incluir consumidores ao sistema, produz cada vez mais pobres e excluídos, "a pobreza estrutural globalizada" (M. Santos, 2000: p. 72-74). Estas pessoas necessariamente estabelecem práticas mais solidárias para sua sobrevivência cotidiana. Tratam-se de novas transformações na esfera de vida pública, ideológico afirmar sua extinção. ←

Além disso, as redes de informação poderão, no futuro, potencializar novos espaços de comunicação a grandes parcelas da população e não apenas informação controlada e de acesso restrito aos "possuidores". Tomar-se-á possível um processo mais amplo de construção da cidadania, transformando o atual confronto entre a massa de consumidores globais e a maioria excluída (Milton Santos, 2000: p. 163-174).

"...A plena realização do homem ... deve resultar de um quadro de vida, material e não-material, que inclua a economia e a cultura. Ambos tem que ver com o território, e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade." (Milton Santos, 1987: p. 6)

A megalópole como praça: lugar (também) da razão comunicativa

A megalópole se presta também a "praça", um "ponto" de encontro. Dada sua diversidade e densidade de relações, possibilita um cotidiano de ações comunicativas e não só de dominação. Uma cidade interiorana, na megalópole, está mais sujeita a se impregnar com o ritmo metropolitano; contrastando temporalidades, culturas locais e globais; criando um novo espaço, híbrido de diferentes racionalidades.

A comunicação (por em comum) tem no território megalopolitano um sub-espaço privilegiado. A co-presença potencializa o reconhecimento das diferenças e das contradições, permitindo a construção cotidiana numa dialética entre o conflito e o entendimento. Sobre este contexto, o estabelecimento de ações comunicativas torna-se fundamental, não só para a existência cotidiana, mas para a ação política, para a tomada de consciência do mundo pelo lugar (megalopolitano). Na Megalópole do Sudeste a maior densidade de informações no âmbito interpessoal não é, no domínio das horizontalidades, por ora, fruto dos meios de tele-informações, mas sim dos inúmeros discursos comunicativos. São diálogos que, cotidianamente, se estabelecem nos lugares de seu território, reinterpretando, de forma pouco controlada, as informações restritas das mídias de informação. À força das mídias se contrapõe, astuciosamente, silenciosamente, a força das relações horizontais no território megalopolitano.

Para os textos de Milton Santos, publicados nos anos 90,³ a grande cidade propicia, pela condição de proximidade, um maior contato interpessoal, uma diversidade e intensidade de acontecimentos solidários maior, principalmente para os pobres. A metrópole é, portanto, não só um território de alta densidade informacional, mas também da possibilidade comunicacional. A grande cidade permite, não só o consumo de massa, mas também a produção cultural, impura, de certo, um híbrido entre cultura popular e cultura de massa. No presente, talvez a indústria cultural não possa, por isso, produzir só alienação, como acreditavam Adorno e Horkheimer.

³ Sobretudo a partir de SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

Em "Os limites da globalização",⁴ Milton Santos reafirma a força da comunicação, dos pobres e da cidade, e vai além:

"...Busca-se dismantelar a Nação através, entre outras coisas, do dismantelamento da idéia de solidariedade [...] a Nação se refugia na cidade, lugar tradicionalmente privilegiado pela comunicação múltipla entre as pessoas. E são os pobres os que melhor se comunicam, porque não utilizam intermediações neutras em suas relações. A pobreza, expulsa do campo vai estabelecer na cidade um novo tipo de debate." (Milton Santos, 1997: p. 58)

"...Eu creio que essa produção da Nação dentro da cidade - que é paralela à produção da cultura - vai levar à produção de um outro país, a despeito da globalização. E vai levar também à produção de um outro tipo de Estado nacional. A cidade vai pedir as regras, e o Estado é a única entidade capaz de produzi-las e fazer respeitar. Acreditamos que esse novo Estado, que será construído a partir da vida urbana, não ficará a serviço das grandes empresas como o atual." (Ibidem)

Perguntado sobre conseqüências do Brasil possuir índice superior a 75% de urbanização, Milton Santos respondeu: *"Já estamos com mais de 80% de urbanização. Eu acho isso bom porque a urbanização também é um fator de consumo cultural e político. Quando pessoas diferentes convivem numa mesma área, acabam produzindo um debate. E todo lugar de produção de debate é extraordinário, porque significa uma permanente descoberta do que cada um de nós somos."*⁵

"A noção de co-presença, de que a sociologia vem servindo-se desde os seus fundadores, noção realçada por Goffman (1961) e retomada por Giddens (1987), ganha uma nova dimensão quando associada à noção e à realidade geográfica da vizinhança, essa 'condição de vizinhança' referida por Sartre em Questions de Méthode. O território compartilhado impõe a interdependência como praxis, e essa 'base de operação' da 'comunidade' no dizer de Parsons (1952, p. 91) constitui uma mediação inevitável para o exercício dos papéis específicos de cada qual, conforme realça B. Wørlen (1993, p. 190). Nas cidades, esse fenômeno é ainda mais evidente, já que pessoas desconhecidas entre si trabalham conjuntamente para alcançar, malgrado elas, resultados coletivos" (Milton Santos, 1996: p. 256).

Em *Técnica, espaço, tempo*, Milton Santos (1994) demonstrou forte oposição à literatura européia e americana que glorifica a potência e a velocidade.⁶ Na grande cidade atual, segundo Milton Santos, tudo se dá ao

⁴ SANTOS, Milton. Os limites da globalização. Entrevista a Éride de Moura e Mário Pini. In: *A&U - Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 71, p. 57-59, abr./maio 1997.

⁵ SANTOS, Milton. O território deve ser democratizado. Entrevista à Fátima Fonseca. In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, 23 mar. 1997. p. 5A.

⁶ Por exemplo: VIRILIO, Paul (1984). *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Tradução: Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

contrário. As cidades são sistemas abertos, ricos de instabilidade e contingência.

"A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado." (1994b: p. 83)

A megalópole, composta de cidades de diversos tamanhos, constitui-se numa situação potencialmente ampliada quanto à co-presença e diversidade. No território megalopolitano, suas metrópoles são o local em que isto mais se intensifica, mas mesmo em seus núcleos menores, diante das fortes conexões geográficas que se estabelecem, a diversidade de relações é expressiva. Isto se torna claro ao se comparar a maioria das cidades do mesmo porte, dentro e fora do território megalopolitano (com grande ressalva para as cidades de intenso movimento turístico).

Uma cidade como Jundiá ou São José dos Campos, entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, e São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente; se constituem em espaços mais diversificados e de intensas relações que cidades de mesmo porte, como Ponta Grossa (PR) ou Ananindeua (vizinha a Belém - PA).

São inúmeras as circunstâncias altamente comunicacionais, do cotidiano aos grandes eventos, propiciados pela diversidade e escala da Megalópole do Sudeste. Citemos algumas, entre tantas, destas situações.

O gigantismo megalopolitano é capaz de propiciar uma missa para mais de dois milhões de pessoas como evento anual (sem o papa) numa cidade "laica" como São Paulo. Curiosamente situa-se no eixo "Rio-São Paulo" a cidade que guarda o símbolo mor da fé católica brasileira, a imagem de Nossa Sra. Aparecida. No seu dia comemorativo (feriado nacional) a Rodovia Presidente Dutra, nas proximidades de Aparecida, se transforme em uma grande e congestionada avenida.

No cotidiano das metrópoles e grandes cidades da Megalópole do Sudeste, os migrantes, em maior número paulistas, nordestinos, mineiros, paranaenses e fluminenses, enriquecem a vivência dos lugares. Os encontros de nordestinos nos fins-de-semana - na Feira de São Cristóvão (Rio de Janeiro), no Largo 13 de Maio, na Praça da Sé, ou no Largo de São Miguel Paulista (São Paulo) - permitem a permanência de suas identidades, e alteridades culturais. Não se trata mais da cultura do sertão ou do agreste, mas de uma cultura urbana híbrida, entre a da metrópole e a de suas origens. Só num espaço metropolitano isto se dá com tamanha magnitude, momento em que a quantidade se transmuta em qualidade. A quantidade de migrantes nas grandes metrópoles permite a existência de pontos de encontro que viabilizam tanto o mercado para seu consumo culturalmente identificado,

quanto o prazer de encontrar "megalopoli-cidadãos" que lhes são culturalmente próximos. A megalópole torna-se ali um lugar, simultaneamente na concepção mais afetiva, de Tuan,⁷ como na concepção mais efetiva de lugar, de Milton Santos (1994d, 1996).

Em um país de recursos financeiros escassos, a Região Concentrada, e particularmente a sua área mais concentrada, a Megalópole do Sudeste, acaba sendo, por vezes, a única a participar de circuitos internacionais de arte e cultura erudita. Constituindo-se em mais um elemento de diferenciação comunicativa perante os demais pontos do território brasileiro.

As universidades, na Megalópole, vão potencializar encontros comunicativos em maior volume; difundindo, com maior frequência, nos quadros profissionais das cidades que compõem seu território, uma provocação mais rica de questões e de práticas. Um arquiteto ou um médico morando na megalópole, ainda que numa pequena cidade, estará mais perto de se "contagiar" com as questões debatidas pela intelectualidade acadêmica que um morador de uma grande cidade como São Luís ou Cuiabá.

Um pequeno exemplo: no singelo "Bar da Coxinha", num pequeno distrito de Campinas (onde se localiza a Unicamp) é possível encontrar físicos russos, químicos fluminenses, estudantes de arquitetura italianos... e moradores do bairro que não foram além do curso primário. Crianças, jovens, adultos e idosos conversam, discutem, sobre inumeráveis assuntos. Em que outro distrito ou cidade brasileira com cerca de 40 mil habitantes isto ocorre todas as noites?

Nas cidades pequenas da megalópole o ritmo é mais lento mas as notícias da metrópole lhes interessam cada vez mais. Seus filhos muitas vezes migram para estudo ou trabalho nas grandes cidades, um tratamento específico de saúde pode encontrar solução num grande hospital de clínicas de Campinas ou São Paulo. Em fim, as assustadoras grandes cidades são cada vez mais parte do cotidiano dos moradores das pequenas cidades de interior, sobretudo na Megalópole do Sudeste Brasileiro.

A megalópole é, portanto, ponto de encontro não só de capitais das grande corporações mas de gente de várias partes do mundo, de todo o Brasil; nela se estabelecem, com grande intensidade, tanto processos da razão de dominação quanto da razão comunicativa.

⁷ TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

• Praças centrais: esfera pública e ação comunicativa

A praça como lugar da ação comunicativa foi assunto dos capítulos VI e VII, para os bairros pobres e ricos, respectivamente. Nesta seção discutiremos a praça central nas cidades da Megalópole do Sudeste, um dos sub-espacos urbanos mais ricos, por mais que dela tenham se afastado, nas grandes cidades, as elites. Não são apenas locais de grande significado comunicativo no cotidiano dos que trabalham e se utilizam dos serviços e comércio das áreas centrais, são também lugares de forte conteúdo simbólico, de grandes manifestações políticas, religiosas e comemorativas.

Nas praças centrais a diversidade maior de situações e de usuários resulta em inúmeras contradições, trocas mais diversas, manifestações mais representativas, em fim, uma percepção maior do lugar e do mundo. Hoje a praça central nas grandes cidades da Megalópole do Sudeste está ainda mais popular, o mercado voltou, mas com "bugigangas" de toda sorte, de toda parte, globalização sem direitos autorais. Para os pobres, a praça é mais sua do que antes do atual período técnico-científico-informacional. A pobreza e a miséria cresceram e intimidaram ricos e remediados que se voltam a sub-espacos exclusivos, de acesso restrito, se auto excluem, em seu tempo livre, das praças centrais nas maiores cidades. Mas a praça não se esvazia, a principal praça da metrópole paulistana, a Praça da Sé, apresenta-se nos sete dias da semana repleta de usuários. Aos domingos, constitui-se num dos maiores pontos de encontro das populações migrantes de renda baixa, sobretudo nordestinos, mas também se encontram imigrantes peruanos, bolivianos, etc., em suas poucas horas de ócio.⁸

Nas praças centrais se dão, simultaneamente, processos de identidade e de alteridade, se potencializam racionalidades não hegemônicas, comunicativas "inter" e "intra" grupos sociais. A co-presença possibilita uma ampliação da percepção do mundo. O contato interpessoal estabelece uma racionalidade inter-subjetiva que não exclui, no processo, a emoção.

Como já observado nos capítulos precedentes desta Segunda Parte, os desenhos podem até estimular a ação comunicacional, porém não

⁸ Entre vários estudos específicos sobre a Praça da Sé, cf. SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. *São Paulo: Praça da Sé, transformações e usos*. 1991. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Mais recentemente, de forma não específica, vale destacar: ARANTES NETO, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

são determinantes. No que tange aos sistemas de objetos das praças é necessário apenas que não apresentem determinação negativa (um sistema contrário ao encontro público) para que capacitem a praça a receber o movimento do entorno. As correntes estéticas pouco influem na apropriação maior ou menor das praças. O contexto urbano e a densidade cultural dos lugares são os fatores mais significativos para o estabelecimento da razão comunicativa nas praças centrais.

O tempo da ágora foi o tempo de Atenas, o uso das praças muda com a sociedade. Seu caráter, entretanto, continua a ser dado por sua dimensão pública. As praças na Megalópole, sobretudo as centrais, são, independente do tamanho das cidades, espaços públicos com forte papel simbólico, memória e referência urbana, local de manifestações que transcendem seu entorno, envolvem a cidade, às vezes a nação, nos momentos políticos mais significativos. Nas grandes metrópoles, as praças não comportam mais as novas multidões que ultrapassam, as vezes, um milhão de habitantes. Nestas situações, a avenida vira "praça", como em muitas ocasiões ocorre com a Av. Paulista em São Paulo; ou a praia torna-se "praça", como Copacabana no Rio de Janeiro ou Gonzaga em Santos.

A praça central apresenta as mais variadas apropriações. Lugar do cotidiano das áreas centrais, local de trabalho, de passagem, de encontros, de conflitos. A diversidade é sua marca, acolhe o lúmpem, os engravatados, os aposentados. Espaço do Poder Público, da Igreja e das manifestações públicas, representa, por vezes, conflitos da nação contra o Estado. A praça como "espaço cívico" não é apenas símbolo do poder instituído, mas também do ato cívico, político, simbólico, relativo às questões públicas. Ideológico falar em "massa de manifestantes", no ato público supera-se a dimensão do cotidiano e estabelece-se uma atividade "humano-genérica" (Heller, 1970). A praça central constitui-se, portanto, numa espacialidade da "*vita activa*" (Arendt, 1958), acompanhando as metamorfoses do homem público.

A praça central é síntese do lugar central, por vezes representativa da cidade, seja como imagem, seja como sub-espaço de máxima expressão pública, da ação política. A potencialidade da praça central para ações conscientizadoras está vinculada aos limites da diversidade que a cidade pode abarcar num dado momento histórico, numa dada relação com o território megalopolitano. Uma praça central numa pequena cidade sediará o cotidiano e os eventos na escala da cidade. Desta forma, por exemplo, na diminuta cidade de Nazaré Paulista (14 mil habitantes no ano 2000) jamais houve manifestação política voltada a aspectos supra-municipais, ou manifestações sindicais ou de qualquer grupo minoritário da sociedade civil organizada simplesmente por que ainda estão longe as condições concretas para organizações desta natureza no Município. Inversamente, nas metrópoles, onde as contradições sociais são muito mais dinâmicas e intensas, as manifestações públicas ligadas a questões supra-municipais, indo até as escalas nacionais ou mesmo globais vão ter nas praças centrais um dos principais locais para sua realização.

Apresenta-se a seguir uma análise sobre as formas e espacialidades de diversas praças centrais - seus contextos, processos de transformação de usos e redesenhos - de cidades de diferentes papéis na Megalópole do Sudeste Brasileiro. Demonstra-se algumas características comuns entre estes espaços, a pertinência e importância de tais praças, sobretudo no presente.

Abaixo analisam-se praças centrais:

- em cidades pequenas e médias, em situações tipicamente megalopolizadas;
- nas metrópoles globais da megalópole, um caso em município central (Rio de Janeiro) e outro em município periférico da metrópole (Guarulhos);
- numa discussão envolvendo mais proximamente as questões da arquitetura do edifício e da construção de "pracialidades", discorre-se sobre o que denominamos "praças-edifícios" e "edifícios-praças" enfocando dois casos metropolitanos, em Campinas e São Paulo.

Praças em pequenas e médias cidades tipicamente megalopolizadas

Em várias situações estudadas em pequenas e médias cidades da Megalópole do Sudeste observou-se como a praça central ainda ocupa lugar de destaque nas atividades públicas e sociais das cidades. São lugares voltados tanto ao cotidiano de trabalho das áreas centrais quanto ao ócio nos fins-de-semana, quanto aos eventos cívico-políticos. Não raro se constituem no principal ponto de encontro das respectivas cidades.

Nas cidades de porte médio da Megalópole fora das regiões metropolitanas mais antigas (São Paulo e Rio de Janeiro), as praças centrais são quase sempre lugares dos mais valorizados. Locais em que os cidadãos identificam sua cidade e se identificam com ela. Neles se incluem, entre tantos, todas as praças centrais em cidades de porte médio constantes da pesquisa deste doutorado.⁹

Entre as diversas atividades de ócio público observadas vale citar as apresentações musicais, festas religiosas e até mesmo bailes e bingos beneficentes realizados no próprio espaço livre de algumas praças. Nas cidades tidas como "interioranas" esta realidade seria talvez mais de se

⁹ A título de exemplo, temos: Praça Comendador Müller em Americana, Praça Cândido Motta em Caraguatatuba, Praça Conselheiro Rodrigues Alves em Guaratinguetá, Praça da República em Jaú, Praça Prudente de Moraes em Indaiatuba, Praça Toledo Barros em Limeira, Praça D. Pedro II em Poços de Caldas.

esperar, mas observamos tais situações mesmo em municípios que vem sofrendo acelerada modernização diante dos fenômenos típicos da megalopolização (dispersão industrial, criação de novos centros de alta complexidade e divisão social e territorial do trabalho no terciário superior). Este é sem dúvida o caso, entre outros, da Praça Prudente de Moraes, em Indaiatuba,¹⁰ onde ainda hoje famílias se encontram nas saídas das missas e, aos sábados à noite, realizam-se bailes. Em Campo Limpo Paulista (63,7 mil habitantes em 2000), cidade periférica industrial vizinha a Jundiaí, a Praça Castelo Branco apresenta até um palco fixo e coberto para apresentações das mais diversas; trata-se do principal lugar de encontro e ócio público da cidade. Nestas cidades, tais atividades, mais do que lazer são práticas espaciais que contribuem para a cidadania, na medida em que promovem o encontro respeitoso da diversidade e enriquecem a esfera de vida pública.

Observa-se, nestes casos e nos que discutiremos a seguir, uma dimensão da ação comunicativa ligada ao ócio, organicamente solidário, complexo e diversificado pois megalopolitano, aberto e resistente ao mundo. O ócio público apresenta-se, nestas praças, como uma resistência à razão global. Nas praças centrais destas cidades a esfera de vida pública volta-se ao ócio mais que a ação política *stricto sensu*; no entanto, como uma forma de vida pública, é também política, no *lato sensu*.

Discorreremos a este respeito a partir de praças centrais de duas cidades que se encontram bastante impactadas por diferentes processos gerados pela megalopolização: Santana de Parnaíba - SP e Poços de Caldas - MG. São cidades em posições bastante diversas: a primeira, uma pequena cidade da Região Metropolitana de São Paulo; a segunda, um núcleo urbano de porte médio, situado em território de expansão da dinâmica megalopolitana. Em comum o fato de possuírem certos atrativos turísticos que, embora tenham pesos distintos em suas respectivas economias, contribuem para uma movimentação diversificada de seus centros.

A situação megalopolizada destas cidades confere às suas praças centrais uma complexidade maior de práticas espaciais do que se fossem simplesmente praças de cidades interioranas de porte similar. Há uma sobreposição de escalas que lhes dá maior diversidade de apropriação. Apresentam movimentação maior, tramas sociais mais ricas, relações com superposições sazonais, etc.

¹⁰ A cidade de Indaiatuba - 146,8 mil habitantes (Censo de 2000) - é uma das mais importantes cidades industriais da Região Metropolitana de Campinas. Situada no eixo Campinas-Sorocaba, a poucos quilômetros do Aeroporto de Viracopos, o que lhe garante boa vantagem locacional. Entre "suas" importantes indústrias destaca-se a Toyota. Além do caráter industrial, vale notar a presença de numerosas e suntuosas residências de empresários paulistanos, com seus campos de polo equestre, helipontos, etc.

As praças no entorno da Matriz em Santana de Parnaíba

Santana de Parnaíba é um pequeno município da Grande São Paulo, com 181 km²; apresentando, em 2000, uma população de 74 mil habitantes; uma alta taxa de crescimento demográfico, acima da média da Região Metropolitana de São Paulo, na década de 90. Possui algumas peculiaridades que o distingue da maioria dos municípios periféricos da RMSP.

A principal delas é estar em seu território parte significativa do maior empreendimento brasileiro na área de condomínios e loteamentos fechados, o Alphaville. Os principais acessos de Alphaville se voltam à Rodovia Presidente Castelo Branco, já que a concepção de Alphaville não tem como mercado os municípios onde se encontra o empreendimento (Barueri e S. de Parnaíba), mas sim moradores de renda média alta e alta que habitam no vetor oeste da expansão metropolitana de São Paulo. Alphaville também se constitui em centro de implantação de indústrias de pequeno e médio porte não poluentes, além de receber a transferência de sedes administrativas de diversas empresas.

Santana de Parnaíba participa do processo de metropolização relacionado à produção de loteamentos fechados para a população rica. Além disso, também se relaciona ao processo de megalopolização, relativo à formação de núcleos urbanos voltados ao terciário superior, "exópoles", no dizer de Soja.¹¹ Neste contexto, embora Alphaville não se volte a Santana de Parnaíba, o simples fato de situar-se em seu território causa vários impactos, alterando a dinâmica do município, de forma fragmentada e, aparentemente, isolada.

O segundo elemento de distinção de Santana de Parnaíba diante de outros municípios periféricos metropolitanos é a presença em bom estado de conservação de um razoável conjunto arquitetônico e urbanístico do período colonial e, principalmente do século XIX.

Santana de Parnaíba originou-se a partir de rota de bandeirantes, junto ao Rio Tietê. A freguesia se constituiu, no século XVIII, a partir da construção da Igreja a Sant'Anna, momento também de definição aproximada do perímetro das praças aqui analisadas.

A relativa preservação das características originais da vila (sem dúvida fruto de uma forte estagnação do município por séculos) permite, no presente, à cidade, desfrutar de um certo fluxo turístico. Isto não impediu Santana de Parnaíba de ser, também, um município fortemente ocupado por loteamentos de periferia, participando, nos últimos trinta anos, do processo de

¹¹ Cf. SOJA, Edward W. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria, SILVEIRA, Maria Laura (Orgs. ; 1994). *Território, globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.154-168.

expansão periférica da metrópole paulistana. Santana de Parnaíba apresenta, portanto, desde problemas típicos de áreas precariamente urbanizadas até os gerados pela forte segregação sócio-espacial resultante dos condomínios para alta-renda.

Neste quadro de diversas e superpostas temporalidades e espacialidades, selecionou-se para estudo de caso as praças do entorno da Igreja Matriz. Núcleo principal do centro histórico da cidade, com dezenas de imóveis tombados pelo CONDEPHAAT. Na área tombada há edificações de vários períodos históricos, do colonial à arquitetura vernacular contemporânea, em diferentes estados de preservação de suas características originais. Ainda assim, é dos poucos locais da metrópole de São Paulo que possui um conjunto arquitetônico e urbanístico capaz de suscitar ao transeunte a noção de um passado mais que secular.¹²

O complexo de áreas públicas junto à Igreja Matriz é composto pelo Largo da Matriz, pela Pça. 14 de Novembro e pela Praça da Bandeira, situados, respectivamente:

- em frente à Igreja Matriz. Seu entorno apresenta edificações coloniais, neoclássicas e ecléticas (fim do séc. XVIII a início do séc. XX). Destaca-se, também, pela presença de uso institucional: a imponente Igreja Matriz, a Prefeitura e a Câmara Municipal, o museu, a delegacia e o posto de apresentação para o "Tiro de Guerra";
- à lateral direita da Igreja Matriz. Seu entorno apresenta casario baixo, poucos sobrados, em boa parte são edificações do século XIX. Uso misto, residencial e comercial;
- junto à fachada posterior da Igreja Matriz. Seu entorno é constituído de casario baixo, apenas um sobrado, final do século XIX até meados do XX. Uso misto, residencial, comercial e serviços.

Somadas, as três praças possuem área aproximada de 7.300 m², a maior delas, a Praça 14 de Novembro não chega a 3.300 m². Diante das dimensões das edificações lindeiras, constituem-se em sub-espacos bem proporcionados e pertinentes ao contexto urbano, quer sob o aspecto formal, quer sob o sistema de ações que caracteriza as três praças. As áreas das três praças, relativamente pequenas se comparadas a maioria dos casos estudados neste trabalho, de forma alguma se constitui em fator de diminuição de sua utilização e importância.

¹² Na RMSP, excetuando-se os municípios de Embu e Carapicuíba, com sua aldeia jesuítica, nos demais, mesmo aqueles cujas origens remontam aos séculos XVI a XVIII, como Santo André, Mogi das Cruzes, Guarulhos e Santa Isabel, pouco ou nada se guardou como testemunho do passado colonial e imperial.

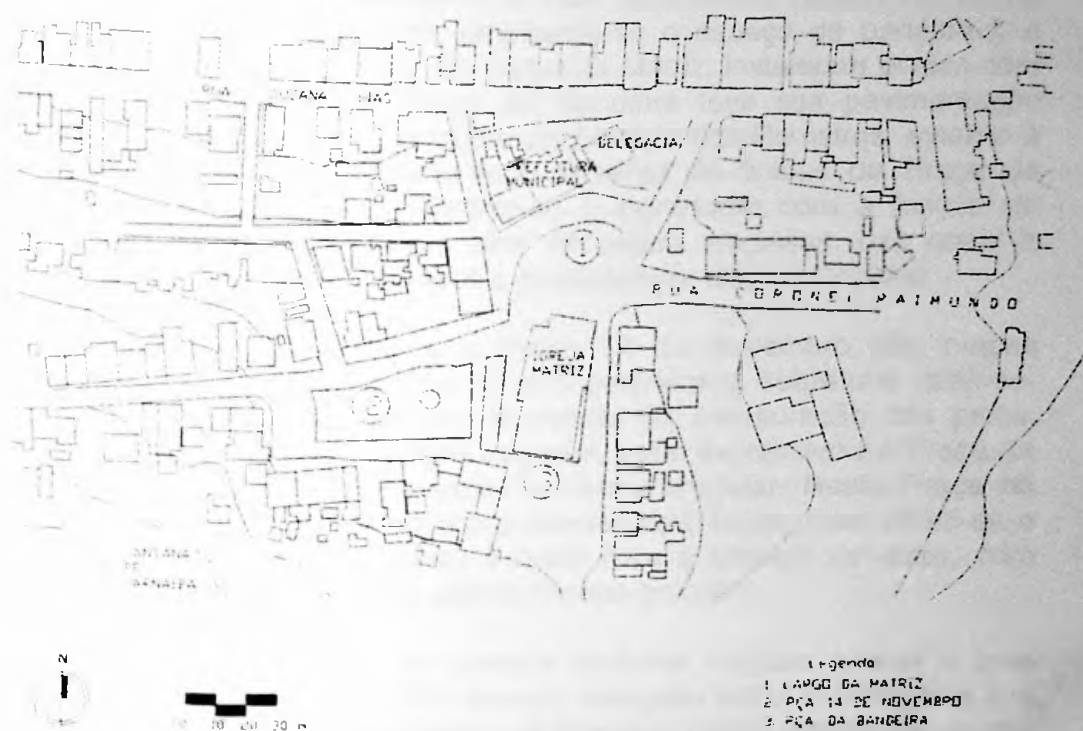


Fig. 91. Inserção urbana das praças do entorno da Igreja Matriz, Santana de Parnaíba. Base: GEGRAN, 1972.

No final do século XIX, ergueu-se a nova matriz, edificação monumental em relação ao núcleo urbano. Realizou-se um amplo muro de arrimo em pedra, permitindo uma feição bastante plana à Praça 14 de Novembro. No período da República Velha, as praças em frente e na lateral da Igreja foram ajardinadas, cabendo à Praça 14 de Novembro, mais ampla e plana, a instalação de um coreto. Instalaram também postes de iluminação pública.

Entre os anos 50 e 60, as praças receberam novo ajardinamento, contando com arborização. O piso da Pça. 14 de Novembro foi trocado para mosaico português, seu passeio externo tem seu desenho no tradicional padrão "onda", instalou-se um viveiro de pássaros. O Largo da Matriz recebeu arimos em pedra que permitiram a realização de um estreito passeio externo, um pequeno platô e parapeito foi feito para o hasteamento de bandeiras. A praça da Bandeira tornou-se parada de ônibus, foi toda pavimentada em paralelepípedos, contando com amplo abrigo ao centro. Até os anos 70, passava pela Rua Padre Miguel (lateral à Igreja e à Praça da Bandeira) o trajeto da Rodovia Marechal Rondon (SP-300), conhecida, nesta região como Estrada dos Romeiros.

Nos anos 80, fechou-se a Rua Bartolomeu Bueno no trecho lindeiro à Praça 14 de Novembro, ampliando-se o espaço de pedestres; o viveiro, abandonado, foi removido. No Largo da Matriz, instalaram postes com holofotes voltados à Igreja. A Praça da Bandeira teve sua pavimentação trocada para asfalto. Com o novo trajeto da Estrada dos Romeiros, externo à área histórica da cidade, transferiu-se o terminal de ônibus da Praça da Bandeira, demoliu-se o abrigo. Mantém-se o logradouro com a função de estacionamento, muito utilizado em dias de festas religiosas, das quais o destaque, nos últimos quarenta anos, é a procissão de *Corpus Christis*.

O Largo da Matriz e a Praça 14 de Novembro são praças ajardinadas, com canteiro e traçado de piso geométrico, sobretudo retilíneo. Nota-se uma inspiração neoclássica, sobretudo na estruturação dos pisos. Ambas possuem eixo de estruturação espacial, mais expressivo na Praça 14 de Novembro, mais plana e de perímetro menos irregular. Nesta Praça há mesmo um traçado bastante simétrico contendo dois focos: num definiu-se o espaço junto a um coreto octogonal; o outro foco é espaço de estar, com pequeno canteiro circular ao centro, piso e bancos ao redor.

O Largo da Matriz, de formato bastante irregular possui a área ajardinada mais voltada à Igreja, já o espaço triangular entre a Delegacia e o "Tiro de Guerra" constitui-se num grande alargamento viário, reminiscência dos largos não vegetados do período colonial; lamentavelmente, hoje, coberto de asfalto.

A vegetação vem sendo alterada sem preocupação quanto a preservação das características originais; como ocorre, aliás, na maioria das praças das cidades da megalópole.¹³ Atualmente os canteiros são gramados contando também com vegetação não pisoteável de forte contraste cromático (*Chlorophytum comosum*, *Duranta repens*, *Salvia splendens*, etc.). A arborização é bastante diversificada (*Caesalpinioideae*, *Plumeria cathartica*, *Spatodea campanulata*, etc.), há também palmeiras (*Syagrus romanzoffiana* e *Washingtonia filifera*). O mobiliário urbano é bastante convencional.

O coreto da Praça 14 de Novembro é bem eclético. Possui planta octogonal, estrutura em ferro fundido. Sua diminuta cobertura possui 12 águas, sobre ela, bandeirolas metálicas enfeitam o abrigo.

O Largo da Matriz possui forte caráter simbólico, voltado sobretudo à Igreja, mas, também, às instituições públicas (Prefeitura, Câmara, Museu Municipal, etc.). No cotidiano, é espaço de encontro e convívio, nos dias de missa e festas religiosas apresenta maior movimento.

¹³ A negligência para com as intenções projetuais da vegetação nas áreas livres públicas constitui-se regra. Raros são os projetos que não sofrem paulatina descaracterização ao longo das décadas, inclusive os parques. Rosa Kliass (1993) observou como mesmo o Parque do Ibirapuera, o mais importante de São Paulo, vem tendo seu projeto de plantio fortemente descaracterizado, processo que denominou de "a fúria da arborização". Cf. KLIASS, Rosa Grena. *Parques Urbanos de São Paulo e sua Evolução na Cidade*. São Paulo: Pini, 1993.

A Praça 14 de Novembro é a mais utilizada como espaço de estar público, serve de encontro e convivência para todas as faixas etárias. No cotidiano funciona, também, como praça de vizinhança para o casario do entorno e imediações. Nos fins-de-semana após as missas é o lugar preferido para o ócio, conversas das mais diversas; gente da terra e alguns moradores mais recentes.

Há mais de uma década, a Igreja promove bingos animados na Praça 14 de Novembro. Nestas ocasiões, arma-se um palco na lateral da Matriz e coloca-se para fora os bancos da Igreja. O evento aglutina pessoas de diferentes idades. O jogo é pretexto de reunião, encontros, flertes, etc.

A praça, tal qual o núcleo histórico de Santana de Parnaíba é lugar bastante tranqüilo. Alguns poucos e eventuais turistas de fins-de-semana circulam sem muita pressa por ali, salvo quando da procissão de *Corpus Christi*, quando o local fica bastante cheio, recebendo gente de diversos pontos da metrópole, sobretudo da sub-região Oeste, inclusive alguns turistas do "distante" Alphaville.

O Largo da Matriz é o grande marco referencial da cidade, destacando-se sobretudo em razão da Igreja que, por sua dimensão e situação topográfica, marca a paisagem da cidade. A Praça 14 de Novembro é referencial secundário, embora seja muito mais utilizada. Enquanto o Largo da Matriz se reveste de caráter cívico, como espaço símbolo do poder instituído, sua vizinha, a Praça 14 de Novembro, é típico espaço propício à esfera de vida pública, ao ócio público, *locus* do encontro, da conversa, do tempo lento. Na Praça 14 de Novembro estabelece-se a razão comunicativa, própria do mundo vivido, e não ordens da racionalidade sistêmico-econômica global, presente na complexidade megalopolitana. Ali, num bingo de Igreja ou numa roda de amigos, a solidariedade orgânica se produz. Nas ações comunicativas, um entendimento mútuo do mundo e do lugar se faz e se desfaz diante de novos discursos comunicativos; mais ricos, por que mais diversificados. Agora não são seus interlocutores apenas os antigos moradores do lugar, mas também os novos, os que passam, os que ficam.



Fig. 92, 93 e 94. Imagens do Largo da Matriz de Santana de Parnaíba. Fotos: C. Marinho (1997).



Fig. 95, 96 e 97. A Praça 14 de Novembro. Fotos: W. Dargevitch (1997).

A Praça da Bandeira, diante dos fundos da Igreja Matriz, é uma praça seca, como foram todas do período colonial brasileiro. Possui forma aproximada a um quadrilátero irregular. Diante de seu uso como estacionamento em dias festivos, o lugar acabou sendo “compreendido” pela municipalidade apenas para aquele fim. O resultado foi o asfaltamento de quase toda sua área (possui estreitas calçadas junto às edificações), fato que contribui para descaracterizá-la, enquanto lugar e seu valor histórico. A praça, tratada apenas como elemento do sistema de circulação de veículos, possui apenas iluminação viária em postes de concreto. No dia-a-dia é sub-utilizada, servindo apenas para relações de vizinhança, como se fosse uma rua

alargada. O velho bar de esquina, entre as praças da Bandeira e 14 de Novembro é o único ponto que abriga alguma diversidade de relações. Antigos freqüentadores do pequeno boteco sentem saudades do movimento, quando ali funcionava o terminal de ônibus da cidade.



Fig. 98. Vista parcial da Praça da Bandeira a partir da Pça. 14 de Novembro.
Foto: M. Jencko (1997).



Fig. 99. Vista da Praça da Bandeira. Foto: M. Jencko (1997).

As praças do entorno da Matriz de Santana constituem velhos testemunhos de uma cidade cujo processo de urbanização tem hoje sua dinâmica ditada pela megalopolização. A cultura material, geografizada no casario e no traçado urbano, garantem, entretanto, uma forte identidade ao lugar o que, sem dúvida, contribui para sua dimensão efetivamente pública, para a manutenção de práticas sociais bastante ricas. "Espaços livres públicos" que não se moldam pela razão sistêmica, global.

O Largo da Matriz e a Praça 14 de Novembro são bastante valorizados pela população. São as praças mais importantes da cidade, recebendo atenção do Poder Público que as mantém em bom estado. O centro histórico de Santana de Parnaíba e seus "espaços livres públicos" contrastam fortemente com a maior parte da mancha urbana do município. Ali há identificação da cidade com seus lugares públicos, formam a imagem símbolo da cidade. O resto do fragmentado tecido urbano em Santana de Parnaíba é, praticamente, apenas periferia de São Paulo: periferia pobre da metrópole, em inúmeros loteamentos precários; periferia rica da megalópole, os enclaves fortificados de Alphaville.

A "praça dos macacos"

Poços de Caldas, importante estância hidromineral de Minas Gerais, situa-se na divisa do estado com São Paulo. Sua dinâmica sempre esteve bastante relacionada ao Estado de São Paulo, desde os primórdios das expedições bandeirantes, seguidos por tropeiros, pelo café e pela ferrovia. Poços de Caldas até hoje possui forte conexão geográfica com as cidades da "região da Mogiana", sua ligação ferroviária se faz com a malha ferroviária paulista. A maior relação com as cidades mineiras se dá pela rodovia federal (BR-459), integrando o recente plano regional de desenvolvimento junto às cidades do referido eixo. Suas águas sulfurosas lhe conferiram uma economia ligada ao turismo. Poços de Caldas vem recebendo, diante do processo de megalopolização, importantes indústrias e prepara-se para implantar uma estação aduaneira, "porto seco", diante de seu recém construído terminal de cargas ferroviário. Desta forma, além do cenário urbano voltado ao turismo (passeio de charretes, praças, balneário de águas minerais, constituindo um ambiente tranqüilo, típico de cidade interiorana), há, por outro lado, uma forte presença de atividades industriais com potencial de crescimento expressivo no médio prazo.

No século XVIII, Poços de Caldas era apenas um arraial no caminho de tropeiros. O local onde hoje está situada a Praça D. Pedro II constituía-se em uma área alagadiça junto ao Ribeirão Caldas. Há relatos que contam que as águas do ribeirão possuíam temperatura elevada e um odor

diferente. A grande presença de macacos levou o local a ser conhecido, até hoje, como "praça dos macacos".¹⁴

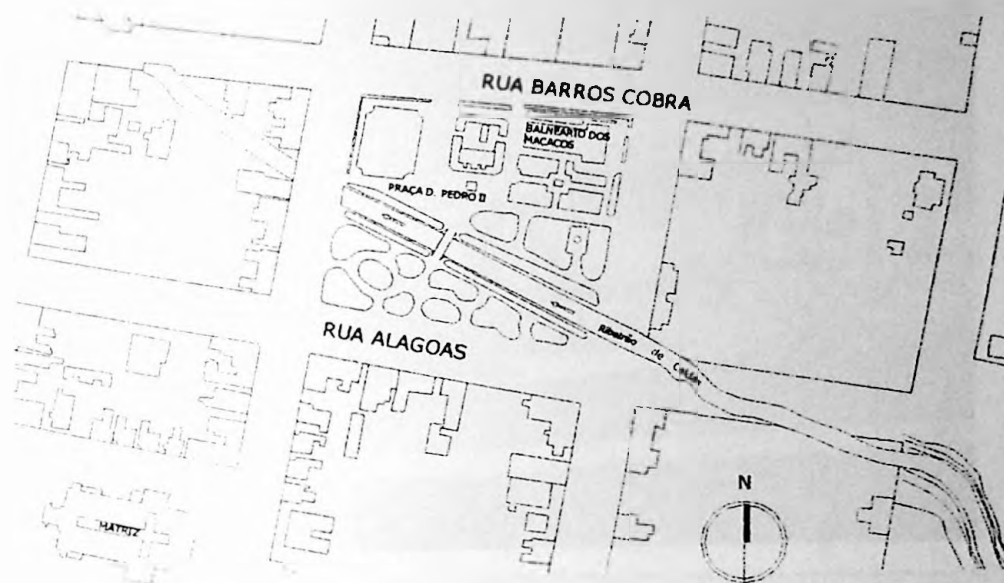


Fig. 100. A "praça dos macacos" e suas imediações (T. Costa, 1998).

A crença no poder de cura das águas minerais levou pessoas a se banharem no local. No término do século XIX edificou-se o primeiro balneário da cidade pela Empresa Balnearia de Poços de Caldas (EBPC), um respeitável edifício de inspiração neoclássica, diante dele a Praça Colômbia. Em 1886, com a visita do Imperador à cidade, a praça tem seu nome oficialmente mudado para Praça D. Pedro II.

A "praça dos macacos" foi ajardinada no início do século XX. Os jardins em parte apresentavam traçado mais sinuoso, de inspiração romântica, em parte se orientava por princípios de composição formal neoclássica: eixo de simetria e canteiros geométricos.

Em 1945, equipa-se a praça com uma fonte de desenho em linguagem moderna, o ajardinamento de suas imediações é refeito seguindo linhas geométricas também modernas. Em 1972 o balneário, sob a então responsabilidade da Hidrominas, é demolido. Constrói-se um novo balneário sobre a fundação do primeiro e um reservatório de água, ambos de concepção moderna, negam a praça, se voltam para a via pública. Em 1995 a "praça dos macacos" sofre nova remodelação, sobretudo da margem direita do ribeirão (lado do balneário) onde retiraram-se várias árvores, deixando o local bastante ensolarado. O projeto, de inspiração pós-moderna, foi desenvolvido por arquitetos da municipalidade.

¹⁴ As informações fatuais foram extraídas de: COSTA, Thaís Helena. *A Praça D. Pedro II*. Campinas, 1998. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PUC/Campinas.



Fig. 101. O balneário e a praça no início do século XX (T. Costa, 1998).

A Praça D. Pedro II situa-se, no presente, na área central da cidade. O entorno está em processo de verticalização, apresenta usos residencial e comercial. Constitui-se em importante praça da cidade, marco referencial na escala do centro, destacando-se pela vegetação e pelo amplo espaço livre. A área vegetada contribui para a drenagem local e a arborização cria, na margem esquerda, agradável micro-clima. A “praça dos macacos” complementa algumas funções ligadas ao ócio não encontradas na principal praça de Poços de Caldas - Praça Pedro Sanches.

A praça, com área aproximada de um hectare, apresenta relevo plano, se subdivide, atualmente em dois compartimentos básicos:

- lado esquerdo do ribeirão: praça-jardim bastante arborizada onde predomina o traçado sinuoso e romântico do final do século XIX. Este sub-espço se configura quase como um pequeno jardim público, voltado ao passeio e ao estar. No entanto, a ampla acessibilidade e forte contato com a rua ainda permite, designá-lo como praça-jardim. O plantio é bastante heterogêneo e foi realizado em diversas épocas, há, entre outras: *Syagrus romanzoffiana*, *Archontophoenix cunninghamii*, *Chorisia speciosa*, *Ptecolobium sp*, *Tipuana tipu*, etc. O piso é em mosaico português. A fonte luminosa de desenho moderno ai se localiza. Próximo deste local há um sanitário, construção muito singela, vernacular, pintada em vermelho;
- lado direito do ribeirão: praça ajardinada em linguagem “contemporânea”, inspiração neoclássica: eixos de simetria, traçado geométrico, *parterres*. Os recentes *parterres* são realizados com forte cromia: *Tradescantia pallida*, *Duranta repens*, *Alternanthera ficoidea* e *Chlorophytum comosum*. . O piso é cimentado com juntas em cerâmicas em tons pastéis, marcando o desenho

ora ortogonal, ora circular. Em trechos mais significativos deste sub-espço, o piso é todo em cerâmica.

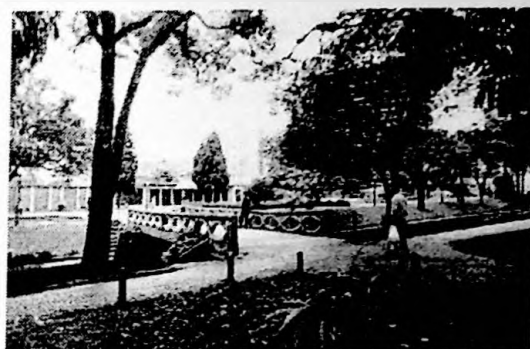


Fig. 102 e 103. Os dois lados da "Praça dos Macacos". Fotos: T. Costa (1998).

Interligando as duas margens do Ribeirão Caldas há três pontes: a antiga, com guarda corpos em concreto imitando, à moda romântica, troncos de árvores; uma com inspiração *art deccó*, de concreto; e uma moderna, de desenho bastante limpo, guarda corpo em tubos de ferro fundido.

Do lado direito do ribeirão vale comentar a linguagem pós-moderna do mobiliário que evoca épocas passadas sem, no entanto, procurar imitar fielmente desenhos de períodos anteriores: fontanário com cobertura em cúpula, bancos convencionais em madeira e ferro fundido, postes de iluminação em metal pintado em vermelho. Um pequeno palco foi também edificado. Remanescentes de outras reformas são o monumento às mães e um busto de bronze.



Fig. 104 e 105. O palco e o fontanário da "Praça dos Macacos". Fotos: T. Costa (1998).

Embora o contraste de linguagem, de forma e de micro-clima entre as duas partes da praça seja grande, isto não impede a apropriação da área como um todo. Fica evidente, para o caso da "praça dos macacos", que a linguagem estética é inócua diante da questão da apropriação dos sub-espços livres públicos.

A municipalidade vem mantendo a praça em bom estado, trata-se de área central de interesse turístico. O desempenho dos materiais diante do uso e do clima é, em geral, bom. A interação entre o sistema de objetos e o sistema de ações do lugar é bastante satisfatória. Todos os sub-espacos apresentam apropriação adequada, o mesmo se dando no âmbito do mobiliário urbano.

A praça é bastante conhecida, apreciada e utilizada pela população da cidade. No cotidiano é lugar de estar e de passagem, como a maioria das praças centrais de cidades interioranas de seu porte. Nos fins de semana o local é mais movimentado e diversificado. Lugar de convívio, não somente entre os freqüentadores habituais, mas também entre pessoas de diversas cidades: turistas da Região de Campinas e de locais mais distantes.

O palco é efetivamente utilizado para apresentações, momentos em que podem estar presentes diferentes grupos etários. Entre os jovens destaca-se a oportunidade de troca de experiência entre aqueles que, vindos de outras cidades, estudam na Universidade Católica local e jovens da cidade que, por seu turno, estudam em Campinas ou Ribeirão Preto e que voltam a Poços nos fins-de-semana.

Nas noites de sexta-feira acontecem serestas e bailes, situação em que é possível encontrar desde famílias até solteiros em busca de companhia. A "praça dos macacos" é efetivamente um ponto de convivência público, da ação comunicativa. Para o turista, um baile numa praça parece ser algo do passado ou apenas possível numa cidade pequena, perdida no tempo e no espaço. Trata-se de uma visão imprópria a um estudo sobre a praça brasileira.

A realidade urbana brasileira não pode ser simplesmente dividida: ou a cidade moderna, grande e média, impessoal da razão global, ou a pacata cidade interiorana, atrasada e lenta. A pesquisa para a feitura desta tese comprovou a existência de vivências dos "espacos livres públicos" bem mais ricas e complexas que não se enquadram em modelos dicotômicos preconcebidos como o mencionado acima. A realidade megalopolitana se estabelece num complexo de relações e conexões geográficas incapaz de destruir as racionalidades não hegemônicas; pelo contrário, em muitos casos, como vimos, as potencializa. As diversas temporalidades, locais e globais, se engendram formando lugares mais diversificados, como é o casos das cidades e praças apresentadas neste capítulo.

Praças em metrópoles globais: municípios nucleares e periféricos

Núcleo e periferia na megalópole já não representam a mesma condição que na metrópole industrial. No presente, as conexões geográficas são mais complexas, formam-se espaços de alta concentração do terciário superior mesmo fora do município que originou a metrópole, que também deixa de conter, com exclusividade, a moradia da elite. O caso de Alphaville na Região Metropolitana de São Paulo, entre os municípios de Barueri e Santana de Parnaíba, é exemplar para ambas as dispersões de atividades citadas acima. Além disso, centros de controle estratégicos de sistemas de telecomunicações, de redes de energia, etc., se multilocalizam. Tem-se, portanto atividades centrais, de decisão, em municípios periféricos específicos. Flexibilizam-se relações de localização de atividades outrora restritas às áreas centrais.

Não se trata de uma difusão homogênea das atividades. Produz-se um território urbano multi-nucleado, quer se observe a estruturação fragmentada da metrópole informacional quer se busque apreender a Megalópole do Sudeste. Situações nucleares e periféricas continuam ocorrendo, até com maior disparidade diante do meio técnico-científico-informacional.

A seguir apresentam-se praças em áreas centrais de municípios metropolitanos nucleares e periféricos: o Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, e a Praça Presidente Getúlio Vargas, em Guarulhos. Situações bastante distintas, quanto à importância relativa dos municípios nas relações metropolitanas e megalopolitanas, quanto às características intrínsecas de cada praça, da qualidade projetual às formas de apropriação. Mas ambas possuem em comum o fato de serem importantes *locus* da esfera da vida pública das respectivas cidades.

O Largo da Carioca

A estrutura de áreas livres públicas do centro do Rio de Janeiro é bastante complexa, fruto das reestruturações espaciais ocorridas ao longo dos sucessivos períodos da história da cidade. Não nos cabe uma discussão minuciosa sobre o assunto, vale ao menos mencionar o fenômeno, analisado por Villaça (1978, 1998: p. 255-261), do deslocamento residencial verificado pela elite carioca e suas relações com os movimentos de expansão, ascensão e decadência de parcelas da área central. As praças, nestes diferentes fragmentos da área central, vão ser importante expressão desta dinâmica do centro carioca.

No final do século XIX, inicia-se o processo de deslocamento das elites cariocas dos bairros a oeste do centro para o vetor sul. Aos poucos a elite vai deixando de ter como áreas preferenciais as então áreas suburbanas da Tijuca e de São Cristóvão e ocupando, no sentido sul, a Glória, Catete, Botafogo, Flamengo e, posteriormente, chegando até Copacabana. No início

do século XX, na gestão de Pereira Passos, com a abertura da Av. Central (atual Av. Rio Branco) e com a construção do complexo monumental de edifícios públicos junto ao seu trecho sul (Teatro Municipal, Museu Nacional de Belas Artes, Biblioteca Nacional, o Palácio Monroe - Senado Federal, demolido nos anos setenta - e o atual edifício da Câmara dos Vereadores) estimula-se o deslocamento e a cisão do centro.

O centro histórico, constituído no século XIX sobre o núcleo urbano mais denso do século XVIII, agora, sem a apropriação da elite, se deteriora; ainda permanece como área muito movimentada, porém não mais voltado ao ócio e as compras das camadas sociais de alta renda. As outrora importantes praças Mauá, XV de Novembro (antes Largo do Paço) e Tiradentes (em cujas cercanias encontravam-se os teatros freqüentados pela elite no século XIX) sofrem um constante processo de declínio ao longo do século XX. Ao passo que assumia importância a recém constituída Praça Floriano Peixoto, criada junto ao complexo de edifícios públicos do início do século passado quando da abertura da Av. Central. Ao sul destes edifícios, na Av. Central, instalam-se os cinemas, nova forma de lazer da elite; o lugar, até hoje é conhecido como Cinelândia. Esta área, entra em declínio a partir dos anos 60 e 70, com a constituição do novo centro de comércio das elites, no eixo Copacabana-Leblon, e da nova área de edifícios de escritório, Botafogo. Mas a Cinelândia, a despeito disto, mantém-se, até o presente, como lugar central, em muito melhor estado que o centro velho.

A Praça Mauá é o lugar que mais se deteriora, embora se constitua em local de crescente movimento até os anos 70. Situada cada vez mais distante da área de interesse da elite, fato reforçado com a abertura da Av. Getúlio Vargas, que a deixou em situação mais desprestigiada, "ao norte" do centro. A Praça foi se caracterizando como local de prostituição, junto ao porto (Pier Mauá). A Praça Mauá se desqualificou ainda mais com o avanço do transporte sobre pneus: instalou-se junto à praça a Estação Rodoviária da cidade e, se isto não bastasse, sobre a praça passa o complexo de viadutos da Avenida Perimetral.

A Praça XV de Novembro se vê também em processo de deterioração acelerada com o avanço do automóvel e o desinteresse das camadas de alta renda pelo centro velho. A articulação que o Largo do Paço fazia, no século XIX, entre o porto, a Capela Real e o Paço Imperial é completamente desestruturada com a criação da Avenida Alfredo Agache, com o alargamento da Rua 1º de Março (antes Rua Direita) e com o sistema de viadutos da Av. Perimetral sobre a Av. Alfredo Agache. Somente no final do século passado inicia-se um processo de reformas na Praça. Por ora, tais intervenções visam mais adequá-la ao seu intenso tráfego de pedestres que suscitar a presença de pedestres na praça.¹⁵

¹⁵ A Praça XV de Novembro é objeto de sucessivas intervenções a partir dos anos oitenta, primeiro pelo Programa Corredor Cultural e depois Rio-Orla. A Avenida Alfredo Agache tem seu leito rebaixado, liberando-se o nível térreo para o pedestre, os viadutos da Avenida Perimetral (Av. Presidente Kubitschek) recebem proposta inicial dos arquitetos Jodi Borja e

A Praça Tiradentes e seus teatros tão prestigiados no século XIX também observam a fuga da elite carioca (primeiro para a Cinelândia, depois para a Zona Sul carioca) e a deterioração do lugar. Nos anos 80, do século passado, com o Programa Corredor Cultural, alguns esforços para requalificar a praça são executados; mas a dimensão cultural e pública de cem anos atrás ficou retida apenas nos registros bibliográficos e iconográficos.

O Largo da Carioca, no século XIX, era apenas um alargamento junto à rua de mesmo nome, no sopé do Morro de Santo Antonio, contando com uma grande fonte de caráter utilitário, sequer fazia parte da área central até o terceiro quartel dos oitocentos. Com a criação da Avenida Central, no início do século XX, o Largo vai tomando alguma importância, em situação intermediária entre a Cinelândia e o Largo de São Francisco (Centro Velho) e a Praça Tiradentes. A abertura da Av. Getúlio Vargas reforçou a centralidade ao sul da mesma, estimulando atividades comerciais, sobretudo no trecho sul da Av. Central, contribuindo para uma maior ocupação do Largo da Carioca, junto às suas quadras lindeiras a leste. A oeste, o Morro de Santo Antonio com sua forte declividade dificultava a ocupação; em seu topo, desde o período colonial, situa-se o Convento e Igreja de Santo Antonio e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

A criação da Esplanada (ex-morro) de Santo Antonio, nos anos 60, de certa forma inspirada no projeto de reurbanização de Affonso Reidy (1948), e a edificação, nos anos 70, das sedes de grandes estatais (Petrobrás, BNDES e sede estadual do Banco do Brasil) nas imediações do Largo da Carioca deram ao lugar um novo papel na escala do centro. Nos anos 80, por ocasião da construção da Estação Carioca do Metrô, o largo é remodelado.

Em menos de um século o lugar teve sua paisagem e seus significados profundamente alterados. Situa-se, no presente, em área bastante movimentada, entre a Rua da Carioca e a Av. República do Chile, nas proximidades da Av. Rio Branco, conectado a esta pela Praça Estado da Guanabara. Sob o largo encontra-se a principal estação de metrô da área central. O Largo da Carioca constitui-se numa das praças mais movimentadas e importantes do Centro do Rio de Janeiro. Em sua vizinhança contrastam pela época, pelo uso e pela marcação na paisagem os edifícios religiosos do período colonial e as sedes das referidas estatais, notadamente os edifícios do BNDES (de Leonardo Oba e outros, 1973) e da Petrobrás (Gandolfi e outros, 1969), dois significativos e monumentais edifícios da arquitetura moderna brasileira, ambos com jardins de Burle Marx.

Nuno Portas para demolição. Os custos de rebaixamento do fluxo hoje existente na Avenida Perimetral impediram, por enquanto, a demolição dos referidos viadutos.



Fig. 106. Inserção urbana do Largo da Carioca na área central do Rio de Janeiro.
Fonte: Planta do Rio de Janeiro - Guia Quatro Rodas, 1988.

Em virtude das obras do metrô, o paisagista Roberto Burle Marx é convidado a executar o projeto do novo Largo (1981), de área aproximada de 24.500 m². Considerando as edificações e jardins significativos vizinhos ao Largo da Carioca (BNDES e o complexo religioso do morro de Santo Antônio), Burle Marx procura articular visualmente estes três importantes sub-espacos de caráter tão distinto.

O projeto apresenta dois claros compartimentos: a área plana e a de encosta (do que restou do antigo Morro de Santo Antônio).

A área plana, desenhada para assimilar o movimento de pedestres do largo, apresenta elaborado desenho de piso, realizado em mosaico português. Aqui as áreas de vegetação são exíguas, secundárias. O desenho de piso considera o monumento em bronze preexistente, os elementos da estação do metrô (acesso e duas torres de ventilação) e a padronagem em mosaico português do calçadão realizado em ruas do centro nos anos 70,¹⁶ que tocam o largo pelas ruas à leste. Dado o forte movimento de pedestres, o mobiliário urbano se restringe aos postes de iluminação. São de ferro fundido banhados a bronze, memória do antigo Largo da Carioca.

A área de encosta é bastante vegetada, constitui-se na articulação do largo ao complexo colonial do alto do morro e os jardins, também em encosta, da sede do BNDES. A arborização é controlada de modo a não impedir a visualização do patrimônio religioso. O caminho de acesso ao topo do morro, anterior ao projeto de Burle Marx, é serpenteante e estreito, evitando prudentemente grandes movimentos de terra. Já em direção ao BNDES, com uma topografia menos íngreme, o artista criou patamares, verdadeiros estares. Deles é possível admirar a vegetação (eritrinas e palmeiras, sobretudo) e os espelhos d'água, num primeiro plano, mais calmo, e abaixo, o frenesi da área central. O mobiliário urbano nesta parte do largo é todo em linguagem moderna: bancos em concreto, luminárias, projetores, etc.

Os dois compartimentos do Largo da Carioca caracterizam, propositadamente, dois sub-espços:

- A área plana, uma praça seca moderna, aberta para o forte movimento de pedestres, para as manifestações do cotidiano da área central e para eventos comunicativos mais amplos, políticos;
- a área de encosta, a sudoeste, uma praça ajardinada moderna, onde o passar se transforma em passear, com áreas de estar e contemplação da paisagem do largo e da cidade. Não se trata de um pequeno parque, introspectivo, mas de uma praça em que a fruição da paisagem envolve as áreas ajardinadas e a cidade, com seus altos edifícios e seu movimento.

Embora seja clara a divisão do Largo da Carioca em dois sub-espços, Burle Marx os concebeu de maneira fortemente integrada. A articulação entre ambos se dá por diversos âmbitos: pelo desenho de piso, pelas acessibilidades, pela linguagem geral do projeto, pela arborização cuidadosamente disposta de forma a não desvincular as áreas ajardinadas da praça seca.

Nos anos 90, no entanto, a área ajardinada da encosta foi cercada com gradil de ferro reduzindo a acessibilidade, diminuindo seu uso. Isto reduziu a percepção, a imagem e a apropriação do Largo da Carioca, praticamente, à sua área mais plana. A área ajardinada do largo mais próxima

¹⁶ Atualmente a maioria das ruas de pedestres no centro do Rio de Janeiro voltou a possuir tráfego (lento) de veículos, destruindo assim a maior parte dos calçadões. O retorno dos veículos nestas ruas visa, com esta facilidade de acessibilidade, estimular a frequentação do centro pela população usuária do automóvel.

ao BNDES, a sudoeste, embora aberta ao público, com o gradil e os portões, transmite agora mais a imagem de ser parte do jardim do banco que parte do largo. Infelizmente um vigoroso e pertinente projeto de espaço livre público pode ser violentamente alterado com a colocação de uma "simples" grade; gesto aparentemente singelo e imediatista, mas revelador de uma redução do valor dado à esfera de vida pública.

A área mais ajardinada, embora fique com os portões abertos, acaba possuindo uma apropriação reduzida a passagem e alguns momentos de pausa nos estares. Esta área apresenta boa manutenção e forte controle de usos, proíbe-se o comércio de ambulantes. É visualmente agradável mas fracamente utilizada pela população.

O Largo da Carioca é um importante marco referencial da paisagem da área central carioca. Permite ampla visão do morro onde está situado o já referido complexo colonial e o edifício do BNDES. Estabelece uma situação de relativo desafoço visual da área central à leste do largo.

No cotidiano do horário comercial, a área plana do largo, a "praça seca", é local de intenso fluxo de pedestres. Grupos de curiosos se formam aqui e acolá, atraídos por pequenos "espetáculos de sobrevivência": engolidores de objetos, vendas de "ervas da Amazônia", leitores de mente, jogos e apostas, pregadores religiosos, vendedores ambulantes, etc.

Como uma das praças mais movimentadas do centro do Rio de Janeiro, o Largo da Carioca assume o papel da mais importante praça cívico-popular para manifestações diversas: sindicais, movimentos contra a violência urbana, etc. O largo se associa ao chão público mais do que a qualquer dos edifícios do entorno; não se trata de uma praça religiosa, embora no alto do morro, a relativa distância do piso da praça, o complexo de edificações religiosas coloniais se destaque na paisagem; nem tão pouco é ligada ao Poder Público. A suntuosidade e monumentalidade dos edifícios das estatais ligadas ao governo federal, edificados durante a ditadura militar, são símbolos de opulência e de concentração de riqueza, são lidos como expressão do afastamento do Estado diante do interesse público popular. Tais edifícios são incapazes, hoje, de evocar respeito, poder e ordem; estimulam para que o Largo da Carioca seja um dos locais preferidos pela população para a realização de atos de protesto ao governo federal.



Fig. 107, 108 e 109. Largo da Carioca : aspectos do cotidiano. Fotos: C. Nifosi (2000).

Ambientalmente, a área plana é bastante árida, insolarada e impermeável, em contraste com a área de encosta, bastante permeável às águas pluviais, e, nos estares, a sombra rala e a presença dos espelhos d'água atenuam o forte calor carioca. A área de encosta possui manutenção bastante mais adequada que a área plana. As características distintas dos sub-sistemas de objetos de cada sub-espço, tanto sob o ponto de vista de manutenção quanto de criação de espaços ambientalmente mais confortáveis, tenderiam a melhor qualificar a área da encosta em relação a área plana para a permanência da população. No entanto, as racionalidades efetivas de apropriação do largo pela população não são determinadas pelas amenidades bio-micro-climáticas e de paisagem que o projeto gera na área de encosta e sim pela riqueza da diversidade de práticas espaciais comunicativas realizadas na área plana, seca e fortemente fustigada pelo sol carioca. É nela que se entrecruzam milhares de pessoas, saídas do metrô ou fluindo pelas ruas do entorno, é ai que o largo se faz praça.

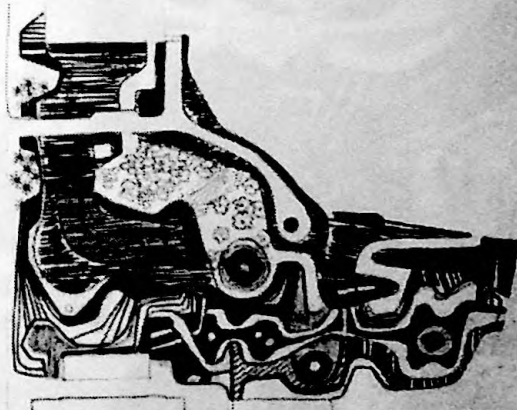
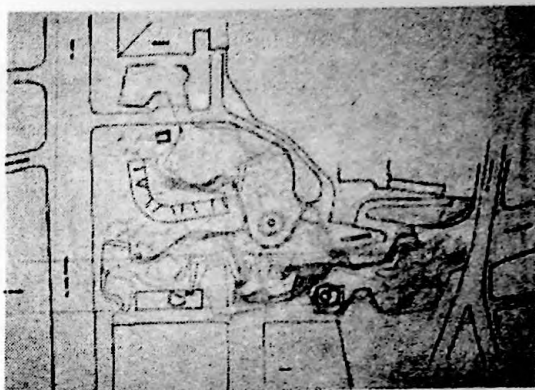


Fig. 110, 111, 112 e 113. Estudos preliminares (1981) de Burle Marx para o Largo da Carioca (F. Motta, 1983, 166).



Fig. 114. Vista geral do Largo da Carioca (S. Macedo, 1999: 71).

A Praça Presidente Getúlio Vargas

O município de Guarulhos é o 13º mais populoso do país, atrás apenas de 11 capitais estaduais e da capital federal. No Estado de São Paulo, é o segundo mais populoso e o segundo em arrecadação de ICMS. Com uma população de 1.071.268 habitantes (Censo 2000 - Sinopse), Guarulhos está à frente de várias capitais brasileiras, entre as quais Florianópolis, Vitória, Cuiabá, Campo Grande, Maceió, João Pessoa, Natal e São Luís. Em Guarulhos se encontra o mais importante aeroporto do país e mais de mil estabelecimentos industriais.

Guarulhos, a despeito de seus grandes números demográficos e de sua forte economia industrial, apresenta uma inserção na Região Metropolitana de São Paulo que lhe caracteriza como cidade industrial periférica. Campinas, com uma população ligeiramente menor (968 mil habitantes), possui comércio e serviços incomparavelmente superiores a Guarulhos. Campinas atinge níveis de excelência nas áreas de saúde, educação superior e pesquisa tecno-científica de relevância nacional; ao passo que Guarulhos, nestes setores, possui uma situação comparável à da Zona Leste da Capital, ou seja, pífia. Mesmo cidades como Santo André (648 mil habitantes) e São Bernardo do Campo (701 mil habitantes), na Grande São Paulo, apresentam complexos de comércio e serviços melhores que a "industrialmente rica" Guarulhos.

Sua localização metropolitana (quadrante nordeste), sua proximidade com São Paulo e sua industrialização tardia (a partir do final dos anos 60, sobretudo) são elementos fundamentais que levaram Guarulhos a fazer parte da expansão periférica leste da metrópole paulistana sem ter conseguido, até o presente, estruturar um núcleo terciário compatível ao seu produto interno bruto ou mesmo à sua enorme, mas majoritariamente pobre, população. Os maiores equipamentos encontrados no município não se voltam à cidade e sim à metrópole e à megalópole. Este é, sem dúvida, o caso do Aeroporto Internacional de Guarulhos - São Paulo e mesmo de "seu" maior *shopping center*, situado junto à Rodovia Pres. Dutra, um dos principais eixos estruturadores do território megalopolitano.

O centro da cidade situa-se no núcleo histórico inicial da antiga Freguesia de Guarulhos, em posição outrora estratégica (topo de colina). Na atualidade é, principalmente, centro dos pobres da cidade; as camadas de renda mais alta da população guarulhense servem-se, preferencialmente, dos *shoppings* e de áreas comerciais da capital. O centro é bastante movimentado, lugar de trabalho no setor de serviços, de comércio e ócio popular. No centro está a Igreja Matriz e sua praça, do Rosário, com jardins cortados por caminhos diagonais. Na área central de Guarulhos encontra-se, também, a Câmara Municipal diante da Praça Pres. Getúlio Vargas. Vizinhos ao centro

localizam-se instituições importantes: o Fórum e a Universidade de Guarulhos (privada).

A Praça Getúlio Vargas, com área de 6.000 m², situa-se em área da primeira expansão do centro da cidade, cercada atualmente por vias arteriais e coletoras de intenso fluxo, resultando num entorno comercial e de serviços. Em sua lateral sul, tem como um dos lotes vizinhos a edificação da Câmara Municipal. Nas imediações encontra-se o primeiro Grupo Escolar de Guarulhos (atual Escola Estadual Capistrano de Abreu). Constitui-se na mais movimentada e mais importante praça cívica da cidade.

A cidade de Guarulhos teve um crescimento notável somente a partir das décadas de 60 e 70 do século passado. Do singelo núcleo urbano colonial nada mais resta. Entre os anos 20 e 50, a área urbana mais densa situava-se entre a área urbana inicial no topo da colina descendo em direção sul até a estação de trem. Nas demais direções, a cidade se espalhava de forma bastante fragmentada seguindo interesses da especulação imobiliária, sobretudo empreendida a partir dos anos 50. É nesta década que se constrói, em área contígua a norte do centro urbano inicial, a Praça Pres. Getúlio Vargas, ocupando área pública até então utilizada como um campo de futebol.

O projeto é bastante singelo, desenvolvido pela Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal. Trata-se de uma praça ajardinada com canteiros delimitados por caminhos de estrutura básica radial, tendo como foco, no centro da praça, um coreto em ferro fundido sobre base de alvenaria.

A vegetação de sub-bosque foi sendo reposta ao longo dos anos de forma bastante arbitrária, não é possível identificar nenhuma intenção projetual. O resultado é uma obra coletiva e desconexa dos sucessivos jardineiros que trabalharam na praça. Encontram-se diversos arbustos e forrações dispostos em pequenos grupos esparsos aleatoriamente, ou mesmo em plantio isolado. A arborização é densa e diversificada: *Caesalpinia peltophoroides*, *Tabebuia avellanadae*, *Tipuna tipu*, *Syagrus romanzoffiana*, *Chrysalidocarpus lutescens*, etc.

Nos anos 60, a construção do edifício da Câmara dos Vereadores em lote lindeiro à praça implica na primeira reforma da praça, adequando-se acessos. A reforma parcial dos caminhos adota uma linguagem de traçado moderno, a despeito do plantio e traçado anterior de inspiração mais eclética. Mesmo com a Câmara, o desenho de caminhos e canteiros continuou a privilegiar o coreto, o ócio, não a constituição de um sub-espço que pudesse abrigar manifestações cívicas mais amplas. Eram tempos iniciais da ditadura militar, mas o redesenho da praça parece ter sido resultado mais da referência à imagem das tranqüilas pracinhas do interior que fruto de uma ação política conscientemente a serviço do regime militar.

Até os anos 70, a Praça Pres. Getúlio Vargas se caracterizava como praça-jardim, um local de passagem e de estar junto aos bancos de concreto e granilite, doados por estabelecimentos comerciais (típicos de

inúmeras praças interioranas paulistas). A ditadura coibia uma maior movimentação política, a Câmara e a praça pouco se relacionavam. O coreto tornou-se rapidamente símbolo de um passado "distante", nem se prestava às "antigas" apresentações musicais nem à realização de atos públicos.

A cidade já se configurava fortemente industrial, recebia migrantes, operários e ambulantes, sobretudo no final da década. O centro já se expandira até a Praça Getúlio Vargas. O primeiro cinema da cidade, Cine São Francisco, situado junto à R. D. Pedro II, a mais importante da área central, entra em decadência, à medida em que o centro se popularizava, a começar pela própria R. D. Pedro II. O novo cinema situa-se na Rua João Gonçalves, a poucos metros da Praça Getúlio Vargas, voltado às camadas de renda média.



Fig. 115. Inserção urbana da Praça Pres. Getúlio Vargas na área central de Guarulhos.
Fonte: Guia Quatro Rodas - São Paulo.

Nos anos 80, alargam-se avenidas, a praça segue seu processo de transformação, menos no sistema de objetos, mais no sistema de ações. Cresceram as árvores, deteriorou-se o mobiliário urbano, parcialmente trocado. Com o lento e "seguro" processo de redemocratização, a praça começa a agregar função política, menos os comícios e mais na esfera do cotidiano. É comum a conversa de funcionários da Câmara, de assessores políticos em número crescente, correligionários, pessoas desempregadas em busca do auxílio de algum vereador. Com a crise econômica, cresce a economia informal, a pobreza e a indigência, a praça recebe novos usuários: ambulantes, pregadores de seitas religiosas, meninos de rua, mendigos.

Nos anos 90, acentuam-se as desigualdades sociais, aumenta-se o desemprego, sobretudo no setor industrial. Guarulhos mantém seu crescimento demográfico mais não seu crescimento econômico, cresce a violência urbana, as elites locais fogem do centro em direção aos *shopping centers*, o resultado é uma forte deterioração na manutenção da área central. Na Praça Getúlio Vargas executam-se reformas "defensivas" bastante grosseiras: muretas para elevação de alguns canteiros com o fim de evitar a passagem de pedestres pelas áreas plantadas, novos bancos com desenho que impede que se durma sobre eles.

A despeito do processo de deterioração a Praça Getúlio Vargas se constitui em importante nó urbano e marco referencial na área central de Guarulhos. Sua arborização destaca-se num centro bastante pobre em vegetação. A sombra de suas árvores e a profusão do plantio de seus canteiros, tornam o lugar um micro-ambiente agradável, diante das áridas avenidas que a margeiam. No entardecer, é local procurado pela avi-fauna urbana.

Hoje, finalmente, a praça é local de manifestações cívicas e políticas relacionadas, por vezes, à Câmara dos Vereadores. Recentemente a população, em manifestação pública diante da Câmara, aplaudiu comemorando o momento em que, algemados, foram detidos e colocados em viaturas policiais o prefeito e alguns vereadores, todos cassados por corrupção. Trata-se de uma ação simbólica bastante importante para a cidade que, marcada por ações de corrupção envolvendo, em diferentes momentos, as mais diversas instituições públicas (judiciário estadual, poder executivo e legislativo municipal, polícia civil e militar, etc.), vê, nos últimos anos, ações mais éticas nos três poderes.

A praça não é lugar de decisão política, mas volta a ser um dos locais de participação, manifestação e conscientização política. Os eventos públicos mais marcantes se desdobram, posteriormente, no cotidiano, inclusive da praça: as conversas e reflexões sobre os mesmos, constituindo verdadeiras ações comunicativas. A noção da dimensão efetivamente pública das normas, ações e espaços encontra, via de regra, maior dificuldade para ser praticada nas cidades periféricas. A prisão em praça pública ocorrida em Guarulhos certamente contribuiu para que fosse eleito, em seqüência, um governo

democrático popular, de oposição às elites locais, que sempre manipularam a política municipal. Os pobres, que ocuparam o centro abandonado pelos ricos, elegeram, em 2000, um prefeito de esquerda.



Fig. 116, 117 e 118. A Câmara e a Praça Getúlio Vargas. Fotos: G. de Moura (1999).

Como praça do cotidiano da área central, pela Getúlio Vargas passam inúmeros transeuntes. O movimento atrai vendedores de ervas “para todos os males”, pedintes, menores carentes, religiosos, vez por outra ciganas lendo o passado e o futuro. Seus bancos servem ao estar dos idosos, ao namoro de casais, adolescentes sentam em seus encostos, pisam em seus assentos, picham, crianças descalças neles brincam, dormem. À noite, a praça é ponto de travestis e prostitutas, apresentando um movimento específico, momento em que a praça volta a ser do interesse de vários jovens e adultos de melhor renda, com seus automóveis, tangenciam anonimamente o lugar público. O coreto, há muito não ouve a banda, apenas o triste repouso dos moradores de rua.

Diante deste quadro dinâmico de utilizações, a Praça Getúlio Vargas apresenta-se como lugar de diferentes racionalidades. Novos usos e usuários vem demandando alterações à praça que, entretanto, continua com seu sistema de objetos pouco alterado. Revela-se o descaso com que é tratada a partir da popularização do centro da cidade, mas, também, a capacidade da população em se apropriar do local, ainda que seu desenho não seja dos mais notáveis.

Edifícios-praças e praças-edifícios em centros metropolitanos

Afirmando-se a praça como lugar, importa qualificá-la a partir da natureza dos eventos nela verificados, até mais do que pelo sistema de objetos que, convencionalmente, são denominados pela população e pelas instituições como praças. Quem define a praça é o que nela se realiza, assim um sistema de ações que apresente forte conotação pública, de livre acessibilidade, voltado ao encontro e convívio, é o que vai caracterizar um sub-espço como praça. Neste sentido, situações de "pracialidade" podem ocorrer, como já vimos em capítulos anteriores, eventualmente, em ruas, avenidas, descampados e, como trataremos aqui, até em edifícios.

A partir da arquitetura moderna, sobretudo, permitiu-se constituir na cidade novas relações entre espaços livres e edificados, entre espaços voltados à esfera de vida pública, social (domínio comum), e privada. Hoje, sob este aspecto, tem-se gradientes de relações entre sub-espços da cidade muito mais complexos que a um século atrás. Discorre-se a seguir sobre praças e "pracialidades" de natureza bastante imbricada ao edifício; não simplesmente em relação aos edifícios do entorno da praça, de suas "paredes", mas sendo o edifício o próprio chão e/ou "teto" da praça.

Denominamos "praça-edifício" as praças fortemente edificadas, constituídas muitas vezes sobre lajes. Sob elas encontram-se espaços abrigados, com freqüência destinados ao transporte (estações de metrô, estacionamentos e túneis de veículos). Mas esta não é a única situação, como exemplifica a Praça Imprensa Fluminense, em Campinas, onde se encontra o Centro de Convivência Cultural da cidade, parte em subsolo, parte criando amplo teatro de arena moderno (discutiremos este caso mais a diante).

A edificação no subsolo cria novo chão da praça. Na medida em que este novo chão é mais ou menos interligado à cidade, observa-se, quase sempre, maior ou menor sucesso do local como praça. Este é, sem dúvida, um dos maiores problemas do fraco uso da Praça Roosevelt em São Paulo,

situada em área bastante movimentada, não conseguiu, no entanto, se apropriar das potencialidades do entorno.¹⁷

Entre as praças-edifício, algumas das mais importantes foram executadas a partir da instalação do metrô em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na capital paulista o maior destaque é a nova Praça da Sé.¹⁸ Sob o aspecto da forte relação formal que se estabeleceu entre a praça e as instalações do metrô, vale lembrar também o Largo São Bento¹⁹ e a praça junto a Estação Conceição (vide Capítulo IV). De forma menos impactante ao chão público, a importante Praça da República e o Largo Santa Cecília, também são exemplos significativos de praças realizadas pelo Metrô de São Paulo.²⁰ No Rio de Janeiro, diante das obras do metrô, forma redesenhadas várias praças, vale destacar a pertinência do projeto de Burle Marx para o já comentado Largo da Carioca e, também, o projeto recente da Praça Saens Peña, na Tijuca. Em ambos o metrô carioca não "roubou" a pracialidade do lugar, o novo sub-espaço mantém o caráter de praça preexistente; ao contrário da freqüentemente lamentável ação do metrô paulistano que se impõe às áreas livres, diminuindo seu papel, alterando sua natureza.

Denominamos "edifício-praça" aos espaços edificados que, a despeito de serem cobertos, permitem um uso que se aproxima aos usos característicos das praças. Na cidade de São Paulo o MASP é certamente o mais importante deles, será o último caso discutido neste trabalho. São também exemplares os edifícios da FAU-USP e o prédio da História e Geografia da USP. O prédio da FAU, de autoria de João Vilanova Artigas, é

¹⁷ A Praça Franklin Roosevelt foi remodelada nos anos 70 a partir de projeto vencedor de concurso público. Roberto Cardozo, um dos mais respeitáveis arquitetos paisagistas radicados em São Paulo, coordenou a equipe vencedora. Cardozo, vale lembrar, foi o primeiro professor de arquitetura paisagística da FAU-USP, principal introdutor das idéias da "escola californiana" da paisagem no país. Interessante análise desta praça está no trabalho de MARIANA, Wilson R. *Áreas transformadas e o espaço público na cidade de São Paulo*. 1989. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹⁸ A Praça da Sé a despeito de suas novas e monumentais dimensões apresenta um partido que privilegiou a contemplação, fragmentou-se excessivamente o espaço criando recantos, jardins e espelhos d'água em linguagem moderna bastante elaborada. Com isso perdeu-se a chance de se criar uma praça para grandes manifestações, limitando sua dimensão cívica. A praça foi concebida voltada ao lazer; no que, de fato, se tornou um sucesso para as populações pobres, notadamente migrantes. Cf. SANTOS JUNIOR, Wilson dos. *São Paulo: Praça da Sé, transformações e usos*. 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹⁹ O projeto do Metrô para o Largo São Bento, a despeito da extrema competência na interligação dos diversos níveis da estação e do virtuoso desenho, interrompe o largo exatamente no seu antigo centro, dando lugar a uma grande abertura ao pavimento inferior. Tal solução é interessante para o transeunte do metrô mas fragmenta e empobrece o histórico largo. Criam-se sub-espaços fortemente articulados à estação, mas ao questionável preço do enfraquecimento da praça.

²⁰ Sobre as praças produzidas pelo Metrô de São Paulo cf. BARTALINI, Vladimir. *Praças do metrô: Enredo, produção, cenários, atores*. 1988. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

uma "praça coberta" como afirma Miranda Magnolli,²¹ aliás uma praça cívico-estudantil. O salão caramelo, "pátio interno" coberto da FAU, foi palco das mais importantes assembléias universitárias realizadas na Cidade Universitária, além de servir para os mais diversos usos, de espaço de exposições, a festas, espetáculos e manifestações. O edifício de História e Geografia da USP, de Eduardo Corona, apresenta tal qual a FAU, um grande espaço central coberto, de franca acessibilidade, e uma importante circulação por rampas; mas enquanto na FAU as rampas situam-se lateralmente ao pátio coberto, no edifício de Corona as rampas estão no centro, fragmentando o pátio, diminuindo claramente sua pracialidade.

O Centro de Convivência: uma "praça-edifício"

O velho Passeio Público de Campinas, do século XIX, não existe mais. A Praça Imprensa Fluminense também não é reconhecida como tal, o lugar foi totalmente refeito pelo complexo de edificações do Centro de Convivência Cultural de Campinas, de autoria de Fábio Penteado. Não se trata de uma praça com um edifício cultural mas a integração entre espaços edificadas e livres é tamanha que se constituiu ali uma "praça-edifício". O Centro de Convivência destruiu a estrutura do antigo jardim, procurando criar não uma praça com um teatro, mas uma "praça-teatro". O lugar é hoje reconhecido por toda a cidade como o "Centro de Convivência".

A praça situa-se no Cambuí, culminando a vista da Avenida Júlio de Mesquita, a mais importante do bairro. Seu entorno atual apresenta, predominantemente, edifícios residenciais de médio e alto padrão, de mais de 12 pavimentos; são em bom número e diversidade os estabelecimentos comerciais (supermercado, bares, pizzaria, lojas de roupas, bebidas, farmácia, etc.).

O lugar, desde sua inauguração como passeio público, se constituiu na mais importante área verde do Cambuí, de fato sua abrangência de público já ia além do referido bairro, mas sempre associado a uma apropriação maior pelas camadas de renda mais alta. Com o Centro de Convivência, projetado entre 1967 e 1968, a praça assume importância na escala da cidade, ampliando e diversificando seu público para além da elite campineira, embora sejam os estratos de renda média a alta seus maiores frequentadores. No presente o Cambuí se caracteriza como área de caráter de centro expandido, mais voltado às camadas de renda média-alta e alta da população.

O Passeio Público de Campinas foi construído, em 1876, no Cambuí. Um jardim eclético, de inspiração romântica, com vegetação bastante

²¹ MAGNOLLI, Miranda. Notas de aula da disciplina de pós-graduação. AUP - 810 - Paisagismo. 1991.

heterogênea: *Ficus benjamina*, *Ficus elastica*, *Caesalpinia peltophoroides*, palmeiras diversas (*Chrysalidocarpus lutescens*, *Livistona chinensis*, *Syagrus romanzoffiana*, etc.). A partir da iniciativa de várias personalidades da alta sociedade campineira, o local foi se equipando. Um coreto em ferro fundido foi instalado. Dois anos depois abriu-se o "Charlet Quiosque" bar em estilo "chinesere"; construiu-se uma gruta, um lago, uma ponte, bem ao gosto romântico. Nesta época Campinas possuía sociedades recreativas e culturais, uma vida social agremiativa (lazer, manifestações artísticas, etc.). A elite utilizava o Passeio Público para seus encontros, local excludente aos negros e pobres.²²



Fig. 119. O Passeio Público e o Charlet Quiosque, por volta de 1890 (S. de Lima, 2000: p. 51).

Somente nos anos 20 iniciou-se em Campinas um movimento junto a opinião pública para que os negros pudessem também freqüentar as áreas públicas ajardinadas da cidade. Na década de 30, retirou-se a grade que cercava o Passeio Público, construiu-se um parque infantil e mudou-se a denominação do local para Praça Imprensa Fluminense.²³

Nos anos 60, sob a gestão de Rui Novaes, demoliu-se o Teatro Municipal de Campinas. Diante da péssima repercussão desta ação, a

²² No Charlet Quiosque "se via o que Campinas tinha de mais chic e distinto". AMARAL, Leopoldo do. *Campinas recordações*. Campinas, 1927. Apud ASSUMPÇÃO, Marina. *A Praça Imprensa Fluminense*. 1999. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade de Campinas, Campinas.

²³ ASSUMPÇÃO, Marina. *A Praça Imprensa Fluminense*. 1999. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade de Campinas, Campinas.

Prefeitura realizou um concurso de projetos para a construção de um teatro de ópera com capacidade para 1.500 pessoas no Parque Portugal ("Parque Taquaral"). A equipe coordenada por Fábio Penteado, um dos mais importantes arquitetos modernos paulistas da segunda geração, propôs um complexo teatral de forte impacto visual, sensível à paisagem local e às condições técnicas pertinentes ao tema. Curiosamente, o projeto recebeu o primeiro prêmio e a grande medalha de ouro na I Quadrienal de Teatro, em Praga, mas no concurso campineiro ficou em segundo lugar. O que era bom para o mundo não servia para Campinas? Rui Novaes então delegou a Fábio Penteado a construção de um Teatro para 500 pessoas, no Cambuí. O arquiteto aceitou a incumbência mas não sem antes ter a promessa do prefeito garantindo os direitos de execução do teatro de ópera para o primeiro colocado no concurso.²⁴ Fez-se a obra de Fábio Penteado no Cambuí, já para o teatro de ópera, no "Parque Taquaral", sequer lançou-se pedra fundamental.

O projeto contou com a colaboração dos arquitetos Teru Tamaki e Alfredo Paesani, além do cenógrafo Aldo Calvo. O projeto executivo de arquitetura e projetos complementares (estrutura, instalações, etc.) chegou ao número de 600 pranchas. A execução iniciou-se ainda na gestão de Rui Novaes, mas seu sucessor interrompeu a obra, somente quatro anos depois foi reiniciada e, em 1978, inaugurada.

Fábio Penteado, como em outras oportunidades, foi além do que lhe solicitaram. Ao invés de um teatro em terreno vizinho à Praça Imprensa Fluminense, propôs a integração de ambas as áreas, criando um local público mais amplo (23.000 m²), alterando o fim da Av. Júlio de Mesquita. Cresce a área do teatro, mas Fábio Penteado amplia seu programa: sala de espetáculos, galerias substituem o *foyer*, um bar, áreas de trabalho e espaços de exposição. Não é mais um teatro para 500 lugares, mas um centro de convivência cultural com um teatro de 500 lugares.

A intenção do arquiteto não era criar um edifício e sim um espaço para a coletividade. Criar o teatro sem roubar a praça e o convívio coletivo. Segundo Penteado: "*Muitas vezes, o espaço que se abre para o encontro das pessoas, para o contato com as coisas da cultura e do teatro, é mais importante que o desenho do edifício*".²⁵ A arquitetura moderna, simples e marcante, para a cidade, não para a elite. Esta era a intenção.

O conjunto edificado forma a arena central. Cada edifício (Teatro, galeria-exposição, bar e administração) forma um lance de arquibancadas para a arena, totalizando oito mil lugares. O arquiteto pretendia que a arena fosse o núcleo da nova praça. O distanciamento entre cada lance de arquibancada-edifício propiciaria manter, segundo o autor, o espírito de uma praça, capaz de atrair o cidadão comum que ao atravessar a arena para cortar caminho,

²⁴ Cf. PENTEADO, Fábio et al. *Fábio Penteado: ensaios de arquitetura*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998, p. 38-39.

²⁵ Frases do arquiteto no memorial que acompanhava o projeto in: PENTEADO, Fábio et al. op. cit. p. 100.

poderia tomar contato com diversas manifestações artísticas, do circo ao balé.
 "... Um espaço aberto para o encontro e o convívio, onde se pode ficar à vontade, vadiar, ler, descansar, namorar, assistir a espetáculos artísticos ou esportivos, participar de manifestações públicas ..." ²⁶



Fig. 120. Vista geral do Centro de convivência no final dos anos 70
 (Fábio Penteadó, 1998: p. 101).

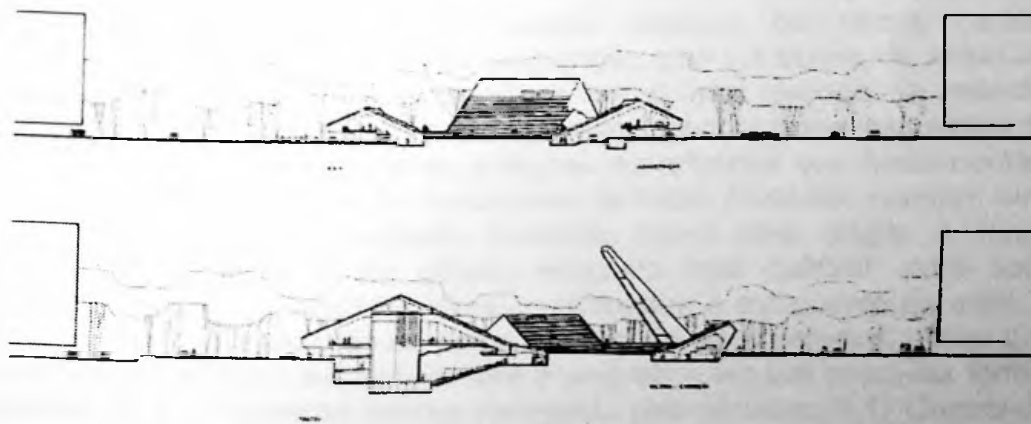


Fig. 121. Centro de Convivência: cortes (Fábio Penteadó, 1998: p. 100).

A preocupação de Fábio Penteadó para com a dimensão pública da arquitetura é central em sua obra. A questão da praça e do edifício forma, ou procura formar, em muitos de seus projetos, um todo indissociável. Vale citar alguns de seus principais projetos em que a apropriação pública e o

²⁶ PENTEADO, Fábio, et al. op. cit. p. 100.

anseio por constituir, arquitetonicamente, a praça como elemento fundamental do projeto são objetivos centrais do partido:

- o Fórum de Araras (1960) é uma praça coberta, não há monumentalidade e sim um espaço aberto ao público, inclusive a sala do júri deveria funcionar também como teatro para a população, já que é pouco utilizada para julgamentos;
- no projeto não executado do Teatro Municipal de Piracicaba (1962) funde-se a praça ao edifício. No lugar da praça preexistente não um teatro cercado de espaços livres mas um espaço que "*é teatro e é praça*", "*Contra aquele teatro que só abre as portas na hora do espetáculo*", criando uma nova praça para a cidade, uma nova apropriação, muito mais ampla, do teatro;
- no projeto para o concurso internacional do Monumento de Playa Girón, Cuba (1962), Fábio sintetiza: "*A praça é o povo*";
- no projeto para o Monumento Comemorativo aos Trinta Anos de Goiânia (1965) a solução de arquibancadas utilizada é bastante similar ao que Fábio Penteadó realizou no Centro de Convivência de Campinas. Procurava estabelecer um espaço que simultaneamente fosse "*praça-monumento-museu*". O projeto foi desclassificado sob a alegação de que o concurso era de monumentos, não de arquibancadas;
- no concurso para o Mercado do Portão, em Curitiba (1965) a praça é não somente o elemento geometricamente central mas os elementos edificadas guardam com ela estreitas relações formais, funcionais e simbólicas;
- no Hospital Escola Júlio de Mesquita Filho (1968), para a Santa Casa de São Paulo, uma praça ajardinada interna seria o centro de articulação dos três pavimentos.²⁷

As obras de Fábio Penteadó possuem, por vezes, caráter inovador quer na interpretação dos programas, quer na busca de soluções plásticas. Não se trata de um formalismo em si, mas decorre da reflexão conceitual de cada tema. Repete-se, em diversas oportunidades, esquemas de partidos espaciais diante de temas análogos. As reflexões que fundamentam os projetos de espaços públicos ou coletivos de Fábio Penteadó revelam uma postura estética e ética bastante coerente, busca uma ampla e digna apropriação dos espaços da cidade, enquanto bem cultural, para toda população, em clara oposição à visão conservadora e excludente da elite. É neste contexto que a questão da praça aparece em seus projetos, ainda que nem sempre a intenção descrita em seus memoriais e em sua pesquisa formal concretize toda a dimensão pública pretendida pelo arquiteto.²⁸ O Centro de Convivência, lamentavelmente, é disto um exemplo.

A transformação da arena numa grande praça não se deu plenamente. É bem verdade que espetáculos públicos de grande importância

²⁷ PENTEADO, Fábio, et al. op. cit. p. 37, 38, 62, 70, 78, 88 e 92.

²⁸ Com a arquitetura moderna, infelizmente, a criação de praças integradas aos edifícios, por vezes, começou a ser mais freqüente nos memoriais de projeto, no discurso, do que na efetiva apropriação dos sub-espços criados. Trata-se de um encantamento do arquiteto pelo desenho, pela retórica sedutora da utopia moderna e de um paralelo afastamento do arquiteto diante das práticas espaciais efetivamente realizadas pela população. Típico processo de idealização do homem realizado pela arquitetura moderna de matriz racionalista.

ali ocorrem, mas, no cotidiano, o local, que procurava ser ponto de encontro e convivência, fica bastante deserto. Ao conceber as passagens entre os edifícios-arquibancadas em nível semi-enterrado, resultou num sub-espço externo em que, para se cruzar a arena, é necessário subir e descer vários degraus. Isto faz com que não se tenha visão direta da arena para quem esta de fora do espaço das arquibancadas, a despeito do afastamento entre elas. Desta forma, o que seria uma área, no cotidiano, para se "cortar caminho", acabou se tornando local de pouca visibilidade, de baixa apropriação, hoje considerado inseguro no dia-a-dia. Esta função prosaica das praças, "cortar caminho", é uma das bases elementares para gerar movimento. O movimento, conforme já o demonstrara Jane Jacobs,²⁹ amplia a segurança nos locais públicos, atraindo então as pessoas para usos mais prolongados, estares, conversas; estimulando, portanto, a apropriação mais diversificada das pessoas, a vida nos espaços públicos.

O sub-espço envoltório à arena não foi desenhado com a preocupação de gerar convivência. À frente da edificação que se constitui no principal acesso do complexo encontra-se a maior área de estacionamento do Centro de Convivência. A lógica funcional voltada ao automóvel impede, como em tantos projetos da arquitetura moderna, que se estabeleça, exatamente junto ao principal acesso, um local de encontros mais diversificados.

Paradoxalmente, é justamente nas áreas livres residuais ao projeto de Penteado, envoltórias à arena, que, no cotidiano, tanto dos dias de trabalho como nos fins-de-semana, ainda se apresenta algum uso público como praça. Ali se estabeleceu, de forma bastante improvisada, uma casa de sucos que, de dia, com suas poucas mesinhas, se constitui no foco maior de interesse dos transeuntes; situa-se exatamente no lado oposto da entrada principal do complexo do Centro de Convivência. Nas suas imediações ocorrem ensaios de dança e feiras temáticas. Trata-se do sub-espço de maior apropriação cotidiana da praça.

Os bancos convencionais, de madeira e ferro, à sombra das árvores não derrubadas para a edificação do Centro de Convivência, são os locais preferidos para a pausa, a contemplação, muito mais que os degraus das elaboradas arquibancadas. A massa edificada de concreto do Centro de Convivência dificulta bastante o convívio na arena, principalmente nos dias secos e quentes (a maioria dos dias, em Campinas). A vegetação arbórea mais significativa é do tempo do Passeio Público (*Ficus benjamina* e *Araucária sp*), mas também se destacam agrupamentos mais recentes, do século passado: *Melaleuca leucadendron*, *Jacaranda mimosaeifolia*, *Caesalpinia peltophoroides*, *Tabebuia impetiginosa* e Myrtaceae diversas. Encontram-se palmeiras imperiais em plantio difuso, várias alturas, diferentes idades.

²⁹ Cf. JACOBS, Jane (1961). *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



Fig. 122 e 123. Área livre da Praça Imprensa Fluminense junto à barraca de sucos: apropriações diversas. Fotos: M. Assumpção (1999).

Numa alça lateral do estacionamento ocorrem diversas feiras: às terças, é dia de concorrida feira-livre; aos sábados, feira de antigüidades e nos domingos, feira de artesanato, antiga feira-hippie, removida da Praça Carlos Gomes desde no final dos anos 80. Enquanto isso, a Praça Imprensa Fluminense apresenta-se nos dias de semana como praça de vizinhança, à escala do bairro; nos fins-de-semana, com as feiras de antigüidades e de artesanato, o local se transforma num equipamento à escala urbana, voltado, sobretudo, às camadas de poder aquisitivo médio e alto.

Afora os esporádicos e programados dias de espetáculos, a arena apresenta baixa apropriação; um pequeno uso como praça nos fins-de-semana, quando, também em virtude das feiras, grupos de jovens se encontram: formam-se, ainda, algumas rodas de violão, outros praticam manobras radicais de skate e bicicleta.

No local previsto para bar, funciona um estabelecimento que atrai o maior número de usuários da Praça Imprensa Fluminense à noite. Suas mesinhas nas calçadas da praça ficam sempre cheias, ao contrário da arena, quase sempre vazia.

O teatro funciona de maneira tradicional, negando o intuito de Fábio Penteadó, abrindo-se ao público somente nos horários de espetáculos, geralmente pagos, normalmente excludentes da maior parte da população. Os campineiros que freqüentam mais assiduamente o teatro são de nível de renda mais elevado, não usam, nestas ocasiões, os espaços livres da praça, salvo as áreas de estacionamento.

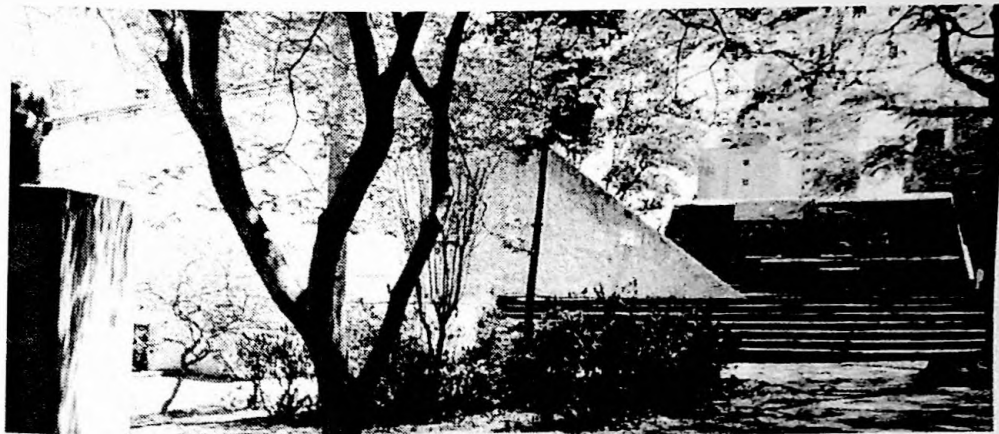


Fig. 124 e 125. O Centro de Convivência em dia de semana e num domingo.
Fotos: M. Assumpção (1999).

O projeto do arquiteto pretendia transformar o lugar num grande espaço público, no entanto seu público e sua utilização são, **relativamente**, restritos. Ao invés da praça-teatro, tem-se uma área fragmentada pelo complexo edificado: um estacionamento, um teatro articulado a galerias, um bar e nesgas residuais da antiga praça que recebem apropriações improvisadas, o quiosque de sucos, as feiras, etc. Onde mais se **desenhou** a praça menos ela se realiza, onde menos se esperava, ela resiste.

A escala monumental faz do Centro de Convivência, um marco urbano da cidade, evocando a importância da cultura consumida pela elite e valorizando ainda mais um de seus bairros mais tradicionais.. Formalmente o

Centro de Convivência é símbolo de uma imagem moderna e culta, bem ao gosto, portanto, das elites campineiras que vem sempre tentando imprimir à cidade (a sua parte da cidade) tal imagem, desde as primeiras obras públicas de Ramos de Azevedo no século XIX. A elite e parte das camadas de renda média possui nas feiras da praça um lugar de consumo e ócio; nos recintos abrigados e seguros do Centro de Convivência, um local para apreciação/consumo da cultura erudita. Do velho Passeio Público ao moderno Centro de Convivência a elite procura reduzir o espaço público a espaço de sua esfera social, local "para ver e ser visto".

Os momentos, lamentavelmente pouco freqüentes, em que o público lota a arena em espetáculos gratuitos são emocionantes. Para alguns, que poucas vezes puderam escutar uma peça sinfônica ao vivo, são eventos públicos verdadeiramente inesquecíveis, momentos em que o sonho do arquiteto se efetiva.

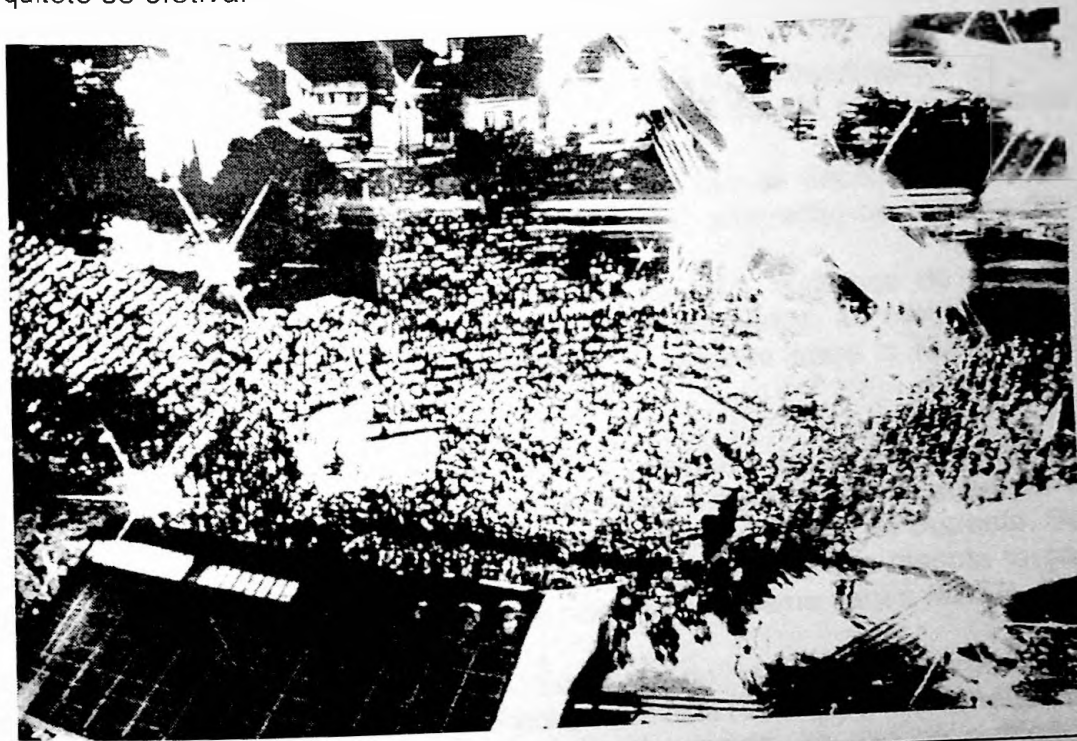


Fig. 126. Evento cultural no Centro de Convivência (Fábio Penteadó, 1998: p. 103).

"Talvez, o maior papel dos arquitetos nesta nossa época, seja construir os novos espaços de encontro e convivência para as multidões das grandes cidades.

De repente, o desenho dos edifícios quase perde o sentido, se o edifício, isolado na paisagem urbana, não comunicar a participação de todas as pessoas naquilo que possa representar o viver melhor.

*E, certamente, os ideais de bem estar e a paz terão de ser conquistados por toda a gente, também com a força e o poder da arte e da beleza.”*³⁰

Difícil e encantador desafio.

O MASP: um “edifício-praça”

Não é propósito deste trabalho analisar o Museu de Arte de São Paulo em si, nem a instituição nem seu edifício-sede, mas sim a pracialidade do lugar criado pelo MASP, a dimensão pública criada que o permitem funcionar como praça. Esta dimensão é caracterizada pela franca acessibilidade a parte de seus sub-espços e pela diversidade de ações públicas que ali se potencializam e se estabelecem, transformando (parcialmente) o museu em praça.

Esta situação decorre de uma série de ações interligadas:

- a concepção de museu que se estabeleceu para o MASP, que fundamenta conceitualmente o partido do edifício;
- os aspectos históricos e simbólicos do lugar em que se encontra o Museu, como condição para o projeto do edifício e como superação de significados pretendidos pela elite;
- as transformações do espaço da Avenida Paulista, endereço do Museu, mudando significados e apropriações do lugar; ampliando, ao menos sob a longa e decisiva direção de P. M. Bardi, as relações entre o MASP e a Metrópole Paulistana.

O MASP como edifício-praça é resultante do sistema de ações em que se embatem racionalidades de dominação e comunicativas, do poder e da arte, ali estabelecidas com intensidade única na Megalópole do Sudeste. Se o Museu estivesse noutro lugar, não seria o mesmo, não teria a mesma força, mas também é verdade que aquele lugar não seria o mesmo sem o MASP.

Em 1891, Joaquim Eugênio de Lima inaugurou um empreendimento inusitado em São Paulo, a Avenida Paulista, o mais moderno lançamento imobiliário da cidade até então. A avenida, no alto do espigão, larga, arborizada e já contando com linha de bonde construída pelos empreendedores, tinha como público alvo as camadas de alta renda da cidade, comerciantes, pioneiros da indústria e membros da aristocracia rural. Logo ali se edificaram palacetes. A avenida, tomou-se sub-espço de representação da alta sociedade, lugar de passeios, de desfile de cursos carnavalescos; a elite, até os anos 30 e 40, se divertia e se “apresentava” no espaço público, a Paulista era um de seus “palcos” prediletos.

³⁰ Manuscrito de Fábio Penteadó de 1972, publicado em PENTEADO, Fábio et al. *Fábio Penteadó: ensaios de arquitetura*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998, p. II.

Como é sabido,³¹ no local onde hoje situa-se o MASP, Eugênio de Lima condicionara a doação da área à municipalidade desde que ali se mantivesse a bela vista para a cidade. Ramos de Azevedo ao edificar ali o Restaurante Trianon e seu concorrido salão de baile, o fez preservando o belvedere.

Nos anos 40, o Trianon foi demolido, edificou-se o túnel da Av. 9 de Julho sob a Av. Paulista, segundo as diretrizes modernizadoras do Plano de Avenidas de Prestes Maia. Também nos anos 40, Assis Chateaubriand, o magnata paulista dos meios de comunicação, um tanto inspirado pelo "amigo" norte-americano Robert Rockfeller, fundou o MASP, envolvendo-se em mais uma disputa de poder, com "Ciccillo" Matarazzo, representante mor do capital industrial paulista de então (patrocinador da fundação do MAM de São Paulo, maior doador do acervo do atual MAC-USP). Gestos da endinheirada elite paulistana que procurava modernizar sua cidade industrial e rivalizar, também no âmbito cultural, com a capital federal. Chateaubriand convidou o prestigiado jornalista de arte italiano Pietro Maria Bardi para dirigir o novo museu; sob sua direção, o MASP se transformou no mais conhecido e prestigioso museu de São Paulo.³²

A primeira sede do museu foi no próprio edifício sede do "Diário de São Paulo" (propriedade de Chateaubriand), o projeto museográfico elaborado por Lina Bo Bardi já denotava as idéias do casal sobre a concepção do MASP. Um museu de arte e não de arte antiga ou moderna, um museu com caráter didático, próprio ao novo mundo, com auditórios para palestras, mostras de filmes e outros eventos que aproximasse e educasse o povo (incluindo as elites) no mundo da erudição artística. Tornava-se impróprio o modelo dos velhos museus europeus destinados a conservar seus imensos acervos.

Em 1958, Lina Bo Bardi concebeu o projeto da nova sede do MASP, na Avenida Paulista, exatamente no local do velho Trianon, espaço tradicionalmente apropriado pela elite. A municipalidade se responsabilizaria pelos custos da obra, o prefeito da época solicitou que se construísse no museu um salão de bailes, revelando uma visão patrimonialista do espaço público, do Estado, típica no Brasil desde os tempos coloniais.³³ Diante deste contexto sócio-cultural (ali foi sempre um local "público" apropriado pela elite

³¹ Cf. e. g. FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC, Annablume, 1997. p. 283.

³² FREIRE, Cristina. op. cit. p.287.

³³ Raymundo Faoro demonstrou como surgiu e se perpetuou um estamento burocrático, patrimonialista, que domina o Estado brasileiro; suas raízes estariam na formação do Estado português. Assim a forma característica da relação entre Estado, sociedade e território praticada no Brasil está longe de fortalecer uma noção de res-pública, socialmente inclusiva; pelo contrário, desde muito cedo se estabeleceu uma situação de privilégios do Estado para setores sociais específicos. Tais setores ou classes, conforme discorreremos no Capítulo II, vão se alterando de forma dual no exercício do poder governamental, diante da dinâmica dos ciclos econômicos, segundo Ignácio Rangel (1981). FAORO, Raymundo (1957). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. 2v. v. 1.

Como é sabido,³¹ no local onde hoje situa-se o MASP, Eugênio de Lima condicionara a doação da área à municipalidade desde que ali se mantivesse a bela vista para a cidade. Ramos de Azevedo ao edificar ali o Restaurante Trianon e seu concorrido salão de baile, o fez preservando o belvedere.

Nos anos 40, o Trianon foi demolido, edificou-se o túnel da Av. 9 de Julho sob a Av. Paulista, segundo as diretrizes modernizadoras do Plano de Avenidas de Prestes Maia. Também nos anos 40, Assis Chateaubriand, o magnata paulista dos meios de comunicação, um tanto inspirado pelo "amigo" norte-americano Robert Rockfeller, fundou o MASP, envolvendo-se em mais uma disputa de poder, com "Ciccillo" Matarazzo, representante mor do capital industrial paulista de então (patrocinador da fundação do MAM de São Paulo, maior doador do acervo do atual MAC-USP). Gestos da endinheirada elite paulistana que procurava modernizar sua cidade industrial e rivalizar, também no âmbito cultural, com a capital federal. Chateaubriand convidou o prestigiado jornalista de arte italiano Pietro Maria Bardi para dirigir o novo museu; sob sua direção, o MASP se transformou no mais conhecido e prestigioso museu de São Paulo.³²

A primeira sede do museu foi no próprio edifício sede do "Diário de São Paulo" (propriedade de Chateaubriand), o projeto museográfico elaborado por Lina Bo Bardi já denotava as idéias do casal sobre a concepção do MASP. Um museu de arte e não de arte antiga ou moderna, um museu com caráter didático, próprio ao novo mundo, com auditórios para palestras, mostras de filmes e outros eventos que aproximasse e educasse o povo (incluindo as elites) no mundo da erudição artística. Tornava-se impróprio o modelo dos velhos museus europeus destinados a conservar seus imensos acervos.

Em 1958, Lina Bo Bardi concebeu o projeto da nova sede do MASP, na Avenida Paulista, exatamente no local do velho Trianon, espaço tradicionalmente apropriado pela elite. A municipalidade se responsabilizaria pelos custos da obra, o prefeito da época solicitou que se construísse no museu um salão de bailes, revelando uma visão patrimonialista do espaço público, do Estado, típica no Brasil desde os tempos coloniais.³³ Diante deste contexto sócio-cultural (ali foi sempre um local "público" apropriado pela elite

³¹ Cf. e. g. FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC, Annablume, 1997. p. 283.

³² FREIRE, Cristina. op. cit. p.287.

³³ Raymundo Faoro demonstrou como surgiu e se perpetuou um estamento burocrático, patrimonialista, que domina o Estado brasileiro; suas raízes estariam na formação do Estado português. Assim a forma característica da relação entre Estado, sociedade e território praticada no Brasil está longe de fortalecer uma noção de res-pública, socialmente inclusiva; pelo contrário, desde muito cedo se estabeleceu uma situação de privilégios do Estado para setores sociais específicos. Tais setores ou classes, conforme discorreremos no Capítulo II, vão se alterando de forma dual no exercício do poder governamental, diante da dinâmica dos ciclos econômicos, segundo Ignácio Rangel (1981). FAORO, Raymundo (1957). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. 2v. v. 1.

paulistana), nada mais "justo" que se restabelecesse o *glamour* do lugar; agora um museu; mas com salão de baile. O MASP foi inaugurado em pomposa cerimônia, em 1968, contando inclusive com a honrosa presença da rainha da Inglaterra

Lina Bo Bardi, coerente com seu posicionamento de esquerda e com os princípios que nortearam o museu desde sua fundação em 1947, interpretou de outra forma o pedido do prefeito e não concebeu o MASP com salão de baile, em troca propôs um *hall* cívico, lugar de discussões e debates, na cota de embasamento. A arquiteta concebeu, na cota da Avenida Paulista, do antigo belvedere, um grande piso, com a perspectiva de se transformar não apenas em belvedere mas também em praça, aberta à avenida e ao mesmo tempo imbricada ao Museu.

Acima e abaixo da praça-belvedere encontram-se os espaços edificados do MASP que abrigam elementos do programa do museu. Desta forma, a praça criada não apresenta, como as praças européias ou coloniais e imperiais brasileiras, uma forte relação com as edificações de seu entorno imediato, em suas laterais, mas sim com a Avenida Paulista e com os elementos edificados do próprio Museu, acima e abaixo da praça-belvedere. O Museu torna-se um edifício-praça, suas atividades se estabelecem em todos os seus sub-espacos, inclusive na praça-belvedere. Não se trata de uma praça para destacar o museu na paisagem, ao contrário é o edifício que enquadra, com seu vão livre de mais de 70 metros, a paisagem. A praça é formalmente inusitada, rompe com as tipologias correntes das configurações urbanas da metrópole paulistana. Trata-se de arquitetura moderna que, no entanto, afirma o lugar, não se limita aos pressupostos corbusianos e gropiusianos de padronização e de idealização universal.

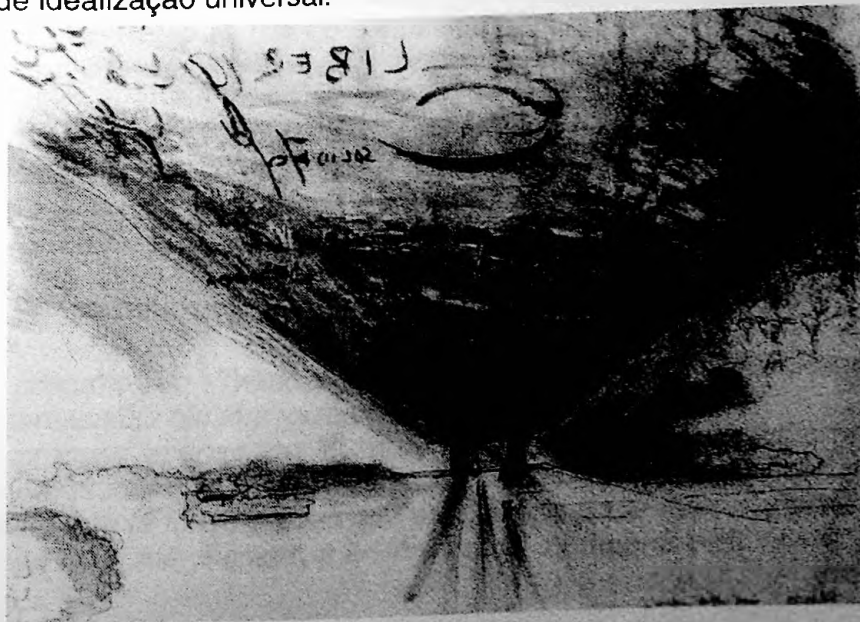


Fig. 127. O vão do MASP: croqui de Lina Bo Bardi (M. Ferraz, 1993: p. 101).



Fig. 128. O vão do MASP: solução estrutural (M. Ferraz, 1993: p. 104).

Vale transcrever algumas palavras da autora onde explicita-se suas intenções nos campos ético-político e estético, suas referências à cultura brasileira (país que escolhera para ser cidadã) e seu posicionamento diante da questão da monumentalidade:

"Uma premissa. Na projeção do Museu de Arte de São Paulo, na Avenida Paulista, procurei uma arquitetura simples, uma arquitetura que pudesse comunicar de imediato aquilo que, no passado, se chamou de 'monumental', isto é, o sentido do 'coletivo', da 'Dignidade Cívica'. Aproveitei ao máximo a experiência de cinco anos passados no Nordeste, a lição da experiência popular, não como romantismo folclórico mas como experiência de simplificação. Através de uma experiência popular cheguei àquilo que se pode chamar de Arquitetura Pobre. Insisto, não do ponto de vista ético. Acho que no Museu de Arte de São Paulo eliminei o esnobismo cultural tão querido pelos intelectuais (e os arquitetos de hoje), optando pelas soluções diretas, despidas." 34

"...O acabamento é dos mais simples. Concreto à vista, caiação, piso de pedra-goiás para o Grande Hall Cívico, vidro temperado, paredes plásticas, concreto à vista com caiação para o edifício do Museu. Os pisos serão de borracha preta tipo industrial. O Belvedere será uma 'praça', com plantas e flores em volta, pavimentada com paralelepípedos na tradição ibérico-brasileira. Estão previstas áreas com água, pequenos espeíhos com plantas aquáticas.

O conjunto do Trianon, vai repropor, na sua simplicidade monumental, os temas hoje tão impopulares do racionalismo...

Eu procurei apenas, no Museu de Arte de São Paulo, retomar certas posições. Até procurei (e espero que aconteça) recriar um 'ambiente' no Trianom. E gostaria que lá fosse o povo, ver exposições ao ar livre e discutir, escutar música, ver fitas. Até crianças, ir brincar no sol da manhã e da tarde. E

³⁴ BARDI, Lina Bo. Museu de Arte de São Paulo (Anotações pessoais). In: FERRAZ, Marcelo (Coord. Edit.; 1993). *Lina Bo Bardi*. 2. ed. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1996. p. 100.

retreta. Um meio mau-gosto de música popular que enfrentando 'friamente', pode ser também um 'conteúdo'." ³⁵

Observa-se que não se trata apenas de um belvedere-praça, mas, em muitos aspectos, um museu-praça. A noção de monumento se associa à simplicidade da cultura popular, ainda que a simplicidade formal do edifício se obtenha graças ao arrojo estrutural ainda hoje admirado. O Belvedere - a praça - é espaço intervalar entre os dois andares do museu (acervo, exposições, administração) sobre a praça e dois andares sob a praça (auditórios, exposições, apoio técnico, etc.).

No sentido horizontal o belvedere interliga o Parque Siqueira Campo e a Av. Paulista, a sul, e a notável vista para a cidade, a norte. Diante do potencial de apropriação do lugar pelo pedestre, Lina Bo Bardi concebeu anos depois alguns estudos em que propunha para o nível da Avenida um espaço de pedestres interligando o Parque ao Museu, rebaixando o espaço dos automóveis. Muito antes, aliás, do concurso de revitalização da Avenida Paulista (anos 90) em que a proposta vencedora, do arquiteto Francisco Magalhães, também propôs a pedestrianização da Avenida Paulista diante do MASP e o rebaixamento do fluxo de veículos.

A Avenida Paulista principia e termina em logradouros públicos denominados como Praça (a Praça Oswaldo Cruz e a Praça Marechal Cordeiro de Farias), mas é o MASP, com seu Belvedere, a verdadeira praça da Paulista. Com o museu o lugar se tornou muito menos elitizado do que no tempo do Restaurante Trianom. A cidade e a diversidade começaram a tomar conta da Av. Paulista justamente e paradoxalmente diante da valorização da avenida. O fortalecimento da ocupação do vetor sudoeste de São Paulo pelas camadas de alta renda deflagrou na Av. Paulista um processo de destruição dos casarões do início do século XX para a construção de edifícios altos. Primeiro os empreendimentos estavam voltados às classes médias, nos anos 50 e 60, depois vieram e se impuseram na paisagem e na sociedade as sedes de bancos internacionais e nacionais e, paralelamente, as sedes das poderosas federações paulistas da indústria e do comércio. A verticalidade e a arquitetura da opulência perdulária transnacional ocupa e disputa a paisagem e o espaço cada vez mais prestigiado da Av. Paulista; cada novo edifício buscando ser mais deslumbrante que o anterior de forma a atrair para si e para a corporação que representa os olhares de todos os que circulam pela avenida.

Enquanto este processo se acentua, a despeito da diversidade de linhas arquitetônicas que caracteriza cada edifício, toma-se cada vez mais o MASP a principal referência da avenida. Quanto mais "sobem" os edifícios, maior é o destaque do museu na paisagem, dada sua marcada horizontalidade e seu expressivo vão livre. Seu destaque na paisagem potencializa uma maior apropriação pública. O MASP respeita e cria chão público. ←

³⁵ BARDI, Lina Bo. op. cit. p. 102.

A praça-belvedere possui uso efetivo bastante diversificado. No cotidiano é local de contemplação, pausa diante do frenesi da cidade. Casais de namorados, grupos de jovens, população em geral, tomam o belvedere como lugar tranqüilo, ainda que marcadamente urbano, num diálogo com a cidade em que o desnível altimétrico permite um distanciamento de velocidades, a cidade vira paisagem. A praça é, também, lugar de diversos eventos, sobretudo sob o vão do edifício, mais próximo ao movimento da avenida: feira de antigüidades (muitas falsas-antigüidades) todos os domingos, ponto de encontro, vendedores de poesias, de promoções teatrais, emissoras entrevistam transeuntes e personalidades, opinião pública telefiltrada. Recital do meio-dia, em alguns dias, milhares de pessoas. Até circo sob o vão já foi montado. Infelizmente, a partir dos anos 90, com nova diretoria, "mega-exposições" deturpam o lugar, destroem, temporariamente (as vezes por meses) a praça-belvedere, importa agora quebrar recordes de público, fazer sucesso mais que praticar cultura.

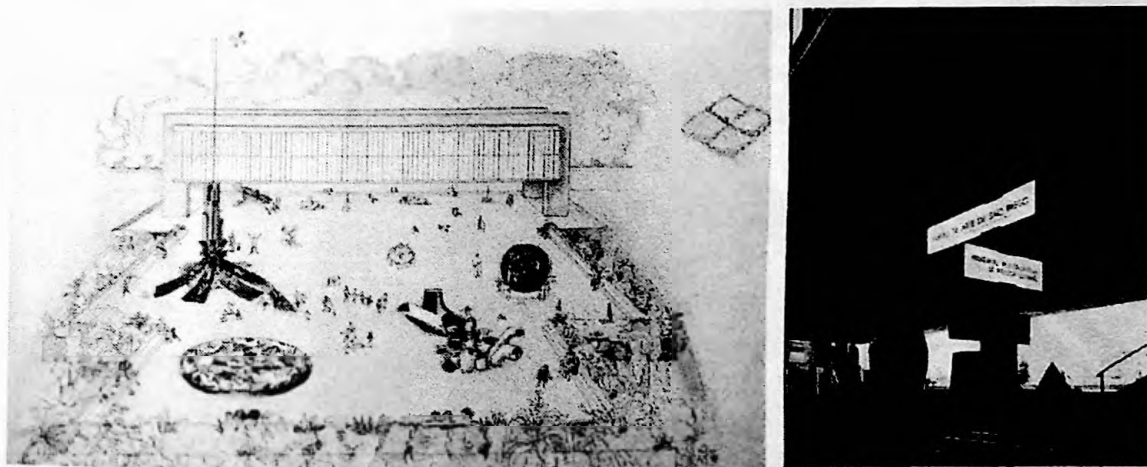


Fig. 129 e 130. O vão do MASP: brinquedos e arte (M. Ferraz, 1993: p. 111-112).



Fig. 131 e 132. Circo Piolim: estudos e apropriação do vão do MASP (M. Ferraz, 1993: p. 113).



Fig. 133 e 134. O vão do MASP: eventos musicais e políticos (M. Ferraz, 1993: p. 114-115).

Eventos políticos, manifestações sobre os mais diversos temas tem no belvedere do MASP um local de aglomeração, um ponto nodal quando,

politicamente, a multidão paralisa o tráfego da Av. Paulista, transformando a simbólica avenida numa praça cívica.

Importa ainda observar que embora o edifício do MASP pudesse potencializar uma apropriação por moradores de rua, dada sua ampla área coberta de acesso livre, tal não ocorre. Não se instalam barraquinhas sem a devida permissão no vão-livre, não se abrigam nem permanecem hordas de mendigos ou de meninos de rua. O lugar possui manutenção e segurança pública que impede usos indesejados pela elite. Sem dúvida o MASP é um espaço plural, mas o valor que a elite confere ao museu impõe, mais que por outras razões, uma ordem, uma seleção de práticas espaciais admissíveis pela elite.

MASP e Av. Paulista são símbolos da cidade, no entanto, ao primeiro observa-se estima da população;³⁶ à segunda, a despeito de inúmeras campanhas publicitárias apoiadas pelo Estado e pelo grande capital, a população possui profundas ressalvas. A Av. Paulista representa a opulência do grande capital.³⁷ Este é, sem dúvida, um dos motivos pelo qual manifestações políticas ou comemorativas espontâneas ocorrem justamente na Av. Paulista. Nestes momentos, em que a avenida vira praça, a população, com maior ou menor consciência, busca sobrepor à razão sistêmico-capitalista, suas paixões, emo-razões, ações comunicativas, provocativas. Demonstram que a praça ainda se constitui em importante elemento para a esfera de vida pública, para o estabelecimento da razão comunicativa, mesmo e diante de territórios-símbolos da globalização, no coração da Megalópole do Sudeste do Brasil.

³⁶ Cf. FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC, Annablume, 1997. p. 293-294.

³⁷ Cf. SILVA, Andréa, et. Al. *A Avenida Paulista: impressões*. 1988. Trabalho disciplinar: AUP-826 - Mensagens Visuais Integradas (Pós-graduação) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- . **Considerações finais:
o espaço em ato e potência**
-

"A capacidade de enxergar e lutar não decorre da história social que a condiciona, mas da essência humana, comum a todos os indivíduos."

Milton Santos, 1987: p. 100.

O espaço, como instância social, participa dialeticamente do embate entre as diversas racionalidades. A razão de dominação possui, no tempo presente, fundamental papel na organização do território, dizimando, não raro, práticas espaciais anteriores baseadas em solidariedades orgânicas. Mas o espaço não é um campo neutro que se molda instantaneamente às ordens da razão econômica ou da ação política. As rugosidades espaciais vão diferenciar os lugares, capacitando-os de maneira desigual a participar dos sucessivos processos de modernização. A inércia-dinâmica do espaço lhes possibilita um valor ativo diante da formação econômica e social.¹

A ideologia da globalização mistifica a técnica, o espaço e o tempo. A técnica não libertou o homem do trabalho, seu atrelamento ao capitalismo aprofundou desigualdades. O espaço não se reduziu a uma aldeia global, ao contrário a unicidade técnica engendra, simultaneamente, processos de fragmentação (culturais, étnicos, religiosos) outrora mais ao controle do Estado-Nação. A história, evidentemente, não acabou; as contradições entre capital e trabalho não cessaram apenas porque os avanços técnicos impuseram sérias fragilidades aos movimentos sindicais; além disso, novas contradições sócio-culturais ganharam visibilidade.

A globalização não é capaz de destruir os lugares. Eles se transformam com os processos globais, mas não se constitui apenas um processo de homogeneização. Entre o mundo e o lugar estabelecem-se relações dialéticas: o global se concretiza nos lugares mas não sem resistência ou subversão. No lugar se dá, efetivamente, o embate das diferentes ações e suas intenções; se processam dialeticamente solidariedades orgânicas (da co-presença, da continuidade espacial) e organizacionais (das ordens, da distância e racionalidade econômica). Cabe ao lugar uma força reativa concreta e cotidiana aos processos de globalização, cabe ao cidadão tomar consciência. O lugar transforma o mundo, em ato e potência.

As racionalidades, por seu turno, também não se limitam à razão sistêmico-econômicas. Criticar a razão, reduzindo-a à razão de dominação, negar a totalidade, reduzindo-a às posições estruturalistas, são esforços da

¹ SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. Tradução Maria Beltrão. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

crítica pós-moderna. Embora crítico, o pós-estruturalismo acaba contribuindo para a formação da psicosfera favorável à globalização atual, socialmente injusta, movida por uma "razão cega", desprovida de finalidade humanística.

O caminho proposto por Habermas (1981) é bastante fecundo, não reduz a razão à sua vertente funcionalista, sistêmica, de dominação, mas aponta para a existência, em paralelo, de uma razão do mundo vivido, uma razão comunicativa, não pura e pré-linguística, mas "encarnada" na ação comunicativa. Propõe o estabelecimento de um paradigma da compreensão mútua, entre sujeitos capazes de falar e agir (Habermas, 1990: p. 276). A razão comunicativa é capaz de operar não apenas no domínio cognitivo e instrumental (relação sujeito-objeto) mas também no normativo e no estético-expressivo. Desta forma não há que se opor razão (comunicativa) e emoção, na ação comunicativa os interlocutores referem-se ao mundo objetivo das coisas (verdade factual), ao mundo social das normas (justiça normativa) e ao mundo subjetivo das vivências e emoções (veracidade subjetiva).

Propõe-se compreender o espaço através de uma abordagem que leve em conta a complexidade do embate dialético das diversas racionalidades: da razão de dominação à ação comunicativa, dos atores hegemônicos globais às práticas "astuciosas" na "invenção do cotidiano" (Certeau, 1990). Só diante da inter-escalaridade das diferentes racionalidades se pode compreender a inter-escalaridade espacial.

A tese buscou compreender dois fenômenos urbanos de escalas e naturezas diversas: a megalópole e a praça. Este duplo objeto permitiu uma rica perspectiva de análise: uma interpretação das relações entre ambos, suas racionalidades, práticas espaciais, suas potencialidades.

No país, o fenômeno megalopolitano tem sua origem nos anos 70, a partir da dispersão da atividade industrial da metrópole paulistana. Hoje a megalópole se espalha por três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; ocupando as áreas mais densamente tecnificadas da "Região Concentrada" do país. Pode-se, por isso, ser denominada Megalópole do Sudeste do Brasil.

A Megalópole constitui-se como entidade urbana específica, própria do período e do meio técnico-científico-informacional. Para as grandes corporações do capitalismo global, a megalópole é um lugar, caracterizado pela alta concentração de elementos de sistemas técnicos e informacionais, voltados, sobretudo, à produção e a valorização do capital. Difundem-se não apenas as plantas industriais para além das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, mas também se estabelecem e se dinamizam centros de pesquisa e de serviços do terciário superior em várias cidades interioranas, propiciando o aparecimento de novas metrópoles, ainda que fortemente conectadas à metrópole paulistana. Esta agora se transmuta em metrópole informacional, em escala nacional.

Na esfera do cotidiano, a Megalópole é um território urbano fragmentado e descontínuo, não reconhecível a seus habitantes como um todo. Mas práticas megalopolitanas se realizam, ainda que em frações de seu território, cada vez mais pelas pessoas, a trabalho, em busca de serviços, para o ócio ou lazer. Estabelece-se na Megalópole um denso complexo de conexões geográficas interurbanas que envolve não apenas o capital mas sua população. A metrópole corporativa e fragmentada de que falava Milton Santos (1990), possui uma dimensão ampliada no território megalopolitano.

A Megalópole como *locus* de múltiplas racionalidades apresenta, portanto, diversas espacialidades e temporalidades. Sub-espço por excelência das razões globais de dominação que, entretanto, não anulam, aliás potencializam, pela diversidade e densidade, a razão comunicativa.

A concentração de relações potencializa a megalópole como território propício ao estabelecimento de racionalidades comunicativas nos seus múltiplos lugares. Por seu turno a praça, na Megalópole do Sudeste, se apresenta como um dos mais importantes sub-espços, se não o mais importante, para a razão comunicativa, na esfera pública.

De maneira bastante ampla, consideramos a praça um sub-espço voltado essencialmente ao encontro no âmbito da esfera de vida pública. A praça como lugar, portanto, não apenas forma ou paisagem, cenário ou palco para as ações humanas. Enquanto sub-espço, a praça se estabelece na indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações.

Nesta tese, afirmando-se a praça como sub-espço, importou qualificá-la a partir da natureza dos eventos nela verificados, tanto ou mais que pelo sistema de objetos. Quem define a praça é o que nela se realiza, assim um sistema de ações que apresente forte conotação pública, de livre acessibilidade, voltado ao encontro, é o que vai caracterizar um sub-espço como praça. Neste sentido, situações de "pracialidade" podem ocorrer, eventualmente, em ruas, avenidas, descampados e até em edifícios, conforme apresentamos nos Capítulos VI e VIII. Por seu turno, alguns logradouros oficialmente denominados como praças não o são se não apresentam um sistema de ações voltados ao encontro no âmbito da esfera de vida pública.²

A praça é um índice (signo) do lugar, de civilidade e qualidade de vida urbana. A praça é, ainda hoje, um local próprio para manifestações políticas, comemorações e protestos. Sub-espço carregado de simbologias e memórias; tanto é capaz de contribuir para a afirmação inercial do poder

² Apenas um exemplo em Brasília: a célebre Praça dos Três Poderes é, na grande maioria dos dias, apenas um ascético local simbólico, representativo do poder; ao passo que o "gramado" entre o terminal central de ônibus e a Torre de Brasília, embora não tenha sido projetado para isso, transforma-se, organicamente, pela ação dos pobres, num forte ponto de encontro público, numa feira, numa praça longitudinal.

institucional e corporativo, como ser local próprio para a crítica e o protesto público, para a ação comunicativa política.

Diante de um mundo em que é crescente o poder da imagem e de práticas virtualizadas e intermediadas por telas, em que se aumenta a desigualdade social, a praça torna-se mais importante, se desejar-se construir uma sociedade menos alienada. A praça, como lugar de interação pública marcado pela diversidade, permite, aos que dela se apropriam, a visão e a co-presença diante das diferenças dos que habitam a Megalópole; estimulam-se relações de identidade e de alteridade, urbanidade como civilidade, cidadania como ação política.

As elites, nas grandes cidades da Megalópole, cada vez mais evitam os locais públicos, as praças deixam de lhes ser úteis. Os estratos de renda média-alta procuram fazer o mesmo, "fugir" da rua e da praça. Este fenômeno é, apressadamente, interpretado por muitos como demonstração do fim do espaço público, esquecem-se de averiguar sua efetiva extensão. Nas cidades médias e pequenas, a maioria das cidades brasileiras, tal situação está ainda distante de ser regra. Nas grandes cidades, a praça central está repleta de gente se apropriando do chão público nas mais variadas formas, como apresentou-se nos capítulos V e VIII. Em vários bairros verticalizados, ocupados pelas elites, a praça é também fortemente utilizada, como discutiu-se no Capítulo VII. Nos bairros de periferia pobre, mesmo quando o Poder Público nada faz, a população constrói lugares voltados ao encontro e ao ócio públicos, praças portanto; ainda que formalmente sejam sub-espacos bastante precários, são locais cheios de vida, conforme demonstrou-se no Capítulo VI.

Hoje a praça é mais popular, nem por isso deixou de ter importância. O mercado voltou a ocupar, por vezes de forma bastante questionável, inúmeros logradouros públicos, quinquilharias produzidas em toda parte, dos porões do Brás aos da China, exploração global marginal. A pobreza cresceu e intimidou os ricos para dentro de seus castelos. Nas metrópoles, principalmente, as praças acolhem maior número de atos políticos, partidários ou não. Não há mais retretas nos coretos das praças das grandes cidades; à noite muitas são pontos de prostituição, de tráfico de drogas, acolhem mendigos, crianças diminuem sua fome cheirando cola. Em cidades pequenas e médias da megalópole é ainda freqüente o encontro após a missa, nalgumas até o baile e o bingo. Fim do espaço público? Não, metamorfoses, complexidade e diversidade.

Quanto aos desenhos, alguns, muito inadequados, podem enfraquecer o uso da praça como tal, mesmo com um entorno potencialmente favorável a existência da praça. A Praça Roosevelt, em São Paulo, é sempre a primeira a ser lembrada, mas são muitos os exemplos. A última reforma da Praça 23 de Outubro, "o Castelo", em Campinas, retirando-se todas as árvores, reduziu o local a uma rotatória com caixa-d'água/mirante, aniquilou-se a praça.

Um "bom" desenho em si não é capaz de criar uma boa praça se o entorno, o lugar, assim não o propiciar (vide Capítulo V). O contexto é mais importante à apropriação das áreas livres públicas que a linha projetual desta ou daquela corrente estética. As condições concretas propiciadas pelo sistema de objetos (sombras e conforto ambiental, mobiliário urbano, pisos, acessibilidades, etc.) podem sugerir ou limitar o sistema de ações nas praças, mas este, se necessário, pode também mudar o sistema de objetos.

Algumas breves observações podem ser formuladas no intuito de contribuir às premissas do projeto de áreas livres públicas, notadamente no caso de praças.

A noção, praticamente do senso comum, de espaço e paisagem que é, em geral, empregada pelo arquiteto em sua prática profissional se constitui num limite à sua reflexão sobre o ato projetual. O arquiteto, não raro, reduz o espaço à forma (sistema de objetos); prioriza, em seu projeto, soluções formais e funções pré-determinadas. Forma e função não são o melhor ponto de partida para o projeto da praça, lugar do imprevisto, da diversidade, das práticas sociais contraditórias e conflitantes.

A partir de novos referenciais teóricos, sobretudo da contribuição da geografia nova, pode-se compreender mais profundamente o espaço do homem. Compreendido o espaço como sistema de objetos e de ações, pode-se conceber, por exemplo, o projeto da praça, como obra aberta,³ como signo não verbal capaz de ser não apenas lido mas interpretado e transformado pelos usuários. O projeto pode intencionalmente estabelecer um sistema de objetos que propicie e estimule a ação comunicativa na esfera de vida pública. As praças assim concebidas tenderão a receber o imprevisto e adaptar-se às transformações urbanas do entorno com maior facilidade que as concebidas de forma mais rígida, fechadas num programa.

Como a praça vincula-se fortemente ao lugar, compreendê-lo é fundamental, a despeito de uma postura formal em sintonia ou não com o contextualismo. Recomenda-se partir da noção de lugar, da compreensão de seu sistema de objetos e ações, mais do que da forma ou paisagem em si. Desta maneira o projeto estará mais atento às questões da inércia dinâmica, da flexibilidade e imprevisibilidade, do que buscará estabelecer um sistema fechado de funções ou uma idealização da paisagem ou do usuário.

A natureza da praça, tão distinta da natureza do edifício ou do parque, não permite ao arquiteto iludir-se com a autonomia do desenho. O edifício ou o parque possuem uma relativa autonomia diante do lugar que a praça não possui. Mesmo as praças ajardinadas tem sua dinâmica em forte

³ O processo de projeto de Lawrence Halprin, por exemplo, sobretudo nos anos 60, muito se aproxima do conceito de obra aberta de Umberto Eco (1962). Cf. Halprin, *The RSVP Cycles: Creative Processes in the Human Environment*. Nova York: George Braziller, 1969.

interação com o lugar, se a autonomia diante do lugar for tão grande quanto a de um parque, então não mais estar-se-á projetando uma praça mas sim um parque. Diante da questão do lugar, o desenho do arquiteto é mais "poderoso" para definir formas-conteúdo no caso da arquitetura de edificações e até nos projetos de grandes parques do que na criação de praças.⁴

A forte relação entre a praça e o lugar não significa dizer que a praça apenas resulte das determinações do lugar, mas diante da dialética espacial, a praça compõe o lugar, podendo contribuir para a permanência da vida do lugar (vide Capítulo V). Praças com boa manutenção, auxiliam na qualificação das áreas públicas do lugar, valorizam os transeuntes e, portanto, contribuem para a esfera de vida pública. Os exemplos cariocas recentes, com os programas Corredor Cultural e Rio-Cidade, são claros para que se reconheça a necessidade de se manter em bom estado as áreas públicas. Concebendo-se espaços públicos mais dignos aos transeuntes estes tendem a ampliar sua afetividade pelos lugares; reconhecendo-se no direito de usufruí-los.

Em síntese, é preciso buscar as articulações e contradições entre as diversas racionalidades que se estabelecem no processo espacial, em qualquer nível, da praça ou da megalópole, por exemplo. Compreendendo as estruturas em movimento, seremos capazes de não nos iludirmos com o caos aparente, e propormos ações mais conscientes diante da complexa mas apreensível dialética espacial.

Diante das fortes transformações do período técnico-científico-informacional, reafirma-se a urbe, particularmente a metrópole e a megalópole, como importantes locais da ação social, não só econômica, mas sobretudo política, cultural. Da escala da praça à megalopolitana potencializam-se espacialidades e racionalidades que podem aguçar o caráter político-civilizatório da cidade. A praça, uma nova ágora, a megalópole, uma nova polis; novas porque outro é o mundo.

Estas considerações apontam para a necessidade de uma perspectiva de compreensão do espaço urbano e da cidade: em ato e potência.

⁴ Mesmo os parques, sobretudo os parques de bairro, segundo Jane Jacobs (1961), tem seu sucesso ou fracasso dado pelo contexto urbano e não pelo desenho. JACOBS, Jane (1961). *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 97-121.

. Referências Bibliográficas

ARANTES, Otilia Beatriz F. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: EDUSP: Studio Nobel, 1993.

_____. *Urbanismo em Fim de Linha e Outros Estudos sobre o Colapso da Modernização Arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 1998.

ARANTES, Otilia e ARANTES, Paulo. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas: Arquitetura e dimensão estética e duas conferências de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ARANTES NETO, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARENDT, Hannah (1958). *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARGAN, Giulio (1984). *História da Arte como História da cidade*. Tradução Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ASHIHARA, Yoshinobu. *Exterior design in architecture*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1970.

ASSUMPÇÃO, Marina. *A Praça Imprensa Fluminense*. 1999. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

AUGÉ, Marc (1992). *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994.

AZEVEDO, Ricardo Marques de. *Metrópole e abstração*. 1992. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de Filosofia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BADARÓ, Ricardo. *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: CMU-UNICAMP, 1996.

BARTALINI, Vladimir. *Praças do metrô: Enredo, produção, cenários, atores*. 1988. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Espaços livres públicos na cidade. *Óculum*. Campinas, n. 4, p. 64-67, nov. 1993.

BETTANINI, Tonino (1976). *Espaço e ciências humanas*. Tradução: Liliana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Brasil em 1890*. Distrito Federal. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1895.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *População do Brasil: Synopse do Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924.

_____. *Recenseamento do Brasil - 1920 - População*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1926. Vol. IV, 1ª parte.

_____. *Recenseamento do Brasil - 1920 - Indústria*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927. Vol. V, 1ª parte.

_____. *Recenseamento do Brasil - 1920 - Estatística predial e domiciliar do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1930. Vol. IV, 6ª parte.

BRUNHES, Jean (1910). *La Géographie Humaine: Essay de classification positive, principes et exemples*. 2. ed. Paris: Félix Alcan, 1912.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed.34: Edusp, 2000.

CARNOY, Martin (1984). *Estado e teoria política*. Tradução: Equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas. Campinas: Papirus, 1986.

CEPOLLARO, Giancarlo. Gottmann: a metrópole transacional. In: DE MASI, Domenico (Org). *A sociedade pós-industrial*. Tradução: Ana Maria Capovilla et al. São Paulo: SENAC, 1999. p. 233-245.

CERTEAU, Michel de (1990). *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução: Ephraim Alves. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHOLLEY, André. (1948). Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. Tradução: L.M.C. Bernardes. *Boletim Geográfico*, São Paulo, n. 179-180, 1964.

- CORREA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.; 1994). *Território: globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 251-256.
- _____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Elizabeth G. *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nova Stella: EDUSP, 1989.
- COSTA, Thais Helena. *A Praça D. Pedro II*. 1998. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- CULLEN, Gordon (1961). *A paisagem urbana*. Tradução: Isabel Correia e Carlos Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- DEÁK, Csaba. Elementos de uma política de transportes para São Paulo. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 313-339.
- DE MASI, Domenico. A sociedade pós-industrial. In: DE MASI, Domenico (Org). *A sociedade pós-industrial*. Tradução: Ana Maria Capovilla et al. São Paulo: SENAC, 1999. p. 11-97.
- _____. *O ócio criativo*. Entrevista a Maria S. Palieri. Tradução: Léa Manzani. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- DOURADO, Guilherme (Org.). *Visões de paisagem: Um Panorama do Paisagismo Contemporâneo no Brasil*. São Paulo: ABAP, 1997.
- ECO, Umberto (1962). *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Tradução: Geovanni Cutolo. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ELIADE, Mircea (1957). *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Tradução: Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S.A. - EMPLASA. *Metrópoles em dados*. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/metrodados>>. Acesso em: 29 ago. 2001.
- FABIANO, Caio Manoel. *A Praça Visconde de Mauá*. 1999. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território

Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

FAORO, Raymundo (1957). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. 2v.

FEBVRE, Lucien (1922). *La Tierra y la evolución humana*. Tradução: L. P. Garcia. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925.

FERRARA, Lucrécia. *A estratégia dos signos: linguagem, espaço, ambiente urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. *Ver a cidade: cidade, imagem e leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. *Olhar periférico: informações, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1993.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (Edit.; 1993). *Lina Bo Bardi*. 2. ed. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1996.

FRANÇA, Elisabete (Coord.). *Guarapiranga: reabilitação urbana e ambiental na cidade de São Paulo*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Org. e Tradução: Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Grahal, 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série Nacional, v. II e III, Série Regional, Partes II, III, IV, , VI, t. 1 e 2, IX t. 2, XII t. 2, XV, XVI, XVII t. 1 e 3, XVIII, t. 2 e 3 e XXI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 1950-1952.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil - 1940 - Censo Industrial: Dados Gerais*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil (1960) - Censo Demográfico*. Série Nacional e Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil (1960) - Censo Industrial: Dados Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

_____. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Demográfico: Dados Distritais*. V. 1, t. 3, n. 3, 4, 5, 7, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 20 e 23, e v. 1, t. 4, n. 26. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

_____. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Industrial: Dados Gerais*. V. 3, t. 2, pt. 1, n. 1, 4, 6, 7, 9, 12, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 25 e 26. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. *Censo Demográfico - 1991: Resultados do universo relativo às características da população e dos domicílios*. V. 1, 4, 7, 8, 9, 11, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 27 e 28. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

_____. *Censo Demográfico 2000 - Sinopse preliminar*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatística/população/censo2000/sinopse>>. Acesso em: maio/jul./set./out. 2001.

_____. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: ago./set. 2000, set./out. 2001.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE.

Informações dos municípios paulistas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: ago./set. 2000, set./out. 2001.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis (1864). *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. Tradução: Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 1998.

GOODEY, Briam. *Participação, percepção e Desenho Urbano*. Organização: Vicente del Rio. Rio de Janeiro: Avenir, 1985. (Coleção Módulo-Universidade. n. 1)

GOTTMANN, Jean (1961). *Megalópolis - The urbanized Northeastern Seaboard of the United States*. 2. ed. Cambridge: M.I.T Press, 1965.

GOYA, Cláudio Roberto y. *A história ou fábulas dos jardins brasileiros*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA, 1996, São Paulo. *Anais*. São Paulo: UNIMARCO, 1996. p. 125-130.

GUATELLI, Igor. *A Desconstrução em Arquitetura: 1960 ou 1990?*. 1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HABERMAS, Jürgen (1962). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. (1968). *Técnica e ciência enquanto "ideologia"*. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução: Zeljko Loparic. São Paulo: Abril, 1975. p. 303-333. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLVIII)

_____. *The theory of communicative action* (1981). Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Vol. 2. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo* (1983). Tradução: Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. (1985). *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução: Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HARVEY, David (1989). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Sobral, Maria Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HALPRIN, Lawrence. *The RSVP Cycles: Creative Processes in the Human Environment*. Nova York: George Braziller, 1969.

HELLER, Agnes (1970). *O cotidiano e a História*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max (1937). Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução: Edgard Malagodi, Ronaldo Cunha. São Paulo: Abril, 1975. p. 125-162. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLVIII)

_____. (1937). Filosofia e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução: Edgard Malagodi, Ronaldo Cunha. São Paulo: Abril, 1975. p. 163-169. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLVIII)

_____. (1947). *Eclipse da razão*. Tradução: Sebastião Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor (1969). Conceito de Iluminismo. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução: Zeljko Loparic. São Paulo: Abril, 1975. p. 97-124. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLVIII)

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

JACOBS, Jane (1961). *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. In: KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura e outros textos filosóficos*. São Paulo: Abril, 1974. p. 7-98. (Coleção: Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, v. XXV)

_____. Primeira introdução à crítica do juízo. In: KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura e outros textos filosóficos*. São Paulo: Abril, 1974. p. 257-297. (Coleção: Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, v. XXV)

KLIASS, Rosa Grena. *Parques Urbanos de São Paulo e sua Evolução na Cidade*. São Paulo: Pini, 1993.

KONDRATIEFF, Nikolai D. Las ondas largas de la coyuntura. *Revista de Occidente* - Biblioteca de la Ciencia Económica, IV, Madrid.

KOSIK, Karel (1963). *Dialética do concreto*. Tradução: Célia Neves, Alderico Toríbio. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.

LEME, Maria Cristina da S. (Coord.). *Urbanismo no Brasil - 1895 - 1965*. São Paulo: Studio Nobel: FAUUSP: FUPAM, 1999.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial. Centralização do Capital e desconcentração da Metrópole de São Paulo. A indústria têxtil*. 1994. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEONELLI, Gisela. *Duas praças e o tempo: Jaú, o começo e o fim do século*. 1998. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

LIMA, Siomara de. *Os jardins de Campinas: o surgimento de uma nova cidade (1850-1935)*. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

LYOTARD, Jean-François (1985). *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

LYNCH, Kevin (1960). *A imagem da cidade*. Tradução: Maria Cristina Afonso. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MACEDO, Sílvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1999.

MAGALHÃES, Júlio. *A Praça Raul Garcia - Campinas*. 1998. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. O parque no desenho urbano. In: TURKIENIKZ, Benamy, MALTA, Maurício (Edit.). *Desenho Urbano: Anais do II SEDUR - Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986. p. 111-120.

MARIANA, Wilson. *Áreas transformadas e espaço público na cidade de São Paulo*. 1989. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl (1852). O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução: Leandro Konder. São Paulo: Abril, 1974. p. 329-410. (Coleção: Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, v. XXXV)

_____. Teses contra Feuerbach. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução: J. Arthur Giannotti. São Paulo: Abril, 1974. p. 55-59. (Coleção: Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, v. XXXV)

MARX, Murillo. *Breve percurso pela cidade no Brasil*. 1980. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.

_____. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991.

MATOS, Olgária (1993). *A Escola de Frankfurt.: luzes e sombras sobre o Iluminismo*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

MEDRANO, Leandro. *Habitar no limiar crítico do espaço: idéias urbanas e conceitos sobre habitação coletiva*. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e

Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MERQUIOR, José Guilherme. *Michel Foucault, ou o nihilismo de cátedra*. Tradução: Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MOREIRA, Lavínia. *A Praça Presidente Costa e Silva - Campinas*. 1999. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

MOTTA, Flávio. *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1983.

NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora; CANO, Wilson. O processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *A interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo*. São Paulo, SEADE, 1988. v. 1. n.1, p. 1-106.

NEWTON, Isaac. Princípios matemáticos (trechos selecionados). In: NEWTON, Isaac, LEIBNIZ, Gottfried. *Princípios matemáticos. O peso e o equilíbrio dos fluidos. A monadologia. Discurso de metafísica e outras obras*. Tradução: Carlos de Mattos, Pablo Mariconda. São Paulo: Abril, 1974. p. 7-28. (Coleção: Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental, vol XIX)

NIETZSCHE, Friedrich (1888-1908). *Além do bem e do mal, ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. Tradução: Márcio Pugliesi. São Paulo: Hemus, 1982.

_____. (1986). *Ecce Homo: como alguém se torna o que é*. Tradução: Paulo César Souza. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1986.

NISHIKAWA, Ayako. *Espaços livres junto às habitações em São Paulo*. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

PELEGRINO, Paulo Renato Mesquita. *Paisagens temáticas: Ambiente virtual*. 1995. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PENTEADO, Fábio et al. *Fábio Penteado: ensaios de arquitetura*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

PORTAS, Nuno. Tendências do Urbanismo na Europa. *Óculum*, Campinas, n. 3, p. 4-13, mar. 1993.

QUEIROGA, Eugenio. *A produção da paisagem habitacional metropolitana: três estudos de caso no Município de Osasco - SP*. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RAFFESTIN, Claude (1980). *Por uma geografia do poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez.1981.

_____. (1985). *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade. *Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

RODRIGUES, Evaniza. *Uma praça em mutirão*. 1997. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1992.

ROSSI, Aldo (1966). *La arquitectura de la ciudad*. Tradução: Josep Maria Ferrer, Salvador Tarragó. 3. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

_____. (1975). *Para una arquitetura de tendência: escritos 1956-1972*. Tradução: Francesc Serra. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.

ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa. As ilusões da consciência: de Platão a Freud*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça: O Privado e o Público na Vida Social e Histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

SALGADO, Ivone. *Introdução das idéias de saneamento e da estética neoclássica nas cidades brasileiras (1750-1900)*. 2001. Relatório de Pesquisa da Carreira Docente - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (Coord.). *Quando a rua vira casa*. São Paulo: Projeto; Rio de Janeiro: IBAM, 1985.

_____. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto; Niterói: EDUFF, 1988.

SANTOS, Débora P. F. V. dos. *Espaços públicos do lazer em Campinas: o lugar do ficar*. 1999. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

SANTOS, Milton (1971). *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*. Tradução Maria Beltrão. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

_____. (1978). *Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. (1987). *O espaço do cidadão*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec: EDUC, 1994.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de, SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.; 1994). *Território: Globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1996. p. 15-20.

_____. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Da paisagem ao espaço. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1995, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Unimarco, 1996. p. 33-42.

_____. O território deve ser democratizado. Entrevista à Fátima Fonseca. In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, 23 mar. 1997. p. 5A.

_____. Os limites da globalização. Entrevista a Éride de Moura e Mário Pini. *AU (Arquitetura e Urbanismo)*. São Paulo, n. 71, p. 57-59, abr./maio 1997.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS JUNIOR, Wilson dos. *São Paulo: Praça da Sé, transformações e usos*. 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Tradução: Vergílio Ferreira. In: SARTRE, Jean-Paul, HEIDEGGER, Martin. *O existencialismo é um humanismo. A imaginação. Questão de método. Conferências e escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril, 1973. p. 7-38. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLV)

_____. (1960). Questão de método. Tradução: Bento Prado Júnior. In: SARTRE, Jean-Paul, HEIDEGGER, Martin. *O existencialismo é um humanismo. A imaginação. Questão de método. Conferências e escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril, 1973. p. 115-197. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", v. XLV)

SCHIFFER, Sueli Ramos. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955 - 1980*. 1986. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A globalização da economia e o território nacional. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.; 1994), *Território, globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 116-124.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GESTÃO DA TERRA URBANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2000, Campinas. *Anais*. Campinas: PUC-Campinas, 2001. (CD-ROM).

SENNET, Richard (1974). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Andréa V. da, et al. *A Avenida Paulista: impressões*. 1998. Trabalho disciplinar: AUP-826 - Mensagens Visuais integradas (Pós-graduação). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Armando Corrêa da. *De quem é o pedaço? Espaço e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de (Coords.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

_____. O novo cosmos. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 255-258.

SILVA, Enos da. *A Praça Conselheiro Rodrigues Alves*. 1999. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SITTE, Camilo (1889). *A construção da cidade segundo seus princípios artísticos*. Tradução: Carlos Roberto de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.

SOJA, Edward W. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria, SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.;1994). *Território, globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.154-168.

SORRE, Maximilien. *Les Fondements de la Géographie Humaine*. Paris: Librairie Armand Colin. Tome Premier (1943): 1951, 3. ed.; Tome II (vol. I e vol. II): 1950; Tome III: 1952.

SOUZA, Maria Adélia. *Cidades médias e desenvolvimento industrial - uma proposta de descentralização metropolitana*. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1978.

_____. Conexões geográficas: um ensaio metodológico (Uma versão ainda preliminar). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 71, p. 113-127, 1992.

_____. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1994.

_____. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs. 1994). *Território: globalização e fragmentação*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 21-28.

_____. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 111-143.

TUAN, Yi-fu (1974). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. (1977). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VALE, Marcio. *A Praça Barão do Campo Belo em Vassouras - RJ*. 1999. Trabalho Disciplinar - Curso de Especialização Desenho e Gestão do Território Municipal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, PUC-Campinas, Campinas.

VENTURI, Robert. *Complexidad y contradicción en la arquitectura*. 2. ed. Trad. A. Arachavaleta et al. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1921). *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

VILLAÇA, Flávio. *A estruturação territorial da Metrópole Sulbrasileira: áreas residenciais e comerciais*. 1978. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-243.

VIRILIO, Paul (1984). *O espaço crítico e as perspectivas do tempo real*. Tradução: Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

WEBER, Max. História Geral da Economia (cap. 4). In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. Tradução: Calógeras Pajuaba. São Paulo: Abril, 1974. p. 123-180. (Coleção "Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental", vol. XXXVII)

_____. (1904/1905) *A ética do protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução: Maria Irene Szmrecsányi, Tamás Szmrecsányi. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

YAZIGI, Eduardo. Milton e a criatividade. In: Maria Adélia de Souza (Org.). *O mundo do cidadão, um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 396-425.

39641

711.52
Q32m

QUEIROGA, Eugenio Fernandes
A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de

39641

711.52
Q32m

Queiroga, Eugenio Fernandes
A megalópole e a praça: o espaço entre a
razão de dominação e a ação ...

23 JUN. 2003